

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

TIAGO JOSÉ BERG

A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO ATRAVÉS DA
REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA NOS SÍMBOLOS
NACIONAIS

Rio Claro-SP

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

TIAGO JOSÉ BERG

A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO ATRAVÉS DA
REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA NOS SÍMBOLOS
NACIONAIS

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia – área de Organização do Espaço.

Orientadora: Profa. Dra. Bernadete Aparecida
Caprioglio de Castro

Rio Claro-SP

2014

910h B493c	<p>Berg, Tiago José</p> <p>A construção simbólica do espaço através da representação geográfica nos símbolos nacionais / Berg, Tiago José, - Rio Claro, 2014.</p> <p>194 f. : il., figs., mapas</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas</p> <p>Orientador: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira</p> <p>1. Geografia humana. 2. Geografia cultural. 3. Geopolítica. 4. Nacionalismo. I. Título.</p>
---------------	--

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

FOLHA DE APROVAÇÃO

Comissão examinadora

Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Profa. Dra. Angelita Matos Souza
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Prof. Dr. Júlio César Suzuki
FFLCH/USP/São Paulo (SP)

Profa. Dra. Zeny Rosendahl
Instituto de Geografia/UERJ/Rio de Janeiro (RJ)

Tiago José Berg

Rio Claro, 27 de janeiro de 2014

Resultado: aprovado

AGRADECIMENTOS

Uma lista de agradecimentos é uma pequena parcela de toda uma etapa de dedicação ao trabalho científico. Resumo-a numa metáfora como a vista de um céu noturno onde nos recordamos das estrelas mais brilhantes no meio de uma miríade de constelações de pessoas que passaram por nossas vidas. Assim, ao mencionar alguns nomes, lembremos que todos os outros também tem o seu brilho dentro do universo de nossa convivência, cujo lampejo do passado às vezes é ofuscado pelas luzes urbanas do atual momento.

Por esse motivo, inicialmente agradeço a meus pais, José Carlos Berg e Luzia Cristina Ozello Berg, assim como minha irmã, Patrícia Camila Berg, por todo o apoio recebido nesses anos de universidade, pois sempre torceram por mim em todas as etapas que passei, mesmo que delas muitas vezes participassem de forma indireta. Sou grato por hoje ter aqui chegado e tido a oportunidade de dar minha singela contribuição à pesquisa, ao ensino, à cultura e às pessoas das quais pude estender a mão de alguma forma dentro da nossa academia.

Quero estender os meus agradecimentos especiais à minha orientadora, a Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro, que além da exímia orientação e leitura de meu trabalho, sempre me incentivou nas várias iniciativas acadêmicas e sociais, cuja convivência desde a graduação me ensinou muitas coisas de grande valor que desejo perpetuar. Da mesma forma, quero agradecer à Profa. Dra. Angelita Matos Souza por suas indicações de leituras sobre o Estado nacional e as teorias do imperialismo, contribuindo para o meu avanço na área de ciências sociais. Reitero meus agradecimentos ao professor doutor Paulo Roberto Teixeira de Godoy, que muito me ensinou nas etapas deste trabalho científico, pela leitura de meus trabalhos científicos e pelos apontamentos quanto às etapas da pesquisa. Em contribuição às minhas leituras e eventos científicos, expresso meus agradecimentos ao Prof. Dr. Júlio César Suzuki, que me incentivou a avançar nos temas da geografia política, assim como um maior aprofundamento nas leituras de semiótica. Os meus agradecimentos se completam à Profa. Dra. Zeny Rosendahl, com sua grande contribuição na área da geografia cultural e pela leitura do tema de forma clara e objetiva.

Agradeço ainda à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo fomento desta pesquisa desde as etapas iniciais de meu mestrado, que deram base para que pudesse continuar com um sólido projeto de doutorado, cujo financiamento recebido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) encerrou mais uma etapa importante dentro desse processo.

Em todos esses anos de Universidade, não poderia esquecer dos professores, amigos e alunos que tive nas muitas turmas que passaram pela Unesp de Rio Claro. Gostaria de lembrar com carinho dos amigos da 44ª turma de geografia, que entre os anos de 2002 e 2006 me propiciaram momentos de convivência únicos, nas alegrias e tristezas compartilhadas, nos anseios, no companheirismo e na beleza de nossa juventude! Dos meus “bixos” e “veteranos”, que mostraram o quanto experiência e respeito pelos mais velhos e carinho e admiração dos mais novos fazem as coisas valerem à pena... Quero estender meus agradecimentos aos professores que tive, pois cada um deu a sua contribuição para a minha formação de alguma forma. Aos colegas de pós-graduação, também expresso minha gratidão pela convivência nestes últimos anos, cujo intercâmbio frutífero nos ajuda a crescer dentro da pesquisa e nos auxilia nos momentos de solidão, em especial para quem esteve um pouco mais perto nessa etapa: Tânia, Ana Carolina, Andréa e Laila. Fora da universidade, não poderia esquecer de duas amigas que me ajudaram das mais variadas formas: Camila e Nathalia. Agradeço também à Vilma Peramezza, que me presenteou com uma rara bibliografia que pude aproveitar na leitura e escrita da tese.

Ainda no âmbito acadêmico, além dos docentes e dos amigos, também existem os funcionários que fazem tudo isso caminhar, deles agradeço da mesma forma, por encontrar aqui tudo em ordem para o meu ambiente de trabalho, em especial ao pessoal da Biblioteca, dos Departamentos e da Administração da UNESP de Rio Claro pela amizade que cultivei, por tudo que precisei e pelo bom atendimento diário (além de sempre receber um convite para tomar um café), mostrando o quanto a convivência em todos esses anos foi significativa.

Finalmente agradeço a você, leitor ou leitora, que neste momento toma meu trabalho em mãos e lê minhas idéias aqui expostas, podendo aceitar ou mesmo discordar delas, mas no momento que o faz, dá nova vida, cria e recria o motivo que faz tudo isso caminhar, a certeza de que a singela contribuição aqui apresentada permitirá ampliar ainda mais o universo do pensamento científico. Como disse certa vez Alfred Wegener (1880-1930): “A ciência é um processo social. Decorre numa escala temporal mais longa do que a vida humana. Caso eu morra, alguém ocupará o meu lugar. Se tu morreres, alguém ocupará o teu. O que realmente é importante é que alguém faça o trabalho”.

RESUMO

Esta tese de doutorado esforça-se na compreensão dos temas geográficos presentes nos símbolos nacionais com o objetivo de entender de que forma e grau o território, a paisagem, o lugar e a região estão presentes em suas estruturas representativas. Sua argumentação reside no fato de que a fragmentação do espaço, como resultado da ação das potências imperialistas nos últimos séculos, preservou o status quo territorial desses países após a independência, criando uma série de Estados nacionais periféricos e semi-periféricos dentro do espaço político mundial, muitas vezes com uma fraca unidade étnico-lingüística associada ao baixo controle social, político e econômico. Nesse contexto, a representação de temas geográficos nos símbolos porta-se como uma forma discursiva dos Estados e do próprio nacionalismo para compensar tais ausências, associando os elementos do geográfico como substitutivos do povo e da sociedade, além das características heterogêneas uma determinada comunidade nacional, para realizar um discurso geopolítico de soberania, unidade e identidade em torno da nação.

Palavras chave: símbolos nacionais, geografia, geopolítica, nacionalismo.

ABSTRACT

This thesis strives to understand the geographic themes present in national symbols with the aim of understand how the territory, landscape, place and region are present in its representative structures. My argument lies in the fact that fragmentation of space, as a result of the action of the imperialist powers in the past centuries, has preserved the territorial status quo in these countries after independence, creating a series of peripheral and semi-peripheral national states within the global political space often with a weak ethnic-linguistic unit associated with low social control, political and economic. In this context, the representation of geographic themes in symbols behaves as a discursive form of states and of the nationalism itself to compensate for such absences, combining elements of geography as substitutes of the people and society, and other heterogeneous characteristics of a specific national community, to undertake a geopolitical discourse of sovereignty, unity and identity around the nation.

Key words: national symbols, geography, geopolitics, nationalism.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Bandeira de Helgoland e suas referências representativas ao geográfico.....	33
Figura 2: A semântica e sintaxe dos símbolos nacionais e sua construção geopolítica.....	34
Figura 3: Desfile com vexilóides representado no templo de Osíris (2000 a.C.).....	79
Figura 4: Os vexilóides assírio, romano, asteca, mongol e japonês.....	79
Figura 5: O vexilo romano, a bandeira bizantina e a bandeira de Gengis Khan.....	79
Figura 6: Bandeiras heráldicas e suas influências nos brasões dos modernos Estados Europeus.....	82
Figura 7: Bandeiras-chave de influência histórica, regional e cultural (séculos XIII-XX).	90
Figura 8: Tradição e simbolismo – a soma dos reinos e territórios na genealogia da bandeira britânica.....	99
Figura 9: Bandeiras marítimas e estandartes coloniais britânicos.....	99
Figura 10: Emblemas do Império Britânico (1860-1980).....	99
Figura 11: Bandeiras coloniais do Império Francês (séculos XIX-XX).....	107
Figura 12: Bandeiras coloniais de outros Impérios (séculos XIX-XX).....	107
Figura 13: Projetos de brasões do Império Alemão (1914).....	110
Figura 14: Brasões do Império Português (1935-1975).....	110
Figura 15: Brasões de armas – o imaginário dos Andes e do Istmo.....	136
Figura 16: Brasões de armas – uma lição de biogeografia – do Caribe à África.....	143
Figura 17: Brasões de armas – uma lição de biogeografia – África.....	151
Figura 18: Brasões de armas – o legado da heráldica comunista.....	158
Figura 19: Bandeiras como “mapas” e bandeiras como “paisagens”.....	178
ANEXO A: BRASÕES DE ARMAS DO MUNDO PÓS-SOVIÉTICO.....	193

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ESPAÇO, IDENTIDADE, NACIONALISMO E GEOPOLÍTICA.....	15
1.1 Símbolos nacionais como declarações de identidade	17
1.2 O papel do nacionalismo: amálgama de sentimentos, fenômenos e discursos.....	20
1.3 Geografia e identidade nacional: território, paisagem, lugar e região.....	25
1.4 Mapeando a construção geopolítica dos símbolos nacionais	30
2. IMPERIALISMO E FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO: A ORIGEM E FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS	37
2.1 Das civilizações às proto-nações	40
2.2 O mundo conhecido em expansão	41
2.3 A formação dos impérios coloniais	44
2.4 Nas Américas um sopro de liberdade	51
2.5 Retalhando o que sobrou do mundo	55
2.6 A Europa remodelada no entre-guerras	61
2.7 O desmoronamento do mundo colonial.....	67
2.8 O fim do socialismo e o limiar do século XXI.....	71
3. SÍMBOLOS NACIONAIS: DIMENSÃO HISTÓRICA, CULTURAL E POLÍTICA	75
3.1 Dos soberanos aos movimentos populares	76
3.2 A era dos símbolos nacionais	83
3.3 Os símbolos e seu papel na “era do nacionalismo extremo” (1914-1945).....	87
3.4 A multiplicação dos Estados e das insígnias	89
3.5 O mundo colonial e seus emblemas	93
3.5.1 Tradição e imaginário: os emblemas do Império Britânico	94
3.5.2 As bandeiras coloniais dos franceses, espanhóis, belgas e italianos	104
3.5.3 Os projetos de brasão e bandeira para as colônias alemãs	108
3.5.4 Os projetos de bandeira e os brasões para as colônias portuguesas	109

4. SÍMBOLOS NACIONAIS E SUA REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA.....	113
4.1 Cantando a nação nas paisagens nórdicas	114
4.2 O imaginário dos Andes e do Istmo	128
4.3 Uma lição de biogeografia: do Caribe à África.....	137
4.3.1 Na África o papel das águas e dos grandes animais.....	144
4.4 O legado da heráldica comunista.....	152
4.5 Bandeiras como “paisagem” e como “mapa”.....	165
CONCLUSÃO.....	180
REFERÊNCIAS	184
ANEXO A: BRASÕES DE ARMAS DO MUNDO PÓS-SOVIÉTICO	193

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado esforça-se na compreensão dos temas geográficos presentes nos símbolos nacionais¹ com o objetivo de entender de que forma e grau o território, a paisagem, o lugar e a região estão presentes em suas estruturas representativas. Sua argumentação reside no fato de que a “fragmentação do espaço” como fala Andrade (1999) – resultado da ação das potências imperialistas nos últimos séculos – preservou o *status quo* territorial de muitos dos países após a independência, criando uma série de Estados nacionais periféricos e semi-periféricos dentro do espaço político mundial que convivem geralmente com uma fraca unidade étnico-lingüístico-cultural, associada ao baixo controle social, político e econômico.

O apelo dos símbolos nacionais aos temas da geografia ocorre justamente como um recurso de representação feito por tais Estados que visa preencher a falta de coesão existente no discurso nacionalista. O nacionalismo, como um fenômeno amalgamador, alia um grupo de pessoas em suas mais diversas escalas e etapas históricas a territórios que muitas vezes não se ajustam às construções idealizadas dessas “nações” (correspondendo à equação: Estado = nação = povo) como recorda Guibernau (1997). Nesse processo em que os movimentos nacionais e os Estados atuam na produção e apropriação de símbolos, a geografia não é um mero pano de fundo dentro dessas representações, mas ela porta-se, muitas vezes, como parte integrante de uma trama inteligível e identificável de espaços e tempos que atuam de forma decisiva na construção da identidade nacional.

Hinos, bandeiras e brasões portam-se muitas vezes como construções estatais que buscam harmonizar e homogeneizar as identidades nacionais e criar em seus discursos patrióticos uma concepção não antagônica do povo e do território da nação como lembra Escolar (1996), na tentativa de garantir ao máximo sua eficácia simbólica dentro do processo ritual e de suas estruturas representativas. Além disso, os símbolos têm a função de exercer um papel conservador dentro desse discurso patriótico, pois mesmo que eles sirvam para expressar às vezes certa oposição e propagar a revolução, também podem contribuir para garantir a legitimidade do poder constituído e a adesão à ordem estabelecida pelo próprio Estado como lembra Martinez (2008).

¹ Em geral, os símbolos nacionais possuem uma amplitude de formas e representações: bandeiras, hinos, canções, marchas, brasões, timbres, selos, cores, a flora e fauna, monumentos, santuários, moeda, língua, escrita/alfabeto, heróis, personificações da nação, etc. Por uma adequação metodológica trataremos aqui apenas dos três principais: *a bandeira, o brasão de armas e o hino nacional*.

Com o objetivo de compreender a construção simbólica do espaço, o primeiro capítulo buscará fazer uma reflexão das conceituações do espaço e do tempo, fornecendo as bases teóricas para o entendimento do simbolismo humano associado à dimensão espacial e seu papel na cultura, cuja transmissão envolve o processo ritual. A partir desta conceituação, em que o simbólico dá força e coesão às *comunidades imaginadas* da qual fala Anderson (2005), aborda-se a perspectiva do nacionalismo, como uma ideologia copiada e reproduzida em larga escala como parte vital dos projetos coletivos que dão forma ao mundo moderno, lançando uma perspectiva de bem e futuro comuns.

Nesse contexto, ressaltamos o papel da geografia na construção da identidade nacional, em que o discurso patriótico alia territórios, paisagens, lugares e regiões às práticas da vida social nos espaços aglutinadores de identidades. Além disso, por meio da ação política, o Estado dilui a nação no território, anulando as concepções antagônicas do social na definição da nacionalidade para criar uma noção de unidade, homogeneidade e identidade, refletindo-se nos símbolos como uma construção geopolítica. Através da análise semântica e sintática dos símbolos, junto com a abordagem lançada pelas linhas da geografia histórica e cultural e moldada por uma leitura da geopolítica, analisam-se de forma crítica como os discursos e representações são criados e reproduzidos nos símbolos nacionais para correlacioná-los com a atual colcha de retalhos territorial dentro do espaço político mundial.

A formação dos Estados nacionais será abordada no segundo capítulo, procurando entender como as potências imperialistas legaram ao mundo moderno uma série de entidades nacionais e soberanas de base territorial dentro do sistema internacional de Estados, o que resultou na chamada fragmentação do espaço. Procura-se realizar uma discussão a partir da consolidação e expansão do modelo de Estado europeu, paralelo ao processo traçado pelos impérios ultramarinos através das práticas de colonização e do imperialismo, cujo avanço criou uma crescente competição por novas áreas de expansão e zonas de interesse econômico, enxameando o mundo moderno com uma nova série de entidades territoriais que jamais haviam possuído sequer um precedente histórico. Entender tal processo de forma aprofundada ajuda a explicar não apenas o papel que os Estados ocupam no atual contexto internacional, mas mostrará, por outro lado, a importância que tal configuração assumirá em torno do discurso patriótico das nações na construção de seu imaginário geopolítico.

Constituída a base teórica das tramas territoriais que dão forma ao mundo moderno e suas unidades políticas, o terceiro capítulo traça justamente evolução dos símbolos nacionais do ponto de vista histórico, político e cultural. Procura-se demonstrar como bandeiras, brasões e hinos assumiram papel preponderante nas representações das mais diversas sociedades,

onde seu caráter evolutivo passou de uma associação meramente militar, religiosa e pessoal (na figura dos reis, eclesiásticos e soberanos) para a esfera institucional dos governos e Estados (como símbolos oficiais da comunidade nacional). A partir da confluência com o discurso promovido pelo nacionalismo, os símbolos passam a atuar em paralelo com a evolução dos governos estatais, tornando-se testemunhos do processo de construção das nações e suas estratégias discursivas. Além disso, é reservado a este capítulo a história dos símbolos coloniais, de forma a especular como os impérios fizeram o uso de emblemas como uma forma de criar uma noção de distinção e autonomia administrativa de seus domínios, promovendo um imaginário do mundo colonial através de seus aspectos físicos e culturais.

O capítulo seguinte abordará justamente a dimensão da representação geográfica dos símbolos nacionais em algumas regiões do globo onde a confluência entre a esfera simbólica e a geopolítica atuou com mais força. Inicia-se esta análise a partir das letras dos hinos nacionais da Escandinávia, cuja estrutura poética revela as várias tentativas de se construir identidades em torno da descrição eloqüente da paisagem e suas diversas escalas, sobretudo em uma região onde obras poéticas, baladas populares e canções folclóricas foram posteriormente absorvidas pelos Estados como suas representações legítimas; algo que envolveu o nacionalismo romântico do século XIX e que atuou em paralelo ao processo de constituição das fronteiras políticas desses países nos últimos séculos. Nas Américas do século XIX, por sua vez, foram precisos outros esquemas simbólicos para que a imagem da nação pudesse ser propagada e penetrasse com mais força no imaginário popular, onde a representação da paisagem nos brasões de armas atuou de forma significativa nessa estratégia, sobretudo por seu impacto visual em uma sociedade ainda predominantemente agrária e iletrada, em que a nação e as instituições do Estado estavam em vias de construção.

No século XX, a descolonização nas regiões do Caribe e da África (décadas de 1950-1960) revela um novo aspecto das representações geográficas, onde a função dos brasões na região mostrará que as espécies endêmicas assumiram forte papel como *símbolos singulares* da nação, portando-se como uma trama importante em seu discurso político de unidade nacional em sua vida cívica abarcadas na continuidade e rompimento com os antigos impérios coloniais. Nos símbolos da África, por sua vez, as águas dos rios, as paisagens litorâneas, os aspectos da toponímia e os grandes animais atuarão como ícones para os mitos de fundação e os apelos de unidade em Estados cujos territórios foram traçados de forma arbitrária. Por sua vez, a ascensão da União Soviética (1917-1991) e dos regimes comunistas ligados à esfera de Moscou teve que lidar tanto com nacionalidades, quanto com esquemas simbólicos já existentes e foi preciso ressignificar sua história em seus antigos brasões e evocar os aspectos

da nova heráldica comunista, cujo discurso geopolítico aparece nos elementos culturais estatais, nos territórios como fonte de recursos, na pujante agricultura e indústria, bem como nas virtudes regionais através da eleição de paisagens (por vezes utópicas) em sua temática.

Finalmente, realiza-se uma análise da representação gráfica das bandeiras e seu caráter visual em duas temporalidades e expressões que convergem para a temática da *paisagem* e do *mapa* nos símbolos nacionais modernos. Estas expressões vão aparecer em diversas regiões do globo como resultado da política internacional da segunda metade do século XX, atuando com mais força na esfera dos mini-Estados surgidos nas décadas de 1950-1960, cujo território reduzido tornou sua geografia um discurso ideal para mobilizar a unidade e identidade nacional. Por outro lado, aqueles Estados que tiveram de lidar com o retorno de um nacionalismo de base étnico-religiosa (sobretudo no pós-1990) após a queda dos regimes comunistas, também passaram a utilizar das mesmas expressões gráficas na tentativa de manter a eficácia simbólica de seus discursos de unidade e identidade, cujas questões nacionais e seus discursos geopolíticos ainda se desdobram no limiar do século XXI.

1. ESPAÇO, IDENTIDADE, NACIONALISMO E GEOPOLÍTICA

Há uma grande variedade de tempos e espaços simbólicos na cultura humana. Nem todos são caracterizados por palavras ou números. Pinturas, estátuas, edifícios, mapas, lugares santos, eternos campos de caça e outros mundos além são todos exemplos de espaços simbólicos. Ritmos, melodias, histórias, peças de teatro, rimas poéticas, dias santos e eternidade, todos significam tempos simbólicos [...] quando os seres humanos se referem a ‘espaço e tempo’, em geral estão se referindo a espaço e tempo simbólicos em uma de suas muitas formas (SZAMÓSI, 1986, p. 11).

Para Szamósi (1986), percebemos não apenas objetos no espaço e no tempo, mas também criamos símbolos para “objetos”, para “espaço” e para “tempo” e os traduzimos em forma de uma dimensão comunicativa que vai além de nossa natureza biológica. Foi assim que a linguagem permitiu ao ser humano a capacidade de se criar modelos do mundo e dar sentidos a ele, pois essa estrutura o simplifica, dá-lhe uma ordem coerente e, assim, o torna capaz de ser vivido, algo que o *animal symbolicum* de Cassirer (2001)² conseguiu fazer, criando um mundo artificial em que o processo de representação não se dá apenas de forma isolada, como uma consciência individual, mas é resultado de uma interação cultural advinda das formas de comunicação social, que White (2009) considerava como a base de toda cultura – a capacidade do homem de “simbologizar” ou simbolizar o mundo.³ Conforme atenta Leach (1978, p. 59) “um signo ou símbolo somente adquire sentido quando é diferenciado de algum outro símbolo ou signo contrário”, eles não têm sentido se vistos isoladamente, mas devem fazer parte de um conjunto social que caracteriza a comunicação humana através de ações expressivas que operam como sinais, signos e símbolos. Deve-se lembrar que os símbolos acumulam significados organicamente ao longo do tempo, enquanto os signos se apresentam como marcas gráficas deliberadamente escolhidas para produzir convenções, enquanto os sinais são manifestações físicas (SZAMÓSI, 1986; FONTANA, 2012).

Esse conjunto de práticas e valores sociais reflete uma visão do mundo externo, constituindo-se em criações de esquemas mentais estabelecidos a partir de uma dada

² [...] No entanto, no mundo humano encontramos uma característica nova que parece ser a marca distintiva da vida humana [...] o sistema simbólico. [...] Em vez de lidar com as próprias coisas o homem está, de certo modo, conversando constantemente consigo mesmo. Envolveu-se de tal modo em formas lingüísticas, imagens artísticas, símbolos míticos ou ritos religiosos que não consegue ver ou conhecer coisa alguma a não ser pela interposição desse meio artificial [...]. A partir desse ponto de vista a que acabamos de chegar, podemos definir e ampliar a definição clássica do homem [...] A razão é um termo muito inadequado com o qual compreender as formas da vida cultural do homem em toda a sua riqueza e variedade. Mas todas essas formas são formas simbólicas. Logo, em vez de definir o homem como *animal rationale*, deveríamos defini-lo como *animal symbolicum* (CASSIRER, 2001, p. 47-50).

³ White (2009) emprega o termo “simbologizar”, pois entende simbolizar como o ato de “representar por um símbolo”, enquanto o ato de simbologizar envolve a possibilidade de criar, atribuir e compreender significados às coisas do mundo externo, bem como a capacidade de compreendê-los.

realidade, portanto, não incorporando apenas a vertente lingüística no processo de comunicação, mas também a cultura, os valores, os significados e a própria ideologia contida em suas estruturas. A representação seria, assim, um tipo de linguagem, uma “construção sígnica” que é o produto social oriundo da comunicação. No pensamento de Bourdieu (2007), todo esse arcabouço ideológico usado como instrumento de conhecimento e de construção do mundo dos objetos configura-se em um *sistema simbólico*, pois os símbolos são instrumentos por excelência da integração social. Enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *concensus* a cerca do sentido do mundo, o que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.⁴ Leach (1978, p.44) reforça essa idéia, pois, “quando usamos símbolos (tanto verbais como não-verbais) para distinguir uma classe de coisas ou ações de uma outra, estamos criando fronteiras artificiais num campo que é ‘naturalmente’ contínuo”.

Geertz (1989) acrescenta que o simbólico tem uma existência tão concreta quanto o material e que a cultura é um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, como um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. O termo cultura é visto por Geertz (1989) como uma teia de significados que carrega mecanismos de controle para governar o comportamento, feito de valores e crenças, de códigos morais e hábitos que são socialmente construídos, transmitidos, aprendidos por meio de signos e símbolos. Esse sistema contribui para regular e padronizar atitudes e emoções no alargamento do universo do discurso humano, pois:

[...] esse é um objetivo ao qual o conceito de cultura semiótico se adapta especialmente bem. Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis [...], a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível, isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 1989, p. 24).

A chamada “descrição densa” (*thick description*) constitui-se em uma hermenêutica cuja tarefa seria conseguir exibir a estratificação complexa dessas culturas/textos (MONADA; SÖDERSTRÖM, 2004), pois o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu e a cultura é vista como sendo essas teias e sua análise. São essas estruturas

⁴ [...] não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto, ou o sotaque) são objeto de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objetivas*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (BOURDIEU, 2007, p.112).

empilhadas, essas camadas sucessivas de significação que constituem o material da antropologia, que deve ser vista não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 1989). Essa noção interpretativa pode ser abordada no viés da geografia como será visto adiante, onde a cultura é o sistema de criação de signos através do qual, necessariamente (ainda que entre outros meios), uma ordem social é transmitida, reproduzida, experimentada e explorada. A prática cultural e a produção cultural não são “simplesmente derivadas de uma ordem social construída de outra maneira, mas são, elas próprias, os elementos principais de sua constituição” (WILLIAMS, 1982, p.12-13 apud DUNCAN, 2004, p.101-102), pois a cultura está embutida em outros sistemas como um componente construtivo.

Cosgrove (2004) recorda que para compreendermos as expressões impressas por uma cultura, necessitamos de um conhecimento da linguagem empregada, ou seja, o papel dos símbolos e seu significado, pois, como produtos semióticos interpretáveis da cultura humana, eles imprimem valores a fatos, a coisas ou a pessoas. Também transformam fatos, coisas e pessoas, e assim comunicam, relacionam, criam diferenças e possibilitam reconhecimentos. Geertz (1989, p.321) mostra, ainda, que a cultura é um “conjunto de textos, eles próprios conjuntos, que a antropologia esforça-se para ler acima dos ombros daqueles a quem eles pertencem de direito”. Essa leitura de textos se realiza à luz do conhecimento de um contexto que permite uma descrição inteligível dos processos sociais, essa descrição passa a ser vista também como uma “construção do pesquisador” (MONDADA; SÖDERSTRÖM, 2004).

Para Guibernau (1997, p.86), a “cultura é o modelo de significados corporificados em formas simbólicas, que incluem atos, ditos e objetos significativos de várias espécies, graças aos quais os indivíduos se comunicam uns com os outros e partilham suas experiências, concepções e crenças”. Dessa maneira, como formas simbólicas, os fenômenos culturais são significativos para aqueles que deles participam, e seu significado é algo que apenas os incluídos conhecem e valorizam. O processo de identificação com os elementos de uma cultura específica implica um forte investimento emocional, no qual os indivíduos envolvem-se com sua terra, língua, símbolos e crenças enquanto desenvolvem sua identidade, o que facilita a difusão do nacionalismo, bem como a assimilação do conceito de nação.

1.1 Símbolos nacionais como declarações de identidade

Símbolos nacionais portam-se como claras declarações de identidade. Em essência, eles servem como totens modernos (no sentido Durkheimiano) – são signos que trazem uma

relação especial para as nações que representam, distinguindo-as umas das outras e reafirmando suas fronteiras de identidade (CERULO, 1989; 1993). Afinal, não é outra coisa que se pede de um símbolo: a capacidade de traduzir o sentimento coletivo, de expressar a emoção cívica dos membros de uma comunidade nacional (CARVALHO, 1990). É através de seus símbolos que as nações tornam-se visíveis aos outros e aos próprios compatriotas (ELGENIUS, 2011), pois eles se constituem em um poderoso instrumento para a participação social e a comunicação (FIRTH, 1973). Além disso, numa perspectiva que envolve as estratégias de domínio e hegemonia, os “símbolos são cruciais nas maneiras pelas quais os impérios são sustentados na vida e nas mentes das pessoas. A construção ideológica de novas nações é erigida sobre continuidades com o passado, mas isso requer o rompimento de velhos símbolos e produção de outros sinais consistentes com as novas ideologias que promovem” (MOHAMMED, 2002, p.35).

Foi no final do século XVIII que os símbolos nacionais apareceram com o presente *status*, quando, junto com a formação dos Estados nacionais modernos, passaram figurar não apenas como elementos acessórios, mas como delineadores em um período de expansão do nacionalismo e das idéias de identidade e soberania. Presentes nas cerimônias públicas, políticas e diplomáticas, nos protestos e eventos esportivos e reproduzidos em emissoras de rádio e televisão, cinemas, teatros, festivais e paradas militares, eles são, junto com os rituais e cerimônias, fatores decisivos na criação e construção da identidade nacional. O simbolismo é, no diz respeito à nacionalidade, um elemento importante do processo de construção da nação como autenticador de limites. A complexidade da construção da nação pode até mesmo ser traçada ao lado da criação de símbolos e cerimônias e como estas são introduzidas, adotadas, alteradas, modificadas, contestadas, abolidas e restabelecidas em momentos cruciais no seu processo de formação (ELGENIUS, 2011).

Dessa forma, a nação, como uma forma de comunidade, implica tanto a semelhança entre seus membros, quanto a diferença em relação aos estranhos (GUIBERNAU, 1997) e o papel dos símbolos é justamente remeter esses significados como um traço distintivo de um grupo ou comunidade em forma de unidade política, criando uma identidade associativa no pensamento coletivo em que se pode experimentar a consonância, a realização física da *comunidade imaginada* da qual fala Anderson (2005) por meio do processo ritual. Leach (1978, p.53) acrescenta que as dimensões verbais, musicais, coreográficas e visual-estéticas parecem, todas elas, formar componentes da mensagem total e “quando fazemos parte desse ritual, captamos todas essas mensagens ao mesmo tempo e as condensamos numa única experiência, assim nós ‘dizemos coisas a nós mesmos’”.

No ato de cantar o hino nacional, hastear a bandeira ou ostentar o brasão de armas se recriam e se reproduzem as lealdades a um sujeito coletivo (o nós), que experimenta a nação em si mesmo (ESTÉVEZ, 2004). Quando experimenta a nação, o sujeito coletivo entra em comunhão com essa identidade cultural transplantada para o âmbito nacional, pois, nas palavras de Hall (2005, p.59) “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma grande família nacional”.

Logicamente, os Estados e os movimentos nacionalistas estimulam a invenção de rituais e símbolos de reforço (BREEN, 2008) como um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas e aceitas que visam inculcar valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica uma continuidade com o passado, encaixando-se na perspectiva da “tradição inventada” de Hobsbawm e Ranger (1997). Questões de identidade são “sempre exercícios de memória seletiva e quase sempre envolvem o silenciamento de algo a fim de permitir que se diga algo mais sobre o outro” (MOHAMMED, 2002, p.56) e Cerulo (1993) atenta que esta é uma característica intrínseca dos símbolos, pois eles projetam uma mensagem que é propositalmente e meticulosamente construída quando foram adotados ou escolhidos para se tornarem símbolos oficiais de uma nação:

[...] desde o surgimento do Estado-nação, líderes políticos têm criado e usado símbolos nacionais (bandeiras, hinos, lemas, moedas, constituições, feriados) para direcionar a atenção pública, integrar cidadãos, e motivar a ação pública. [...] símbolos nacionais são comissionados, selecionados e projetados pelas elites políticas da nação, numa relação entre controle social e estrutura simbólica [...], elas “transformam” esses símbolos com referência às condições sociais que elas expressam e com os fins que elas desejam [...], pois buscam o controle sócio-político (CERULO, 1989, p.77-79).

Nesse processo de memória seletiva, prática social e construção simbólica, “cada sujeito é intercambiável com os outros e nessa virtualidade de intercâmbio se produz não só a associação com todos os patriotas entre si, como também a de cada um deles com a pátria cantada [e representada]” (ESTÉVEZ, 2004, p.373), onde a existência da nação é reafirmada e as conexões e lealdades pessoais são despertadas e validadas (PENROSE, 2009). Assim é que a pátria adquire forma, possui um caráter. Jurar defendê-la torna-se um compromisso moral dos patriotas, pois a pátria (mesmo que seja o produto de uma mera invenção ou tradição) foi dos antepassados e continuará a ser dos filhos, sendo ela o lugar (por seus atributos territoriais, lingüísticos, religiosos e culturais comuns) onde está assentado o projeto futuro de vida de seus cidadãos, algo que penetrou profundamente nas sociedades modernas com o advento do nacionalismo.

1.2 O papel do nacionalismo: amálgama de sentimentos, fenômenos e discursos

[...] o nacionalismo é um sentimento relacionado a uma pátria, uma língua, ideais, valores e tradições comuns, e também com uma identificação de um grupo com símbolos (uma bandeira, uma determinada canção, uma peça de música ou projeto) que o definam como “diferente” dos outros. A conexão com todos esses signos cria uma identidade, e o recurso a essa identidade teve, no passado, como tem ainda hoje, o poder de mobilizar as pessoas (GUIBERNAU, 1997, p.52).

O interesse no debate em torno do nacionalismo para a compreensão da dimensão geográfica dos símbolos nacionais reside no fato de que ele “é um fenômeno essencialmente *psicológico*, que envolve necessidades e disposições sentidas, em contraste com o estado nacional, que é *institucional*” (GUIBERNAU, 1997, p.53), reunindo nesse espectro a afeição pelo lugar, pela região e as formas como esse espectro se desdobra para a escala do território nacional. Além disso, o nacionalismo importa também porque ele “é parte vital de projetos coletivos que dão forma ao mundo moderno” (CALHOUN, 2008, p.39), pois um de seus aspectos mais característicos é a capacidade de reunir pessoas de níveis sociais e contextos culturais diferentes.

Os seres humanos sempre viveram em grupos cujos membros formam um agrupamento “objetivo” de pessoas com um modo de organização social, algo que reside em um modo “subjetivo” pelo qual as pessoas compreendem como estão irmanadas e deveriam interagir. Assim, o significado básico do nacionalismo é o uso desse modo de categorizar populações humanas para constituir uma reivindicação normativa, como uma forma de comunidade que deve implicar na semelhança e na diferença em relação aos estranhos e poder se imaginar como tal. No processo de participação e filiação nas relações sociais, o sujeito está inserido em uma comunidade, representado pela nação, cuja identidade nacional é o seu produto. A identidade nacional prega uma continuidade no tempo e a diferenciação dos “outros” e, essa continuidade, resulta em conceber a nação como uma entidade historicamente enraizada, que se projeta no futuro, pois “ela confere força e adaptabilidade aos indivíduos, na medida em que reflete a identificação deles próprios com uma entidade – a nação – que os transcende” (GUIBERNAU, 1997, p.83).

O nacionalismo consiste a partir desse ponto de vista, no uso da categoria “nação” para organizar percepções de identidades humanas básicas, agrupando pessoas com outras da mesma nacionalidade e as distinguindo dos membros de outras nações. Por esse viés, “o nacionalismo e o Estado encampam associações de parentesco, de vizinhança e da terra natal, para territórios e populações de dimensão e escala tais, que as transformam em metáfora” (HOBSBAWM, 1988, p.212). De fato, para se entender o fenômeno do nacionalismo, é

preciso levar em conta uma série de confluências históricas surgidas no fim do século XVIII, como a transformação cultural das sociedades agrárias e rurais em urbano-industriais (GELLNER, 1988); o papel da língua e da imprensa escrita (ANDERSON, 2005); a evocação das etnias e dos atos cívicos (SMITH, 2001); e mesmo a noção de soberania inaugurada pelo Iluminismo e a Revolução Francesa (HOBSBAWM, 1990).⁵

Sem elas, torna-se complicado compreender como uma série de Estados surgidos após o século XVIII passou cada vez mais a reivindicar para si uma base territorial fixa e precisa, mobilizando seus habitantes através de uma série de instituições que os inseriam e os moldavam enquanto cidadãos ao mesmo tempo em que construíam uma memória histórica de suas reivindicações. Anthony Smith (2001) sustenta que as origens do nacionalismo estão fincadas na burocratização bem sucedida de etnias aristocráticas que conseguiram apenas se transformar em nações genuínas no Ocidente, onde a consolidação e a centralização territorial andaram de mãos dadas com uma padronização cultural cada vez maior, em que as nações são processos a longo prazo, constantemente encenadas e reinterpretadas. O nacionalismo cívico é compreendido como a lealdade de cidadãos individuais a um Estado com base exclusivamente na identidade política. De acordo com Smith (2001) o modelo “cívico” é mais recente nesses nacionalismos, enquanto o caráter “étnico” porta-se como um genealógico mais antigo de organização cultural e social. Geary (2005) argumenta que as origens do nacionalismo europeu, por exemplo, estão na dissolução do Império Romano e no desenvolvimento de uma variedade de diferentes agrupamentos político-culturais na Europa medieval. Gellner (1988), por sua vez, mostra que a origem das nações modernas é uma resposta funcional às novas exigências da industrialização e do capitalismo.

Hobsbawm (1990) trabalha a periodização histórica da nação para afirmar sua tese de que ela é uma invenção histórica recente e que os atores e fatores do processo de construção

⁵ Devem-se salientar dois fatores diferenciavam o nacionalismo dos Estados nacionais Americanos em relação aos Europeus nos séculos XVIII-XIX. Com relação ao “Velho Mundo”, a língua e a ascendência dos crioulos eram as mesmas contra os regimes metropolitanos que lutavam e não havia de fato em solo americano (exceto nas Treze Colônias) uma “classe média” e uma *intelligentsia*. Na América Espanhola, a liderança foi assumida por grandes proprietários fundiários, aliados a um número menor de comerciantes e profissionais liberais, em que o imaginário da comunidade nacional provinha da questão da imutabilidade e da permutabilidade com relação aos crioulos e peninsulares (ANDERSON, 2005). Além disso, o aparecimento da imprensa escrita no decurso do século XVIII ajudou a forjar essa “consciência nacional”, embora seu impacto tenha sido “modesto” em relação às Treze Colônias e a Europa (PAMPLONA, DOYLE, 2008). A configuração geográfica, política e econômica das novas repúblicas sulamericanas coincidiu com as unidades administrativas de Madrid e Lisboa entre os séculos XVI-XVIII, que freqüentemente impunham uma fragmentação automática (HOBSBAWM, 1977). Na América Portuguesa, além das diferenças em relação à educação e a imprensa escrita, foi só a partir da consolidação da unidade política brasileira, com o poder centralizador do Império, que se produziram as maiores cargas emotivas nos cidadãos no que compete à vivência coletiva, no qual tiveram algum êxito a tradição imperial ou os valores religiosos (CARVALHO, 1990), onde, nos rituais cívicos, “os brasileiros idealizavam sua comunidade política e se auto-identificavam como integrantes da nova nação” (KRAAY, 2008, p.349).

da nação variam de acordo com suas etapas de desenvolvimento e formação dos Estados. A primeira etapa se desenvolve entre os anos de 1830-1880, onde ocorre o que o autor chama de “princípio de nacionalidade”, que vincula uma nação (histórica) e um território (contínuo ou homogêneo), na forma de pré-nações ou “protonações” (exemplos dos antigos reinos da Inglaterra, França, Espanha, Portugal). Entre 1880 e 1914 é que surge, de fato, a “idéia ou consciência nacional”, que articula à língua, à religião e à raça uma distinção comum de interesses com os movimentos políticos de massa. É nesse período que nações originalmente de caráter heterogêneo forjam, sob a vanguarda de uma *intelligentsia* e através das instituições e do próprio Estado, uma nação calcada na idéia de uma mesma língua, raça e religião – que é o discurso dos nacionalistas – onde o patriotismo estatal reforça o sentimento nacional e tem seu “apogeu” no adentrar do século XX. Entre 1918 e 1950/1960 – a questão nacional, através da consciência nacional estabelecida, une-se ao conjunto de lealdades políticas, com a criação dos “partidos nacionalistas”, como agentes no processo de reivindicação ou manutenção das independências nacionais, agora agregado com a luta anti-imperialista nos países coloniais e as influências do comunismo. Assim, na primeira etapa, o discurso da nacionalidade provém da economia política liberal; na segunda dos intelectuais pequeno-burgueses e na terceira emanam principalmente dos partidos políticos e do Estado.

Nessa construção, conforme declara Ernest Gellner (1988), o nacionalismo não é o despertar da consciência das nações, “ele inventa nações onde elas não existem” pelo fato de que “a característica básica da nação moderna e de tudo que a ela está ligado é a sua modernidade” (HOBSBAWM, 1990, p.27). Em outras palavras, antes do século XIX, “os Estados organizavam menos a vida social e coincidiam menos com a integração cultural” (CALHOUN, 2008, p.42), onde os modos de vida variavam mais no interior dos Estados do que entre um Estado e outro. Mas os Estados também atuavam no processo de fabricação das nações, à medida que suas instituições (especialmente a escola, os postos de guarda, o serviço militar obrigatório e os cargos e empregos públicos) iam penetrando mais profundamente nos territórios, eles podiam *impor* a uniformidade nacional (HOBSBAWM, 1995), apoiando-se na proposta do conceito antropológico da *comunidade imaginada* de Anderson (2005), que se deve, sobretudo, ao declínio das verdadeiras comunidades às quais as pessoas haviam se habituado ao longo dos séculos (a aldeia, a família, a paróquia, o bairro, a confraria, etc.), não abrangendo, como haviam feito antes, a maioria das contingências da vida das pessoas e fazendo com que seus membros sentissem a necessidade de algo que tomasse seu lugar. É nesse contexto que a nação poderia preencher esse vácuo (HOBSBAWM, 1988).

Benedict Anderson (2005, p.25) introduz o conceito de nação como “uma comunidade política imaginada – e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana”. Ela é *imaginada* porque até os membros da menor nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa nação, mas, ainda assim, na mente de cada um deles, existe a imagem de sua comunhão. A nação é imaginada como *limitada* porque até a maior das nações, tem fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais se situam outras nações. Nenhuma nação se imagina a si própria como tendo os mesmos limites que a humanidade. Nem os nacionalistas mais messiânicos têm o sonho de um dia, todos os membros da espécie humana integrarem a sua nação. É imaginada como *soberana* porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução Francesa destruíram a legitimidade do reino dinástico hierárquico e de ordem divina. Finalmente, ela é imaginada como uma *comunidade* porque independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre esta concebida como uma agremiação horizontal e profunda – uma fraternidade.

Conforme recorda Breen (2008), a partir das histórias de regimes de governo muito diferentes por todo o mundo, conclui-se que o nacionalismo quase sempre se mostrou capaz de acolher uma larga faixa de ideologias políticas, pois ele aceita um conteúdo político extremamente versátil, à medida que trabalha com os recursos culturais que encontra à mão, emprestando nova identidade a velhas idéias, intensificando o compromisso de um povo com uma ideologia política dominante, tornando homens e mulheres mais fervorosos como monarquistas ou republicanos, fascistas ou comunistas, do que eram antes do acirramento da identidade política. O nacionalismo funcionou como uma espécie de “catalisador” (BREEN, 2008), ampliando idéias e pressuposições políticas presentes numa dada cultura que foram gestadas ao longo da história em ambientes diferentes, confluindo com a “ascensão do estado nacional como o produto de um processo multidimensional que mudou as relações de poder na sociedade” (GUIBERNAU, 1997, p.60) em uma variedade de escalas (PENROSE, 2009).

Calhoun (2008) mostra que em poucas regiões do mundo, diversos Estados de poderio comparável foram forçados a coexistir em condições de relativa igualdade, sem a influência pacificadora e integradora de um império abrangente ou, no mínimo, central. Dessa forma, o embrião que daria origem ao nacionalismo europeu constituiu-se na situação de impasse relativo em que uma variedade de Estados conseguia gozar de relativa independência; porém, foi só no início do período moderno que essa forma de organização social e política – o típico modelo de Estado europeu na concepção de Tilly (1996) – adquiriu a forma conhecida.

Entretanto, o problema que atinge a idéia central do discurso nacionalista é a de que deveria haver uma correspondência entre uma nação e um Estado soberano, em que a nação – habitualmente compreendida como pré-política e sempre existente em termos históricos dentro desse imaginário – constitui a base para a legitimidade do Estado. Em termos ideais, afirma-se que as nações deveriam ter um território comum e singular, uma cultura nacional comum e distinta (incluindo especialmente a língua), e seu próprio Estado soberano. “É muito difícil, porém, definir as nações nos termos dessas afirmações, já que *há exceções a quase todas elas*” (CALHOUN, 2008, p.54) [grifo nosso].

Ainda, segundo Calhoun (2008), a natureza fragmentária das abordagens atuais do nacionalismo tem origem na sua inabilidade para juntar seus dois atributos fundamentais: o caráter político do nacionalismo, como uma ideologia que defende a noção de que Estado e nação devem estar em harmonia; e sua capacidade de ser um provedor de identidade para indivíduos conscientes de construir um grupo baseado numa cultura, passado e projeto para o futuro comuns, bem como na fixação a um território concreto (GUIBERNAU, 1997). Além disso, como uma idéia transplantada e reproduzida em larga escala⁶ pelo mundo:

O nacionalismo que estabeleceu a si próprio como versão padronizada da ideologia e do programa nacional era essencialmente territorial, uma vez que seu modelo básico era o Estado territorial da Revolução Francesa, ou, de qualquer modo, aquele que mais se aproximasse de efetivar o controle político sobre um território claramente definido e seus habitantes, e que estivesse, na prática, disponível (HOBSBAWM, 1988, p.210).

Assim, se os Estados soberanos e as potências imperialistas têm moldado o mundo com suas reivindicações territoriais, econômicas e (geo)políticas, o nacionalismo assume um papel essencial por sua capacidade de engendrar e mobilizar os símbolos do coletivo através dos sentimentos, transformá-los e associá-los a um determinado território em suas mais diversas escalas e tempos, como uma forma de agregar e construir identidade “nacional”. Sendo o nacionalismo uma ideologia que se baseia na tentativa de transformar a identidade nacional em alguma forma de Estado político, este é também uma estratégia territorial, pois qualquer Estado requer algum tipo de espaço soberano que possa controlar e dentro do qual pode exercer sua força legítima (KAPLAN, 2009). Logicamente, sem território, um Estado político seria ilimitado, sem limites e sem lugar – ele perderia sua razão de existir – e uma coisa que une os diversos movimentos nacionalistas é a importância intrínseca do território. Na maioria dos casos, tais movimentos surgem de grupos que já ocupam (mas, talvez, não

⁶ Nada que se pareça com nacionalismo pode ser descoberto em outras regiões, pois não existiam condições para isto [...]. Na Ásia, nos países islâmicos e, mais ainda, na África, a união entre as elites “evoluídas” e o nacionalismo, e entre ambos e as massas só viria a ocorrer no século XX (HOBSBAWM, 1977).

controlam) uma parte específica do território e mesmo os grupos que não ocupam um mesmo território (como os grupos de diáspora) estão ancorados com algum tipo de consolidação territorial no futuro ou a buscam em um passado imaginário.

1.3 Geografia e identidade nacional: território, paisagem, lugar e região

Para Calhoun (2008), a produção de narrativas históricas nacionais está tão engastada no discurso do nacionalismo que ela quase sempre depende, da pressuposição de algum tipo de identidade ou mito nacional preexistente que forneça um começo para a história, mas também de uma base espacial inaugural, pois as nações contêm locais icônicos, paisagens características e monumentos particulares que servem para comemorar eventos ou processos históricos, ruínas e sítios para fornecer provas de um passado nacional antigo e, pelo contrário, de edificações para celebrar sua modernidade e progresso, noções estas que ocorrem nas mais diversas escalas (EDENSOR, 2009). Por esse motivo, o nacionalismo e a identidade nacional podem ser examinados com base em uma variedade de temas geográficos, envolvendo as noções de espaço, lugar, paisagem e escala (KAPLAN, 2009).

Nações não existem objetivamente antes de existirem em termos discursivos, por esse motivo, o nacionalismo “é uma formação discursiva que dá forma ao mundo moderno [...] um modo de falar, escrever e pensar sobre as unidades básicas da cultura, política e noção de seu lugar no mundo, o que ajuda a construir nações como dimensões reais e poderosas da vida social” (CALHOUN, 2008, p.37). A identidade nacional precisa ser apoiada e reafirmada a intervalos singulares, cujo rito desempenha um papel crucial, pois, há poucas diferenças entre as cerimônias religiosas e as civis em seu objeto. Os símbolos são empregados, em geral, como elementos-chave em rituais comuns que reúnem os membros da nação a intervalos regulares, como forma de reviver constantemente seus ideais.

Da mesma forma que precisam de uma bandeira e de um hino, os Estados nacionais também precisam, para se estabelecerem como nações modernas, de um mito fundador, que é geralmente proporcionado pela história dos ancestrais (HOBSBAWM, 2007), o que impõe certo vínculo interno com o passado e as origens. Segundo Chauí (2000), o mito, no sentido antropológico, tem a função de apaziguador das tensões e contradições, enquanto o ato fundador recorda um determinado momento no passado imaginário que se mantém vivo no tempo. O mito fundador constitui-se-ia, assim, em um repertório inicial de representações da realidade que se reorganiza em cada etapa histórica para repetir-se indefinidamente enquanto ideologia. A partir dessa época, a nação passa a ser vista como algo que sempre teria existido

desde os tempos imemoriais e suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui (CHAUÍ, 2000), algo que deve ser celebrado no espaço público por ritos e símbolos relativos à nação e seus fundadores através de uma “religião civil” (ROSENDAHL, 2001) fomentada pelo Estado através do patriotismo.

Paasi (1997) ressalta que a construção da identidade nacional não é apenas uma intriga da capacidade ideológica do Estado, que utiliza do patriotismo para manipular seus cidadãos e manter sua hegemonia. São os cidadãos que reproduzem o Estado dentro da divisão sócio-espacial do trabalho, sendo que algumas pessoas estão mais envolvidas que outras na construção das representações da identidade (como no caso dos jornalistas, professores, líderes militares e outros ativistas que desempenham um papel fundamental nesse processo de reprodução), enquanto Edensor (2009) acrescenta o papel da mídia na representação do espaço nacional, ambas matérias primas da ação política.

Conforme lembra Moraes (1988), as formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias, etc., dos homens na contínua e cumulativa antropomorfização da superfície terrestre, o que envolve projeções, pré-ideações, avaliações e formas de consciência do espaço, cuja apropriação intelectual gera uma “geografia” informal, espontânea, empírica, que constitui sua práxis manipulativa, sendo que em outro patamar, o da práxis apropriativa, de consciência mais elaborada, está a geografia “científica”. Por isso, “as ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito do seu espaço e da sua relação com ele” (MORAES, 1988, p.44).

Além disso, as identidades são correlatas e interligadas: as pessoas identificam a si mesmas com numerosos grupos sociais (étnicos, religiosos, gênero, gerações), sendo que o território e a paisagem podem ser uma parte importante nesse processo de construção (PAASI, 2008). Dessa forma, os discursos de identidade nacional são impregnados com poder social, atributos culturais e políticos, devendo-se levar em conta nesse discurso o papel das fronteiras físicas ou simbólicas entre o “nós” e os “outros” – a natureza das *comunidades imaginadas* da qual nos fala Anderson (2005) – junto com as narrativas do “nós” (perpetuadas e reproduzidas pela literatura, pelos jornais, pela educação, etc.), que propiciam leituras e podem criar uma relação entre território, povo e história (ou memória). Além disso, nas palavras de Haesbaert (2001, p.130):

Os territórios modernos por excelência, os do Estado-nação, são marcados por uma comunidade imaginada, calcada em um indivíduo nacional-universal, capaz de impor-se sobre as diversas comunidades baseadas na diferenciação étnica dos grupos sociais.

Em conjunto, reinventam-se símbolos e identidades nacionais, estruturados para consolidar a homogeneização da nova nação-Estado. Daí que a criação dos Estados-nações modernos é simultaneamente um movimento desterritorializador e reterritorializador, sob os aspectos político e cultural.

O formato territorial não se refere apenas à criação de fronteiras físicas, mas também à sua representação, com suas funções, instituições e simbolismos como expressões abstratas de solidariedade de grupo que servem para evocar as emoções de identificação com os traços territoriais (PAASI, 1997). Nesse pensamento, o principal símbolo de um território e da construção de sua identidade é em primeiro lugar o seu nome,⁷ uma vez que este reúne em seu desenvolvimento ao longo do tempo os episódios e acontecimentos importantes na história e se junta às histórias pessoais e ao patrimônio coletivo, como importantes elementos na paisagem política. Como lembra Haesbaert (2001), não é qualquer base material, espacial e socialmente apropriada que se constitui de um território, pois estes devem ter o sentido de espaços aglutinadores de identidades na medida em que as pessoas desenvolvem laços simbólicos e afetivos com os lugares em que vivem. Para realizar este processo, os atores que detêm o poder sobre um território (ou fora dele) definem e simbolizam os limites espaciais e sociais e criam os discursos e as práticas de inclusão e exclusão, uma vez que a identidade é uma forma de classificação social e esta também implica a construção de limites.

A idéia de identidade também está ligada estreitamente com o conceito de paisagem em várias escalas espaciais. Sobre as escalas local e regional, tanto as paisagens natural e cultural caracterizam lugares e regiões e lhe dão uma “personalidade”, no qual estas podem ser significantes no processo pelo qual o povo de forma individual ou coletiva identifica a si mesmo com esses conceitos espaciais. A idéia de um local específico ou de identidade regional também é usada para traçar uma ligação entre povo, memória e território. Imagens, práticas e identidades a cerca da paisagem são criadas em vários discursos diferentes e seus significados podem variar entre tempos e lugares, mas elas são cruciais para a manutenção da história e da memória nacional, sobretudo porque o nacionalismo brilha mais intensamente com a presença certos de tipos de paisagens distintas (KAPLAN, 2009).

⁷ Em termos de identidade nacional, o nome adotado por um povo é mais do que um mero indicador geográfico; ele é uma condensação da intenção histórica e projetiva de seus membros (ou pelo menos de suas elites) e, se for bem-sucedido ao longo do tempo, ele também se torna um instrumento poderoso para inspirar os sentimentos associados ao nacionalismo e ao fervor patriótico. Como no caso de mapas e outros símbolos através dos quais o conteúdo abstrato de uma idéia nacional se torna concreto, mais ainda tendo em vista sua concisão epigramática, o nome de uma nação é um elemento crucial, talvez até mesmo um ponto de partida necessário, na definição de sua identidade (MYERS, 2008, p.181). Os lugares acumulam nomes folclóricos e possuem uma relação estreita com as histórias pessoais de vida e às histórias orais das comunidades. Paasi (2008, p.517) lembra que “os nomes dos lugares, associados com as características da paisagem, codificam partes do passado, distinguindo os membros de um grupo de outro, sendo que lugares e seus nomes são fontes de identidade e segurança”.

Para Lowenthal (1994), as paisagens ainda permanecem como fortes ícones de identidade nacional, pois estão ligadas à memória, ao ambiente rural e ao regionalismo, e mesmo em lugares onde elas há muito tempo foram transformadas, elas continuam a inspirar afeição em sua ligação com o passado, mostrando que a geografia ainda é valorizada em grande parte pelas lentes da nação. Por esse motivo, o imaginário em torno da paisagem não consiste, assim, de um conjunto aleatório de representações das mesmas, mas é construído a partir de imagens de paisagens pré-selecionadas, alocadas para um determinado papel na narrativa e suportadas por um conteúdo temático, como uma distintiva técnica de visualização e naturalização (HÄYRYNEN, 2008) “que muitas vezes se apresentam como símbolos de continuidade histórica” (EDENSOR, 2009, p.242). A maioria das nações possui paisagens que são de importância na sua iconografia e podem ser cruciais para a integração social, uma vez que elas fazem parte de memórias, idéias e sentimentos compartilhados (PAASI, 1997; 2003). Elas também fornecem a base material concreta para o simbolismo nacional abstrato representado em pinturas, poemas e romances.

Idéias de paisagem, território e lugar devem ser contextualizados na relação de certas práticas sociais e culturais, particularmente na esfera da administração e do governo, na ação dos geógrafos na produção acadêmica e no papel da mídia na produção e reprodução dessas idéias. Junto com o discurso nacionalista, elas produzem e reproduzem “leituras” específicas e as transformam dentro dos conjuntos de representações e significados espaciais, seja de ordem visual (pela cartografia, pintura, filme, fotografia), verbal (através de textos escritos) e audível (por meio da música), caracterizados por relações de poder realizadas em um contexto de divisão social e espacial, em que alguns atores são sempre mais poderosos que outros na produção de tais representações (PAASI, 1997; 2003; 2008).

Moraes (1988) atenta para a conjuntura de que a ação política acaba por diluir a nação no território, onde esta é pensada enquanto um espaço que tem os habitantes como atributos. A nacionalidade flui de uma base espacial e é essa que qualifica a nação e o Estado em concepções que anulam o social na definição da nacionalidade, onde o território e o espaço são concebidos no lugar do povo e da sociedade. Escolar (1996, p.147) reforça essa idéia, pois “natureza e Estado têm, nesse sentido, um mesmo papel, o de ser os fundamentos necessários de todas as ideologias geográficas, as quais se encontram indissociavelmente ligadas a uma noção essencial de pátria, e com isso uma concepção não antagônica das diferenças de classe na sociedade”, sendo que “[...] do ponto de vista da geopolítica, Estado, nação e território constituem um todo indivisível” (COSTA, 2010, p.21).

Conceitualmente, a geopolítica é a junção discursiva de categorias sociais e espaciais. O ponto decisivo na ligação entre elementos sociais e territorialmente definidos reside na “purificação do espaço” resultante e, por este tipo de prática discursiva, o “eu” e o “outro” são moldados ao longo categorias espaciais e munidos de “fronteiras” que resultam na construção de grupos territoriais culturalmente/socialmente homogêneos separados uns dos outros, como um elemento estruturante nos processos de negociação e conflitos sociais (REUBER, 2009). Vale lembrar que a geopolítica “[...] é antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em quem se apropria de parte de seus postulados gerais para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço” (COSTA, 2010, p.55). Ela é também o estudo de como o poder político é reforçado ou solapado por arranjos geográficos (fronteiras, recursos, alianças, unificações, etc.) e denota as decisões práticas de ordem política e social com relação a esses arranjos (DIJKINK, 2009).

Nesse viés é que os Estados promovem uma construção geopolítica através de seus símbolos, pois, como recorda Costa (2010) o que é determinante para a história estatal é justamente a sua capacidade de construir uma unidade nacional interna do ponto de vista da organização política e do território, de transformar esse dado em (seu) poder e de projetá-los na sua política externa. O simbólico propicia, assim, “[...] que as fronteiras exteriores sejam imaginadas permanentemente como a projeção e a proteção de uma personalidade coletiva interior em que cada um leva consigo [...] que permite habitar o tempo e o espaço do Estado como um lugar onde sempre se permaneceu, onde o homem sempre poderá estar ‘em sua casa’” (BALIBAR, 1990, p.129 apud ESCOLAR, 1996, p.147). Dessa maneira é que as imaginações e narrativas geopolíticas oferecem a opção de uma sociedade em escala nacional encontrar orientação, retidão e segurança na contingente diversidade do ser e do estar. A partir da perspectiva geográfica, espaço e o lugar tornam-se de importância crucial para a construção de representações geopolíticas (REUBER, 2009).

Uma abordagem moldada por uma leitura da geopolítica permite analisar a identidade nacional através de um conteúdo crítico, que procura entender a construção social, política e econômica que forma a atual colcha de retalhos de entidades soberanas e territoriais dentro do espaço mundial, indo além do naturalizado, do não-histórico, como parte de um contexto ideológico muito mais amplo que tem por objetivo correlacionar sua construção com a forma com que os discursos e representações são criados e reproduzidos nos símbolos nacionais, seus processos de memória seletiva e seus graus de eficácia.

1.4 Mapeando a construção geopolítica dos símbolos nacionais

Para Cerulo (1993), a mensagem projetada pelo símbolo pode ser analisada em duas vias. Em primeiro lugar, através de seu conteúdo simbólico, que são as cores ou emblemas usados em uma bandeira ou brasão (por exemplo, uma faixa vermelha representando o sangue derramado), pode-se decifrar a mensagem de cada componente do símbolo, isolando seus elementos e focando-se no significado de cada um deles, o que seria a *análise semântica*. Secundariamente, estuda-se o desenho ou configuração de um símbolo, como por exemplo, de que forma as cores e emblemas ocupam posições determinadas em uma bandeira ou brasão, o número de faixas e suas secções, ou ainda, o estilo literário e a linguagem na letra de um hino, a relação entre melodia e coro, etc. Quando se examina o significado carregado por estas estruturas (seu desenho ou configuração e a relação entre estas partes) emprega-se uma *análise sintática* dos símbolos. A estrutura sintática ordena ou organiza os vários elementos de um símbolo; quando se muda a estrutura sintática, a mensagem do símbolo também é mudada. Firth (1973) e Smith (1975) trabalham um ponto similar ao considerar a estrutura sintática das bandeiras nacionais, mostrando que não é simplesmente o conteúdo das bandeiras que é importante, mas também a forma e a combinação de seus elementos. Luz (1999) recorda que a atualização é condição *sine qua non* para manter o valor cognitivo dos símbolos, isto é, o seu significado e sua eficácia simbólica, pois “[...] maior será a força expressiva, político-cultural, psíquico-filosófica do estandarte, quanto mais ampla e representativa for a pauta de elementos culturais nativos contidos no pavilhão pátrio” (SEYSSEL, 2006, p.27).

Elgenius (2011) ressalta que as formas simbólicas das bandeiras e seus modos de expressão nos permitem distinguir entre os regimes simbólicos em três categorias: pré-moderno, moderno e pós-imperial(ista), tendo como marcos naturais dessa narrativa a Idade Média, a Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial, enquanto Cerulo (1993) apóia-se na tese do sistema mundial⁸ e nos laços de alta ou baixa coesão sócio-política de cada nação

⁸ Immanuel Wallerstein formulou a abordagem do sistema mundial na década de 1970, como uma alternativa às abordagens centradas no Estado, considerando que a globalização é a mais nova fase do desenvolvimento do sistema mundial. No entanto, a maioria dos participantes do debate sobre a globalização não estão dispostos a mudar a unidade de análise para a escala global. Eles analisam os desafios externos em relação ao modo de vida das comunidades, sem torná-los partes de um sistema global, com uma dinâmica própria. Os geógrafos políticos criticam o foco sobre o Estado dado pela abordagem do sistema mundial, pois o foco da geografia política sobre as relações de poder no espaço acabou deslocado do Estado para outras escalas que estudam cada vez mais cidades e regiões e suas relações, que envolvem uma ampla gama de atores urbanos e regionais fora do Estado. A rede mundial de cidades, as regiões urbanas e a incorporação do local/regional nas forças globais são agora temas recorrentes entre os geógrafos (TERLOUW, 2009).

para a análise da estrutura dos símbolos nacionais, não apenas sob a esfera econômica, mas também cultural. Segundo as teses de Cerulo (1989; 1993)⁹ e Elgenius (2011),¹⁰ as nações centrais dentro do sistema mundial que experimentaram as etapas pré-moderna e moderna de formação do Estado nacional apresentariam símbolos cuja estrutura é básica e com alto grau de preservação no tempo, enquanto aquelas que se localizam na sua semi-periferia e periferia, advindas de uma experiência pós-imperialista, apresentariam símbolos cuja estrutura seria mais complexa e com baixo grau de preservação no tempo (maior mudança ou variabilidade).

Logicamente, bandeiras, assim como brasões e hinos não são objetos geográficos *per se*. São, em essência, apenas meros objetos vexilológicos, heráldicos ou lírico-musicais. Mas quando analisamos o conjunto de referências que esses símbolos projetam em suas estruturas representativas, podemos desvendar seu conteúdo, ou seja, os elementos gráficos que estão implícitos em relação ao espaço nesse processo e que podem ser lidos e interpretados sob uma nova linguagem dos variados temas geográficos e seu discurso. Na linha de análise da antropologia, Lévi-Strauss (1989, p.37) usa o termo *bricolage*,¹¹ para aquilo que se caracteriza pela elaboração de conjuntos estruturados utilizando resíduos e fragmentos dos fatos, portando-se como “testemunhos fósseis da história de um indivíduo ou de uma sociedade”.

É nesse sentido que um símbolo da cultura (cívica) opera, ele é o resultado de uma compilação de elementos, formando todo um agregado que é ordenado de peças (no sentido heráldico da palavra, os signos que compõem um símbolo) extraídas de uma dada realidade existente (ou de uma criação mítica) que são encaixadas para criar um sentido ou discurso que se pauta no real/virtual; toda vez que as peças são (re)arranjadas dentro do conjunto, criam-se

⁹ Nações em similar estágio do processo de modernização política irão adotar hinos e bandeiras com estrutura sintática similar. Símbolos adotados por nações em avançado estágio de modernização política serão muito mais básicos do que aqueles adotados por nações pré-modernas ou aqueles em um estágio precoce desse processo. Estes efeitos ocorrem apesar das características únicas da história ou colonização da nação. [...] Líderes em posições estruturais equivalentes dentro do sistema mundial adotarão símbolos estruturados de forma similar. Especificamente, os símbolos adotados nas nações centrais serão mais básicos em desenho do que aqueles adotados por suas semi-periferias e periferias correlativas. Estes efeitos ocorrem apesar das características únicas da história ou colonização da nação (CERULO, 1993, p.251-253).

¹⁰ Os regimes simbólicos são construídos sobre a formação de códigos simbólicos de sucesso [...]. O regime pré-moderno refere-se ao simbolismo introduzido antes da Revolução Francesa, o regime moderno de 1789 até a Primeira Guerra Mundial, quando o regime pós-imperial aparece, os três períodos são usados como pivôs para a categorização da expressão simbólica. Essa infra-estrutura não é exaustiva, pois as diferentes narrativas tornam-se visíveis comparando-se esses períodos aos desenhos das bandeiras e às celebrações das datas nacionais. Algo pode ser dito sobre o contexto das nações no período moderno ao demandarem por [bandeiras] tricolores e celebrações da revolução ou independência. [...] A formação da nação depende da padronização das expressões culturais associadas conforme o status dos Estados independentes, algo que também é visto como a padronização relativa das bandeiras e datas nacionais, tipos de bandeiras e estilos cerimoniais (ELGENIUS, 2011, p.24).

¹¹ Segundo Lévi-Strauss (1989, p.32), os termos *bricoler*, *bricoleur* e *bricolage* exemplificam o *modus operandi* da reflexão mito-poética. O *bricoleur* é o que executa um trabalho usando meios e expedientes que denunciam a ausência de um plano preconcebido e se afastam dos processos e normas adotados pela técnica. Caracteriza-o especialmente o fato de operar com materiais fragmentários já elaborados, ao contrário do engenheiro que, por exemplo, para dar execução ao seu trabalho, necessita de matéria prima.

novos sentidos e novos discursos, pois papel é portar-se como uma coleção de resíduos de obras humanas, ou seja, um subconjunto da cultura em que não se “fala” apenas das coisas, mas também “através” das coisas.¹²

Deve-se recordar que o objetivo da abordagem cultural na geografia é entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas. A abordagem cultural integra as representações mentais e as relações subjetivas no campo da pesquisa geográfica (CLAVAL, 2002). Como tema geográfico, a geografia histórica, por sua vez, é o estudo das geografias de tempos passados, envolvendo a reconstrução imaginativa de uma ampla gama de fenômenos e processos fundamentais para a compreensão geográfica do dinamismo dos assuntos humanos, como a mudança na avaliação e utilização dos recursos humanos e naturais, nas formas e funções dos assentamentos humanos e ambientais construídos, dos avanços na qualidade e formas de conhecimento geográfico e no exercício do poder e controle sobre territórios e povos (BUTLIN, 1993), bem como esta tem atuado nas reinterpretações pós-coloniais da história dos impérios e do mundo colonizado, as conexões entre a formação da identidade e os espaços e lugares de nacionalismo, etnia e gênero (WINDER, 2009a).

Para corroborar esse viés com a ótica da geografia, investigam-se metodologicamente as estratégias discursivas dos símbolos patrióticos em primeiro lugar, cujo objetivo é realizar uma leitura dos objetos gráficos e textuais e sua relação semântico-sintática, onde se pode inferir interpretativamente o contexto em que foram criados e as formas e graus que projetam dos temas do geográfico em sua abordagem cultural e histórica, assim como seu discurso e representação geopolítica correlacionados com as etapas de construção do Estado nacional.

Um exemplo em pequena escala que de como a representação do geográfico se dá a partir dos elementos da paisagem no simbolismo das bandeiras – e como este simbolismo pode ser transplantado para a escala do Estado-nação – aparece na pequena ilha alemã de Helgoland (figura 1). Localizada no mar do Norte, a ilha, com área de 1,7 km², possui um formato triangular, sendo formada por rochas sedimentares avermelhadas que expõe todo um conjunto característico de falésias únicas na geomorfologia daquela região costeira. Tanto sua bandeira quanto o brasão de armas apresentam três faixas horizontais, dispostas em verde,

¹² O *bricoleur* está apto a executar um grande número de tarefas diversificadas [...] seu universo instrumental é fechado, e a regra de seu jogo é sempre arranjar-se com os “meios limites”, isto é, um conjunto sempre finito de utensílios e de materiais bastante heteróclitos, porque a composição do conjunto não está em relação com o projeto do momento nem com nenhum projeto particular, mas é o resultado do contingente de todas as oportunidades que se apresentaram para renovar e enriquecer o estoque ou para mantê-los com os resíduos de construções e destruições anteriores. [...] Cada elemento representa um conjunto de relações ao mesmo tempo concretas e virtuais [...] (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.32-33).

vermelho e branco. A ordem das cores é justamente uma representação da aparência ilha, mostrando seus três níveis ou estratos, com os campos cultivados, as falésias sedimentares (formando os paredões rochosos da ilha) e a pequena linha de praia, conforme o lema local:

Grün ist das Land,

Rot ist die Kant',

Weiß ist der Strand,

Das sind die Farben von Helgoland.

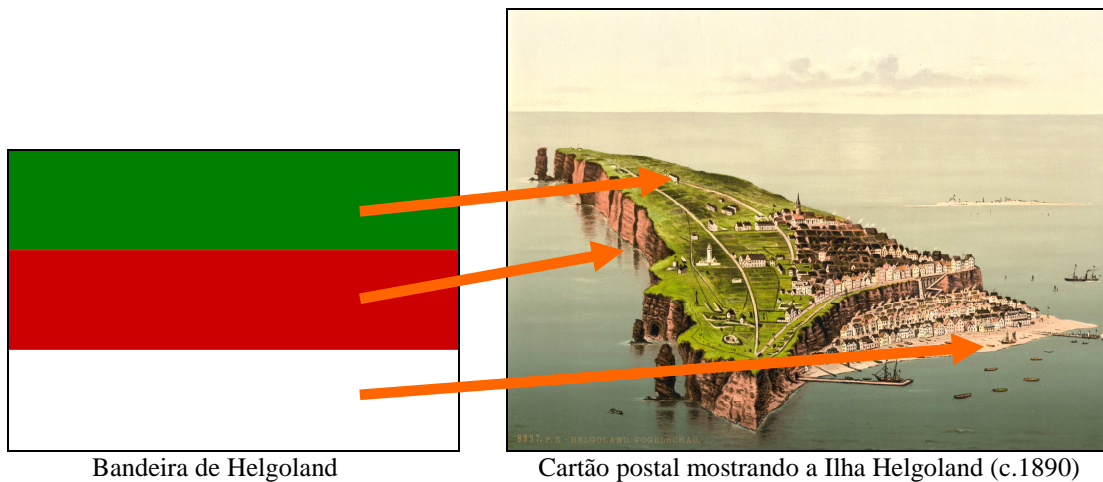
Verde é para a terra,

Vermelho é o barranco,

A praia é o branco,

Eis as cores de Helgoland.

Figura 1: Bandeira de Helgoland e suas referências representativas ao geográfico



Bandeira de Helgoland

Cartão postal mostrando a Ilha Helgoland (c.1890)

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Helgoland_-_Vogelperspektive_\(1890-1900\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Helgoland_-_Vogelperspektive_(1890-1900).jpg)

A mensagem projetada pelo símbolo e seu contexto quanto às estratégias de construção da identidade nacional também podem ser analisadas, em diferentes estágios ou períodos evolucionários do Estado-nação (figura 2). Nas nações modernas e pós-imperiais a independência representa uma quebra de paradigmas quanto ao uso dos símbolos nacionais, sendo necessária sua reconstrução como forma de afirmação de seu novo status. Na colônia britânica de Barbados, por exemplo, o emblema usado na bandeira (*badge*) trazia a deusa Britânia segurando o tridente e o globo nas mãos (uma alusão ao domínio dos mares do mundo), puxada por dois cavalos marinhos [2.1]. Em 1966, quando a independência foi alcançada, a bandeira adotada pelo país passou a apresentar três faixas verticais, sendo duas em azul (representando o oceano) separadas por uma faixa em amarelo (representando a areia da praia que circunda a ilha). A figura central mostra a cabeça de um tridente negro (chamado de “tridente quebrado”), que representa a quebra simbólica com o passado colonial, como uma clara associação com o antigo emblema colonial [2.2].

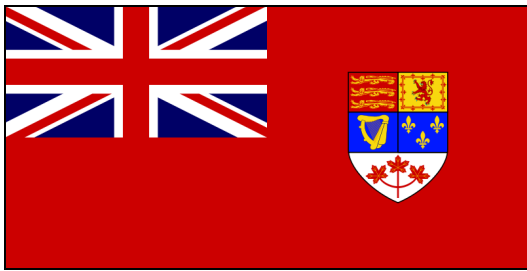
Figura 2: A semântica e sintaxe dos símbolos nacionais e sua construção geopolítica



2.1: Emblema Colonial de Barbados (1880-1966)



2.2: Bandeira de Barbados (1966-)



2.3: Bandeira do Canadá (1954-1965)



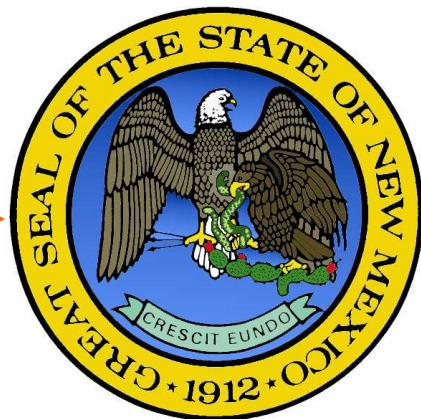
2.4: Bandeira Canadá (1965-)



2.6: Brasão de armas dos Estados Unidos



2.7: Brasão de armas do México



2.5: Selo do estado do Novo México

A busca por um discurso por unidade, uniformidade e identidade nacional em torno de um território nacional está presente na atual bandeira do Canadá. Desde a concessão ao status de *dominium* pela Coroa britânica até o ano de 1965, o país hasteava um estandarte vermelho (conhecido por *Canadian Red Ensign*) tendo no cantão superior a bandeira britânica (*Union Jack*) e o tradicional brasão de armas canadense [2.3]. No começo da década de 1960, a demanda popular por uma bandeira própria levou o governo do país a criar um comitê específico para a escolha de um novo símbolo. De fato, os francófonos do país não viam com entusiasmo a bandeira britânica como um símbolo de identidade e pertencimento nacional. Após um extensivo debate, a nova bandeira aprovada pelo Parlamento passou a utilizar tradicionais cores vermelha e branca com a figura central da folha de bordo sacarino (*Acer saccharinum*) de forma estilizada, conhecida também por *maple* – há muito tempo um símbolo floral associado ao Canadá (SLATER, 2007; VRIES, 2012; PREUSS, 2012). Mais do que isso, a folha do bordo acabou criando um sentido de pertencimento em torno de anglófonos e francófonos, pois era um símbolo natural e ao mesmo tempo singular e neutro que conferia um forte poder de identidade nacional [2.4].

Em uma escala regional, o selo do estado norte-americano do Novo México mostra como os símbolos nacionais podem ser manipulados em uma clara construção geopolítica [2.5]. Em virtude da Guerra Mexicano-Americana (1846-1848), que resultou no Tratado de Guadalupe-Hidalgo, o México acabou obrigado a ceder grandes regiões do norte do país para os Estados Unidos (que compreendem além do território do Novo México, os atuais estados norte-americanos da Califórnia, Nevada, Texas e Utah, bem como áreas do Arizona, Colorado e Wyoming). Quando o Novo México tornou-se estado norte-americano (1912), a Assembléia Legislativa nomeou uma comissão com a finalidade de projetar um selo para o estado, que mostra a imagem da águia mexicana segurando uma serpente em seu bico e pousada sobre um cacto, estando “protegida” pela águia americana com as asas abertas e agarrando três flechas, além de uma fita com o lema em latim *Crescit Eundo* (Cresce à medida que avança). Ao redor da bordadura dourada há as palavras “Grande Selo do Estado do Novo México” e a data 1912.

Enquanto símbolo nacional, a águia mexicana, que apreende uma serpente em seu bico e encontra-se pousada sobre um cacto, retrata o mito asteca da fundação de Tenochtitlan e da própria nação mexicana em si,¹³ enquanto a águia americana recorda por seu simbolismo os

¹³ Segundo relata a mitologia asteca, o deus Huitzilopochtli lhes ordenou que só fundassem seu reino onde encontrassem “uma águia parada sobre um cacto devorando uma serpente”. Segundo esta designação, os astecas perambularam por vários lugares, sempre em busca do portento que indicaria qual era a terra prometida por seu deus. Finalmente, encontraram o local observado por Huitzilopochtli em uma ilha no lago Texcoco e fundaram a cidade do México-Tenochtitlan. Enlaçadas por uma faixa listrada com as três cores da Bandeira do México, os

ideais de criação daquela nação no final do século XVIII [2.6; 2.7].¹⁴ No plano simbólico do selo estadual, a pequena águia mexicana é protegida pela grande águia americana, com suas asas estendidas e olhos vigilantes que a guarda e o mesmo tempo a acolhe. Esta configuração serve para mostrar a mudança de soberania entre o México e os Estados Unidos, no qual os elementos da fauna agem como uma metáfora do status de anexação territorial. Se, para o lado mexicano, o ato implicou em uma perda e ocupação das áreas sob seu antigo domínio, para o lado norte-americano, pelo menos no discurso oficial, o selo “simboliza a proteção dominante e ainda delicada da América sobre o Novo México, bem como de seu patrimônio e cultura”.

Assim, para se ter uma compreensão o discurso dos símbolos nacionais enquanto representação dos temas do geográfico e sua construção geopolítica, uma análise sobre seu papel deve levar em conta o embasamento de uma série de aspectos que vão além de sua estrutura semântica e sintática, envolvendo o contexto de sua dimensão cultural e política no tempo. Além disso, o reflexo da atual configuração do espaço político mundial e sua colcha de retalhos territorial deve ser levado em conta nesse processo de apreensão. É a partir dessa trama que surge a base crítica para a desconstrução do discurso empregado pelos símbolos oficiais, e é nela que os dois próximos capítulos vão se ater.

ramos com frutos que adornam o brasão em sua parte inferior, um de azinheira (à direita do emblema) e outro de louro (à esquerda do mesmo), representam o martírio e a vitória dos que deram a vida pela pátria mexicana. O brasão, numa visão mais profunda e semiótica, faz alusão ao domínio dos espanhóis e a luta dos mexicanos para conseguir sua liberdade e independência. O México adotou essa imagem como símbolo a partir de 1821.

¹⁴ O Congresso ainda não estava satisfeito com as propostas feitas para um brasão de armas, quando em 13 de junho de 1782, Charles Thomson, apresentou um novo trabalho, selecionando as melhores características de todos os projetos anteriores. Sentindo que o símbolo da nova nação deveria ser estritamente americano, Thomson substituiu a águia imperial pela águia careca americana nativa. Simbolicamente, o selo reflete as crenças e valores que os fundadores ligados à nova nação desejavam transmitir aos seus descendentes. As listras vermelhas e brancas do escudo representam os vários estados, apoiadas sobre um chefe em azul que une o todo e representa o Congresso. As cores foram adotadas a partir da bandeira americana: branco significa pureza e inocência, vermelho, resistência e valor, e azul, representa vigilância, perseverança e justiça. O escudo nascido no peito de uma águia americana, está sem quaisquer outros apoiadores ao seu lado para denotar que os Estados Unidos da América devem confiar em sua própria virtude. Em número de 13 para os 13 estados originais, é representado o feixe de flechas, as listras do escudo e as estrelas da constelação. O ramo de oliveira e as flechas em cada uma das garras da águia denotam o poder da paz e da guerra. A constelação de estrelas simboliza uma nova nação a tomar o seu lugar entre os outros Estados soberanos. O lema *E Pluribus Unum* (De muitos um) expressa a união.

2. IMPERIALISMO E FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO: A ORIGEM E FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

Este capítulo esforça-se em construir uma dimensão histórica da fragmentação dos territórios ao longo do mundo, mostrando como a instituição do moderno sistema de Estados nacionais (tanto fora, quanto dentro da esfera européia) tiveram suas origens no processo de expansão econômica e da formação de impérios coloniais, criando uma série de entidades ditas nacionais que posteriormente reivindicaram e ainda reivindicam para si uma soberania de reconhecimento internacional. Primeiramente, queremos dizer “moderno sistema de Estados nacionais” porque durante a maior parte da história eles surgiram raramente e a maioria deles eram não-nacionais: impérios, cidades-estado, ou algo semelhante (TILLY, 1996). Da mesma forma, entendemos que tanto a idéia de nação, como a concepção de Estado e suas relações de soberania, estão hoje ligadas ao modelo territorial-nacional gerado pelas relações de poder e pela era do nacionalismo que foi transplantado em escala global, ao qual Tilly (1996, p.47) comenta que:

Somente nos últimos séculos é que os estados nacionais enxamearam o mapa do mundo com seus territórios separados um do outro, inclusive as colônias. Somente a partir da Segunda Guerra Mundial é que quase o mundo inteiro passou a ser ocupado por estados nominalmente independentes cujos governantes reconhecem, mais ou menos, a existência mútua e o direito de existência dos demais. [...] Enquanto ocorria o fracionamento final do mundo em amplos estados [...], os porta-vozes de muitas populações que não foram estados distintos passaram a reivindicar a sua independência como estado. Não só os habitantes das antigas colônias, mas também as minorias dentro dos velhos estados ocidentais estabelecidos, passaram a exigir com uma frequência espantosa os seus próprios estados.

No atual sistema de Estados modernos, o termo imperialismo tem se referido às relações de poder envolvidas quando um determinado grupo ocupa e subjuga um território estrangeiro (de outro), o que implica na existência, manutenção e perpetuação de uma relação econômica, cultural e territorial desigual (POWER, 2009; WINDER, 2009b). O imperialismo também envolve a influência dominante de uma determinada autoridade por meio de práticas culturais, econômicas e políticas que facilitam a criação de poderes hegemônicos e englobam uma série de relações espaciais e temporais complexas, cujo produto territorial ou material foi a criação de impérios e colônias (MAINS, 2009), o que geralmente transcende as fronteiras de um determinado território como a extensão de sua soberania (McEWAN, 2009).

É a partir dessa época que a fragmentação do espaço alcança um nível em escala sem precedentes, onde cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre um pequeno número de Estados no período entre 1875-1915. Hobsbawm (1988) aponta que o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as partes mais remotas do mundo, em uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações, movimentos de bens, dinheiro e pessoas. Sem isso não havia um motivo especial para que os Estados europeus tivessem um interesse mais aprofundado nas zonas mais remotas do mundo.

Assim é que o imperialismo que emergiu no final do século XIX foi intensificado pela pressão em favor da obtenção e da preservação de mercados, onde o desenvolvimento de grupos financeiros e industriais ao lado das nações acirrou a rivalidade inter-estatal e fez com que a estratégia de colonização se tornasse uma das maneiras mais seguras de se monopolizar mercados e territórios (LÊNIN, 2012),¹⁵ onde o capital definiu um domínio de exploração, ao passo que a coerção, como lembra Tilly (1996),¹⁶ caracterizou seu campo de dominação num determinado território.

Costa (2010) recorda, ainda, que o caráter imperialista da economia e das políticas territoriais das grandes potências assentava-se em dois movimentos principais que envolviam estratégias de dominação em escala global: as disputas hegemônicas de vizinhança, que no caso da Europa, principalmente, estavam circunscritas aos espaços sujeitos à influência de cada Estado; e a competição pelos domínios dos territórios de expansão colonial em escala global. Essa fragmentação também passa a se constituir na reorganização e modernização do processo de dominação imperialista, como forma histórica de relacionamento internacional.

Mas a chamada Era dos Impérios não foi apenas um fenômeno econômico e político, mas também trouxe consigo toda uma transformação cultural, com a conquista do globo pelas imagens, idéias e aspirações (HOBBSAWM, 1988). Ferguson (2010, p.20) acrescenta que “mesmo se aceitarmos a possibilidade de que o comércio, o fluxo de capital e a migração poderiam estar ‘ocorrendo naturalmente’ nos últimos trezentos anos, resta o fluxo da cultura e

¹⁵ Para Lênin (2012) “O imperialismo é o capitalismo em seu estágio [mais avançado] de desenvolvimento em que ganhou corpo e dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância; em que a partilha do mundo pelos trustes internacionais começou; em que a partilha de toda a Terra entre os países capitalistas mais importantes terminou”.

¹⁶ Na visão de Tilly (1996), quando a acumulação e a concentração dos meios coercivos se desenvolvem juntos, produzem estados; produzem organizações distintas que controlam os principais meios concentrados de coerção dentro de territórios bem definidos, e em alguns aspectos exercem prioridade sobre todas as outras organizações que operam dentro desses territórios. Os esforços para submeter os vizinhos e combater os antagonistas mais distantes criaram estruturas de estado sob a forma não só de exércitos, mas também de quadros de pessoal civil que detêm os meios de manutenção dos exércitos e organizam o controle cotidiano do governante sobre o restante da população.

das instituições. E aqui as impressões digitais de um império parecem ser discerníveis mais imediatamente e menos fáceis de descartar”; preservadas, inclusive em tradições e esquemas simbólicos residuais em que o status da antiga colônia fora mantido de alguma forma (MOHAMMED, 2002).

Posteriormente, o processo de “descolonização” (FERRO, 1996) de meados do século XX se converteu na massificação de independências nacionais (HOBSBAWM, 1995) e fragmentou ainda mais o espaço, criando uma série de países inviáveis e pobres, enquanto fortaleceu as potências coloniais de primeiro nível (ANDRADE, 1999). Embora tenham perdido juridicamente os territórios e sua administração direta, essas potências perpetuaram os vínculos econômicos desiguais e novas formas de dependência através do neocolonialismo (McEWAN, 2009; POWER, 2009; WINDER, 2009b). Mais do que isso, o resultado de sua expansão foi a manutenção do *status quo* de suas conquistas e acordos territoriais, pois:

[...] ao concederem a independência política, as nações imperialistas estimularam as lideranças locais por elas tuteladas a manter os limites territoriais e a não caminharem em direção à formação de federações de grande expressão territorial ou populacional, partindo do princípio de que é mais fácil controlar Estados pequenos e fracos do que Estados grandes e com possibilidades de se fortalecerem. Esta política visava ainda tornar mais agudas as diferenças nacionais, pela convivência, conseqüente do processo colonial, de várias nacionalidades em um mesmo Estado (ANDRADE, 1999, p.75).

A formação dos Estados enquanto entidades soberanas e territoriais se deu em virtude da evolução e predominância do modelo europeu, que criou e legou a uma série de novas entidades ditas nacionais dentro de um sistema de reconhecimento mútuo internacional. Sua crescente competição por novas áreas de expansão se fez através dos impérios ultramarinos a partir do século XV, mas que atuou de forma catalisada pela expansão capitalista no final do século XIX, fragmentando o espaço em um conjunto de zonas de interesse econômico e geopolítico que mais tarde deram ao mundo uma nova série de entidades que jamais haviam possuído um precedente histórico. Como uma via de mão dupla, por sua vez, a adoção do modelo de Estado-nação europeu nos últimos dois séculos também alimentou as reivindicações dos povos e entidades regionais na busca por independência, através do nacionalismo, seu discurso e seus movimentos de libertação, adicionando cada vez mais novas peças dentro do quebra-cabeça do cenário político. Entender tal processo de forma aprofundada ajuda a explicar não apenas o seu atual papel no contexto das relações internacionais, mas mostra, por outro lado, a importância que os símbolos irão assumir ao representar temas ligados ao geográfico e usá-los como um discurso geopolítico na construção da identidade nacional.

2.1 Das civilizações às proto-nações

Atualmente, os Estados nacionais formam as organizações mais extensas e poderosas do mundo, desenvolvendo-se a partir da luta pelo controle de território e população, na busca por recursos e sobrevivência dentro de um sistema que foi evoluindo à medida que passaram a interagir entre si e reivindicar soberania e reconhecimento internacional. Embora os Estados inicialmente ocupassem uma parte muito pequena do espaço habitado da Terra, com o transcurso dos milênios, a sua predominância cresceu até assentar-se em sua forma moderna.

Tilly (1996) mostra que por volta de 6.000 a. C., cidades plenamente desenvolvidas e estados identificáveis emergiram mais ou menos no mesmo instante da história do mundo em que houve um momento de grande expansão da capacidade humana de criar e destruir. Martin (1992) ressalta que entre os povos ditos “primitivos” já havia questão de delimitação do território, o qual servia de base à reprodução biológica e cultural do grupo através de zonas fluídas ou passíveis de interpenetração. Mas foi a partir de 2.500 a. C. que algumas cidades da Mesopotâmia estabeleceram os primeiros impérios governados por guerreiros e mantidos pela força dos tributos. Sete séculos depois, sua unificação e a coexistência de Estados extensos e cidades numerosas marcou o surgimento das grandes civilizações, desde a Mesopotâmia, o Egito e a China até a Europa (TILLY, 1996).

No início do século VIII a. C. foi que as cidades-estado gregas expandiram-se, a passos firmes, através de todo o Mediterrâneo, até ocuparem, por volta de 580, as regiões mais disputadas do mundo então acessíveis, cuja colonização e conquista empreendiam o uso de navegadores experientes e requeriam a evolução das formas de conflito armado. É com o surgimento de Atenas (século VI a.C.), que na imaginação política européia se constata o início de uma associação entre o urbano e o estilo de vida (PAGDEN, 2002), cuja ideologia a partir do Império Romano vai assumir o nome de “civilização” como atrativo para um estilo de vida mais desejável e confortável sob o domínio de um vasto território. Mas foi a monarquia macedônica de Alexandre, o Grande, que criou o que fora considerado desde a Antiguidade como o primeiro império europeu (PAGDEN, 2002). Sob a coroa de seu pai, Felipe II, as terras sob seu domínio cobriam uma área que terminava nos mares Egeu e Negro, mas, na altura da morte de Alexandre, em 323 a. C., estendia-se do Adriático ao Índico e de Punjab ao Sudão.

Sucessor do grande Império de Alexandre, o Império Romano ganha expressão após a conquista de Cartago (416 a.C.) e marcha para atingir a sua maior extensão territorial (século III d.C.), cujo domínio abarca todo o Mediterrâneo até às margens dos rios Reno e Danúbio

como limites naturais até a Britânia, conhecida como limes romano-germânica. Quando o século V marca a queda do Império Romano na sua vertente ocidental, a Igreja Católica assume o papel de agente unificador fundamental e as fronteiras assumem caráter plástico, quando não meramente ficcional, já que seu caráter sagrado diminui à medida que o plano de referencia torna-se celestial na vida religiosa. Na região dos Bálcãs e Ásia Menor, o Império Romano do Oriente vai resistir até o século XV.¹⁷

Segundo Tilly (1996), a desagregação do Império Romano deixou parte significativa do que hoje conhecemos como “Europa” ligada por estradas, comércio, religião e língua, além de resquícios da lei e da organização política romanas, o que tornou a população européia provavelmente mais homogênea em termos de cultura do que qualquer outra região do mundo, talvez, com exceção da China. Entretanto a Europa ainda não existia por volta do ano mil, pois o mundo romano negligenciou uma grande parcela da região situada a leste do Reno e ao norte do mar Negro, ao passo que não era exclusivamente europeu, pois se estendia em torno do Mediterrâneo e em regiões da África e da Ásia. Além disso, os cerca de trinta milhões de pessoas que viviam na extremidade oeste da massa de terra chamada Eurásia não tinham qualquer razão para achar que constituíam um conjunto isolado de pessoas, ligadas pela história e pelo destino comum.

A Europa no limiar do primeiro milênio estava fragmentada em três ou quatro aglomerados ligados frouxamente com uma faixa oriental correspondente a mais ou menos à Rússia européia de hoje e que mantinha fortes vínculos com o Império Bizantino e as rotas de comércio com a Ásia; um sistema pós-romano de cidades, aldeias, estradas e rios dentro de uma curva que se estendia da Itália central até Flandres, irradiando-se pela França e a parte ocidental da atual Alemanha; uma zona do Mediterrâneo compartilhado muçulmanos, cristãos e judeus com fortes vínculos com os centros urbanos do Oriente Médio e Ásia e, talvez, um aglomerado setentrional distinto que compreendia as Ilhas Britânicas e a Escandinávia (TILLY, 1996).

2.2 O mundo conhecido em expansão

Quando os cristãos armados estavam expulsando os muçulmanos de Granada (1490), dando fim ao seu último território importante na metade ocidental do continente, o Império

¹⁷ Bizâncio manteve firme o controle do Oriente por mais 500 anos, até que no século XI, entretanto, os turcos seljuk tomaram a Armênia bizantina. Em 1204, Constantinopla foi invadida pelos soldados mercenários da Quarta Cruzada, que mantiveram a ocupação até 1261. Mas foi com os turcos otomanos que se perpetrou a destruição final do Oriente romano-cristão. A partir do século XIII, os otomanos irão avançar de forma firme e implacável sobre o Ocidente, até que em 1453 tomam por completo a cidade de Constantinopla.

Otomano islâmico estava prestes a tomar as últimas partes bizantinas que resistiam entre o Adriático e a Pérsia, à medida que solapavam o poder veneziano no Mediterrâneo oriental e avançavam em direção aos Bálcãs. Em torno da periferia européia situavam-se os governantes que dominavam extensos territórios, que além do domínio Otomano, incluíam a Hungria, a Polônia, a Lituânia, a Moscóvia (assim chamada a Rússia), as terras da Ordem Teutônica, a União Escandinava, além de Inglaterra, França, Portugal, Espanha e Nápoles. Uma zona que vai do norte da Itália até Flandres e segue em direção a leste, até as fronteiras indefinidas da Hungria e da Polônia, estava fragmentada em centenas de áreas formalmente independentes.

Nesse contexto, Veneza e Gênova, junto com a região de Flandres, apresentavam-se como o conjunto de cidades-Estado de vida econômica mais dinâmica, sobrepondo-se aos aspectos agrários e formando a primeira micro-economia do mundo (FERRO, 1996). Tilly (1996) ressalta que havia a existência de uma rede urbana densa e desigual que convivía simultaneamente como uma divisão em inúmeros Estados bem-definidos e mais ou menos independentes, sem falar dos impérios extorquidores de tributos, dos sistemas de soberania fragmentada como as cidades-estado e das federações urbanas, onde a dinâmica do capital (cujo campo preferido eram as densas redes de cidades) atuava em conjunto com o da coerção (que se cristalizava, sobretudo, nos Estados amplos e agrários).

A necessidade de estabelecer novas rotas comerciais fora do domínio Otomano pelos portos dos países ibéricos, usando as costas atlânticas tornou-se uma solução trivial, pois os conflitos e guerras durante os séculos XIV e XV grassavam os recursos, exauriam os tributos e dificultaram as tradicionais rotas comerciais por terra entre as pujantes economias daqueles Estados e cidades-Estado, assim como a rota de trocas com germânicos, poloneses e russos. Esse movimento em torno da busca de novas rotas e capitais inseriu e fortaleceu os circuitos econômicos em torno da Espanha e Portugal, cuja expansão para o norte iria colocar mais tarde a França, a Inglaterra e, sobretudo, os Países Baixos na linha de frente no comércio marítimo no século XVII, mostrando que as federações de cidades e territórios contíguos ainda podiam manter-se como potências mundiais nessa época (TILLY, 1996).

Ferro (1996, p.28) mostra que “[...] a expansão e as navegações foram, na verdade, o resultado cumulativo de dezenas de pequenas tentativas feitas por simples mercadores e aventureiros [...],” advinda da necessidade da nobreza se regenerar após seu enfraquecimento decorrente das guerras nos séculos anteriores. Essas tentativas, à medida que eram imbuídas de investimentos, tanto dos nobres, quanto dos Estados, tornavam-se cada vez mais seguras e acertadas e, em decorrência das novas exigências do modo de produção mercantil, também “a topografia e a cartografia passaram assim a ser impulsionadas pela apropriação privada do

espaço” (MARTIN, 1992, p.35). Além do capital, da influência das ciências, da cosmografia e das novas cartas náuticas que proporcionaram o avanço dos europeus, havia a necessidade do domínio dos ventos e dos mares, pouco conhecidos à exceção do Índico (CROSBY, 2011).

Com tal arcabouço em sua formação político-econômica, com uma burguesia recém-desenvolvida ao lado de uma nobreza rural pronta para fornecer os funcionários necessários à nova empreitada, os portugueses serão os primeiros a se lançarem nessa nova aventura fria e calculista, começando pela região do Magreb, no norte africano, pois a conheciam melhor que qualquer outro povo europeu e mantinham contato direto com os mouros do Marrocos (ANDRADE, 1999). Na direção do Atlântico, a descoberta da ilha da Madeira (1419) e dos Açores (1431) logo se tornaria um posto avançado para seu maior desafio: contornar a costa da África. Conforme descreve Ferro (1996, p.44):

[...] tendo em vista a pobreza daqueles africanos, eles não tiveram nenhum interesse em penetrar ou ocupar o interior do país. Já eram senhores de Madeira e Açores – a ilha dessas aves de rapina –, tinham cruzado o mar tenebroso e o cabo Bojador, de onde, até então, ninguém voltava, pois os alísios de nordeste empurravam na direção do Atlântico; graças a caravela, puderam chegar, em 1444, ao Cabo Verde, em seguida aos rios da Guiné e, em 1460, à Serra Leoa. [...] Em 1482, Diogo Cão chegou ao Zaire e enviou emissários ao rei do Congo. Em 1487-8, Bartolomeu Dias dobrou o cabo das Tormentas, desde então chamado cabo da Boa Esperança, e chegou, na região do atual Port Elizabeth, à baía das Vacas, assim chamada porque os negros ali criavam bovinos. Depois, os portugueses se lançaram rumo às Índias.

A conquista em direção às costas orientais da África era questão de tempo. Se os ventos do Atlântico ainda eram objeto de descoberta em busca de seu melhor aproveitamento (CROSBY, 2011), o sistema de circulação no Índico seguia o regime das monções, o que facilitou a navegação ao longo da costa do Quênia, em direção ao chifre da África, o avanço até o estreito de Ormuz (Omã) e a navegação ao longo da costa da Pérsia (Irã). Quando Vasco da Gama resolveu o enigma do Atlântico sul e chegou à Índia (1498), o esforço dos portugueses se concentrou no ato de mapear, controlar as rotas marítimas e monopolizar o tráfego na região, alcançando anos mais tarde o ambicionado Extremo Oriente.¹⁸ De fato, o que Bartolomeu Dias começou a ensaiar no Atlântico sul no domínio dos mares seria completado por Cristóvão Colombo com a navegação rumo ao oeste.

Como qualquer escolar sabe, a chegada de Cristóvão Colombo às Lucaias (Bahamas) em 1492, antes mesmo de Vasco da Gama chegar às Índias, marca o descobrimento da

¹⁸ Em 1510 é constituído o Estado Português da Índia. Málaca foi conquistada em 1511 e os portugueses continuaram a exploração, alcançando as ambicionadas “ilhas das especiarias” (ilhas Molucas) em 1512; a China seria alcançada um ano mais tarde. Em 1529 o Tratado de Saragoça demarcou as explorações portuguesas e espanholas no oriente: as Molucas são atribuídas a Portugal e as Filipinas a Espanha. Em 1543 comerciantes portugueses aportam no Japão e em 1557 as autoridades chinesas os autorizam a estabelecerem-se em Macau.

América e inicia uma nova fase de expansão colonial e rearranjo do monopólio comercial. O papado de Alexandre VI – que até então era o único Estado¹⁹ que desfrutava de uma autoridade “mundial” – interveio para por fim à concorrência entre portugueses e espanhóis através da delimitação de uma zona de influências pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Mas este ato também representou o primeiro passo para a sistematização de uma nova ordem mundial e do rearranjo do monopólio comercial, onde se aplica, inclusive, uma técnica cartográfica inovadora: a da linha e da fronteira precisa pela projeção matemática do espaço, em que as fronteiras passavam a ser não apenas representadas, mas também projetadas (MARTIN, 1992).

Desse modo é que a “descoberta” do Brasil em 1500 marca a posse simbólica e diplomática pela esquadra de Pedro Álvares Cabral da parte portuguesa no mundo Americano projetada pela cartografia, em uma época que a sua ciência e técnica estavam no pleno aprimoramento. A América já havia proporcionado seus tesouros aos espanhóis e, se bem que os portugueses tivessem chegado ao Brasil, a preponderância da Espanha ali se afirmava indubitavelmente (FERRO, 1996). Tal rivalidade só vai terminar com a organização dos respectivos impérios do século XVI ao XVIII.²⁰

2.3 A formação dos impérios coloniais

A instalação dos espanhóis começou com a ocupação da ilha de São Domingos, atual Hispaniola, com a conclusão da conquista de Cuba por Diego Velásquez (1514), que permitiu o acesso ao continente a partir de expedições saídas dessa ilha. Em 1519, Hernán Cortés inicia a conquista dos astecas, onde os espanhóis, impondo sua superioridade material e técnica, catequizando-os, sabendo se comunicar com os aliados, se privaram da capacidade de se integrar ao mundo dos que chamavam de selvagens num primeiro momento (FERRO, 1996). Francisco Pizarro parte à conquista do Peru (1532), onde o Império Inca – um mosaico de povos desarticulados em torno de Cuzco – está minado pela luta de dois irmãos (Huáscar e Atahualpa) pela soberania. Cuzco cai em 1533 e os incas são vencidos em 1572. Diego Almagro e Pedro de Valdívia completam as conquistas espanholas no sul do Peru e Chile.

¹⁹ O Tratado da Vestfália (1648) é o marco inicial na construção de um sistema moderno de fronteiras na Europa, caracterizado pela centralização do poder político cuja base social é representada pela nação. Essa nova forma de institucionalização do poder político que vai nascer – o Estado nacional – é a responsável pelo estabelecimento de limites precisos e rígidos, tanto quanto possíveis entre as sociedades nacionais.

²⁰ No ponto de vista dos tratados territoriais, destacam-se o Tratado de Madri (1750), que vai definir os limites do Brasil além da linha de Tordesilhas; o Tratado de Santo Idelfonso (1777), em que Portugal recupera o território das “missões” e cede Sacramento aos espanhóis e o Tratado de Pareto (1778), no qual a coroa lusitana recupera a ilha de Santa Catarina e perde a ilha de Fernando Pó (atual Bioko) para a Espanha. O Tratado de Badajoz (1801) fixa definitivamente as fronteiras do Brasil meridional.

Além do México e Peru, o terceiro ponto de fixação dos espanhóis nas Américas foi o rio da Prata, explorado na tentativa de se achar uma passagem entre o Atlântico e o Pacífico. Em 1527 Sebastião Cabot subira aquela imensa foz de água doce, chegando ao Paraguai, onde descobriu que a prata daqueles índios vinha da região de Potosí, no alto Peru (Bolívia). Os espanhóis ainda tiveram que montar expedições difíceis para derrotar os índios guaranis ao longo dos rios Paraná e Uruguai e precisaram de meio século até que o caminho de Buenos Aires a Lima pelo rio Paraguai fosse controlado de fato. Quanto à América Portuguesa, entre 1500 e 1535 a Coroa de Lisboa estabeleceu no Brasil o sistema de feitorias nos mesmos moldes da costa africana, já que seu litoral havia sido explorado por espanhóis, holandeses, ingleses e franceses no período de desenvolvimento do capitalismo mercantil. Coube a Portugal nessa primeira fase encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas, idêntica a que estava sendo empreendida na África e nas Índias Orientais, até que no final do século XVI a cana-de-açúcar começa a se desenvolver ao longo da costa do nordeste e em pequenas manchas no sudeste brasileiro.

Do ponto de vista eurocêntrico, o espaço territorial francês, com sua monarquia forte e sua nobreza poderosa, mais alheia ao comércio, formava uma espécie de pólo negativo na Europa ocidental e por muito tempo “faltaram à França meios para montar um grande dispositivo comercial e no século XVI ninguém teve realmente essa idéia” (FERRO, 1996, p.61), e foi preciso, sobretudo, que o Estado quisesse ter colônias, o que explica o fato de durante muito tempo os navios franceses praticarem o contrabando e a pirataria. As primeiras “aventuras” de exploração colonial francesa são financiadas por Francisco I, o que abre caminho em 1535 para que Jacques Cartier descubra a rota do rio São Lourenço, no Canadá, essa via de penetração que ele acreditava ser o caminho para o Japão. É a pesca do bacalhau, depois substituída pelo comércio de peles que promove o povoamento francês no Quebec, uma típica presença fundiária católica que logo se converte em uma grande frustração. É somente no começo do século XVI que os franceses vão ganhar seus quinhões no mundo tropical,²¹ e, embora Pierre Belain d’Esnamboue desembarcasse em 1525 na ilha de São Cristóvão, é apenas a partir de 1639 que os caraíbas de Guadalupe estavam exterminados e catorze ilhas seriam ocupadas brevemente, entre elas a Martinica e a Dominica. A ocupação de Santa Lúcia e São Domingos (atual Haiti) ocorreria mais tarde (1640 e 1664), assim como a calha do rio Mississippi (1699), na América do Norte.

²¹ Na América do Sul houve a tentativa de se criar a França Antártica (1555), próximo à atual cidade do Rio de Janeiro. No século XVII os franceses fundaram a França Equinocial (1612-1615) no sítio da atual cidade São Luís no Maranhão. Expulsos da região, os franceses fundaram Caiena (1637) e as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa serão fixadas pelo Tratado de Utrecht (1713).

Os holandeses sempre tiveram uma relação histórica com as águas, um elemento vital para o país em sua luta constante para drenar terras semi-inundadas e ganhar espaço. Durante o século XVI as cidades-Estado holandesas (a Federação das Províncias Unidas) estiveram envolvidas na luta pela independência, então sob domínio da coroa católica de Filipe II da Espanha. Embora a religião calvinista marcasse o discurso pela autonomia, o pano de fundo envolvia a liberdade para o comércio. Nesse contexto, Portugal e os Países Baixos sempre tiveram uma longa história de relações comerciais, mas, em virtude da União Ibérica (1580-1640), não pode o Brasil escapar das conseqüências e dos anseios que envolviam o conflito hispano-neerlandês. Como Portugal perdera sua independência, a unidade ibérica oferecia uma oportunidade única para que os holandeses conquistassem as colônias portuguesas e sua base produtiva. A coroa espanhola torna-se indiferente aos ataques desferidos contra as dependências de Portugal e a fundação das chamadas Companhias de Comércio Holandesas no século XVII. Diferentemente de Espanha e Portugal, o domínio dos mares no caso holandês busca o lucro, excetuando-se a fé em suas conquistas.

Na Ásia, após a tomada de vários assentamentos portugueses na Índia, no Ceilão (Sri Lanka) e em Málaca, os holandeses compreendem logo que aquele comércio com entrepostos, à moda portuguesa, não poderia sobreviver se não fosse reforçado por um povoamento permanente. Em 1619, conquistam Jacarta e a rebatizam de Batávia, povoando a nova cidade com chineses, malaios, balineses e filipinos, marcando o início da colonização batava na Indonésia – uma clássica colônia de povoamento não-branco. Para manter a segurança no caminho marítimo pela ponta da África, conquistam a região do Cabo em 1652, estabelecendo a primeira colônia de povoamento branco no continente. Protegidos por uma fortaleza, eles introduzem o cultivo de cereais e animais de criação, iniciando também o conflito com os nativos que irá moldar a futura história da África do Sul.²²

Já na Inglaterra do século XV, a instabilidade política serviu como um movimento de unificação nacional, a começar com a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) contra a França e a Guerra das Duas Rosas (1455-1485), conflito civil da qual fez suscitar no país o desejo de um poder centralizado e pacificador, do qual surge a dinastia Tudor (1485-1603), responsável pela afirmação do poder real inglês em escala inédita (KARNAL et al., 2008). Tal processo conferiu “modernidade política” à nação inglesa e permitiu o fortalecimento e nacionalização das forças econômicas, no qual o Estado passa a estimular e controlar o comércio.

²² Já nas Américas, os holandeses, além do domínio sobre a costa do Nordeste do Brasil (1630-1654) até sua expulsão pelas tropas luso-brasileiras. Também ocuparam a costa da Guiana (Suriname) e parte das Antilhas a partir de 1650. Na África, os holandeses se apossaram brevemente da Angola portuguesa entre 1641-1648.

Mas política ultramar inglesa teve que esperar mais um pouco, já que os holandeses, dado ao seu maior dinamismo nos vários campos da vida econômica, “os arruinavam, pois eles podiam vender produtos do Báltico a melhor preço do que os próprios comerciantes ingleses” (FERRO, 1996, p.79) e eram onipresentes – Atlântico, Mediterrâneo, oceano Índico, mar Báltico, barrando o caminho dos navegadores ingleses. Somando-se a contestação dos ingleses quanto à Tordesilhas, era mais lucrativo praticar a chamada “pirataria de Estado” ou oficial – um redemoinho de violência e ladroagem marítimas – como descreve Ferguson (2010, p.26), que se deve ao fato de que “até então, para os ingleses o saque e o corso haviam sido mais vantajosos do que a conquista de territórios ultramarinos. Além disso, parecia que os espanhóis haviam passado a mão em tudo o que valia a pena” (FERRO, 1996, p.69). O primeiro assentamento inglês só seria fundado na Terranova em 1583.

O Império Britânico havia começado com o roubo de ouro e prata, mas, como atenta Ferguson (2010, p.35) “progrediu com o cultivo de açúcar”. O Caribe proveu inicialmente as mais importantes e lucrativas colônias da Inglaterra, mas as primeiras tentativas de colonização falharam. A Guiana foi colonizada brevemente (1604), assim como Santa Lúcia (1605) e Granada (1609), mas os assentamentos ingleses tiveram sucesso em São Cristóvão (1624), Barbados (1627) e Névis (1628). A partir da Jamaica (feita colônia inglesa em 1655 e um dos seus principais ativos econômicos), os ingleses instalaram-se no norte de Honduras, na costa da Mosquítia e em 1666 conseguem a concessão das Bahamas pela Espanha.

Na América do Norte, à diferença da penetração francesa, que se fizera para o interior das terras, a presença inglesa se deu a partir de vários entrepostos costeiros, entregues à iniciativa dos indivíduos e das companhias de assentamento, o que irá caracterizar a dupla identidade do Império Britânico: bases navais ou implantação de colonos (FERRO, 1996). A colonização da costa da América do Norte servia como apoio aos empreendimentos lucrativos dos ingleses no Caribe e “foi o desejo de emular a Espanha – e o medo de perder o lugar para a França – que levaram a coroa a dar o seu apoio” (FERGUSON, 2010, p.80).

Os fundamentos econômicos da América inglesa eram precários e só com eles a colonização não seria de fato sustentada. Quando surgiu a perspectiva da liberdade religiosa, houve um novo impulso para a emigração de novos colonos e, à medida que houve uma combinação institucionalizada de congregacionismo e capitalismo, o crescimento de novas colônias alavancou, como na Nova Inglaterra (fundada em 1620) e na Companhia da Baía de Massachusetts (fundada em 1629). A expansão econômica e populacional cada vez mais tornava viável a transformação das Trezes Colônias em uma nova terra prometida, pois apenas um quarto dos colonizadores portugueses e espanhóis eram mulheres; na América do

Norte a colonização britânica era um “assunto de família”. Mas, ao seu modo, a colonização nas Américas era apenas um mero baluarte a assegurar o domínio dos mares.

Entre 1652 e 1674, os ingleses travaram três guerras contra os holandeses, sendo o principal objetivo tomar à força o controle sobre as principais rotas que partiam da Europa Ocidental para as Índias Orientais, para o Báltico, para o Mediterrâneo, para a América do Norte e para a África Ocidental. Apesar de seus dotes econômicos, apesar de seu dinamismo, a força do capital fora vencida pela força das armas (FERRO, 1996), onde “poucas vezes guerras foram travadas por motivos comerciais tão declarados” (FERGUSON, 2010, p.45).²³ Golpeada pela Inglaterra em uma quarta guerra (1780-1748) a Holanda perderá o Ceilão e o Cabo. Junto com a França, os ingleses tomam o lugar dos holandeses no controle do oceano.

Conforme relembra Ferro (1996), do século XVII à queda de Napoleão, assiste-se também a formação de uma rivalidade franco-inglesa, marcada por conflitos esparsos, sem que, do lado francês, a Inglaterra seja particularmente visada. O conflito inglês com os holandeses tinha sido comercial. Na raiz, tratava-se estritamente de negócios, uma competição por participação no mercado. A luta com a França iria se conflagrar em todos os cantos do globo, e, “como uma versão mundial da Guerra dos Cem Anos, ia decidir quem *governaria* o mundo” (FERGUSON, 2010, p.53).

Essa possibilidade não estava longe de acontecer, e, embora a fusão com os holandeses tenha fortalecido em muito a Inglaterra como argumentou Ferguson (2010), somando-se a união dos Parlamentos escocês e inglês em 1707 – quando nasce definitivamente uma nova entidade: o Reino Unido da Grã-Bretanha –, é com o fim da Guerra de Sucessão Espanhola (da qual o rei Felipe V da Espanha abre mão do trono francês) e a assinatura do Tratado ou Paz de Utrecht (1713) que os ingleses, agora chamados de *britânicos*, vão assumir a dianteira. A Grã-Bretanha recebeu importantes bases marítimas – Gibraltar e Port Mahon (Minorca) – o que fazia desse novo Estado uma potência naval européia dominante, pois agora estavam em posição de controlar a entrada e saída do Mediterrâneo. Os britânicos também obtiveram o direito de abastecer as colônias da América Espanhola com escravos negros e o controle da Companhia da Baía de Hudson, então na mão dos franceses.

²³ Ferguson (2010) argumenta que apesar de alguns êxitos ingleses no início, os holandeses levaram a melhor por seu sistema financeiro superior, o que levou à fusão anglo-holandesa de 1688, que apresentou aos britânicos uma série de instituições financeiras cruciais das quais os holandeses foram os pioneiros. O acordo dava a Indonésia e o comércio de especiarias para os holandeses, deixando para os ingleses desenvolver o comércio de tecidos indianos (o que não quer dizer que a Holanda tenha abdicado do controle territorial de suas possessões na Índia e vice versa). Isso acabou sendo um bom negócio para a companhia inglesa, porque o mercado de tecidos rapidamente superou em crescimento o mercado de especiarias. Na altura de 1720, a Companhia Inglesa das Índias Orientais superava a sua rival holandesa no valor das vendas.

Além disso, essa rivalidade comercial (e não apenas por causa dela) conflagrou a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) – a coisa mais próxima que o século XVIII viu de uma guerra mundial – e, como os conflitos do século XX, na raiz uma guerra européia, logo se alastrou a outras partes do mundo: da costa do Coromandel ao Canadá, de Guiné a Guadalupe, de Madras a Manila, um conflito que acabou envolvendo indianos, nativos e colonos americanos, e escravos africanos (FERGUSON, 2010). Em 1759 a esquadra francesa foi finalmente vencida e a supremacia naval britânica tornou-se completa; cortada a comunicação entre a França e seu império, a marinha britânica dera às suas forças terrestres uma vantagem decisiva para que a vitória nas colônias francesas fosse assegurada. A tomada de Quebec e Montreal acabou com o governo francês no Canadá e as ricas ilhas caribenhas do açúcar foram tomadas (e só mais tarde devolvidas), como o único resquício do império francês naquele século.²⁴

O avanço para o oeste nas colônias inglesas em virtude das novas ondas migratórias já havia entrado em conflito com os franceses, que então ocupavam o Ohio, a calha do Mississipi e a Louisiana e a rivalidade franco-inglesa na América do Norte, diferente de outras possessões, opôs colonos a outros colonos. Mas a diferença fundamental entre a situação de uns e outros “é que globalmente a metrópole francesa pouco se interessa pela sorte de seus colonos, ao passo que Londres, ao contrário, é ativíssima na defesa dos anglófonos da América” (FERRO, 1996, p.86), pois estes constituem uma clientela e mão-de-obra que lhes mandam matérias primas e peles a bom preço, e a quem vão vender produtos manufaturados.

Mas o principal palco dessa disputa no campo colonial se dará na Índia, onde, durante a primeira metade do século XVIII, portugueses (em Goa, Damão e Diu), holandeses (no Ceilão), ingleses (nas costas de Bengala) e franceses (de Madras até Berar) ainda ocupavam seu território no antigo sistema de feitorias, tendo que negociar, inclusive, qualquer incursão com os Estados hindus do norte e noroeste da península, sobretudo com o Império Mogol, que chegou a dominar quase todo o subcontinente indiano. Os franceses ofereciam proteção a alguns príncipes em troca de terras e impostos, estabelecendo uma concepção de protetorado que seria aplicada dois séculos depois no Egito e Marrocos (FERRO, 1996). Para estabelecer seu domínio na Índia, haviam ocupado o arquipélago de Seicheles (1756) e transformam a ilha de France (atual Maurício) e a ilha Bourbon (hoje Reunião) na grande base naval a seu caminho. A vitória britânica acabou com todos os assentamentos franceses na Índia.

²⁴ No Tratado de Paris (1763), o governo de Luís XV abandona as colônias ultramarinas e perde o Canadá para a Inglaterra, retrocedendo a Louisiana à sua aliada, a Espanha. De suas imensas possessões americanas, a França conserva apenas as partes do Caribe, “que ela prefere ao Canadá” (FERRO, 1996, p.89).

A combinação de poderio naval e financeiro deu aos britânicos o que, por quase duzentos anos, seria tanto um enorme mercado para o seu comércio, quanto uma reserva imensurável de homens e forças armadas. Mas lição territorial iniciada pelos franceses não fora esquecida. Após a assinatura do Tratado de Allahabad (1765) – em que o imperador mogol concedeu à Companhia Inglesa das Índias Orientais a administração civil (conhecida como *diwani*) de Bengala, Bihar e Orissa – os britânicos iniciam a conquista do interior da Índia e por volta de 1815 já governavam cerca de 40 milhões de indianos. Metaforicamente como bem disse Ferguson (2010, p.59) “a Índia era muito mais que a ‘jóia da coroa’. Literal e metaforicamente, era uma mina inteira de diamantes”.

No outro lado da história européia, em sua porção oriental, estavam os russos. Entre os séculos XIII-XVI, o prestígio do Grão-Ducado de Moscou não parava de crescer, assim como o seu território, que entre 1359-1425 foi multiplicado por oito (BERTONHA, 2009). De fato, os dois séculos de jugo mongol interromperam essa expansão que recomeçou depois da conquista de Kazan (1552), pondo fim ao Estado tártaro na região do Volga, o que lhes permitiu espalharem-se lentamente pelas vertentes dos Urais e bem mais adiante, apossando-se de toda a região da Sibéria, que se estendia até o Pacífico. O czar fez concessões a vários exploradores e colonizadores para as novas terras, com o objetivo de povoá-las e aumentar o número de contribuintes, assim como a busca por segurança frente a outros Estados (BERTONHA, 2009). Ferro (1996, p. 70) assim descreve a expansão dos russos a leste:²⁵

A marcha dos russos foi também, a seu modo e em menor escala, o equivalente a rota do Cabo para os portugueses; tratava-se de contornar pelo Norte o que restava do Império Mongol para chegar às riquezas do Oriente extremo. Iniciada por volta de 1465, no momento em que os portugueses ultrapassavam o golfo da Guiné, a progressão comercial dos russos para o Leste foi, a partir daí, ininterrupta. [...] O avanço se deu de rio em rio, onde havia fortes construídos, embora inicialmente os czares tivessem feito reservas a esse procedimento. O Ob e o Irtych foram alcançados em 1585, o Ienessê em 1628, o Amur e o Kolyma em 1640. Yakutsk foi construída em 1632 – antes de Montreal – e em 1649 os russos chegaram a Kamchatka. Foi a presença do Império Manchu que sustou essa progressão (tratado de Nertchinsk, 1689). É bom lembrar que a conquista desses imensos espaços, com poucos homens, precedeu a expansão para o Báltico e o mar Negro: Azov foi ocupada em 1701, a Livônia em 1710. Daí a extrema sensibilidade dos russos para todos os conflitos de fronteiras com a China e o Japão.

²⁵ Na primeira metade do século XVII, os ganhos e perdas territoriais russas seguiam um padrão mais ou menos igual. Quando enfrentavam exércitos mais poderosos e bem armados, como os poloneses e suecos, os russos cediam e tiveram perdas substanciais no Báltico e em outros locais. Por todo esse século, a fronteira ocidental russa ia e voltava conforme a sorte das armas, mas sem ganhos realmente marcantes [...] Na segunda metade do século XVII, a nova dinastia reinante, os Romanov (que ficaria no poder de 1613 até 1917), procurou recuperar as perdas nas fronteiras ocidentais, continuar a expansão para o leste e para o sul e modernizar o Estado e as Forças Armadas. O auge desse processo, contudo ocorreu no reinado de Pedro, o Grande, entre 1682 e 1725 (BERTONHA, 2009, p.27-28).

Em fins do século XVIII, várias das grandes civilizações e forças não-européias ainda se confrontavam com o colonizador, mas a rápida e sempre crescente expansão maciça do comércio e do empreendimento capitalista europeu minava a ordem social dessas civilizações; na África, com a intensidade sem precedentes do tráfico de escravos, em todo o Oceano Índico, com a penetração das potências colonizadoras rivais, e no Oriente Médio e Próximo através do comércio e do conflito militar. O completo domínio político e militar do mundo pela Europa (e seus prolongamentos ultramarinos, as comunidades de colonização branca) viria a ser produto da era da dupla revolução – a industrial e a francesa (1789), que iria se refletir do outro lado do Atlântico (HOBSBAWM, 1977).

2.4 Nas Américas um sopro de liberdade

O ponto vulnerável do poderio europeu estava nas oposições entre o velho e o novo, mais precisamente nos movimentos autônomos das colônias, nas províncias mais remotas ou sob controle menos firme, em que as comunidades de colonizadores brancos de além-mar ressentiam-se das políticas de seus governantes centrais, que subordinavam os interesses das colônias estritamente aos interesses metropolitanos. Em todas as partes das Américas, estes movimentos de colonizadores passaram a exigir autonomia, nem sempre para a instauração de regimes que representassem forças economicamente mais progressistas do que a metrópole. Várias colônias britânicas obtiveram-na pacificamente por algum tempo (caso da Irlanda), ou então o fizeram por meios revolucionários, como os EUA (HOBSBAWM, 1977) – uma “série de lutas independencistas como o estágio mais avançado da expansão dos brancos nas colônias” (FERRO, 1996, p.244).

Para Ferro (1996) e Karnal et al. (2008), a vitória dos ingleses na Guerra dos Sete Anos (terminada em 1763), criou os mecanismos que levaram à independência norte-americana. Até então, e antes que o Tratado de Paris eliminasse a potência francesa na América do Norte, os colonos ingleses permaneciam protegidos por Sua Majestade britânica, e podiam apelar para a sua frota e o seu exército. Eram súditos britânicos, mas sua “identidade americana iria se afirmar cada vez mais à medida que faziam suas queixas com veemência tanto maior quanto aumentavam sua força econômica e desenvolviam sua capacidade de se valerem do direito para se defender” (FERRO, 1996, p. 247). Os ianques queriam ter liberdade de movimento no comércio e na política e essa motivação cresceu quando sua visão enquanto súditos e parceiros dos britânicos começara a mudar à medida que percebiam que os interesses da metrópole eram maiores que os seus (KARNAL et al., 2008) e os ingleses os

consideravam “inferiores” (BREEN, 2008). Ferguson (2010, p.106) acrescenta que “a guerra está no cerne da concepção dos americanos sobre si mesmos: a idéia de uma luta pela liberdade contra um império malévolo é o mito da criação do país”.

Além das razões já conhecidas que levaram ao processo de independência dos Estados Unidos, Ferro (1996) destaca a indignação dos colonos depois que o Parlamento Britânico, sem consultá-los, teria proibido o seu estabelecimento nas terras conquistadas pelos franceses, prejudicando o negócio dos especuladores de terras e dos ricos fazendeiros, levando-os à luta pela separação. O paradoxo da Revolução Americana para Ferguson (2010), está no fato de que a revolta contra o domínio britânico veio dos que estavam em melhor situação dentre os súditos coloniais britânicos. Segundo o autor (2010, p.111), ao revogar a Lei do Selo em 1776, por exemplo, o Parlamento havia declarado enfaticamente que “teve, tem e por direito deve ter, poder e autoridade totais para fazer leis e estatutos com força e validade suficientes para obrigar as colônias e o povo da América”.

Mas a declaração de independência das 13 colônias em 4 de julho de 1776 era apenas o começo; foi preciso tempo até que aquelas unidades se convertessem de fato nos “Estados Unidos” (GREENE, 2008), diferenciando-se das áreas periféricas do que restou das leais colônias britânicas e que mais tarde se chamaria de Canadá.²⁶ O que explica a falta de reação britânica é o fato de que sendo uma guerra civil transatlântica, uma campanha maciça inglesa na América seria muito arriscada, ainda mais pela disputa global de longa duração com a França que não havia totalmente cessado. Além disso, “[...] perder os Estados Unidos foi perder uma grande fatia do futuro econômico do mundo. Mas, na época, os custos no curto prazo para reimpor a autoridade britânica nas treze colônias pareciam ser consideravelmente maiores do que os benefícios” (FERGUSON, 2010, p.118).

A crise política na Espanha advinda da ocupação de seu território (1808) por parte da França durante as chamadas Guerras Napoleônicas constitui um dos fatos que incentivaram o aparecimento dos movimentos de independência na América Espanhola. As diferenças entre a Espanha e as colônias tornaram-se mais agudas após essa crise política, cuja luta armada entre os anos de 1810-1820 desencadeou não só a formação de novas nações, como liquidou o império espanhol, reduzindo-o a apenas Cuba, Santo Domingo (República Dominicana) e

²⁶ Segundo Ferguson (2010, p.120) a perda da América teve o efeito imprevisto de assegurar o Canadá para o Império, graças ao fluxo de legalistas ingleses que, junto com novos colonos ingleses, acabariam reduzindo os franceses do Quebec a uma minoria sitiada. Breen (2008, p.169) destaca que “a comunidade britânica na América do Norte Britânica não estava preocupada com a independência em relação à Grã-Bretanha, mas buscava ser uma colônia britânica maior, mais capaz de resistir às pressões anexionistas de uma República Americana dominada pelo norte e de supervisionar a expansão da autoridade britânica sobre os vastos territórios ainda não-colonizados (pelo menos por europeus) a oeste dos Grandes Lagos, que ainda estavam nominalmente sob o controle da Companhia da Baía de Hudson”.

Porto Rico. Portugal não pode escapar do cerco continental imposto por Napoleão e apesar da transferência de seu Reino para a América Portuguesa, é a partir dele que a coroa portuguesa acaba fortalecendo não apenas a colônia do Brasil, como também promove os meios para que seu império nas Américas seja liquidado ao legar uma sucessão dinástica que culminou com uma independência *sui generis* em 1822.²⁷

Não foi apenas o exemplo norte-americano e as literaturas iluministas que apoiaram e serviram de moral para combater o despotismo metropolitano, mas também a percepção da capacidade das próprias colônias de se defender durante a ausência do império espanhol. De fato, após as fracassadas tentativas dos britânicos de conquistar importantes territórios nas Américas em meados do século XVIII, a coroa espanhola reordenou a orientação comercial de seus portos (então voltados para o Pacífico) para a direção ao Atlântico, como forma de se adequar à competição internacional e à defesa geopolítica de suas colônias. As tentativas frustradas dos ingleses de invadir a bacia do Prata (1806-1807), criaram uma consciência de que as colônias podiam resistir sem o apelo à coroa, alimentando o sonho das elites e dos militares locais de buscar a independência.

Para a América hispânica, a revolta dos escravos e a independência do Haiti (1804) também havia servido de exemplo: ela não se podia se repetir. Foi uma advertência para que os *crioulos* insurrectos pensassem muito mais em direcionar seu discurso em prol da liberdade e das vantagens da independência nacional. A importância da dominação racial “branca” estava diluída e embora os movimentos de independência fossem mais fortes na Argentina e Venezuela, no Peru e Bolívia, por exemplo, havia enormes contingentes de populações indígenas que precisavam ser mobilizadas ao lado dos escravos negros na luta contra os espanhóis. Além disso, de acordo com Ferro (1996), o movimento de independência na América Latina no começo do século XIX seguiu em parte com as motivações ocorridas na América do Norte, mas se lá o motivo era aparentemente o da liberdade econômica, no lado ibérico era puramente fiscal, pois o aumento de impostos era resultado das economias metropolitana e colonial, que em muito se pareciam.

Anderson (2005) destaca que a configuração geográfica, política e econômica das novas repúblicas sulamericanas coincidiu com as unidades administrativas criadas pela coroa

²⁷ Segundo Anderson (2005, p.82-83), em lado nenhum foram feitas sérias tentativas de reinstauração do império dinástico nas Américas, exceto no Brasil; mesmo aí, provavelmente não teria sido possível se o próprio monarca português não tivesse para lá emigrado em 1808, fugindo de Napoleão. Jancsó (2002) argumenta que a sobrevivência do projeto imperial português no Brasil fortaleceu o centralismo monárquico-legitimista e suas ações políticas no território periférico da colônia. De fato, ao preservar a lealdade das elites regionais e ao manter uma economia de base escravista nessas regiões, houve a impossibilidade de mobilização dos poderes locais baseados nas massas (o que evitou a fragmentação territorial e a criação de caudilhos locais), em que o conservadorismo político das elites encontrou no projeto imperial a instrumento de sua efetividade.

espanhola entre os séculos XVI ao XVIII. A diversificação geográfica do Império Americano, as dificuldades de comunicação numa era pré-industrial e as políticas comerciais de Madri criaram zonas econômicas separadas, fato que empreendeu a justificação do *uti possidetis*, pelo qual cada nação preservou o status *quo territorial* de 1810 – ano inicial dos movimentos de libertação. Em certa medida, a independência dos países da América Latina abriu caminho para uma nova ordem, que colocou essas novas nações sob o controle econômico das novas potências do século XIX: Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Os Estados Unidos gozavam de duas enormes vantagens: ausência de quaisquer vizinhos poderosos ou potências rivais que pudessem (ou que de fato quisessem) evitar sua expansão através do imenso continente até a costa do Pacífico e uma taxa extraordinariamente rápida de expansão econômica. Entre 1814 e 1898, a nação ianque permanecera longe da política internacional européia, vivendo os princípios da Doutrina Monroe e de aquisição de territórios a Oeste, seja por meio de compra, seja por meio de guerras, como as travadas contra o México. E de fato, a maioria dos norte-americanos “acreditava que seu país era a maior nação do planeta e que aquelas terras viviam em constante e ‘natural’ perigo diante das ameaças externas” (KARNAL et. al., 2008, p.165). Essa expansão começou a se acirrar pouco antes da Guerra de Secessão (1861-1865), quando as pressões por novas terras (tanto para os escravocratas quanto para os assentados livres) acirraram a disputa entre o Norte e o Sul do país, com a adesão de novos estados à União.

Até o final do século XIX, as Américas constituíram uma coleção única de repúblicas soberanas, com exceção do Canadá, das ilhas do Caribe e de partes do litoral caribenho (além do dinástico Império do Brasil e da breve experiência monárquica do México). A hegemonia dos Estados Unidos ainda era local e suas únicas anexações políticas diretas se restringiam à Cuba (1868) – cuja independência era nominal –, Porto Rico (1898) e a uma estreita faixa ao longo do canal do Panamá – país este que ajudariam a destacar do território da Colômbia em 1905.²⁸ À exceção da Grã-Bretanha, nenhum Estado europeu possuía mais do que restos dispersos dos impérios coloniais (principalmente caribenhos) do século XVIII e nem os britânicos, nem qualquer das outras nacionalidades viam boa razão para hostilizar os EUA (HOBSBAWM, 1988). A dominação econômica e a pressão política foram aplicadas sem conquista formal, constituindo-se na única região importante do globo onde não houve rivalidade entre as grandes potências.²⁹

²⁸ Na Ásia, os espanhóis haviam cedido às Filipinas aos Estados Unidos em 1898.

²⁹ A diferença das outras colônias de povoamento branco estava a Austrália, que em 1787 era ainda um experimento inglês para se livrar da classe criminosa. Além do conflito com os aborígenes, na Austrália havia

2.5 Retalhando o que sobrou do mundo

Na primeira metade do século XIX, as monarquias absolutistas ainda reinavam em boa parte dos Estados europeus. Onde elas não resistiram, como na Polônia, acabaram tragadas por seus vizinhos, como a Rússia imperial, que também conquistou a Finlândia e a Geórgia. Após o final das Guerras Napoleônicas a Rússia continuava um ator de importância nas relações internacionais, com um território imenso e que superava largamente qualquer país do Ocidente, com progressos em sua agricultura e indústria bélica, além de um grande exército advindo de sua expressiva população (tanto pelas anexações quanto pelo crescimento natural), mas o país estava longe de ser uma potência dominante (BERTONHA, 2009). Em 1840, havia vários Estados novos frutos das ondas de revolução, como a Bélgica, a Sérvia e a Grécia (além de algumas repúblicas sul-americanas), mas nenhum deles com expressão geopolítica suficiente para mudar o quadro das competições entre as grandes potências.

Por essa época, havia um sistema global compreendido pelo mundo desenvolvido *versus* o mundo defasado, o que não significa que a divisão entre esses dois mundos fosse uma mera divisão entre países industriais *versus* agrícolas ou urbanos *versus* rurais segundo Hobsbawm (1988). Enquanto o primeiro (menor), apesar de suas rivalidades internas, era caracterizado por uma unidade histórica e por ser o portador conjunto do desenvolvimento capitalista, o segundo (muito maior) não era senão unido por suas relações com o primeiro, uma relação de dependência potencial ou real. Embora o modelo de Estado-nação liberal-constitucional ainda não estava confinado ao mundo desenvolvido, grande parte do mundo não-desenvolvido também não possuía qualquer tipo de Estado no sentido moderno.³⁰

Esse conjunto de Estados que formavam o cerne do desenvolvimento capitalista na Europa estava nas regiões central e noroeste. Incluía em sua órbita as regiões meridionais (sobretudo a Península Itálica e Ibérica) estagnadas em relação ao desenvolvimento capitalista do século XVI – época dos impérios ultramarinos. Havia também uma vasta zona fronteira a

terras demais, nenhum capital e mão-de-obra difícil, e a imigração só foi incentivada em meados do século XIX, quando a terra e o transporte foram oferecidas à um preço módico e as pessoas passaram a se convencer de que partir para o outro lado do mundo era uma chance que lhes era oferecida de construir a felicidade (FERRO, 1996). O mesmo aconteceu na Nova Zelândia (embora a resistência dos nativos maori fosse muito maior que os aborígenes australianos) – então um entreposto para navios que cruzavam o Pacífico atraídos principalmente pela caça de baleias, permanecendo parcamente povoada até a metade daquele século, quando as ondas de imigrantes europeus povoaram a Ilha do Norte e mais tarde a Ilha do Sul.

³⁰ Os Estados internacionalmente reconhecidos na Europa entre 1830-1871 incluíam: Alemanha, Itália, Bélgica, Grécia, Sérvia e Romênia, além da Hungria, que teve autonomia do Império Habsburgo após o Compromisso de 1867. Conforme aponta Hobsbawm (1988), em termos de política internacional, o número de entidades tratadas como Estados soberanos no mundo inteiro era bastante modesto para os padrões atuais. Por volta de 1875, não passavam de dezessete na Europa, dezenove nas três Américas, quatro ou cinco na Ásia e talvez três casos altamente marginais na África.

leste, herdeira da cristandade e na periferia do centro do desenvolvimento econômico, formada pelo Império Russo e algumas partes do Império Austro-Húngaro, que, nas palavras de Hobsbawm (1988, p.35) “embora tivesse uma camada culta respeitada, a maioria de seus habitantes vivia visivelmente num século diferente dos seus contemporâneos e governantes”.

Na última metade do século XIX, a economia capitalista agora consistia de uma base geográfica muito mais ampla do que antes e sua parcela industrializada (e em processo de industrialização) aumentara, atingindo a Rússia, Holanda e Escandinávia na Europa, a América do Norte e até certo ponto o Japão. O mercado internacional de produtos primários também cresceu ao passo que a economia mundial tornou-se mais pluralista do que antes e, embora as Ilhas Britânicas não fossem mais a única nação industrializada, mantinham ainda um papel central na área de comércio e serviços. Ela também veio acompanhada de uma revolução tecnológica nas economias mais dinâmicas, cujo papel principal foi uma atualização da primeira onda da revolução industrial.

Observa-se, por outro lado, que essa economia estendia suas operações a partes cada vez mais remotas do mundo e transformava profundamente todas as regiões. Ademais, essa economia não reconhecia fronteiras, pois funcionava melhor quando nada interferia no livre movimento dos fatores de produção. Mas era preciso oferecer uma base segura para a sua expansão, o que veio a coincidir com a fase dinâmica da repartição do globo como lembra Lênin (2012), pois “não há como negar que a pressão do capital à procura de investimentos mais lucrativos, bem como o da produção à procura de mercados, contribuíram para as políticas expansionistas – inclusive a conquista colonial” (HOBSBAWM, 1988, p.72). Até então, segundo o autor (1988) não houvera nenhuma tentativa sistemática de se traduzir a supremacia econômica e militar dos países capitalistas em uma conquista formal, anexação e administração entre o final do século XVIII e o último quartel do século XIX em boa parte do mundo, cujos territórios estavam sob governo direto ou sob dominação política indireta ligados a um pequeno grupo de Estados, com exceção da Europa e das Américas. Começa o período da “Era dos Impérios” (1875-1914) que Ferro (1996) a descreve como a “segunda onda de colonização”.

Ainda no começo do século XIX, a França já havia adquirido novas conquistas no norte da África (Argélia e Tunísia), como também o conseguira a concessão do Senegal e um porto em Anam (atual Vietnã), mas quase sempre longe do foco de rivalidade com os britânicos, que mantinham importantes áreas no Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Nas zonas onde os europeus rivalizavam, a ocupação de novos territórios se daria em virtude das vantagens que poderiam oferecer; mas o maior foco de rivalidade de franceses e ingleses foi o

Egito, que eles tentaram tirar das mãos Império Otomano, já em franca decadência. Embora os otomanos tenham concedido maior autonomia aos egípcios sob a forma de um vice-reino – o *quedivato* (1820-1885) –, isso não impediu o assédio estrangeiro, pois, cada vez mais tentados à modernização do Ocidente, os quedivas egípcios empreenderam medidas para a expansão do país à custa do capital estrangeiro, o que levou à construção do canal de Suez (1867) e abdicação de seu vice-rei, fazendo com que os britânicos ocupassem o Egito a partir de 1882 e tornassem sua projeção, o Sudão, também uma possessão britânica.

O desenvolvimento dos grupos financeiros e industriais ao lado das nações acirrou a rivalidade entre os Estados nacionais e mais uma vez a necessidade de expansão colocava os europeus na única parte do mundo ainda não devidamente explorada: o interior da África negra. Como um acordo de cavalheiros ao estilo da *belle époque* – em que cada uma deles comprometia-se a não fazer mais aquisições sem que os outros fossem notificados –, catorze países participaram da chamada Conferência de Berlim (1884-1885). Realmente, ela não oficializou a partilha da África negra, apenas formulou as “regras do jogo”, permitindo uma verdadeira “orgia de operações e de anexações que ficaram conhecidas como a ‘corrida de obstáculos’, pois cada potência européia saía em disparada para fincar sua bandeira no maior número possível de territórios” (FERRO, 1996, p.102). O continente estava dividido, bastava apenas conquistá-lo.

Depois dessa conferência, as principais potências européias que estavam de olho nos territórios africanos partiram para a conquista, nem que para isso tivessem que assinar (entre si) acordos de demarcação de fronteiras, os quais sobreviveriam um século mais tarde, mesmo após a independência dos Estados africanos. Aos seus olhos, tais atos eram necessários para a realização do projeto colonial, que era encarada como uma missão civilizadora em vez da velha missão evangelizadora do século XVI. Hobsbawm (1988) mostra que por volta de 1880, quase todas as partes do mundo eram conhecidas e mapeadas de modo mais ou menos adequado ou aproximado. Com mínimas exceções, a exploração já não consistia mais em “descobertas”, mas numa forma de “esforço atlético”, muitas vezes mesclado com a competição pessoal ou nacional, com o objetivo de dominar ambientes físicos inóspitos.³¹

³¹ Já em 1876 o rei Leopoldo II da Bélgica convocara a conferência de Bruxelas, que reunia geógrafos e cientistas, e que tinha por objetivos abrir à civilização a única parte do nosso globo onde ela ainda não penetrou. Não foi por acaso que o pioneirismo de Leopoldo II deu resultado: a fim de evitar a disputa com (e entre) as outras potências coloniais, a Bélgica teve preferência e acabaria ficando exclusivamente com o Congo e sua imensa bacia hidrográfica até as terras ricas em minério de Katanga, tornada colônia em 1908. À diferença de outras colonizações, a do Congo Belga não foi feita por militares ou por homens de negócios, mas por civis movidos pelo espírito da descoberta e pela necessidade de levar até lá a “civilização” (FERRO, 1996).

A Alemanha já definira as suas zonas de influência. Ficaria com as costas do Sudeste Africano (atual Namíbia), onde negociantes e missionários haviam desembarcado em 1882; os territórios do Kamerun (Camarões) e o Togo, onde mandara exploradores em 1884, e por último, o Leste africano, a partir da ocupação da ilha de Zanzibar. Naquela região, os alemães encontraram os ingleses e a partilha foi feita entre a Tanganica e a Niassalândia, enquanto os ingleses se instalavam sozinhos em Uganda, e depois anexaram o arquipélago de Zanzibar (1888-90) – em uma permuta com os alemães pela ilha Helgoland. Os ingleses ofereceram protetorado ao reino de Witu, na costa do Quênia – uma área já assediada pelos alemães.

Partindo do Senegal, os franceses avançaram para o lago Chade e para o rio Níger, mas, como os ingleses da *Royal Niger Company* instalaram-se no baixo Níger (que em 1914 se converteria na colônia inglesa da Nigéria), os franceses voltaram para o Chade, de onde pretendiam fazer a junção de todas as suas colônias, unindo a África do Norte (Tunísia, Argélia, Mauritânia e parte do Marrocos) com o Congo e o Gabão. Para assegurar o controle do interior dessa região, fundaram Bamako, no Mali, em 1882. Dali, os franceses também ocupam o Alto Volta (hoje Burquina Fasso), e asseguram o controle da costa do Benin (entre as colônias britânicas da Nigéria e da Costa do Ouro [Gana]), da Costa do Marfim e da Guiné. Em 1896, para garantir sua influência no mar Vermelho, fundam a Somália Francesa (atual Djubuti) e conquistam a fraca monarquia local que imperava na ilha de Madagascar.

A Grã-Bretanha, já havia estabelecido o domínio sobre a Gâmbia (incrustada entre o Senegal francês, de quem já fora dona), vai ocupar a colônia de Freetown (Serra Leoa) e estabelecer uma base em Zanzibar. Depois, estimulada por sua recente ocupação do Egito e pela atuação de Cecil Rhodes – no território que futuramente se chamaria de Rodésia –, sonha em fazer uma ligação entre o Cabo e o Cairo pelo interior do continente. Mas o conflito entre franceses e britânicos em 1890 pela posse do Chade e da região de Bahr-el-Ghazal interrompem seus anseios expansionistas. Como um acordo de cavalheiros, os franceses ficam com o Ubangui-Chari (República Centro-Africana) e os ingleses com o atual Sudão do Sul. A dissolução das Repúblicas Bôeres de Transvaal e do Estado Livre de Orange (1902) e o estabelecimento de protetorados “étnicos” nas regiões da Suazilândia, Basutolândia (Lesoto) e Bechuanalândia (Botsuana) asseguram o controle britânico na África do Sul.

Restou a Portugal definir as fronteiras nos resquícios de seu império colonial do século XVI, sobretudo nos casos dos tratados territoriais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, além da posse de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. A Espanha, que já tinha a diminuta ilha de Bioko, ficou com o território do rio Muni (formando a atual Guiné Equatorial), ocupando uma faixa estreita do Saara chamada “Rio de Ouro”, não muito longe da parte do Marrocos

que lhe cabia por direito. A Itália viu florescer seu império colonial apenas no começo do século XX, ocupando a partir de 1911 os territórios da Cirenaica e Tripolitânia (atual Líbia), depois do fracasso na ocupação da Tunísia (1879) e a Etiópia (1896). Mas a resistência etíope teve o seu preço, e diante de tal assédio os espólios da guerra foram colhidos pelos italianos, que anexaram a Eritréia no mar Vermelho e a região da Somália na costa do Índico, tornando-se formalmente colônias italianas em 1914. Com exceção da Etiópia, da Libéria e de partes do Marrocos que resistiam à colonização, a África e o Pacífico foram inteiramente divididas. Os holandeses apenas tiveram um controle mais firme nos pontos mais distantes da Indonésia.³²

A maioria dos grandes impérios tradicionais da Ásia permaneceu nominalmente independente, embora as potências ocidentais tenham delimitado ali zonas de influência ou mesmo de administração direta que podiam cobrir a totalidade desses territórios. Dado à sua incapacidade de chegar a um acordo para a conquista ou divisão, a independência de alguns deles dependia de sua utilidade como Estados-tampão, casos do Sião (hoje Tailândia), que separava as zonas britânica e francesa no Sudeste asiático, ou do Afeganistão, que separava as áreas de influência da Grã-Bretanha e da Rússia.

Os russos avançavam na Ásia Central, conquistando os antigos povos de origem tártara, persa ou turca da região; foram também anexadas em definitivo as regiões da Sibéria e mais tarde a Manchúria, compensando a desistência em prosseguir a colonização na América do Norte, corporificada na venda do Alasca aos EUA (1867). Bertonha (2009) mostra que no caso da Rússia, essa elasticidade territorial das fronteiras também implicava em uma assimilação de russos e não russos étnicos, pois centro e periferia caracterizavam sua colonização ao invés de metrópoles e colônias como na Europa ocidental. Já os britânicos anexaram a Birmânia (Mianmá), destacado-a da China para o seu império Indiano (também para evitar qualquer ameaça francesa) e reforçaram sua zona de influência no Tibet e nos Emirados do golfo Pérsico. O objetivo dos ingleses não era manter à distância os russos só da Índia, mas também daqueles mares quentes, até que um tratado que dividiu as zonas de influência sobre o Irã (1907-1921).

Segundo Ferro (1996), a idéia de retalhar o decadente Império Otomano datava de fins do século XVIII, mas as rivalidades entre as potências tinham-no ajudado a sobreviver por mais algum tempo. Apesar de perder o Egito por conta da influência anglo-francesa, além de

³² Dos principais impérios coloniais, apenas o holandês não conseguiu, ou não quis, adquirir novos territórios, salvo por meio da extensão de seu controle sobre as ilhas indonésias, que há muito “possuía” formalmente. Dentre os menores, a Suécia liquidou a única colônia que lhe restava, a ilha de São Bartolomeu, vendendo-a à França, e a Dinamarca estava prestes a fazer o mesmo com as Ilhas Virgens aos Estados Unidos, conservando apenas a Groenlândia e a Islândia e as pequenas ilhas Faroe como territórios dependentes.

importantes territórios no Cáucaso (Geórgia e Armênia) para a Rússia imperial e a Grécia (que se converteu em um Estado independente) e de ter cedido o Chipre para os britânicos em 1868, ele continuava uma potência, apesar de enfrentar um crescente nacionalismo interno (armênios, curdos, árabes) e o apetite conjugado das grandes potências. Esse equilíbrio tornava-se cada vez mais instável, sendo que a Primeira Guerra Mundial o liquidaria.

Outro que caminhava para a mesma direção era o Império Chinês, e, percebendo sua fraqueza, as potências estrangeiras aproveitaram para conquistar ali suas bases territoriais. Os franceses ocuparam definitivamente a Indochina, que a partir do Tratado de Tein-Tsin (1885) garantem seu domínio sobre os atuais Vietnã, Laos e Camboja. Os ingleses já o haviam feito através da Guerra do Ópio, que lhes propiciou instalar, a partir de 1842, uma base na ilha de Hong Kong, abrindo os portos chineses em um regime de arrendamento;³³ houve também um maior controle sobre o Tibet, que os britânicos viam como uma dependência de seu império indiano. À medida que tinha que entregar tanto os seus portos quanto os Estados vassalos que dominava, a China ia entrando em conflito com o Japão que, a partir de 1895 tomou o seu lugar, dessa vez ocupando a península da Coreia e a ilha de Taiwan, além de Porto Artur, que era a porta de saída para a Manchúria. Os territórios anexados pelo Japão atrapalhavam a expansão russa na região, e a guerra russo-japonesa (1904-1905) assentaria não apenas o domínio nipônico sobre os mesmos, mas também a tomaria o sul da ilha de Sakhalin (Sacalina) e as ilhas Curilas (que a União Soviética recuperou em 1945), acarretando na crise do Império Russo – a primeira derrota de uma potência européia.

O que mostram os casos da China, Pérsia, Império Otomano e mais tarde dos Impérios Russo e Habsburgo é que pelos padrões dos impérios e nações-Estado ocidentais, essas estruturas políticas arcaicas eram frágeis, obsoletas e fadadas a desaparecer. Foi seu colapso e desintegração que propiciou as condições para as revoluções na Europa – sobretudo a Revolução Russa – e o cenário imediato da Primeira Guerra Mundial. Segundo Hobsbawm (1988, p.385), “o século burguês desestabilizou sua periferia de dois modos: solapando as antigas estruturas de suas economias e sociedades e tornando instáveis seus regimes e instituições políticas estabelecidas”. Depois de 1917, ficaria claro que os países prósperos e estáveis da sociedade burguesa ocidental teriam, de um modo ou de outro, sido atingidos pelos levantes revolucionários globais que começaram nas periferias do sistema mundial que

³³ Os franceses ocuparam Kuang-Tcheou-Wan (Guangzhouwan) na costa sul, os alemães se asseguraram do porto de Kiau-Tchou e os britânicos ficaram com Wei-Hai-Wei na região de Shandong. Portugal conseguiu obter sua concessão para Macau (1887). A Rússia ganhava a possibilidade de construir sua estrada de ferro na Manchúria e em troca de defender a China contra o Japão, os chineses cedem aos russos o Porto Artur em 1895.

essa sociedade criara. É para esses países que nos voltaremos agora, de forma a mostrar como suas mudanças alteraram o mapa político do globo.

2.6 A Europa remodelada no entre-guerras

Para a maioria dos Estados ocidentais, no período entre 1871 e 1914, uma guerra européia era apenas uma lembrança histórica e a principal função dos exércitos em suas sociedades durante esse tempo foi meramente civil. Junto com a escola, o serviço militar era talvez o mecanismo mais poderoso à disposição do Estado para inculcar o comportamento cívico e transformar o habitante de um povoado em um verdadeiro cidadão (patriota) da nação (HOBBSAWM, 1988). Durante todo esse período, os Estados independentes continuavam sendo um fenômeno tipicamente europeu e americano, e com raras exceções na Ásia e África, um terço da população mundial ainda vivia sob domínio colonial.

Como lembra Hobsbawm (1988, p.430), “o máximo que se pode afirmar é que, a partir de um certo ponto do lento escorregar para o abismo, a guerra pareceu tão inevitável que alguns governos decidiram que a melhor coisa a fazer seria escolher o momento mais propício, ou menos desfavorável, para iniciar as hostilidades”. Conforme mostra o autor (1988) embora não caiba aqui discutir as origens da Primeira Guerra Mundial, é a partir dela que se inicia o que o autor (1995) chamou de “Breve Século XX”. Ao contrário dos conflitos anteriores, esperava-se uma guerra rápida que girava em torno de objetivos específicos e limitados. A invenção de armas de destruição em massa, o uso da ciência e da tecnologia, o intercâmbio de recursos, o poderio dos exércitos e das marinhas tornaram a luta tão equiparada a ponto de prolongá-la; como era impossível vencer os soldados do inimigo, foi preciso matar de fome e privar de recursos os civis do adversário. Onde a capacidade técnica não pôde mais suportá-la, como na atrasada Rússia czarista, ela acabou ruindo e ocasionando a Revolução, enquanto em outras, como a dos Estados Unidos, com sua crescente indústria fora da zona de conflito, a guerra serviu como um catalisador para o crescimento econômico. Após os anos de catástrofe e a derrota da Alemanha, praticou-se na Europa uma verdadeira “festa para os cartógrafos” como lembrou Blayney (2008), onde foi preciso redefinir o limite dos antigos impérios multinacionais que se esfacelaram,³⁴ pois:

³⁴ Os muitos pretendentes à sucessão, pelo menos na Europa, eram vários movimentos nacionalistas que os vitoriosos tendiam a estimular, contanto que fossem antibolcheviques como convinha. Na verdade, na Europa, o princípio básico de reordenação do mapa era criar *Estados-nação* étnico-lingüísticos, segundo a crença de que as nações tinham o “direito de autodeterminação”. [...] não havia um único precedente histórico assim como não havia lógica nas combinações iugoslavas e tchecoslovacas, meras construções de uma ideologia nacionalista que acreditava na força da etnicidade e na indesejabilidade de *Estados-nação* pequenos demais. [...] A propósito,

[...] o mapa da Europa tinha de ser redividido e retraçado, tanto para enfraquecer a Alemanha quanto para preencher os grandes espaços vazios deixados na Europa e no Oriente Médio pela derrota e colapso simultâneos dos impérios russo, habsburgo e otomano. [...] Tornar o mundo seguro contra o bolchevismo e remapear a Europa eram as metas que se sobrepunham, pois a maneira mais imediata de tratar com a Rússia revolucionária, se por acaso ela viesse a sobreviver – o que não parecia de modo algum certo em 1919 –, era isolá-la atrás de um “cinturão de quarentena” [...] de Estados anticomunistas (HOBSBAWM, 1995, p.39-40).

Como os territórios desses Estados haviam sido desmembrados de forma total ou parcial de ex-terras russas, sua hostilidade para com Moscou podia ser dada como certa e se não fosse o fato da Revolução Bolchevique, provavelmente seria devolvida àquele Estado (HOBSBAWM, 1995). De norte para o sul as perdas consistiam na Finlândia, cuja autonomia desde o tempo do império russo fez com que Lênin a deixasse separar-se; as três novas e pequenas Repúblicas Bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia), para a qual não havia precedente histórico. A Polônia foi restaurada à condição de Estado nacional após 120 anos e a Romênia foi ampliada, com cessões de partes austríacas e húngaras (como a Transilvânia) e russas (como a Bessarábia). A tentativa de isolamento dos russos fracassou apenas no Cáucaso, onde um acordo com a Turquia (que não tinha simpatia com os imperialistas franceses e britânicos) em 1921 definiu as fronteiras entre esses dois países, acabando com a breve independência da Armênia, Geórgia e Azerbaijão, que passariam a fazer parte da futura União Soviética.

Além da tentativa de isolar a Rússia Bolchevique, havia grandes regiões sob domínio habsburgo para serem mapeadas. Suas herdeiras, Áustria e Hungria foram reduzidas e a Sérvia foi expandida para uma nova e grande Iugoslávia (*o país dos eslavos do sul*) com a fusão da (ex-austríaca) Eslovênia com a (ex-húngara) Croácia, e também com o pequeno reino de Montenegro, que havia experimentado então uma breve independência, além da antiga Macedônia. Também se formou a Tchecoslováquia, juntando-se o miolo industrial do império habsburgo, as terras tchecas, com as áreas camponesas dos eslovacos e rutênios, que antes pertenciam à Hungria. A Itália também se beneficiou dessa disputa, adquirindo ex-territórios habsburgos na região dos Alpes, além da parte ocidental da Ístria e algumas ilhas da Dalmácia (passando à Iugoslávia após a Segunda Guerra Mundial).

com exceção das remanescentes Áustria e Hungria, privadas da maioria – mas na prática não inteiramente todas – de suas minorias, os novos Estados sucessores, tirados da Rússia ou do império habsburgo, não eram menos multinacionais que seus antecessores. [...] A tentativa foi um desastre, como ainda se pode ver na Europa na década de 1990. Os conflitos nacionais que despedaçam o continente na década de 1990 são galinhas velhas do Tratado de Versalhes voltando mais uma vez para o choco. O remapeamento do Oriente Médio se deu ao longo de linhas imperialistas – a divisão entre Grã-Bretanha e França – com exceção da Palestina, onde o governo britânico, ansioso por apoio internacional judeu durante a guerra, tinha, de maneira incauta e ambígua, prometido estabelecer “um lar nacional” para os judeus. Essa seria outra relíquia problemática e não esquecida da Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1995, p.39-41).

À Alemanha impôs-se uma paz punitiva, de fato, tentando mantê-la permanentemente enfraquecida com uma série de medidas, que iam do pagamento de todos os custos decorridos da guerra, até a perda de suas colônias ultramarinas. Quanto às perdas territoriais, isso não foi conseguido, embora a Alsácia-Lorena fosse devolvida à França e uma substancial região no leste da Polônia (o “Corredor Polonês”, que separava a Prússia oriental do restante da Alemanha), além de alguns ajustes em suas fronteiras, como a região autônoma do Sarre e o estabelecimento da Cidade Livre de Danzig (Gdansk). De todos os propósitos do Tratado de Versalhes, na década de 1930 nada mais restava além das cláusulas territoriais e a criação da Liga das Nações (de forma a evitar acordos secretos da guerra nos processos de negociação internacional) se mostrou um fracasso. De fato, a Primeira Guerra Mundial não resolveu nada, e sob a Liga das Nações esperava-se o retorno de um mundo pacífico e democrático de Estados nacionais que desse à economia mundial o esplendor de antes do conflito armado. Mas ela proporcionou um novo fruto, que nasceu com a Revolução Russa de outubro de 1917.

A Rússia foi o primeiro dos regimes da Europa a ruir sob as pressões da guerra e a Revolução pretendeu dar ao mundo um sinal de que os povos podiam se levantar e substituir o capitalismo pelo socialismo e foi feita esperando-se que ela levasse tais ideais ao proletariado mundial. Entretanto, a queda do czar e a instauração de um governo provisório de um lado, além da multidão de conselhos de base (soviets) do outro, não foi seu ponto base. De acordo com Hobsbawm (1995), a única e real vantagem que Lênin e os bolcheviques contavam naquele período caótico foi reconhecer o que as massas queriam, traduzida no slogan “Pão, Paz e Terra”, só assim o regime se agüentou a ponto de evitar a desintegração, que havia sido o destino de outros impérios arcaicos e derrotados.

Foi também a forma com que a Rússia bolchevique conseguiu sobreviver do ponto de vista territorial, apesar de enfrentar naqueles anos a imposição do Tratado de Brest-Litovski (1918) pelas potências centrais – que reconheceu sua saída da guerra e tomou-lhe das mãos os territórios que se estendiam da Finlândia ao Cáucaso – e, nos piores momentos da guerra civil (1918-1921), o país estivera reduzido a uma faixa de terra sem saída para o mar, no norte e no centro da Rússia, entre os Urais e os Estados Bálticos, a não ser pelo estreito de Leningrado que apontava para o golfo da Finlândia. Após o final da guerra civil é que as Repúblicas Socialistas Soviéticas³⁵ se unem na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922).

³⁵ Em 29 de dezembro de 1922 a República Socialista Federativa Soviética da Rússia, a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana, a República Socialista Soviética da Ucrânia e a República Socialista Soviética da Bielorrússia aprovaram a Declaração de Criação da URSS.

A política de nacionalidades implantada pelo governo soviético tratou de reaver os territórios que haviam ficado independentes durante a guerra civil russa (como a Ucrânia, a Geórgia e a Armênia) e que a partir daí foram compelidos à força junto ao território soviético. Essa prática soviética de criar um movimento “nacional” leal ao Estado foi aplicada na convivência com vizinhos não soviéticos, onde Moscou estabeleceu um modelo de relações cujo objetivo era preparar a isenção dessas nacionalidades ainda não integradas, abrindo um caminho para um expansionismo sem limites através da existência de partidos comunistas substanciais em sociedades antes subjugadas dentro do Império e que se tornaram agentes desse expansionismo. Junto com a Revolução, ela conseguiu preservar a maior parte da unidade territorial multinacional do velho Estado czarista pelo menos por mais 74 anos.

A Primeira Guerra Mundial foi também o primeiro conjunto de acontecimentos que abalou seriamente a estrutura dos impérios, além de destruir dois deles (o alemão e o otomano), cujas antigas possessões foram divididas entre britânicos e franceses. Como visto, a Rússia havia sofrido um abalo temporário com a perda de seus territórios. Os britânicos, que já haviam concedido o status de *dominions* às suas colônias brancas desde 1907, enfrentaram sérios problemas para manter suas possessões mais importantes, dentre elas a Índia, que assistiu a ascensão de movimentos nacionalistas entre 1918 e 1922. No Egito, após três anos de luta (1919-1922), os britânicos foram obrigados a transformar o protetorado em um país semi-independente, fazendo o mesmo para dois dos territórios tomados dos otomanos: o Iraque e a Transjordânia, além da Palestina, administrada de forma direta. Internamente, tiveram que lidar com a independência *de facto* de vinte e seis condados que formariam a República Irlanda em 1921. Os franceses tiveram que arcar com a conquista do Marrocos (ainda não concluída), enquanto a parte espanhola da colônia marroquina enfrentou por um tempo a recém-proclamada República do Rif (1923-1926).

Conforme avançava a década de 1930, a situação não-resolvida deixada pela Primeira Guerra e os problemas econômicos (agravados pela crise de 1929) se entrelaçaram dentro da política internacional, criando em uma série de Estados que se mostraram débeis para manter governos democráticos e liberais. Esse enfraquecimento do liberalismo fortaleceu os argumentos em prol do fascismo e dos governos autoritários, o que também serviu de modelo para guiar as políticas de recuperação econômicas que estavam retraídas, apoiadas por um forte nacionalismo, onde a queda de preços também alterou os interesses das economias dependentes e metropolitanas. Além disso:

[...], a geografia, a história e a economia davam aos governos diferentes perspectivas do mundo. O continente da Europa como tal era de pouco ou nenhum interesse para o Japão e os EUA, cujas políticas eram do Pacífico e da América, e para a Grã-Bretanha, ainda comprometida com um império mundial e uma estratégia marítima global, embora demasiado fraca para manter qualquer dos dois. Os países da Europa Oriental estavam espremidos entre a Alemanha e a Rússia, o que obviamente determinava suas políticas, sobretudo quando (como se revelou) as potências mostraram-se incapazes de protegê-los. Vários haviam adquirido, após 1917, territórios antes pertencentes à Rússia, e embora hostis à Alemanha, por conseguinte a qualquer aliança antigermânica que trouxesse as forças russas de volta às suas terras. E no entanto, como a Segunda Guerra Mundial iria demonstrar, a única aliança antifascista efetiva seria a que incluísse a URSS. Quanto à economia, países como a Grã-Bretanha, que sabiam ter travado uma Primeira Guerra Mundial para além de suas capacidades financeiras, recuavam diante dos custos do rearmamento. Em suma, havia um amplo fosso entre reconhecer as potências do Eixo como um grande perigo e fazer alguma coisa (HOBSBAWM, 1995, p.152-153).

Os três Estados que mais tarde seriam denominados de “Eixo” começaram a marchar em direção a algo que partir de 1931 parecia inevitável, a guerra: Alemanha, Itália e Japão. Na Ásia, o Japão invadiu a Manchúria e estabeleceu ali um Estado fantoche a partir daquele ano, ocupando no ano seguinte o norte da China e a região de Xangai. A guerra aberta contra a China iniciou-se em 1937 e cessou somente em 1945. Em 1933 Hitler assumiu o poder na Alemanha e no ano seguinte levou seus planos mais a fundo, com um golpe que eliminou a democracia da Áustria, preparando o terreno para uma futura anexação. Em 1935 a Alemanha comunicou sua ruptura com os tratados de paz, desligando-se da Liga das Nações e ressurgindo como grande potência militar e naval, tomando posse (por plebiscito) do Sarre em sua fronteira ocidental. A Itália de Mussolini, desligando-se como membro da Liga, invadiu a Etiópia naquele mesmo ano, ocupando-a entre 1936-1937. Seguindo o exemplo japonês, os alemães acharam que era chegada a hora de conquistar, após uma invasão sem resistência da Áustria em março de 1938, a Alemanha anexou as regiões industriais da Tchecoslováquia em outubro, criando o protetorado da Boêmia e da Moravia. O restante do país (Eslováquia) foi ocupado em março de 1939, o que encorajou a Itália a fazer o mesmo, despertando suas ambições imperiais ao invadir a Albânia. Em setembro, com a invasão da Polônia (dividida mais tarde com a União Soviética) deflagrou-se a guerra europeia de 1939-1941 que se converteu na Segunda Guerra Mundial.

Quando a primavera de 1940 despertou na Europa Ocidental, as condições tornaram-se propícias para que o exército de Hitler ampliasse suas conquistas. Dinamarca e Noruega caíram em abril, Holanda, Bélgica e Luxemburgo em maio. Era a vez da bem-armada França, e para desviar da guarnecida Linha Maginot, que protegia todo o leste do território francês desde o final da Primeira Guerra, os alemães adentraram pelas florestas belgas de Ardenas, o que possibilitou contorná-la e conquistar rapidamente o território francês até chegarem a

Paris. Em junho, dias antes da tomada da França, a União Soviética (valendo-se do Pacto de Molotov-Ribbentrop – que garantiu a não agressão por parte da Alemanha Nazista) ocupou as Repúblicas do Báltico, tomando da Finlândia as áreas de Salla e Carélia e a região da Bessarábia, na Romênia, além de todo o leste da Polônia.

Com a França neutralizada, os alemães iniciaram ataques aéreos sobre a Grã-Bretanha em agosto, porém, devido ao seu fracasso, iniciaram uma campanha marítima que mobilizou as forças navais britânicas na região, deixando o caminho aberto para que a Itália avançasse no Mediterrâneo, com o cerco a Malta, ocupando importantes posições no norte da África, além da conquista da Somália Britânica. Os alemães haviam avançado pela Hungria, Romênia e Grécia. Depois de ocupar a ilha de Creta, o temor dos britânicos era que os alemães se apoderassem do Canal de Suez, no Egito, que era vital para a comunicação de seu Império com a Índia e seus postos na Birmânia (Mianmá), Cingapura e Hong Kong. Além disso, o ataque japonês a Pearl Harbor havia trazido os Estados Unidos para a guerra em dezembro 1941, assim como a invasão alemã em direção a Moscou trouxe a União Soviética.

Na Ásia, o Japão aproveitou a situação para avançar sobre a Indochina (já que os franceses estavam fora de operação), que além de sufocar a China, era a base para invadir a Tailândia, além da Malásia britânica. Em abril de 1942, os japoneses já haviam conquistado também a Indonésia e a Birmânia; as Filipinas cairiam em maio e, aproveitando-se da situação, atacaram o porto de Darwin, na Austrália, e Port Moresby, na Nova Guiné britânica, até serem impedidos pela batalha do Mar de Coral. Os japoneses comandavam então todos os portos do litoral leste da Ásia, o arquipélago da Indonésia e das Filipinas, cujo longo corredor de terra e cruzamentos marítimos ia da península da Coreia às águas costeiras do norte da Austrália e se aproveitaram de seu vasto império, conquistado no espaço de poucos meses, já que as colônias britânicas, francesas, holandesas e portuguesas, além das bases de defesa norte-americanas estavam disponíveis, além de suas populações coloniais, com todos os importantes materiais de guerra (borracha, estanho, petróleo) produzidos nesses locais.

O ano da invasão da União Soviética (1941) foi o último triunfo de Hitler. A campanha das tropas do Eixo no verão foi bem sucedida, ocupando a região de Criméia e as zonas industriais do leste da Ucrânia, mas, apesar de seus grandes ganhos territoriais, as tropas alemãs apenas chegaram às bordas de Moscou e, através do Báltico e da Finlândia, tentaram sem sucesso ocupar a cidade de Leningrado (São Petersburgo) quando seu esgotamento tornou-se evidente. O inverno, as longas distâncias e a resistência dos povos eslavos deram à URSS o tempo necessário para reorganizar seus exércitos e expandir seus parques industriais, tanto para recuperar as regiões próximas a Moscou, como para resistir às

ofensivas alemãs na direção do Cáucaso em 1942-1943, quando data a famosa batalha de Stalingrado (Volgogrado). A partir de fevereiro 1943, os exércitos soviéticos expulsaram os alemães de suas e avançaram pela Europa Oriental. No front ocidental, a reação que começou em 6 de junho de 1944 – o chamado Dia D – se estendeu a retomada dos territórios Ocidentais até a rendição incondicional das tropas nazistas (7 de maio de 1945). Faltava a guerra Pacífico, que ainda estava em pleno curso nessa época e foi vencida em 6 de agosto de 1945 pelo poderio atômico norte-americano.

A vitoriosa União Soviética aproveitou para expandir a sua esfera de ação, mesmo que à força, como aconteceu no Leste Europeu. Sua receita de desenvolvimento econômico, por outro lado (e pelo menos isso pareceu evidente durante a década de 1950), fez o comunismo de base soviética ser visto como um programa voltado para a transformação de países atrasados em avançados, ajudando a explicar a simpatia de muitos líderes pelo bloco socialista que, a partir de 1945, passou a compreender, nas palavras de Hobsbawm (1995, p.364):

Na Europa, [...] toda a área a leste de uma linha que ia, grosso modo, do rio Elba, na Alemanha até o mar Adriático e toda a península Balcânica, com exceção da Grécia e da pequena parte da Turquia que restava no continente. Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Bulgária e Albânia passavam agora para a zona socialista, assim como a parte da Alemanha ocupada pelo Exército Vermelho após a guerra e transformada em uma “República Democrática Alemã” em 1954. A maior parte da área perdida depois da guerra e da revolução pós 1917 e um ou dois territórios antes pertencentes ao império habsburgo também foram recuperados ou adquiridos pela União Soviética entre 1939 e 1945. Enquanto isso, uma vasta e nova extensão da futura região socialista se dava no Extremo Oriente, com a transferência do poder para os regimes comunistas na China (1949) e, em parte, na Coreia (1945) e no que fora a Indochina francesa (Vietnã, Laos, Camboja), no curso da guerra dos trinta anos (1945-1975). Houve algumas extensões da região comunista um pouco mais tarde, no hemisfério ocidental – Cuba (1959) e África (na década de 1970) –, mas substancialmente o setor socialista do globo já tomara forma em 1950.

2.7 O desmoronamento do mundo colonial

A Segunda Guerra Mundial trouxe soluções, pelo menos por algumas décadas. Os problemas sociais e econômicos do capitalismo aparentemente sumiram quando a economia do mundo Ocidental entrou em uma nova fase de prosperidade, que Hobsbawm (1995) chama de “Era de Ouro” (1947-1973), proporcionada por uma democracia política ocidental apoiada por uma extraordinária melhora na vida material que garantiu certa estabilidade, em parte gerada pela competição entre EUA e URSS na chamada “Guerra Fria”, que polarizou o mundo controlado pelas superpotências em dois campos marcadamente distintos, deslocando a guerra para o Terceiro Mundo como subproduto de suas competições e ambições internacionais. Ela também contribuiu para o desaparecimento dos velhos impérios coloniais,

pois “pela primeira vez, colonialismo e dependência se tornaram inaceitáveis mesmo para os que até então se beneficiavam com eles” (HOBSBAWM, 1995, p.211).

Ferro (1996) lembra que o papel dos movimentos de resistência à dominação colonial variou segundo os períodos da história, mas renasceram fortalecidos logo após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo com a prova de que os brancos e seus Estados podiam ser derrotados e que as velhas potências coloniais encontravam-se fracas demais, apesar de uma guerra vitoriosa, para restaurar suas antigas posições, em que “a concessão de independência com manutenção da dependência econômica e cultural era preferível a longas lutas que provavelmente acabariam em independências sob governos esquerdistas” (HOBSBAWM, 1995, p.219). No caso das colônias britânicas de povoamento branco, já haviam investimentos de infra-estrutura desde a segunda metade do século XIX em relação aos demais domínios territoriais. No caso francês, o Império havia sido da mesma forma um bom negócio para as empresas privadas até a crise de 1929, quando altos investimentos na infra-estrutura de suas colônias feitas pelo Estado francês ainda geravam lucratividade. A partir daí, o problema do custo do Império tornou-se o aspecto mais relevante para o desmonte colonial. Assim é que agora as dependências ultramarinas já não precisavam ser mantidas sob o jugo do antigo regime político, pois as multinacionais podiam utilmente substituí-lo.

Conforme apontam Hobsbawm (1995) e Ferro (1996), nos anos antes de 1941 apenas a dominação britânica enfrentava dificuldades, mas após o final da guerra os franceses e holandeses também passariam pela mesma experiência. Foi na Ásia que os velhos regimes coloniais ruíram primeiro, com a independência da Síria e do Líbano (antes franceses) em 1945, além da Palestina britânica, cujo território foi reorganizado com a independência da Transjordânia (depois Jordânia) e a fundação do Estado de Israel (1948). Ainda em 1947, era a vez das britânicas Índia e Paquistão, junto com Birmânia (Mianmá) e Ceilão (Sri Lanka) em 1948 se tornarem independentes, além das Índias Orientais Holandesas (Indonésia).

A Índia era o núcleo de todo o Império Britânico, mas essa supremacia começou a se esgotar e se esfacelar. Se em partes da África, Caribe e Pacífico a supremacia britânica reinava incontestemente, ali – uma parte significativa do globo que ainda permanecia sob seu comando – começou a sentir os efeitos da Segunda Guerra Mundial, de tal modo que jamais os governantes britânicos haviam sentido tão pouca confiança na manutenção de sua velha supremacia imperial. Ao contrário do que aconteceria com franceses e holandeses, “a Grã-Bretanha aprendera com a longa experiência na Índia que, a partir do surgimento de movimentos nacionalistas sérios, a única maneira de manter as vantagens do império era abrir mão do poder formal” (HOBSBAWM, 1995, p.216).

A vitória de Mao Tsé-Tung na China em 1949 mudou a situação no Extremo Oriente. Abalados, os Estados Unidos e seus aliados (sob o selo das Nações Unidas) intervieram na vizinha Coréia em 1950 para impedir que o regime comunista do norte avançasse em direção ao sul. O resultado ali foi um empate, que estabeleceu uma zona de armistício e a fundação das respectivas República Popular Democrática da Coréia e a República da Coréia. Na Indochina francesa (Camboja, Laos e Vietnã), a guerra de libertação sob a liderança de Ho Chi Minh fez com que os americanos tentassem barrar o comunismo no Vietnã com os mesmos objetivos, levando o conflito colonial ali instaurado a uma verdadeira soma de problemas internos com fatores internacionais, caracterizando a dupla internacionalização do seu combate (FERRO, 1996), o que causou a derrota dos EUA. Esse mesmo processo vai aparecer mais tarde também nas colônias portuguesas na África.

A forte ascensão dos Estados Unidos, da União Soviética e afirmação do nacionalismo árabe juntaram-se durante a crise do Canal de Suez (1956), no Egito. Com o objetivo de impedir o avanço soviético aos mares quentes do sul, a aliança anglo-americana era vista pelo Egito de Gamal Abdel Nasser (que buscava ser a vanguarda do nacionalismo árabe-islâmico) como uma ameaça à unidade do mundo árabe (FERRO, 1996). Ao ocupar e nacionalizar o Suez, Nasser acabara com a posição privilegiada dos ingleses no controle do canal, fato que inspirou ao mesmo tempo os rebeldes da Argélia a buscar sua independência da França. A reação francesa, com o aval dos ingleses, foi o apoio a Israel como seu baluarte na região durante a guerra de ocupação do Sinai, pois o temor israelense era que se os ingleses saíssem do Egito, Nasser fizesse alianças com os vizinhos árabes, ameaçando suas fronteiras. A reação inglesa foi cortar o cordão umbilical do Egito, concedendo a independência ao Sudão. A crise do Suez selou não só a decomposição os Impérios Francês e Britânico, como demonstrou que o estatuto de grande potência (pelo menos da Grã-Bretanha) não podia mais agir sem o aval dos Estados Unidos.

Na África negra francófona, a descolonização pôde ser feita pela negociação, por iniciativa das Nações Unidas ou dos movimentos nacionalistas e partidos políticos, mas antes que se cometesse o irreversível, como bem recordam a Indochina ou a Argélia. Nesse caso, os políticos franceses agiram a tempo ou descobriram antes nas colônias as forças hostis que poderiam levar a um rompimento violento. Da mesma forma, Londres percebeu que avançar com demasiada lentidão era pior do que se apressar na África negra britânica. No Congo Belga, assim como na pequena Ruanda-Urundi – ganha como indenização pela invasão alemã na Primeira Guerra –, havia uma relativa estabilidade, onde a administração belga, ao lado da Igreja, mantivera sua infra-estrutura. A partir dos protestos iniciados em 1959, a decisão da

Bélgica de acabar na mesma hora com o regime colonial nesses países pegou todos de surpresa e não houve nem sequer tempo para preparar uma elite pronta para administrá-los, caracterizando a típica “descolonização atropelada” a qual se refere Ferro (1996). Em 1951, a Líbia, antiga colônia italiana, havia conquistado sua independência, que se seguiu no norte da África com o Marrocos e a Tunísia (1956), ao passo que a resistência da França em conceder a libertação nacional à Argélia terminaria em 1962. Na África negra, a britânica Gana (1957) e a francesa Guiné (1958) foram as primeiras a se libertar.

Se há um ano, 1960 pode ser considerado o “ano da África”: nada menos do que Benin, Alto Volta (Burquina Fasso), Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, República Centro-Africana, Senegal e Togo do lado francês, além da britânica Nigéria e das partes da Somália se tornaram independentes. Nos anos seguintes, as antigas colônias britânicas de Serra Leoa, da parte britânica de Camarões e da Tanzânia (1961), assim como Uganda (1962), Quênia (1963), Malauí e Zâmbia (1964), Rodésia do Sul (Zimbábue), Gâmbia e a ilha Maurício (1965), além de Botsuana e Lesoto (1966) também o haviam feito, aumentando consideravelmente a lista de países do chamado “Terceiro Mundo”. Restou apenas a pequena Guiné Equatorial, que conseguiu independência da Espanha em 1968, e a resistência do Portugal de Salazar, cujas colônias de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe libertaram-se em 1975.³⁶

O fato é que assim como a América Latina, a África negra passou por uma espécie de “colonização de classe” (FERRO, 1996), no qual as novas elites nativas assumiram o lugar dos colonos metropolitanos. A perpetuação dos laços privilegiados entre a Europa e suas ex-colônias, com a sobrevivência de uma espécie de “pacto colonial”, tornou-se mais grave com a adoção do princípio da intangibilidade das fronteiras instituídas no passado, e que na África negra, em particular, gerou a partir daí uma série de conflitos trágicos, com a ressurgência de situações que o período colonial ajudou a modificar, a agravar, quando na verdade tinha-se a impressão de que esses conflitos ancestrais estavam anestesiados para sempre.

Hobsbawm (1995) acrescenta que quando a economia transnacional estabeleceu seu domínio sobre o mundo, ela solapou uma grande instituição que até 1945 era praticamente universal: o Estado-nação territorial. Sendo um Estado que já não podia controlar mais do que uma parte cada vez menor de seus assuntos, seu enfraquecimento veio acompanhado de uma outra “moda”, a de recortar os velhos Estados-nações territoriais em supostos Estados novos (menores), baseados na exigência, por algum grupo, de um monopólio étnico-lingüístico. O

³⁶ Foi concedida a independência às pequenas possessões francesas das ilhas Comores (1975) e Djibuti (1977), além do protetorado britânico da Suazilândia (1968) e da possessão das ilhas Seicheles (1976).

fato era que os novos mini-Estados-nações sofriam precisamente as mesmas deficiências dos velhos, só que, sendo menores, mais ainda. Além disso, “era menos surpreendente do que parecia, simplesmente porque o único modelo de Estado de fato existente no fim do século XX era o do território delimitado com suas próprias instituições autônomas – em suma, o modelo de Estado-nação da Era das Revoluções” (HOBSBAWM, 1995, p.414).

As maiores colônias britânicas no Caribe foram tranquilamente descolonizadas na década de 1960 e as ilhas menores em intervalos entre essa data e 1981,³⁷ as ilhas do Pacífico e Índico em fins da década de 1960 e 1970. Na América do Sul, a Guiana Britânica alcançou a independência em 1965, e a parte holandesa (Suriname) também a alcançou em definitivo dez anos depois. Em 1980 nenhum território significativo continuava sob administração das ex-potências colonialistas, com exceção da ilha da Groenlândia, que recebeu o status de “país autônomo” sob administração do Reino da Dinamarca ou da Namíbia, ocupada por uma potência regional: a África do Sul sob o regime do *apartheid*.

Se no Primeiro Mundo, a estabilidade política e social continuava em pleno curso desde o começo da Guerra Fria e o que quer que desse sinal de fumaça sob a superfície do Segundo Mundo era abafado pelo partido comunista ou gerasse uma potencial intervenção militar soviética; foram raros os Estados do Terceiro Mundo que atravessaram o período pós-década de 1950 (ou da data de sua fundação) sem algum tipo de revolução, golpe militar (para impedi-la ou promovê-la) ou alguma outra forma de conflito armado interno. Mas a União Soviética, que esteve praticamente fora da economia mundial e imune à Grande Depressão, não pôde escapar aos novos choques a partir da década de 1970.

2.8 O fim do socialismo e o limiar do século XXI

Como uma entidade multiétnica, a União Soviética mantivera um extenso território, que ia da fronteira polonesa no Ocidente até as águas costeiras japonesas no Oriente; sua sobrevivência se deu devido à Revolução de Outubro (HOBSBAWM, 1995), mas as tensões que haviam desmontado os impérios arcaicos do início do século XX ressurgiram na terra dos soviets no final da década de 1980, quando o regime comunista, que preservou grande parte do antigo território imperial russo intacto, deu claros sinais de falência. Após a Revolução de 1917, formou-se um verdadeiro universo separado e em grande parte auto-suficiente do ponto de vista político-econômico do resto do globo, em que a Rússia soviética via o capitalismo

³⁷ A partir de 1962, a Grã-Bretanha deu a algumas ilhas do Caribe o status de *self-government*, o que permitiu uma transição pacífica e gradual da administração direta britânica para completa independência.

como o inimigo a ser derrubado pela revolução mundial e, como ela nunca se deu, acabou isolada, cercada por um mundo capitalista. Apesar de não ter sofrido os efeitos da crise econômica dos anos de 1930, sua economia continuou até certo ponto isolada pela política da Guerra Fria, mesmo na expandida esfera soviética pós-1945.

Ferro (1996) aponta que tanto no caso das repúblicas reconquistadas, como nas que já se encontravam sob seu domínio, o poder soviético atuou como toda uma série de medidas que favoreciam a “nacionalização” leal, como a desrussificação das instâncias encarregadas de decidir sobre os territórios não-russos; a regeneração das culturas nacionais – vítimas da russificação na época czarista – acabando com algumas frustrações explícitas ou latentes; a formação de toda uma constelação de entidades nacionais, federais, estatais, encaixando-se umas nas outras, tais como bonecas russas (repúblicas federais [repúblicas autônomas], regiões [oblasts], territórios [krais]), criando uma *intelligentsia* não russa, assim como a injeção de um número crescente de funcionários não-russos no sistema federal. Isso explica porque até o final da década de 1980, não houve qualquer separatismo político sério em parte alguma, a não ser nos países Bálticos (que haviam sido independentes de 1918 a 1940), na parte ocidental da Ucrânia (que era habsburga e não russa antes de 1918) e talvez na Moldávia (que fora parte da Romênia de 1918 a 1940 sob o nome de Bessarábia).

As combinações da *glasnost* e da *perestroika* em meados da década de 1980 que tentaram reestruturar a economia e promover uma liberalização política na União Soviética não impediram que os eventos subseqüentes evitassem o seu esfacelamento, sobretudo, com o surgimento dos movimentos nacionalistas de base étnica no seio de cada uma das Repúblicas do sistema federal. Para Bertonha (2009), foi à medida que a política da *glasnost* fazia as pessoas mais livres, que elas tornavam-se menos dispostas a obedecer ordens; junto com o autoritarismo, a autoridade também ia desaparecendo. Somam-se a isso os gastos militares, que drenavam grande parte dos recursos do país, bem como a burocracia e o atraso tecnológico em relação ao Ocidente, fazendo com que a desintegração econômica ajudasse a acelerar a desintegração política.³⁸

³⁸ Esse contraste explicará, em parte, o desaparecimento da URSS a partir de 1989, junto com as eleições livres de Gorbachev, que vão alimentar o espírito separatista dos movimentos nacionalistas. Quando essa onda nacionalista espalhou-se de um extremo ao outro, Gorbachev (na tentativa de perpetuar o todo) fez assumir em seu governo novamente uma ala tradicionalista, que deu o golpe de Estado. Boris Yeltsin, na qualidade de presidente da Rússia Soviética, soube fazer a situação retroceder ao substituir o presidente da URSS e na tentativa desesperada de criar uma Comunidade de Estados Independentes, da qual não participaram os Estados Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia). Na verdade, ao proclamar a soberania da Rússia no quadro da URSS, e em seguida retirando-se desta, após dissolver o Partido Comunista, ele concedia *de facto* a liberdade às diversas Repúblicas, que por sua vez fizeram o mesmo, transformando as estruturas da URSS numa casca vazia [...] (FERRO, 1996, p.381). [...] as outras repúblicas agora temiam a grande irmã Rússia como não tinham feito à uma URSS não nacional, sobretudo desde que o nacionalismo russo era a melhor carta que Yeltsin podia jogar

A desintegração da União Soviética causou a reversão de quase quatrocentos anos de sua história de conquistas e de expansão territorial, pois como Rússia, sob um czar, ou na forma de URSS, havia sido uma grande potência desde meados do século XVIII, sua desintegração deixou um vazio entre Trieste e Vladivostok que não existia antes na história moderna (HOBSBAWM, 1995). Conforme relembra Bertonha (2009), em 1992, as fronteiras russas haviam regredido de forma realmente substancial. No Cáucaso, elas estão hoje mais ou menos onde estavam no início do século XIX, enquanto, na Ásia Central, voltou-se a meados daquele século. Na fronteira européia, a perda foi ainda mais dramática, com a Rússia retornando às fronteiras da época de Ivã, o Terrível, no século XVI.

Além disso, a queda do muro de Berlim e o fim do comunismo nos Estados satélites europeus no período de 1989-1991 demonstraram o colapso da União Soviética como potência internacional; a moral e a posição internacionais soviéticas foram afetadas de tal modo que o país parecia que havia sido derrotado em uma grande guerra sem armas. Desse modo, durante o começo da década de 1990 faltava inteiramente ao mundo qualquer regime ou estatuto internacional, pois a própria natureza dos atores no cenário internacional não estava clara como na época da Guerra Fria (HOBSBAWM, 1995; 2007),³⁹ em que os Estados também passaram a viver uma forte crise de identidade (nacional) nas mais variadas formas.

Isso havia ficado evidente com o surgimento de dezenas de Estados territoriais no pós-1989 sem qualquer precedente histórico, como ficou evidente com a fragmentação da ex-Iugoslávia, com a independência da Eslovênia, Croácia, e Macedônia (1991), além da instável e multiétnica Bósnia-Herzegovina (1992). Esse processo de fragmentação só se desacelerou (parcialmente) depois da Guerra do Kosovo (1999), que viu a separação pacífica de Montenegro (2006) da federação que mantinha com a Sérvia. Mesmo a independência de Timor Leste (2002) ou a do Sudão do Sul (separado do Sudão em 2011), mostram-se como resultados ainda não-acabados da disputa entre as potências imperiais que retalhou o mundo, agora aliada ao ressurgimento dos movimentos nacionalistas, como uma ideologia ainda capaz de acolher as dissidências regionais de todos os tipos.

para conciliar as Forças Armadas, cujo núcleo sempre ficara entre os grandes russos. Como a maioria das repúblicas continha grandes minorias de russos étnicos, a insinuação de Yeltsin de que as fronteiras entre as repúblicas poderiam ter de ser renegociadas acelerou a corrida para a separação total [...] (HOBSBAWM, 1995, p.479).

³⁹ Embora a guerra tenha retornado ao sudeste da Europa (no período pós 1989), é muito pouco provável que ela ocorra de novo no resto do continente. Durante o período de 1945-1989, guerras entre países permaneceram endêmicas no Oriente Médio e no Sul da Ásia, e guerras importantes derivadas diretamente dessa confrontação ocorreram no leste e no sudeste da Ásia. Ao mesmo tempo, áreas como a África subsaariana, tornaram-se teatros de conflitos armados entre 1945-1989 e voltaram a sofrer no pós-1989 (HOBSBAWM, 2007).

Como recorda Ferro (1996), se no século XVI havia várias economias-mundo, como a China, o Mundo Islâmico, o Ocidente, a unificação do mundo foi feita de modo irreversível e, hoje, não existe mais qualquer zona fora do sistema internacional, livre da aceleração dessa unificação e dos fenômenos econômicos que atingiram seus recantos mais afastados. No início do século XX, os avanços da concentração geográfica das atividades industriais e o desenvolvimento do capitalismo atingiram níveis que a era pré-industrial jamais havia conhecido e a globalização avançou em quase todos os aspectos, seja no econômico, no cultural e no tecnológico, menos no ponto de vista político e militar, em que os Estados territoriais enquanto uma forma de governo quase universal perderam, por várias razões, o monopólio tradicional da força armada, da estabilidade e da legitimidade que possuíam ou se tornaram incapazes de controlá-lo (HOBSBAWM, 2007).

Se o processo de formação dos Estados nacionais seguiu o modelo Europeu e as fronteiras territoriais da qual se enxameou o mundo foram resultado das disputas entre as potências imperialistas nos últimos séculos, produzindo uma fragmentação do espaço intensa e ainda em movimento, a entrada para o século XXI revela não apenas a crise institucional vivida pelo modelo do Estado-nação territorial em curso, mas também o renascimento de ideologias que se acreditava estarem inertes, como nacionalismo, sobretudo em sua base étnico-cívica, que, apesar e com os processos de globalização, retomou com a mesma força dos tempos de outrora. Na formação dos Estados, por sua vez, o papel dos símbolos tornou-se um instrumento acessório essencial na mobilização das massas e na produção das identidades nacionais, cujos imaginários que se ajustaram aos discursos e circunstâncias geopolíticas ao longo do tempo e do espaço e que devem ser agora esmiuçados.

Dessa forma, os próximos capítulos versarão justamente sobre o papel dos símbolos e seu contexto histórico, cultural e político, correlacionando suas etapas de desenvolvimento com os processos que envolveram a formação dos impérios coloniais, o advento do modelo de Estado nacional e as fases do nacionalismo que embasaram as discussões dos capítulos iniciais. Posteriormente, estes apontamentos permitem avançar para a análise da dimensão geográfica nos símbolos nacionais, suas estratégias de controle social e sua eficácia simbólica, de forma a completar a trama metodológica inaugurada com as noções teóricas sobre espaço, nacionalismo, identidade e geopolítica.

3. SÍMBOLOS NACIONAIS: DIMENSÃO HISTÓRICA, CULTURAL E POLÍTICA

Este capítulo se atém na compreensão da evolução histórica dos símbolos nacionais, em especial das bandeiras, brasões e hinos desde as suas origens primitivas até a ascensão como elementos acessórios no discurso do Estado-nação moderno. Parte importante deste processo é entender a função que as bandeiras, brasões e hinos tiveram enquanto símbolos de soberania pessoal, de mobilização popular e como instrumento de identidade nacional e de propaganda política. Como linguagens que estabelecem comunicação, os símbolos procuram sintetizar e expressar os mais diversos atributos em uma série de regras e convenções. Antes de descrever a origem destes símbolos, é conveniente verificar de onde tais termos surgiram, para melhor entender o seu significado na história das comunidades humanas.

Conceitualmente, a palavra bandeira tem sua origem na palavra gótica *bandvja*, que em princípio significava “sinal”, e mais tarde o ato de demarcar determinado grupo de pessoas que seguiam esse sinal (SEYSSEL, 2006). Por extensão, surgiu o termo latino *bandaria*, que mais tarde originou a palavra bandeira na língua portuguesa. Nesse sentido, a bandeira desde as suas primeiras origens, cumpria a função de um elemento de demarcação territorial de uma determinada sociedade, clã ou tribo, passando mais tarde a expressar identidade, unidade, independência e soberania de um povo. Ao estudo das bandeiras dá-se o nome de *vexilologia*, termo cunhado em 1957 por Whitney Smith cuja origem deriva da palavra *vexillum*, que era o nome dos estandartes usados pelo exército romano. Convém lembrar que desde o século XII, as regras que envolvem a representação das bandeiras quanto às suas cores, divisões e formas estavam sistematicamente ligadas à heráldica.

Por sua vez, ao estudo dos brasões dá-se o nome de heráldica,⁴⁰ que é considerada ciência (sic) e arte dos brasões (PEREYRA, 1947; SANTOS, 1978; LUZ, 1999), cujo sentido etimológico é o saber dos heraldos (ou arautos), nome dado aos oficiais que dirigiam os torneios desportivos na Idade Média e fiscalizavam a qualidade dos cavaleiros. Seu cargo era parecido com os atuais mestres de cerimônias, encarregados de publicar oficialmente os torneios e de anunciar de viva voz os nomes dos combatentes; também liam os decretos dos soberanos em praça pública e chamavam a atenção dos ouvintes com trombetas enfeitadas

⁴⁰ Tecnicamente, a palavra “brasão” significa o conjunto de ornamentos que constituem as insígnias privativas de um Estado, uma corporação, de uma autoridade civil ou eclesiástica ou de família nobre. Também se expressa com esse termo o corpo de regras da ciência (sic) que explica os escudos, figuras e suas regras de sua disposição (PEREYRA, 1947). A heráldica estuda as armas ou armarias, procedendo da palavra latina *arma*, em sua acepção de insígnia, que se refere aos emblemas honoríficos privativos de famílias nobres ou de corporações e entidades pertencentes à Igreja ou o Estado. Era também um sinal de distinção entre o soberano e seus vassallos.

com bandeirolas. A missão desses personagens foi estendendo-se, por mandato dos reis, a determinar os escudos e armas que correspondiam a cada família e quais delas teriam direito a usá-las. A heráldica divide-se em três ramos principais: a chamada *heráldica de família*, que trata dos brasões dos reis, duques e nobres; a *heráldica eclesiástica*, que trata dos brasões dos papas, bispos, arcebispos, cardeais e a *heráldica de domínio*, que é a de maior interesse para uma análise na geografia, pois aborda os brasões das aldeias, vilas, municípios, regiões, províncias e países e seus atributos característicos, como os acidentes geográficos (rios, lagos, mares, montanhas, montes, promontórios, enseadas), a produção agrícola e industrial, além de monumentos e personagens históricos, plantas e animais típicos, bem como lendas, mitos e demais associações com a toponímia.

Já a etimologia da palavra hino deriva do grego *hymnos*, cujo termo se referia ao canto de louvor em adoração a uma divindade, pois nos templos antigos o hino figurava como um verdadeiro “canto religioso”.⁴¹ Do final da Idade Antiga, desdobrando-se pela Idade Média, a história dos hinos esteve intimamente ligada ao âmbito da Igreja e ao crescimento da música na cultura ocidental, onde se dará seu maior desenvolvimento até a efusão abundante do Renascimento (MENUHIN; DAVIS, 1990); entre 800 e 1600 a música torna-se uma mescla de muitas vozes, onde são codificados pela primeira vez os princípios da harmonia, ocorre o começo da orquestração e o desenvolvimento do sistema de pautas e notas (MEDAGLIA, 2008). Mas sua força como símbolo associado ao patriotismo se dará no final do século XVIII, quando as canções populares e as marchas militares forem se fundindo com os outros elementos de soberania nacional. Não existe um termo específico que designe o estudo dos hinos nacionais,⁴² esta peça lírico-musical caracterizada como o “canto que permite expressar a relação subjetiva com a comunidade nacional” (MARTÍNEZ, 2008, p.11).

3.1 Dos soberanos aos movimentos populares

As bandeiras são uma característica universal da civilização humana. Com a exceção das sociedades mais primitivas e dos povos nômades, demonstra-se que toda cultura inventou para si mesma bandeiras de um tipo ou de outro – com uma semelhança notável de formas observáveis ao longo do mundo. As funções das bandeiras são quase idênticas em todas as sociedades e são similares as bandeiras usadas que podem ser observadas em diversas regiões e épocas (SMITH, 1975, p.32).

⁴¹ Devemos ressaltar que a língua inglesa revela uma clara descrição da palavra “hino” neste sentido; enquanto *hymn* está associada ao canto religioso, portanto, um canto sagrado, de reverência religiosa, a palavra *anthem* significa o próprio hino no seu sentido profano, fora do templo religioso, exaltando a guerra, os heróis e os assuntos ligados inclusive à nação, ou seja, o hino nacional (*national anthem*).

⁴² David Kendall cunhou em 2003 os termos *Anthematology* e *Anthematologist*, que pode ser traduzido como: “Hinologia” e “Hinologista”: o estudo e a coleção das informações sobre os hinos nacionais.

Firth (1973) recorda que a bandeira é um símbolo social, mas, diferente de outras formas de simbolismo humano, ela não está presa ao corpo ou porta-se como objeto que é parte da personalidade humana; ela é um objeto manufaturado em que o usuário pretende mostrar algo ao outro sem que este seja um ornamento de si mesmo. Embora as bandeiras tenham usos práticos, sua função primária reside na necessidade do ser humano de se comunicar (SMITH, 1980). Quando o homem primitivo vagava pelas planícies e estepes, a ostentação de um galho poderia transmitir uma informação essencial se ele estivesse longe do alcance da voz, ou se seus braços estavam fora do campo de visão normal. Com o tempo, os ramos naturais foram substituídos por uma vara de palha trançada, e mais tarde ainda por um tecido grosseiro. Em seu processo evolutivo, o homem desenvolveu um sistema relativamente sofisticado de sinalização que resultou no uso de desenhos pictóricos e símbolos primitivos; à medida que se desenvolveram as primeiras civilizações, esses símbolos se tornaram mais complexos e com maior grau de estilização.

Os egípcios usavam por volta de 5.000 a.C. em suas cerimônias públicas insígnias simples, que consistiam de hastes em que eram amarradas ervas ou mesmo partes do corpo de um determinado animal, às vezes ornadas com fitas (figura 3). Estas “figuras totêmicas”⁴³ estavam diretamente ligadas às forças da natureza e seus elementos, imbuídas de certo grau de animismo, passando depois para uma inspiração religiosa, com a insígnia-deus convertendo-se posteriormente na insígnia-rei, o herdeiro na Terra dos poderes divinos. Esta pré-bandeira, parecida como uma insígnia de caráter militar ou cerimonial é conhecida como *vexilóide* (ZNAMIEROWSKI, 2004). Sua haste era feita de madeira ou metal, encimada com penas, chifres, caudas ou peles de animais. Além dos egípcios, assírios, persas, mongóis, chineses, japoneses e astecas criaram seus próprios vexilóides⁴⁴ ao longo dos tempos (figura 4). Além disso, as bandeiras convertiam-se na “[...] externalização dos medos e esperanças, os mitos, e

⁴³ Os seres humanos geralmente buscam conforto na companhia de outras pessoas que compartilham as mesmas crenças e ideais, pois a vida em comunidade oferece proteção. Exemplos antigos de arte rupestre mostram associações complexas, não só entre os grupos de seres humanos, mas com os animais, sugerindo que os clãs eram conhecidos e identificados por suas “figuras totêmicas”, que são imitações ou cópias que o homem faz da natureza para representar e classificar suas relações sociais (SMITH, 1975). Conforme relembra Descola (1996), o totemismo é uma lógica classificatória que utiliza as descontinuidades empiricamente observáveis entre as espécies naturais, a fim de organizar conceitualmente uma ordem segmentar, delimitando unidades sociais. O animismo por sua vez é a crença de que os seres naturais são dotados de um princípio espiritual próprio e que os homens podem estabelecer com estas entidades relações de um tipo particular e geralmente individual.

⁴⁴ Esses objetos parecidos com bandeiras existiam em diferentes épocas e civilizações, feitos com os mais diversos materiais. Os assírios, por exemplo, levavam em suas batalhas dois tipos de estandartes feitos de metal: um com a figura de um arqueiro montado num touro e outro com a imagem de dois touros. Os romanos também levavam uma haste com vários discos metálicos, geralmente feitos de bronze com uma mão aberta para afastar os maus espíritos; os astecas tinham longas varas ornadas com penas do pássaro quetzal, considerada uma ave sagrada para eles. Já os mongóis usavam rabos de cavalos (ou iaques) para enfeitar seus vexilóides; os japoneses e povos do sul da Ásia a usavam ao estilo de um pára-sol, objeto aparentado com um guarda-chuva.

a magia de quem a carrega” (SMITH, 1975, p.37) e “como apontavam para cima, na direção das nuvens, estes vexilos (sic) pareciam estar investidos de poderes místicos que se acreditava protegerem os seus portadores e proporcionar-lhes a vitória” (COSTANTINO, 2005, p.7). Como as bandeiras e os brasões apóiam-se em simbolismos, verificam-se neles a influência religiosa, militar, supersticiosa ou heróica.

Da mesma forma, a história dos brasões segue os modelos de representação totêmica das sociedades antigas, cujos antigos escudos de combate, em formato redondo, recebiam o nome de broquéis. Segundo Pereyra (1947), na Idade Antiga, foram os assírios os primeiros a usar divisas em seus escudos, cujas armas dos reis eram uma pomba de prata, enquanto os cartagineses tinham por emblema uma cabeça de cavalo; os romanos uma loba, um corvo e depois uma águia. Os godos usavam um urso, enquanto os francos tinham um leão. No leste asiático, os chineses tinham em seus estandartes militares a figura de um dragão.

O estandarte militar das legiões romanas (chamado *signum*) consistia em uma lança ornada de símbolos sobre discos de metal, com coroas de louro, cujo topo continha a figura de um determinado animal conforme a unidade da tropa, sendo mais comum a águia (*áquila*). A forma moderna da bandeira surgiu quando além das figuras no topo, uma barra horizontal foi adicionada à haste pelas tropas romanas, conhecida por *vexillum*. O vexilo consistia de um pano quadrado geralmente de cor carmesim que carregava o nome da unidade, um emblema ou um retrato do imperador, usado a partir de 100 d.C., embora Firth (1973) ressalte que as bandeiras de pano são, na verdade, uma invenção oriental, adotada mais tarde pelos europeus. Era também comum o uso da sigla SPQR – *Senatus Populus Que Romae* (o Senado e o Povo de Roma) pelas tropas auxiliares e pequenos destacamentos.

Conforme relembra Smith (1975), como a sua língua, sistema legal, moeda, pesos e medidas, estradas e aquedutos, os vexilóides de Roma eram um meio de substituir a unidade política e cultural que a força militar tinha originalmente criado. Onde quer que estivessem, as insígnias das legiões eram um sinal visível do poder e majestade do Estado romano, indicando que a proteção de suas leis e tribunais estavam presentes, que a paz e a ordem poderiam reinar enquanto eles permanecessem. Outra bandeira similar foi instituída em 312 d.C. pelo imperador Constantino na vitória sobre Maxêncio, conhecida por lábaro (*labarum*), que continha uma coroa, uma cruz e o monograma de Cristo; foi a partir deste ato que a representação da cruz se tornou sagrada para as religiões cristãs. Mas bandeiras com o sinal da cruz apareceriam e se difundiriam durante a primeira cruzada (1096-1099).

Figura 3: Desfile com vexilóides representado no templo de Osíris (2000 a.C.)

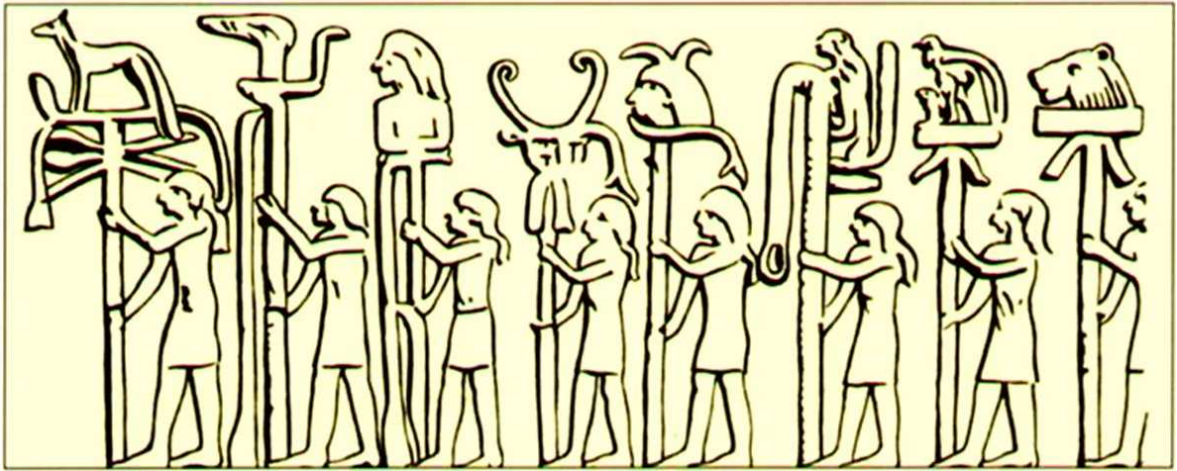


Figura 4: Os vexilóides assírio, romano, asteca, mongol e japonês (da esquerda para a direita).

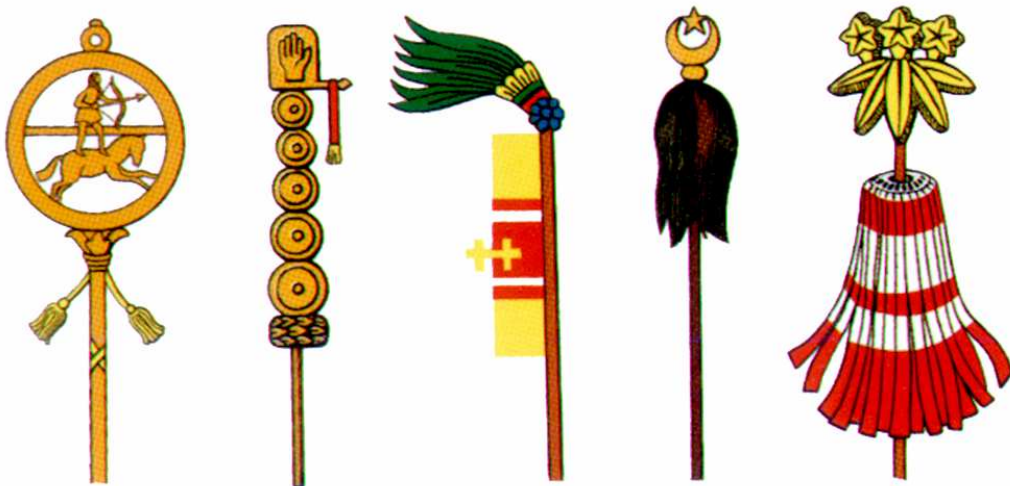
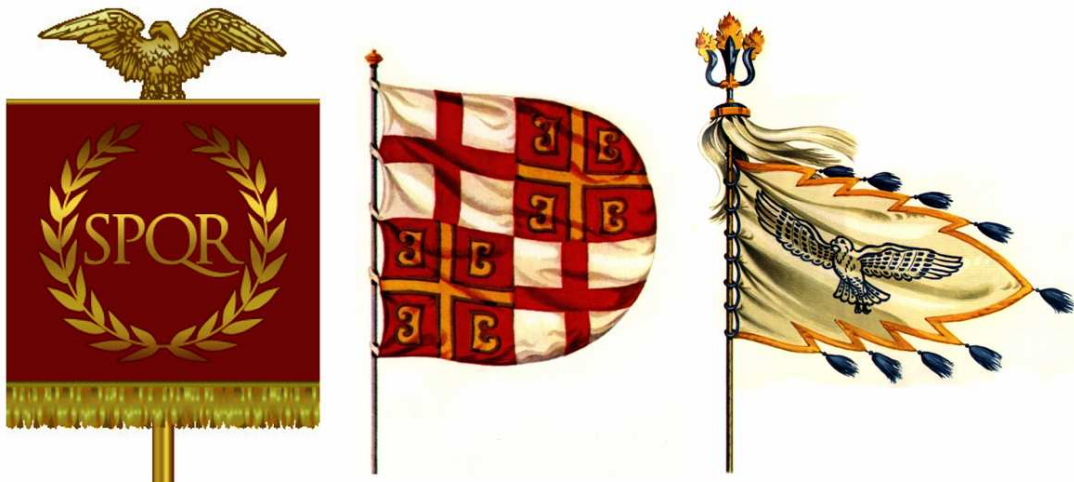


Figura 5: O vexilo romano, a bandeira bizantina e a bandeira de Gengis Khan (da esquerda para a direita).



No século VI o exército bizantino substituiu o vexilo dos romanos por uma bandeira retangular e no século VIII esse modelo de bandeira se difundiu pelo vale dos Cárpatos e pela Europa Central. No século seguinte, apareceu um novo tipo de bandeira, o gonfalão, caracterizado por uma extremidade retangular próxima à haste, tendo o outro lado farpado – um final triangular com três pontas. A forma do gonfalão foi por alguns séculos reservada para os governantes e eclesiásticos, mas depois do século XI ela prevaleceu nos exércitos e do século VII ao XIV seu uso franco se deu nas cidades (ZNAMIEROWSKI, 2004). No século XIII as dependências germânicas na região do Báltico e as cidades hanseáticas usaram gonfalões com desenhos e cores simples, depois substituídos por flâmulas retangulares, cujo desenho mais comum e difundido era a cruz cristã; ela também aparecia no estandarte o antigo Império Bizantino, de tradição ortodoxa, enquanto a bandeira de Gengis Khan, datada da mesma época, apresentava longos pendões com a imagem de um falcão (figura 5). Os povos árabes, por sua vez usavam bandeiras geralmente triangulares, com inscrições e cores sólidas onde o crescente também era um símbolo freqüente.

A invenção da heráldica ajudou a distinguir as bandeiras designadas para ducados, principados e domínios civis, como também auxiliou no rápido crescimento do número de bandeiras pessoais. Da mesma forma que o brasão de armas, cada pessoa qualificada (nobre) possuía uma bandeira armorial (ou bandeira heráldica), que se converteu no principal tipo de bandeira da época. De fato, as primeiras regras da heráldica surgiram durante a Segunda Cruzada (1147-1149) e se popularizaram logo após os cavaleiros retornarem de Jerusalém para suas respectivas pátrias. Quando estavam na Terra Santa, os combatentes notaram que a tradicional estilização de animais mitológicos e naturais, o uso de figuras simples e os elementos de alto contraste podiam ser excelentes signos de identificação e diferenciação de suas distintas ordens e origens. O campo ideal para se inserir essas peças era o escudo, embora como visto anteriormente, as figuras em escudos já eram pintadas muito antes da época das cruzadas. Quando o elmo foi inventado para proteger a cabeça e face dos guerreiros, e, por consequência, a ocultação de sua identidade no furor da batalha, surgiu a necessidade de se criar signos para a identificação dos oponentes. A vantagem dos escudos e armaduras em relação à bandeira era não apenas na questão da durabilidade, mas o auxílio na identificação se as condições fossem desfavoráveis, como um dia com névoa ou sem vento.

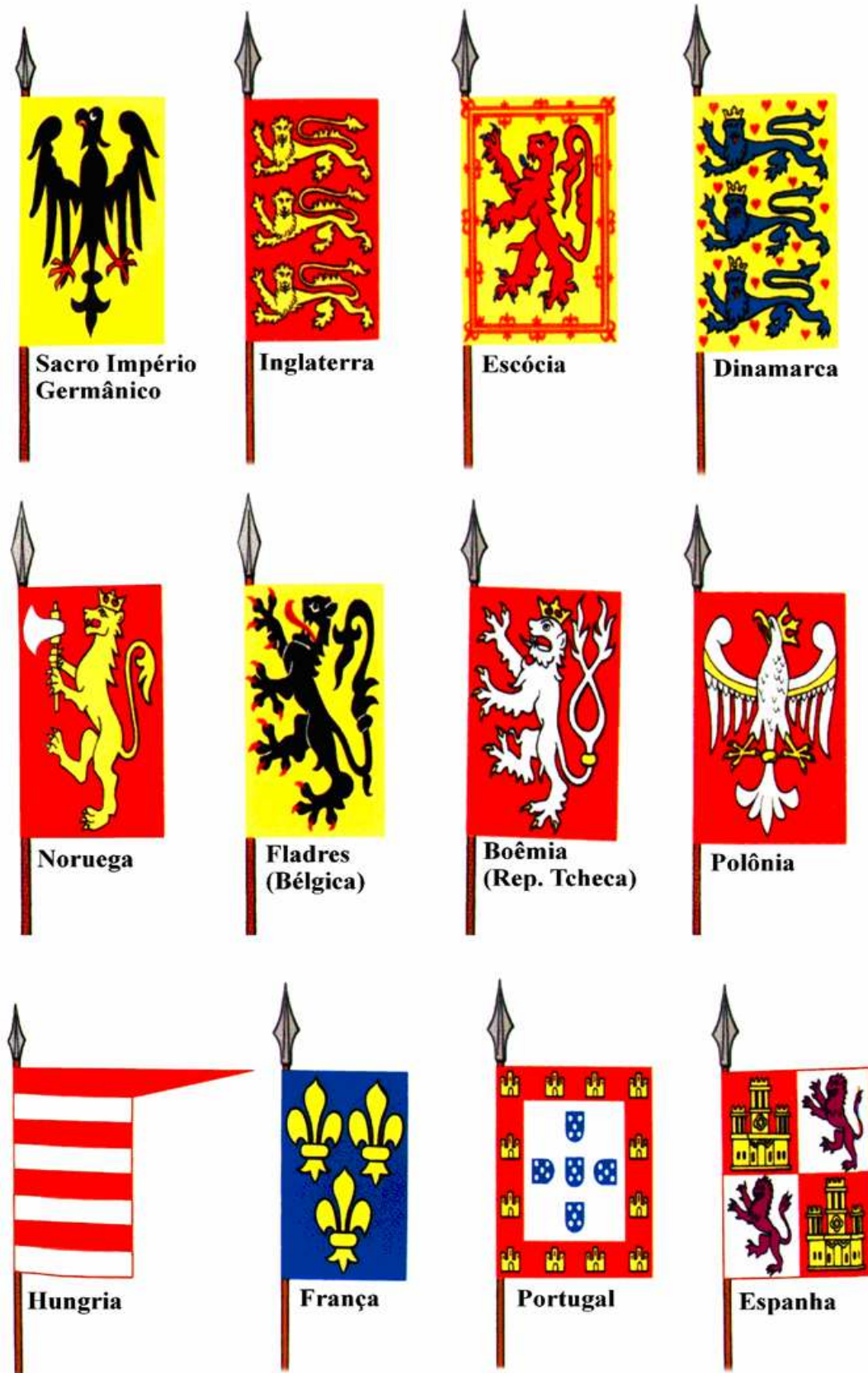
Para facilitar essa identificação, o número de tinturas heráldicas usadas nos escudos fora limitada a seis: quatro cores (vermelho, azul, verde e preto) e dois metais (ouro e prata), proibindo-se colocar metal sobre metal ou cor sobre cor. Um dos artifícios pré-heráldicos mais incorporados ao escudo (assim como nas bandeiras) foi a cruz cristã. Outros emblemas

heráldicos populares eram o leão, a águia, o grifo, o cavalo, a flor-de-lis, a rosa e as armas de guerra. À medida que as famas e conquistas dos cavaleiros aumentavam, estes símbolos eram concedidos pelos reis aos que defendiam seu reino com bravura, e, aos poucos, com o desenvolvimento da sociedade feudal, os brasões tornaram-se hereditários.

É assim que entre os séculos XI e XIII a heráldica vai desenvolver pela forma como a conhecemos hoje, criando suas próprias regras e estabelecendo-se nos reinos e regiões, já com uma classe de especialistas que se tornaram imprescindíveis para os governantes. As bandeiras heráldicas passaram a ser usadas também por eclesiásticos e militares, mas, diferentes da armaria pessoal, elas assinalavam as ordens que eles seguiam e seus respectivos domínios. De igual impacto foi o constante crescimento no número de cidades que adotavam tais símbolos, Znamierowski (2004, p.72) mostra que “entre 1195 e 1295 muitos governantes europeus adotaram brasões de armas e bandeiras armoriais carregando uma ou mais figuras heráldicas”, e muitas delas se tornaram a real bandeira “nacional” dos burgos, como símbolos de seus direitos e privilégios. O desenvolvimento dos símbolos em terra na Europa causou mudanças fundamentais no mar, pois até então os navios não viajavam a grandes distâncias; o uso de bandeiras marítimas desenvolve-se de forma paralela ao ritmo das navegações do século XVI ao XIX, dado à necessidade de rápida identificação visual (SMITH, 1975).

Durante a Idade Média foram comuns os símbolos cristãos, como as cruzes e figuras dos santos ou da Virgem Maria pintados em estandartes e no século XVI o uso franco de bandeiras amoriais começou a diminuir consideravelmente (porém só se consolidaria após as revoluções do final do século XVIII), mas sua herança ainda aparece no brasão de armas da Alemanha, cuja águia negra em campo dourado deriva do antigo estandarte do Sacro Império Romano Germânico. Nessa época (figura 6), os três leões dourados em campo vermelho e o leão vermelho eram os respectivos símbolos dos reis da Inglaterra e Escócia; também havia os três leões azuis da Dinamarca, o leão branco da Boêmia, negro de Flandres, púrpura do Reino de Leão (Espanha) e que portava um machado como emblema real da Noruega. Outras figuras incluíam a águia branca com a coroa de Santo Estanislau da Polônia e as bandeiras armoriais de Portugal e Espanha, além do campo de flores-de-lis sobre um fundo azul adotado pelos reis da França. Em outros casos, como quando ocorreu a união das coroas da Inglaterra e Escócia, as cruzes cristãs destas bandeiras, cuja origem data do século XIII (BAKER, 2005), foram permutadas para formar a primeira bandeira da união, a chamada *Union Jack* (1606), que influenciaria decisivamente o mundo colonial britânico a partir do século XIX, cujo legado ainda persiste nos símbolos de muitos dos países da chamada Comunidade Britânica.

Figura 6: Bandeiras heráldicas e suas influências nos brasões dos modernos Estados Europeus*



Fonte: ZNAMIEROWSKI, 2004.

*Com exceção da bandeira do Reino da França.

Conforme iria ocorrer com as bandeiras no final do século XVIII, os brasões derivados das casas reais foram substituídos durante a era das revoluções para que fossem associados com a nova idéia de República, ou mesmo cunhados e apropriados de antigos reis e reinos conforme se desdobrava a formação dos Estados nacionais entre os séculos XIX-XX, pois passaram a constituir em um forte elemento de propaganda da nação e, à medida que ia penetrando no cotidiano dos órgãos estatais, logo começaram a ser estampados no papel timbrado, nas moedas e nos documentos pessoais dos habitantes de cada país.

3.2 A era dos símbolos nacionais

A primeira bandeira “moderna” (figura 7) nasceu durante a revolta holandesa contra o reino da Espanha (1567-1579), chamada de *Prinsenvlag* (a bandeira do Príncipe [de Orange]) e composta de três faixas horizontais de igual tamanho, nas cores vermelha, branca e azul, sem os aparatos heráldicos tradicionais [7.1]. A importância da bandeira holandesa iria se refletir no número de nações que passariam a copiar seu modelo gráfico a partir de então, como na ação do czar Pedro, o Grande [7.2], a quem é atribuído a adoção de uma variante da tricolor holandesa que mais tarde se converteu no símbolo de seu país (COSTANTINO, 2005; BARKER, 2005; KINDERSLEY, 2005). Além disso, o desenho dessas novas bandeiras criadas refletia a idéia que, com abolição das monarquias, o sistema heráldico de identificação também fora rejeitado. As cores e desenhos contidos nas bandeiras passaram a carregar mensagens político-ideológicas em seu conteúdo (ZNAMIEROWSKI, 2004); um exemplo dessa transição é o uso de símbolos simples, como as estrelas, cuja representação ideológica assumiu as formas mais variadas.⁴⁵ “De longe, a mais significativa inovação no século XVIII foi a bandeira nacional” (SMITH, 1975, p.52), embora o autor reconheça que a o conceito e a data sejam de difícil precisão, pois em muitos países a aquisição de uma bandeira nacional foi um processo gradual, em que o governo oficial de um governo veio muito depois da bandeira ter sido aceita pelos corações das pessoas, ao passo que muitos países tinham desenvolvido mais de uma bandeira nacional.

De acordo com Znamierowski (2004), da mesma forma que o brasão de armas se tornou o signo identificado com o governante e o Estado, também a bandeira nacional veio a

⁴⁵ Os hinos nacionais ganharam uma nova vertente a partir dessa iniciativa. Em 1568, para homenagear o início da revolta holandesa contra o jugo espanhol, que resultou na chamada “Guerra dos Oitenta Anos”, o poeta e diplomata Philips van Marnix (1540-1598) escreveu o poema *Wilhelmus van Nassouwe* (Guilherme de Nassau); uma canção em homenagem a Guilherme I – Príncipe de Orange, herói nacional holandês. Com o passar do tempo, *Wilhelmus* passou a ser cantado em eventos públicos, primeiramente como uma canção partidária, configurando-se mais tarde como um hino de liberdade do povo holandês.

ser tornar um símbolo no qual o povo podia se identificar, já que o conceito de bandeira nacional como um símbolo do povo aconteceu muitas vezes antes de o Estado se tornar prevacente, e em muitos casos a bandeira foi introduzida pelos líderes dos movimentos de independência, estudantes ou revolucionários e só depois adotada por um governo.

Duas novas bandeiras surgiram no final desse século como símbolos de liberdade no mundo ocidental e foi a partir delas que as bandeiras nacionais tenderam a ser manifestações dos programas políticos, em especial dos movimentos nacionalistas. A primeira delas nasceria do outro lado do Atlântico, com a independência dos Estados Unidos (1776), que se afirmaria simbolicamente com um desenho inovador [7.3]. Formada por treze faixas alternadas em vermelho e branco (derivada do antigo modelo usado pelos britânicos), a bandeira norte-americana possuía um cantão azul com o número de estrelas correspondente ao das faixas. A segunda bandeira notável nesse sentido nasceu durante a Revolução Francesa. Disposta em formato tricolor na vertical, ele indicava a reconciliação do rei com a cidade após a queda da Bastilha, mas logo passou a ser associada com a Revolução e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, sendo adotada como símbolo nacional em 1794 [7.4]. A *tricolore* serviu de modelo para várias bandeiras nacionais desde então e só deixou de ser usada durante o período da restauração (1814-1830), cuja visão como símbolo revolucionário está difundida no quadro pintado por Eugène Delacroix, com o título de “A Liberdade guiando o povo”.

Até o século XIX, o uso de bandeiras em terra era limitado, em contraste com o uso massivo das bandeiras nos mastros navegações marítimas, e, apenas alguns países possuíam de fato uma bandeira nacional. Mas as mudanças ocorridas no começo daquele século, pela ascensão dos movimentos nacionalistas na Europa cujo modelo tricolor era, para esses movimentos, a mesma inclusive no pós-1848 (HOBSBAWM, 1996), a independência das nações latino-americanas e as mudanças culturais que deram base à idéia de soberania e do Estado moderno, é que os estandartes civis se tornaram definitivamente “bandeira nacional”. Esse período também se caracterizou pela transformação cultural, através do aparecimento do nacionalismo na música clássica, onde “o orgulho e a honra nacionais receberam sua expressão musical mais amplamente reconhecida sob uma forma vastamente aceita na metade do século XIX – o hino nacional” (MENUHIN; DAVIS, 1990, p. 180).

Embora o hino holandês existisse desde o século XVI, ele era considerado mais uma canção partidária do que propriamente nacional durante muito tempo. Admite-se que primeiro hino moderno (no sentido cerimonial) a ser adotado foi o britânico, em 1745 (REED; BRISTOW, 2002; HANG, 2003; MARTÍNEZ, 2008) atuando como vínculo sensível entre os

cidadãos e sua comunidade política através da figura do rei; além do mais, tal símbolo acabou se difundindo para outras nações onde permaneceu como ícone musical.⁴⁶

Uma outra vertente na história dos hinos nacionais inaugura-se em 1792, quando o general Claude-Joseph Rouget de Lisle (1760-1836) compôs uma marcha para as tropas francesas e que recebeu posteriormente o nome de *A Marselhesa*, por sua representação musical dos ideais da Revolução Francesa, sendo declarada hino nacional em julho de 1795. O hino inaugura uma nova política do simbólico, adquirindo forma com o mito da voz única da nação que cristalizará a concepção de soberania como *soberania nacional* (MARTÍNEZ, 2008). Hobsbawm (1988) comenta que países e governos competiam pelos símbolos da junção e da lealdade emocional com movimentos de massa não-oficiais, que poderiam elaborar seus próprios contra-símbolos, tais como a socialista *Internacional* quando o hino anterior da Revolução *A Marselhesa*, foi anexado pelo Estado. Carvalho (1990, p.122-124) por sua vez, ressalta que “Se na França tentava-se fazer [no século XIX] da Marselhesa o hino da pátria e não da revolução, em outros países [fora da esfera européia] ela ainda representava um grito de guerra e de revolta”. No contra-revolucionário Estado austríaco, essa nova concepção de símbolo seria resgatada sob a forma do *hino imperial*. Assim, a grandiloquência que impregna os hinos nacionais:

[...] “serve para expressar às vezes certa oposição e inclusive para propagar a revolta ou a revolução, mas também pode contribuir para garantir a legitimidade do poder constituído e a adesão à ordem estabelecida sob a forma de uma música de Estado, quer dizer, uma música reconhecida como gesto ou discurso político, cuja produção ou interpretação tem lugar por ação do Estado” (MARTÍNEZ, 2008, p.11-12).

O ritual de cantar hinos difundiu-se pela Europa durante a primeira metade do século XIX e as nações que conquistaram sua independência (ou mesmo as que foram absorvidas por pelas potências imperiais) procuraram adotar hinos com um misto de apropriação de canções

⁴⁶ O hino nacional britânico – *God Save the Queen* – originou-se de uma canção patriótica apresentada ao público pela primeira vez em 1745, em Londres. [...] O Dr. Thomas Arne, autor de *Rule Britannia* e líder da orquestra do Teatro Real em Drury Lane, fez um arranjo para *God Save the King* [na época para o rei Jorge II (1683-1760)] ser apresentada no teatro após a peça (*The Alchemist*, de Bem Johnson) pelos solistas e pelo coral. A apresentação foi um tremendo sucesso e repetiu-se por todas as noites desde então. [...] Logo foi estabelecido o costume de saudar o Rei com a música quando o Soberano entrava em um local de diversão pública. [...] No século XVIII, os visitantes europeus à Grã-Bretanha parecem ter ficado impressionados com a popularidade de *God Save the King*, bem como devem ter notado a vantagem social e política de se ter um símbolo musical tão patriótico. [...] Em 1763, a música foi publicada na Holanda, mas sua origem britânica foi admitida. Em 1790, um jornal dinamarquês publicou um poema escrito para o aniversário de Christian VII, para ser cantado pela melodia do *God Save the King* britânico. Em 1793, um jornal alemão produziu uma estrofe que foi adotada por vários estados alemães, e a música tornou-se tão conhecida que todos acreditavam ser de origem alemã. A Rússia adotou a melodia algum tempo depois, surgiram versos em russo para ela e a canção permaneceu em uso para ocasiões oficiais até 1833, quando foi escrito um novo hino nacional. Na Suíça, a melodia britânica tem sido usada há muito tempo, com letras em alemão e em francês [...] (REINO UNIDO, 2000, p.1-4).

e baladas populares, músicas de protesto, adaptações de peças de teatro, marchas militares e revolucionárias, composições de encomenda ou mesmo hinos em um tom religioso, cuja diversidade histórica, paisagística e revolucionária surgiram como temas principais.⁴⁷

Cabe ressaltar o papel das nações da América Latina, cuja onda libertadora no começo do século XIX que pôs fim ao domínio ibérico propiciou o surgimento de nova constelação de bandeiras, brasões e hinos. A tricolor apresentada por Francisco de Miranda em 1811 [7.5] foi a primeira a simbolizar o ideal de emancipação da América do Sul contra o domínio ibérico e foi usada por Venezuela, Colômbia e mais tarde pelo Equador, cujas cores simbolizavam o azul do mar que separava a América, tingida pelo sangue dos heróis (vermelho) da riqueza usurpada pelos “tiranos” da Espanha (amarelo). Já a bicolor branca e azul, usada no estandarte do general Manuel Belgrano [7.6] durante a luta pela independência na Argentina em 1812, serviu de inspiração para as futuras nações do istmo, adotada pela primeira vez no pavilhão da República Centro-Americana (1823-1838). Seguindo o exemplo dos países europeus, as nações da América Latina adotaram hinos nacionais, só que com um estilo *sui generis*, pois além de valorizar a figura dos heróis locais, utilizaram metáforas da mitologia greco-romana, recebendo influências da ópera (com larga contribuição de compositores de origem italiana), introduções musicais geralmente longas e versos rebuscados em suas letras.⁴⁸

Em finais do século XIX, grande parte dos Estados ocidentais havia adquirido para si uma bandeira com suas próprias “cores nacionais”. Tal fato não ocorreu somente com as nações independentes da Europa e das Américas, mas também nos territórios coloniais dos Estados metropolitanos, onde se forjaram bandeiras coloniais, sobretudo no caso britânico. Além disso, conforme salientou Hobsbawm (1988), os regimes políticos empenharam-se em uma guerra silenciosa pelo controle dos símbolos e ritos de pertencimento à raça humana dentro de suas fronteiras. De todos esses símbolos, a música exerceu forte poder em suas formas políticas de hino nacional e marcha militar, e, acima de tudo o papel exercido pela bandeira nacional, que foi se cristalizando na prática cotidiana.

⁴⁷ Mesmo antes da própria consolidação do Estado nacional, canções como *Kong Kristian* (Rei Christian), usada como Hino Real da Dinamarca desde 1780 e que seguia o estilo do hino britânico, marchas militares (como a adotada pelo rei da Espanha em 1770) ou mesmo *Marsz, marsz, Dabrowski* (Marcha, marcha, Dabrowski), tocada ao estilo de mazurca ou baseadas em canções revolucionárias, como o hino da Bélgica (1830), são alguns destes exemplos. Outros hinos foram apropriados de baladas populares, casos da Suécia e Dinamarca (1844), Finlândia (1848), Noruega (1850), Estônia (1896) ou de peças teatrais República Tcheca (1919) e Sérvia (1872). Havia canções de padrão religioso, como os hinos da Hungria (1844), Liechtenstein (1850) – influenciado pela melodia do hino britânico – e Islândia (1874). Na Letônia, a canção que se tornou seu hino nacional (composto em 1873) foi a primeira a introduzir o nome moderno do país (*Latvija*) num sentido voltado às regiões habitadas pelos letões dentro da Rússia Imperial. A Grécia (1864) procurou retratar a “liberdade nacional” como tema. Os movimentos de orientação nacional, por sua vez, adotaram suas canções patrióticas, como o caso do hino sionista do povo judeu, cujo poema (1897) se converteria no hino nacional do Estado de Israel depois de 1948.

⁴⁸ Consultar: BERG, T. J. **Hinos de todos os países do mundo**. São Paulo: Panda Books, 2008.

3.3 Os símbolos e seu papel na “era do nacionalismo extremo” (1914-1945)

Do início da *belle époque* até a primeira metade do século XX assiste-se ao momento mais propício para o apelo aos símbolos nacionais, quando os meios de comunicação em massa (jornal, rádio e cinema) ao lado das tradicionais instituições do Estado, como a escola, o serviço militar e os prédios públicos, passam a reproduzir sistematicamente os valores da nação. Como visto, o hino nacional teve franca utilização como instrumento da propaganda nacionalista com o advento de novas tecnologias de gravação e reprodução em larga escala. Nos países envolvidos com a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, cartões e pôsteres patrióticos mostravam a bandeira nacional e dos aliados como uma mensagem clara de que “nós lutamos por nosso país e temos amigos estrangeiros ao nosso lado” (ZNAMIEROWSKI, 2004, p.44), convertendo-se em um símbolo visual que foi profundamente enraizado na consciência moderna pela mídia.⁴⁹ Além disso, ocorre uma transição que vai além do discurso do Estado na construção dos símbolos nacionais, que passam a agregar as influências dos partidos políticos nos processos de revolução e independência.

A bandeira do Partido Comunista, composta de um pavilhão vermelho com o emblema dourado da foice e do martelo (representando a união dos camponeses e proletários), junto com a estrela vermelha (comunista), transformou-se na bandeira da União Soviética (1924). O padrão vermelho do partido comunista foi copiado por outros países que seguiram o mesmo modelo estilístico e ideológico, sobretudo nas nações da Ásia e África (SMITH, 1975; ZNAMIEROWSKI, 2004) [7.7]. Por vezes, o padrão de uma bandeira nacional é destinado a simbolizar ligação, bem como diferenciação, conforme o caso das bandeiras da Comunidade Britânica [7.13; 7.14; 7.15]. No conjunto das bandeiras modernas e sua influência regional, há também a *Dannebrog* (bandeira da Dinamarca), que influenciou com sua cruz nórdica (herança da época das Cruzadas) os símbolos das nações da Escandinávia [7.11]; a bandeira da Turquia, herdada do Império Otomano [7.12], cujo crescente e estrela, embora sejam mais antigos em uso que o próprio Islã, indicam hoje a irmandade muçulmana, embora, para Firth (1973), nem todas elas tem uma relação histórica com esta versão turco-otomana.

⁴⁹ No caso da Áustria derrotada, esta invenção política ocorreu no hino usado entre 1920-1929. “Este autor lembra de ter se submetido a tal peça de invenção política em uma escola primária austríaca na metade dos anos 20, na forma de um novo hino que tentava, desesperadamente, convencer as crianças que um punhado de províncias que sobraram ou que foram arrancadas da secessão do império Habsburgo formava um todo coerente que merecia amor e devoção patriótica; [...] A ‘Áustria alemã’, começava esse curioso e passageiro hino, ‘terra magnífica (*herrliches*) nós te amamos’, e continuava, como previsto, como um guia de viagem ou uma lição de geografia, seguindo os riozinhos alpinos das geleiras ao vale do Danúbio e a Viena, concluindo com a afirmação de que essa nova Áustria residual era ‘minha terra natal’ (*mein Heimatland*)” (HOBSBAWM, 1990, p.112-113).

Outras bandeiras de influência ideológica no século XX se configuraram na usada pela revolta árabe de Hejaz (1917) contra o domínio otomano, ou mesmo a bandeira do movimento egípcio de libertação (1953), cujas cores (verde, vermelho, preto e branco) influenciaram os estandartes das nações no Oriente Médio e norte da África [7.8]. A bandeira da Etiópia (1930) teve forte influência com suas cores (vermelha, amarela, verde) no movimento pan-africanista nas décadas de 1950-1960 [7.9], assim como o movimento negro norte-americano de Marcus Garvey, que havia criado um estandarte (1920) para manifestar o sentimento de irmandade africana, nas cores vermelha (o sangue derramado no correr da história), negra (a cor da pele da qual “devemos nos orgulhar e não nos envergonhar”) e verde (como a esperança) [7.10].

Nessa época, as influências do discurso político foram meticulosamente projetadas pelos regimes totalitários para serem absorvidas como símbolos nacionais⁵⁰ e durante a Segunda Guerra Mundial o valor ideológico e moral da bandeira foi além do campo de batalha, reproduzido pelos meios de comunicação em massa (fotografias 1 e 2). Embora as tropas militares usassem bandeiras e estandartes para suas unidades e infantaria e cavalaria desde o final do século XVI, o modo como se praticou a guerra a partir do final do século XIX tornou a função das cores no campo de batalha obsoletas. As guerras do século XX foram travadas essencialmente com a bandeira nacional.

Conscientes de que a bandeira era um símbolo poderoso, muitos dos regimes totalitários e opressivos procuraram deslegalizar as bandeiras de seus oponentes e perseguir aqueles que desafiassem tal proibição (ZNAMIEROWSKI, 2004) mesmo após o período do entre guerras. Na Espanha sob o regime de Franco, tornou-se ilegal exibir a bandeira basca; na União Soviética, pessoas podiam ser mandadas para o campo de concentração se exibissem a bandeira nacional da Lituânia, Armênia ou qualquer outra nação anexada pelo domínio soviético. O mesmo aconteceu aos demais símbolos que demonstrassem qualquer sentimento “nacional”, em especial o brasão de armas (SLATER, 2007).

Agregando tradições às novas invenções, o costume simbólico de fincar a bandeira em lugares que foram descobertos ou conquistados se estendeu até os tempos modernos. Roald Amundsen fincou a bandeira da Noruega no Pólo Sul durante sua descoberta em 1911 e em 1953 Edmund Hillary e Sherpa Tenzing Norgay fincaram as bandeiras da Nova Zelândia e do

⁵⁰ Um exemplo marcante dessa mudança de significado e da manipulação dos símbolos nacionais talvez tenha aparecido justamente com a bandeira da Alemanha durante o período entre guerras, quando o padrão preto-vermelho-amarelo das cores nacionais foram mudadas para as antigas cores imperiais e logo em seguida foi adotada a bandeira da suástica por Hitler em 1935 como símbolo oficial. *Die Fahne Hoch* (A bandeira ao alto) ou “Canção de Horst Wessel” foi usada como hino semi-oficial na Alemanha nazista (1933-1945) ao lado de *Das Lied der Deutschen* (A canção dos alemães); na Itália fascista usou-se a canção partidária *Giovinezza* (Juventude) entre 1922-1943 ao lado de seu hino oficial, a *Marcia Reale* (1861-1946).

Nepal no Monte Everest. Robert Peary carregou a bandeira dos Estados Unidos no Pólo Norte em 1909 e em 1969 Neil Armstrong e Edwin Aldrin a colocaram na lua, no auge da Guerra Fria (fotografia 3). Em 2007 foi a vez de a Rússia plantar em pleno leito do Oceano Ártico a sua bandeira nacional (fotografia 4), como uma forma de demonstrar soberania sobre a região, mostrando a vitalidade e a plasticidade deste símbolo em tempos modernos:⁵¹

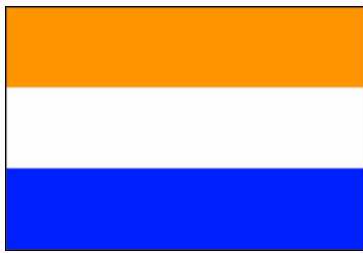
O fato de as bandeiras serem desfraldadas em navios e construções, hasteadas em batalhas e no topo das montanhas, carregadas nos Jogos Olímpicos e para o espaço exterior, ostentadas em eventos desportivos e em comícios políticos, as tornam símbolos primários da idade moderna. Brasões de armas são menos expressivamente usados por causa de serem menos flexíveis, geralmente aparecendo pintados, impressos ou esculpidos para identificar uma agência ou instrumento do governo (SMITH, 1980, p.6).

3.4 A multiplicação dos Estados e das insígnias

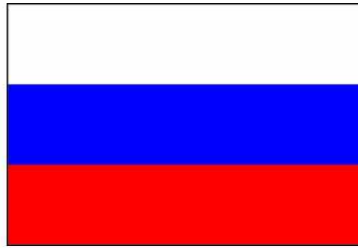
Se em 1900 havia pouco mais de cinquenta nações independentes, esse número chegou a quase duzentas no ano 2000. Com o fim da Segunda Guerra iniciou-se o processo de massificação das independências nacionais, resultantes do desmoronamento do modelo e do regime colonial estabelecido em fins do século XIX, ocorrendo primeiramente na Ásia e se estendendo à África, Oceania e ilhas do Caribe. As décadas subseqüentes seriam marcadas pelo acréscimo do número de Estados independentes, refletindo-se em uma extensa gama de novos símbolos nacionais, cujas bandeiras, brasões e hinos passaram a figurar no cotidiano da sociedade global. Em muitos casos, o nacionalismo de base política ajudou na formação dos símbolos, com as cores da bandeira do partido que reivindicou a independência servindo de base para a bandeira nacional (FIRTH, 1973; SMITH, 1975). A epopéia da “libertação nacional” e o desejo de um futuro glorioso nas décadas de 1950-1960 resultaram em uma série de concursos para a escolha dos hinos nacionais onde palavras como “Deus”, “Pátria” “Liberdade” eram agora entoadas por todos os cantos. Diferente das “operetas” da América Latina, os hinos dessa fase pós-colonialista se caracterizaram por marchas simples, com raras exceções ao padrão já consagrado da música ocidental. Na década de 1970, o que restava do antigo império português na África se esvaeceu, assim como grande parte das pequenas colônias britânicas e francesas na Oceania e Caribe.

⁵¹ Na voz de Sergei Balyasnikov, do Instituto Russo do Ártico e Antártica: “Este é um caminho muito importante para a Rússia demonstrar seu potencial no Ártico... É como colocar uma bandeira na lua”, notabilizando-se como uma “marca permanente da presença Russa no pólo” como afirmou o líder e explorador da missão russa, Artur Chilingarov. Fonte: **Russia plants flag under N Pole**, BBC News Europe, 2 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6927395.stm>> Acessado em 20 de julho de 2012.

Figura 7: Bandeiras-chave de influência histórica, regional e cultural (séculos XIII-XX)



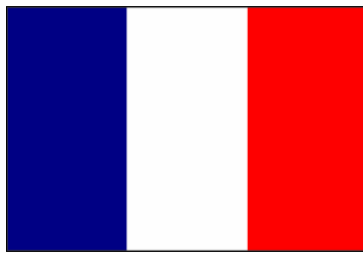
7.1: Holanda (c.1572-1660)



7.2: Rússia (1721-1917/1991-)



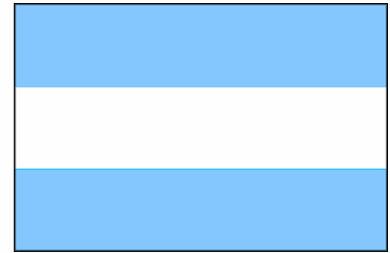
7.3: Estados Unidos (1960-)



7.4: França (1794-)



7.5: Francisco de Miranda (1806)



7.6: General Belgrano (1812)



7.7: União Soviética (1923-1991)



7.8: Revolta Pan-Árabe (1917)



7.9: Etiópia (1897-)



7.10: Marcus Garvey (1920)



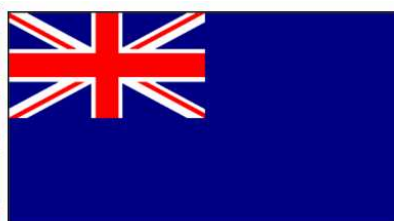
7.11: Dinamarca (séc.XIII-)



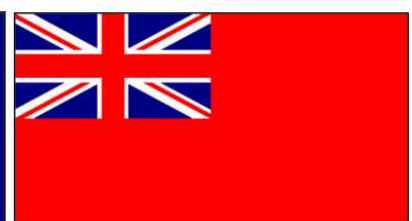
7.12: Império Otomano/Turquia (1867-)



7.13: Reino Unido "Union Jack" (1801-)



7.14: Estandarte azul (*Blue ensign*)



7.15: Estandarte vermelho (*Red ensign*)

Fotografia 1: Segunda Guerra – a conquista de Iwo Jima pelas tropas norte-americanas (1945)



Fonte: <http://commons.wikimedia.org>

Fotografia 2: Segunda Guerra – bandeira hasteada pelas tropas soviéticas no Reichstag, Berlim (1945)



Fonte: <http://commons.wikimedia.org>

Fotografia 3: astronauta David Scott saúda a bandeira norte-americana na lua (1969)



Fonte: <http://lunarscience.nasa.gov>

Fotografia 4: a bandeira russa é colocada no leito do Ártico, no Pólo Norte geográfico (2007)



Fonte: <http://www.bbc.co.uk>

Fotografia 5: tempos de guerra – tropas alemãs removem o brasão de armas da Polônia no posto de fronteira em Zoppot (1939)



Fonte: <http://www.bundesarchiv.de>

Fotografia 6: tempos de paz – parlamento da Lituânia recebe novo brasão, substituindo antigas armas do período soviético (1990)



Fonte: Embaixada da Lituânia, Washington (EUA)

Entretanto, o ponto marcante na florescência de novas bandeiras desdobrou-se no final do século XX com as mudanças advindas da queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991), que culminaram não só com a ascensão de novos símbolos nacionais (re)introduzidos na ampliação do quadro dos Estados soberanos, mas também nas mudanças das bandeiras dos países sob influência do marxismo, tanto os Estados satélites europeus, bem como as nações do chamado Terceiro Mundo. Essa tendência havia sido colocada à prova ainda durante a Revolução de 1956, na Hungria, quando o brasão usado na bandeira desde 1949 foi retirado pelo povo durante os protestos de rua, deixando-a com um buraco, ao mesmo passo que a Primavera de Praga em 1968 demonstrou o papel da bandeira como símbolo político, enquanto que a Bulgária viu seu hino mudar duas vezes (de 1944 a 1964).

O começo do século XXI tem demonstrado uma mudança pontual em relação aos símbolos nacionais, como desdobramento, reflexo ou ajuste do que havia sido legado no século passado. Nos regimes autoritários sob a intervenção militar dos Estados Unidos no Oriente Médio a partir do final de 2001, novos símbolos foram adotados no Afeganistão (entre 2002-2006) e no Iraque (entre 2004-2009). As mudanças territoriais no mapa mundial também confluíram para essa mudança, com a independência de Timor Leste (2002) sob os auspícios das Nações Unidas e a separação pacífica da Sérvia e Montenegro (2006).

A declaração de independência de Kosovo (2008), embora reconhecida parcialmente, já produziu sua bandeira e brasão, além de um hino (sem letra), escolhidos de forma a expressar a neutralidade perante as tensões étnicas daquele Estado-nação, seguindo a cartilha do discurso democrático dos regimes Euro-Atlânticos (ELGENIUS, 2011). Em 9 de julho de 2011 o Sudão do Sul conquistou sua independência após um referendo organizado pelas Nações Unidas, com símbolos já pré-escolhidos, enquanto os efeitos da “primavera árabe” demonstraram a força da bandeira enquanto símbolo, ostentada nos protestos populares da Tunísia ao Iêmen, embora a principal mudança nos países árabes acontecesse com queda do regime de Muamar Khadafi, que ressuscitou a primeira bandeira da independência (1951).

Os símbolos nacionais mudam e resistem de acordo com sua eficácia simbólica e conforme os processos históricos produzidos e associados a eles (fotografias 5 e 6). Como foram incorporados por uma entidade política cuja base é nacional, torna-se necessário compreender seus pormenores nos últimos (três) séculos, quando o modelo de Estado europeu soberano e territorial passou a ser reproduzido e copiado e a expansão do mundo moderno através do imperialismo fragmentou o espaço de tal forma que criou e legou uma série de entidades territoriais “nacionais” que se multiplicaram vertiginosamente nos últimos cinqüenta anos. Tanto do ponto de vista temporal, quanto pelo caráter regional, mostram que

o conteúdo simbólico de bandeiras, brasões e hinos fornece, em diversos graus, uma forma de preencher esse vazio deixado em seus diferentes processos e etapas da constituição de uma identidade nacional. Mas antes, é necessário analisar de forma pormenor como a tradição dos símbolos nacionais estendeu-se ao mundo colonial, sobretudo entre os séculos XIX e XX.

3.5 O mundo colonial e seus emblemas

Este subcapítulo a parte na história dos símbolos nacionais é reservado ao simbolismo dado aos domínios das potências colonizadoras a partir do século XV como uma extensão dos poderes metropolitanos. Com a expansão do comércio, da conquista militar e da formação dos primeiros impérios ultramarinos, os símbolos (sobretudo as bandeiras) passaram a ter uso franco na navegação. O ato de fincar a bandeira ganhou sentido justamente quando os europeus começaram a singrar os mares e produzir as primeiras cartas náuticas, onde elas já apareciam como objeto cartográfico nos mapas portolanos no século XIII (SMITH, 1975), que identificavam o estabelecimento de um reino, possessão territorial ou feitoria comercial.

Portugal, em uma era pré-nacional, usou durante um primeiro momento a bandeira com a cruz da Ordem de Cristo e mais tarde a bandeira real (toda branca com o brasão de armas ao centro) para as suas colônias. A América Portuguesa teve alguns brasões próprios que foram concedidos para vilas e cidades nos séculos XVI-XVII, embora uma bandeira só fosse concedida ao Brasil colonial a partir de 1645, motivada pouco depois do final da invasão holandesa, cujo legado de Maurício de Nassau se concretizou nos primeiros brasões destinados exclusivamente às capitanias nordestinas.⁵² Em 1816, quando houve a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a bandeira teve o acréscimo das armas portuguesas até a independência formal, em 1822.⁵³ Por sua vez, a Espanha drapejou dos séculos XVI ao XIX em suas colônias (tanto em mar como em terra) a bandeira da Cruz de Borgonha e, embora não houvesse qualquer pavilhão distintivo para vice-reinos, capitanias ou reais audiências de sua administração, os brasões concedidos às suas cidades e vilas foram largamente usados, seguindo a burocracia da concessão real.

⁵² Um estudo mais detalhado sobre o assunto foi publicado em um artigo posteriori à minha dissertação de mestrado: BERG, T. J. Os brasões de armas do Brasil Holandês. **Revista de Cultura Artística**, Piracicaba: Associação de Cultura Artística de Piracicaba, v.04, p.37-48, 2011.

⁵³ Para maiores detalhes sobre as bandeiras do Império Português e seu desdobramento no Brasil Colonial, ver a dissertação de mestrado: BERG, T. J. **Território, cultura e regionalismo: aspectos geográficos em símbolos estaduais brasileiros**. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP, 2009. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137004P0/2009/berg_tj_me_rcla.pdf>

Mas é no começo do século XIX, com a liquidação de boa parte do Império Espanhol e Português nas Américas (além do retrocesso das primeiras colônias francesas com significativas perdas territoriais), que o Império Britânico inaugura a sua ascensão, já no ritmo da segunda grande onda colonizadora, aliada à revolução industrial e ao capital financeiro. A partilha das áreas ainda em branco no mapa acelerou o processo de fragmentação do espaço, intensificou as rotas comerciais e criou novas divisões administrativas. Para os britânicos, que dominavam o tráfego global dos mares, a necessidade de se criarem bandeiras distintivas para cada uma das colônias de seu império tornou-se mais intensa. Mais tarde, como o avançar para o século XX, os franceses passaram a adotar suas próprias bandeiras coloniais e a tradição inaugurada pelos britânicos influenciou diretamente as tentativas dos alemães para conceder símbolos próprios às suas colônias. Portugal e Espanha, que mantinham os resquícios de suas possessões da era das navegações, tardaram a criar símbolos próprios para as suas áreas conquistadas.

A análise em detalhe dos emblemas coloniais mostrará que seu legado quanto aos usos e discursos realizados nos símbolos dos Estados nacionais contemporâneos se expressa em diferentes graus, com uma quebra ou rompimento total no que confere às ex-colônias portuguesas, espanholas e holandesas, uma adaptação parcial das antigas colônias francesas (sobretudo em suas bandeiras) e uma mudança gradual conforme variava a autonomia das colônias britânicas. Ao refazer este caminho, é possível entender como cada potência imperial atuou do ponto de vista simbólico em suas áreas de domínio e de que forma repercutiu sua postura quando houve a massificação das independências nacionais em meados do século XX.

3.5.1 Tradição e imaginário: os emblemas do Império Britânico

Foi ainda no começo do século XVII, em uma era de bandeiras pré-nacionais, que as ilhas britânicas assistiram a união das coroas escocesa e inglesa com a subida ao trono inglês do rei Jaime V da Escócia (Jaime I da Inglaterra). Embora ambos os países mantivessem seus próprios estandartes, Jaime decidiu que era necessária uma nova bandeira para confirmar a união, ordenando a partir de 1606 que o campo branco com a cruz vermelha de São Jorge da Inglaterra (que incluía o território do País de Gales) fosse combinada com o campo azul com a cruz branca de Santo André (disposta em aspa ou “X”) da Escócia. Quando a bandeira da Irlanda (cruz vermelha de São Patrício em aspa sobre um campo branco) foi anexada ao recém-criado Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda (1801), decidiu-se permutar as cores às aspas de modo a não parecer que a cruz de Santo André fosse apenas uma fímbria da cruz de

São Patrício, tornando-as iguais, de forma que os países da união estivessem representados nesta bandeira (figura 8). A chamada *Union Jack* não apenas preservou o sistema de bandeiras pré-modernas dos reinos escocês e inglês com suas cruces, mas criou uma imagem poderosa de tradição e lealdade ao Império que se estendeu pelos quatro cantos do mundo.

Os britânicos foram os precursores em permitir criação de bandeiras com emblemas distintivos próprios (*badges*) para cada uma de suas colônias, assentamentos e *dominions*, que envolviam além de monogramas e símbolos heráldicos, recortes da paisagem e elementos biogeográficos (figura 9). Devido à necessidade de identificação marítima e suas funções, a *Union Jack* passou a ser usada no seu cantão superior direito dos estandartes britânicos (chamados de *British Ensign*) nos navios, sendo disposta em campo vermelho (*red ensign*) para uso civil [9.1], em campo azul (*blue ensign*) para uso governamental ou estatal [9.2] e em campo branco (*white ensign*) para as demais embarcações marítimas, além do uso da bandeira do governador com o emblema em terra [9.3]. A partir de 1865, através do Ato de Defesa Colonial, o estandarte azul passou a ser usado pelos governos coloniais, o que permitiu que “todos os navios pertencentes, ou permanentemente, a serviço das colônias pudessem a usar uma insígnia com o selo ou emblema da Colônia em seu batente” (ZNAMIEROWSKI, 2004, p.108). Este ato tornou possível o enorme crescimento no número de bandeiras com a *Union Jack* com um emblema local como sinal distintivo por iniciativa dos governadores coloniais e de acordo com o consentimento de Londres (PREUSS, 2012; VRIES, 2012).

Era permitido a cada governador pertencente ao Império adicionar junto à Bandeira da União um emblema sobre um disco branco para representar sua posição pessoal como representante da Rainha na colônia, desde que este fosse distintivo dos existentes em outras colônias. Da mesma forma, os navios mercantes que usassem a versão do estandarte azul (*blue ensign*), bem como os postos comerciais que hasteassem a versão vermelha (*red ensign*) em terra poderiam ostentar o mesmo emblema. Assim, mais do que criar uma imagem distintiva para cada uma das colônias, os emblemas do Império Britânico estavam criando, por outro lado, uma imagem e imaginário das colônias na própria metrópole (figura 10).

Os *dominions* britânicos tinham emblemas muito mais heráldicos e estilizados, embora fossem usados com certa restrição para a Austrália e Nova Zelândia, onde se destacavam muito mais os brasões das províncias. Na bandeira do Canadá, aparecia o primeiro brasão de armas do país, concedido pela rainha Vitória em 26 de maio de 1868, com as peças representativas das províncias (Ontário, Quebec, Nova Escócia e Nova Brunswick) sob a coroa real na bandeira do governador, cujo desenho durou até 1924 [10.1]. A Índia Britânica ostentava em sua bandeira desde 1861 a ordem criada pela rainha Vitória (chamada “Estrela

da Índia”) que, embora estranha às tradições locais (BRESCHI, 2012), foi usada até 1947 [10.2]. Quando as colônias britânicas da África do Sul foram unificadas, sua bandeira passou a ostentar o brasão com os emblemas das quatro províncias originais entre 1910-1928 [10.3].

Antes da unificação do país sob o nome de União Sulafriana (1910), cada uma das colônias britânicas na região tinha seu próprio emblema. Na Colônia do Cabo o escudo tinha um leão (alusivo ao antigo domínio holandês), uma virgem apoiada sob uma rocha com uma âncora (representando a esperança) e dois animais típicos: o gnu negro (*Connochaetes gnou*) e o órix (*Oryx gazella*). O lema em latim *Spes Bona* significa o nome dado à região: (Cabo da) “Boa Esperança” [10.4]. Na colônia do Rio Orange, também aparecia outro animal típico, uma gazela sob a relva, conhecida como springbok (*Antidorcas marsupialis*) [10.5]; a colônia de Transvaal, por sua vez, apresentava como emblema a figura de um leão em ato de descanso pela frustrada tentativa de criar uma República Bôer (VRIES, 2012) [10.6]. Na colônia de Natal, apareciam no emblema dois gnus negros correndo, como animais onipresentes na região e de considerável importância econômica (BRESCHI, 2012) [10.7]. O leão também figurava no emblema da Companhia Britânica da África do Sul (criada por Cecil Rhodes), segurando uma peça de marfim sobre um lambel em vermelho e amarelo, representando as riquezas do interior do continente, que depois receberia o nome de Rodésia [10.8].

Seguindo a rota pelo interior da África, o protetorado da África Central Britânica, mais tarde chamada Niassalândia (atual Malauí) apresentava como primeiro emblema a planta do café (1894-1914) [10.9]. Em meados do século XIX, após uma série de penetrações em busca das nascentes do Nilo, foi criado o Protetorado de Uganda (1890), que adotou a típica ave da região, o grou coroado africano (*Baeolophus pavonina*) [10.10]. Mais tarde (1902), o Quênia ganhou seu emblema colonial, composto de um leão vermelho de pé (derivado da Companhia Britânica da África Oriental) [10.11]. Quando Tanganica passou ao controle dos britânicos (após seção alemã depois da Primeira Guerra), teve por emblema a cabeça de uma girafa (*Giraffa camelopardalis*), representando a fauna local (BRESCHI, 2012; VRIES, 2012) [10.12]. A vizinha ilha de Zanzibar, influenciada pelos sultões de Omã e Mascate, havia se tornando protetorado britânico em 1890 e seu emblema era um típico barco golfo Pérsico, chamado *dhow* [10.13], com uma bandeira em vermelho e branco para simbolizar as nações amigas da Grã-Bretanha. O *dhow* foi representado como emblema da antiga colônia de Áden, no sul da Península Arábica, de 1937 a 1963 [10.14].

No Índico, a ilha Maurício, cujo lema é *Stella clavisque maris indici* (A estrela e chave do Índico) revela em seu escudo, dividido em quatro partes, nas cores azul e dourado, estes dois elementos junto com uma galera e três palmeiras, lembrando a fundação da colônia e

sua importância geopolítica para o controle naval; aparecem estilizados em vermelho e branco a figura do extinto dodô (*Raphus cucullatus*) e de um antílope importado de Java, conhecido por *sambar* (*Cervus timorensis*) ao lado de hastes de cana-de-açúcar [10.15]. No emblema do arquipélago de Seicheles, estão presentes elementos da paisagem local: uma praia onde há uma alta palmeira (*Lodoicea seychellarum*) em que descansa um jabuti gigante de Aldabra (*Geochelone gigantea*) ao lado de um pequeno arbusto, com a frase *Finis coronat opus* (A realização coroa o trabalho) [10.16]. Já a colônia da Somália Britânica (ou Somalilândia) adotou em 1906 a figura de um antílope chamado *kudu* (*Tragelaphus strepsiceros*) [10.17].

Na África Ocidental, os emblemas utilizados seguiram quase o mesmo padrão, sem nenhum atributo especial. Em Gâmbia e na Costa do Ouro (atual Gana) figurou o mesmo emblema usado desde 1889, diferenciando-se uma da outra apenas pelas respectivas siglas em vermelho escuro “G” e “GC”: um elefante africano à frente de uma palmeira como paisagem [10.18; 10.19]. Este emblema foi usado por Serra Leoa até 1914, época em que um novo símbolo apareceu: um escudo com a antiga *Union Jack* trazia a imagem de um dendezeiro e um escravo liberto (BRESCHI, 2012; PREUSS, 2012) que acenava para um veleiro britânico, cuja imagem se traduz no lema *Auspice Britannia líber* (Liberto graças à Grã-Bretanha) [10.20]. No mesmo ano, quando a colônia da Nigéria foi unificada, foi escolhida a chamada “estrela (do rei) Salomão” sobre um fundo vermelho que continha a coroa real e o nome da colônia [10.21]. Mais alegórico, Santa Helena, no Atlântico, ostentava em seu emblema um navio típico da Companhia Britânica das Índias Orientais junto a dois promontórios rochosos que emergem do oceano para indicar a ocupação da ilha em 1659 [10.22].

Do outro lado do Atlântico, o primeiro emblema das Ilhas Falkland (Malvinas) usado entre 1876-1925 apresentava uma paisagem típica da vista no arquipélago (BRESCHI, 2012), formada por um gado bovino pastando à frente de um veleiro que Vries (2012) descreve como sendo o HMS Hebe [10.23]. Já ao norte, na Guiana Britânica, o emblema adotado em 1907 continha um veleiro cercado por um cinto dourado em formato oval com a frase *Damus petimusque vicissim* (Damos e recebemos reciprocamente) [10.24]. Na América do Norte, quando a província de Terranova era um domínio independente do Canadá, havia um escudo formado por uma cena alegórica em que aparece Mercúrio (deus do comércio), com a deusa Britânia com seu escudo e um pescador ofertando produtos do mar, com a divisa *Hæc tibi dona fero* (Eu lhe trago estes presentes), aludindo à tradicional e abundante pesca na região desde os primórdios da colonização [10.25].

Em Bermudas, o emblema adotado (1910) trazia um leão britânico todo em vermelho que segurava um escudo representando o naufrágio em 1609 do *Sea Venture* (comandado pelo

almirante inglês George Somers) nas águas rasas da ilha após uma tempestade, o que abriu o caminho para a sua colonização, embora Breschi (2012) atente que o penhasco no escudo seja uma alusão errônea de sua geografia [10.26]. Nas Bahamas, havia um emblema oval envolvido por uma cinta onde aparecia a figura de um veleiro de bandeira britânica perseguindo dois navios piratas (em 1723 pelo capitão Woodes Rogers), para assegurar o controle da região, expresso pelo lema *Expulsis piratis restituta commercia* (Expulsou os piratas, restituiu o comércio), seguido do nome Bahamas [10.27].

As possessões britânicas no Caribe mostravam uma diversidade de representações. A região das Pequenas Antilhas estava agrupada em dois conjuntos de ilhas⁵⁴ entre 1833-1960: as Leewards (ou Ilhas de Sotavento), cujo brasão mostrava de forma desproporcional um abacaxi (uma auto-homenagem do governador, Sir Pine, com a palavra inglesa *pineapple*), além de um veleiro e o brasão britânico (BRESCHI, 2012) [10.28]. Já nas Windwards (ou Ilhas de Barlavento), havia um escudo em estilo tradicional, dividido em quatro partes, com a coroa real britânica e o lema em latim *I pede fausto* (Vá com bons passos) [10.29]. Ainda na década de 1950, as ilhas de Antígua e Barbuda (uma planta de agave no primeiro plano com o *Great George Fort* ao fundo), Dominica (uma embarcação fundeada na baía de Roseau) e a antiga Federação de São Cristóvão-Névis-Anguilla (com as figuras de um navegante, três donzelas e um indígena) ganharam seus emblemas distintivos [10.33; 10.34; 10.35].

Na ilha de São Vicente, o simbolismo se fez pela representação alegórica de duas senhoras, a Justiça (de joelhos) e a Paz (em pé, carregando um ramo de oliveira) fazendo uma oferta sobre o altar da fraternidade, conforme o lema latino: *Pax et Justitia* [10.29]. Já na Jamaica, aparece um escudo com a cruz vermelha ornada com cinco abacaxis dourados, sustentado por dois indígenas (a mulher carregando um cesto de frutas e o homem um arco e flecha) e tendo como timbre a figura de um crocodilo [10.31]. Segundo Mohammed (2002) e Breschi (2012), este é um dos emblemas mais antigos das colônias britânicas, usado desde 1661, com o lema em latim *Indus Uterque Serviet Uni* (Ambos os indígenas servirão a um único Senhor). Outra representação alegórica aparece em Barbados, onde o emblema trazia a deusa Britânia segurando o tridente e o globo nas mãos (em alusão ao domínio dos mares do mundo), puxada por dois cavalos marinhos – inspirado em um antigo selo de 1650 que trazia a imagem do rei inglês Carlos II. A figura feminina do emblema no século XIX foi associada à rainha Vitória (VRIES, 2012) [10.32].

⁵⁴ As Ilhas de Sotavento incluíam as atuais Antígua e Barbuda, São Cristóvão e Névis, Anguila, Ilhas Virgens Britânicas, Montserrat e Dominica. Às Ilhas de Barlavento pertenciam: Granada, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Barbados e Trinidad e Tobago. Após 1962, estas duas colônias foram reorganizadas e cada ilha ganhou um status governamental próprio.

Figura 8: Tradição e simbolismo – a soma dos reinos e territórios na genealogia da bandeira britânica*

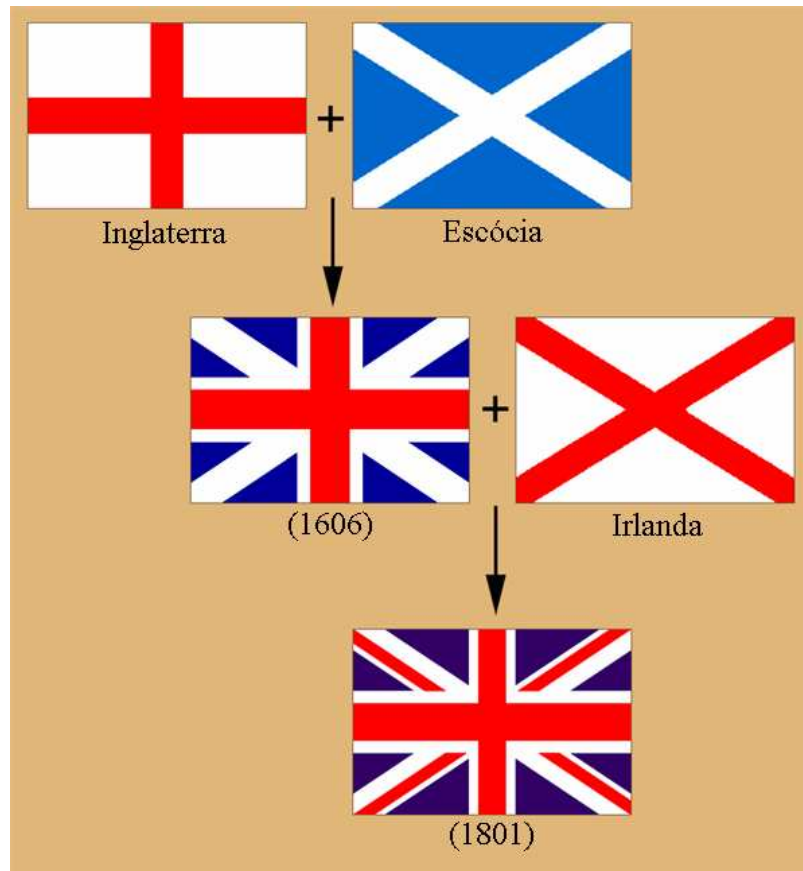
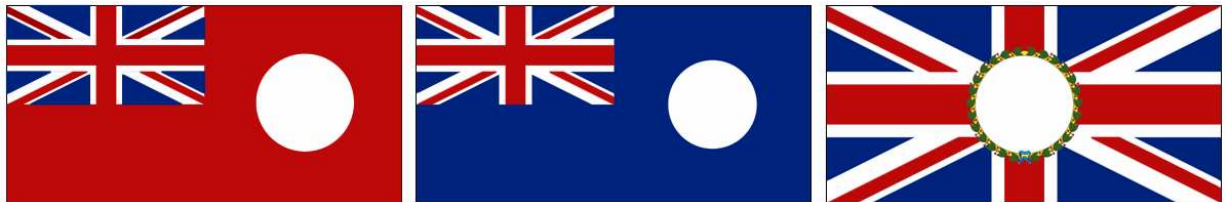


Figura 9: Bandeiras marítimas e estandartes coloniais britânicos



9.1: Estandarte colonial (vermelho)*

9.2: Estandarte colonial (azul)*

9.3: Bandeira do governador colonial*

Figura 10: Emblemas do Império Britânico (1860-1980)



10.1: Canadá



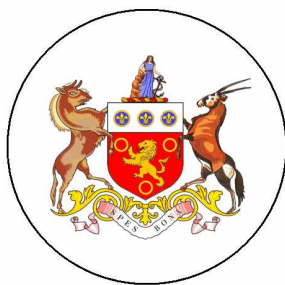
10.2: Índia



10.3: África do Sul

*Nota: o emblema ou monograma de cada colônia era inserido dentro do círculo branco destas bandeiras.

Figura 10: Emblemas do Império Britânico (1860-1980) [continuação]



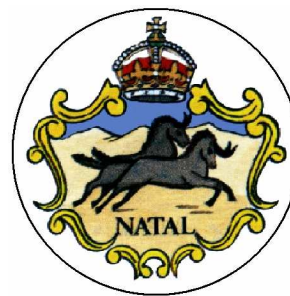
10.4: Colônia do Cabo



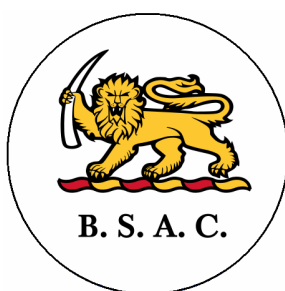
10.5: Rio Orange



10.6: Transvaal



10.7: Natal



10.8: C. B. África do Sul



10.9: África Central/Niassa



10.10: Uganda



10.11: Quênia



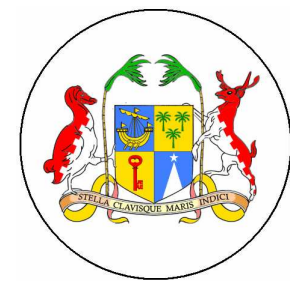
10.12: Tanganica



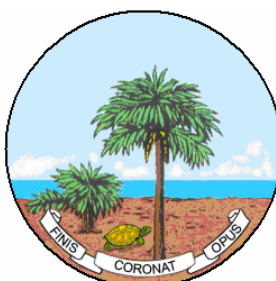
10.13: Zanzibar



10.14: Colônia de Áden



10.15: Maurício



10.16: Seicheles



10.17: Somália Britânica



10.18: Gâmbia



10.19: Costa do Ouro

Figura 10: Emblemas do Império Britânico (1860-1980) [continuação]



10.20: Serra Leoa



10.21: Nigéria



10.22: Santa Helena



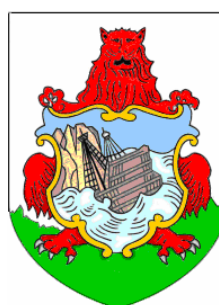
10.23: Ilhas Falkland



10.24: Guiana



10.25: Terranova



10.26: Bermudas



10.27: Bahamas



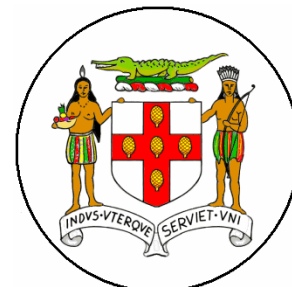
10.28: Ilhas Leeward



10.29: Ilhas Windward



10.30: São Vicente



10.31: Jamaica



10.32: Barbados



10.33: Dominica



10.34: Antígua e Barbuda

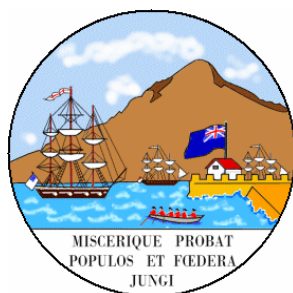


10.35: São Cristóvão-
Névis-Anguilla

Figura 10: Emblemas do Império Britânico (1860-1980) [continuação]



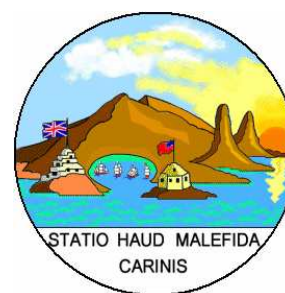
10.36: Granada



10.37: Trinidad e Tobago



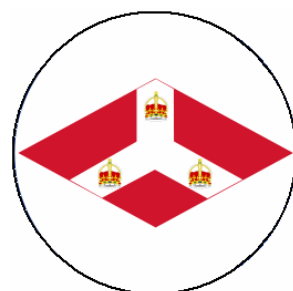
10.38: Turcas e Caicos



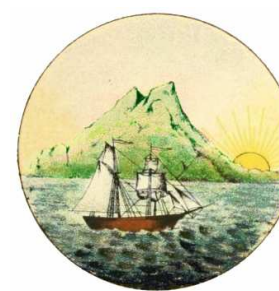
10.39: Santa Lúcia



10.40: Belize



10.41: Assentamentos do Estreito



10.42: Labuan



10.43: Bornéio



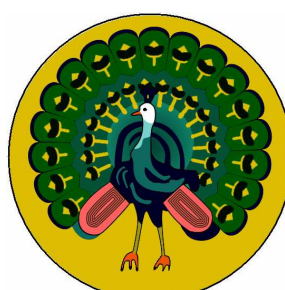
10.44: Hong Kong



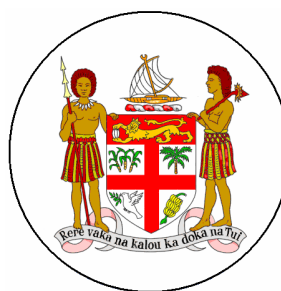
10.45: Weihaiwei



10.46: Ceilão



10.47: Birmânia



10.48: Fiji



10.49: Gibraltar



10.50: Malta



10.51: Chipre

A típica paisagem caribenha foi retratada nos emblemas de Granada, Trinidad e Tobago, Turcas e Caicos, Santa Lúcia e Belize. Em todos estes emblemas aparecem figuras de embarcações e silhuetas costeiras. Uma referência à descoberta de Granada aparece em seu emblema de 1903, mostrando a caravela *Concepción* de Cristóvão Colombo com o lema *Clarior et tenebris* (Ainda mais clara na escuridão), aludindo à posição isolada da ilha, a partir da zona de passagem dos ciclones tropicais (BRESCHI, 2012) [10.36]. Em Trinidad e Tobago (1880) havia a enseada de Port of Spain, o monte El Tucouche e o desembarque de uma frota britânica, representado a cessão da ilha pela Espanha em 1797, cujo lema é: *Miscerique probat populos et fœdera jungi* (Ele [o governador geral] aprovou a mistura dos povos por estarem juntos mediante tratado) [10.37]. Nas Turcas e Caicos, o emblema usado entre 1900-1968 mostrava uma embarcação com um homem no trabalho de recolher o sal do mar, sendo a ilha foi um importante centro de comércio do sal (BRESCHI, 2012) [10.38]. Quando Santa Lúcia ganhou seu emblema (1907), ele trazia a imagem da ilha, com os picos Grande Piton e Pequeno Piton em destaque, com a baía de Castries guarnecida por dois fortes com as bandeiras britânicas (*Union Jack* e *Red Ensign*), cujo lema traduzia didaticamente sua função: *Statio haud malefida carinis* (Um porto seguro para os navios) [10.39]. No litoral da América Central, as Honduras Britânicas (Belize) traziam em seu emblema (1880) um escudo dividido em três partes: a primeira tinha um exemplar da *Union Jack*; na segunda havia as ferramentas de um lenhador – aludindo ao lucrativo trabalho de extração do mogno –; enquanto a terceira, apresentava um veleiro, indicando o domínio britânico nos mares do Caribe [10.40].

Em outra parte do mundo, na Península Malaia, os britânicos fundaram a partir de 1824 a colônia dos Assentamentos do Estreito, que incluía a cidade de Cingapura e os reinos de Penang, Dinging e Málaca, representados em seu emblema a partir de 1869 por um losango vermelho com três partições em branco com três coroas [10.41]. A partir de 1907, incorporou-se aos Assentamentos a colônia de Labuan, que desde 1889 possuía como símbolo a silhueta geográfica da ilha e um veleiro navegando em suas águas [10.42]. Bornéu Setentrional, por sua vez, ostentava um emblema que derivava da Companhia Comercial ali estabelecida, formado por um disco amarelo com um leão todo vermelho [10.43].

Após a primeira Guerra do Ópio (1839-1842), Hong Kong, na China, se tornou uma colônia britânica e, a partir de 1876, foi adicionado ao seu emblema uma tradicional paisagem portuária com figura de alguns comerciantes negociando fardos de chá sob a silhueta de sua baía e um veleiro tradicional ao fundo até a adoção de um emblema heráldico em 1959 [10.44]. Assim como Hong Kong, o porto de Weihaiwei, ao norte, na província de Shandong, passou a ser administrado como colônia pelos britânicos em 1898. Ela tinha por emblema a

figura de um casal de marrecos mandarins (*Aix galericulata*) ao lado de um riacho [10.45], reverenciados na região como símbolo de felicidade e bom casamento; não alcançando o desenvolvimento esperado, acabou devolvido à China em 1930. No Sul da Ásia, foi usado no emblema do Ceilão (atual Sri Lanka) o desenho de um elefante, ao natural, com a imagem ao fundo de um célebre santuário budista (Thuparama Dagoba), ornamentado por um disco vermelho com detalhes em ouro [10.46]. Em 1937, a Birmânia (Mianmá) foi destacada da Índia pela administração colonial, adotando a figura de um pavão sobre um fundo dourado – tradicional símbolo da monarquia local (BRESCHI, 2012; VRIES, 2012) [10.47].

No Pacífico, à exceção de Fiji – cujo emblema era formado por um conjunto heráldico composto de um escudo (tendo um leão quebrando um coco, dividido por uma cruz vermelha com hastes de cana-de-açúcar, um coqueiro, uma pomba segurando um ramo de oliveira e um cacho de bananas em cada uma das quatro partes) sustentado por dois guerreiros indígenas, uma canoa típica (chamada *takia*) e a frase *Rere vaka na Kalou ka doka na Tui* (Temei a Deus e honrai o Rei) [10.48] – as colônias da Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Novas Hébridas (atual Vanuatu) usavam apenas monogramas, mostrando que a colonização da região ainda era recente em relação às outras áreas do Império.

Nas áreas que os britânicos controlavam no continente europeu, aparecem o emblema de Gibraltar (1870), formado por um castelo com uma chave de ouro sob um escudo vermelho – simbolizando, de forma até geopolítica, a porta de entrada para o Mediterrâneo – com uma faixa em amarelo-ouro com a inscrição em latim *Montis Insignia Calpe* (emblema do Monte Calpe) [10.49], que era o nome dado ao rochedo na Antigüidade (BRESCHI, 2012). Na ilha maltesa, há uma versão do antigo escudo dos cavaleiros da Ordem Militar de Malta [10.50], nas cores vermelho e branco a partir de 1903. Próximo ao Oriente Médio, o emblema da bandeira do Chipre foi aprovado pelo rei Eduardo VII em 1905, onde aparecem dois leões que derivam do antigo escudo de Ricardo I (Coração de Leão), que conquistou a ilha em 1191, na época das Cruzadas, como uma metáfora da presença britânica na região após sua cessão pelo Império Otomano [10.51]. No Oriente Médio, o domínio britânico da Palestina tinha por emblema apenas o disco branco com o nome da região em inglês (*PALESTINE*) inscrito de forma circular, enquanto que a Transjordânia usava apenas a bandeira britânica.

3.5.2 As bandeiras coloniais dos franceses, espanhóis, belgas e italianos

Tradicionalmente, os franceses usaram a sua bandeira nacional, a *Tricolore*, em suas colônias, sobretudo na África. Entretanto, alguns assentamentos coloniais tiveram estandartes

próprios (figura 11). Vale lembrar que nas tentativas de colonização nas Américas e na Ásia, entre os séculos XVI-XVIII, os franceses hastearam a versão de sua bandeira real, formada por um campo azul com três flores-de-lis douradas para representar o poder real sobre os territórios da Nova França, compreendida pelas províncias do Canadá, Acádia, Baía de Hudson, Terranova e Louisiana [11.1].

Embora a França tenha ocupado a Argélia, no norte da África, ainda em 1830, as primeiras bandeiras criadas para as colônias e protetorados franceses surgiram na Oceania e depois na Ásia. Quando se estabeleceu o protetorado francês do Taiti, em 1842, havia uma bandeira branca e vermelha (cores tradicionais entre os polinésios) que era usada localmente desde 1829 (BRESCHI, 2012), na qual foi adicionada a *Tricolore* francesa no cantão superior em 1880, data da imposição do domínio colonial [11.2]. As ilhas Wallis e Futuna tinham uma versão com uma cruz com braços triangulares (comum na arte polinésia) usada pelo reino de Uvea desde 1858 e, quando foi assinado o tratado que garantia a proteção francesa (1886), a bandeira também passou a ostentar a pequena versão da *Tricolore* em seu cantão [11.3].

A Indochina Francesa, formada pelas regiões vietnamitas de Tonkin, Annam e Cochinchina, além de partes do Laos e Camboja, no Sudeste Asiático. Sua bandeira oficial foi introduzida no período de 1923 a 1945, com a tricolor francesa ocupando o cantão superior. A cor amarela era tradicional na região e já aparecia na bandeira marítima da Cochinchina (região situada no delta do Rio Mekong, no sul do Vietnã), quando foi registrada nas cartas náuticas pela primeira vez em 1825 [11.4]. No interior da Indochina, o protetorado francês do Laos usava desde 1893 a tricolor francesa junto ao cantão do estandarte vermelho do reino de Luang Prabang; esta cor é representava o solo e o triplo elefante sob um pedestal (*erawan*) embora seja de origem e significado incerto para Breschi (2012), pode estar associado à região, conhecida por “terra dos elefantes” [11.5]. O Camboja manteve intacto seu estandarte (1863-1940), ostentando a figura do tempo de Angkor Wat.

As demais bandeiras coloniais francesas nasceram no século XX. Com o fim do Império Otomano no Oriente Médio, o Líbano, que foi administrado de forma independente entre 1920-1943, possuía a figura de um cedro sobre a tricolor francesa [11.6], como uma clara representação da situação política desse período (BRESCHI, 2012). Já a Federação da Síria (1922-1930) cuja bandeira usada até a independência era composta de três faixas (duas verdes e uma branca) com a tradicional *Tricolore* no cantão [11.7]. Durante a administração francesa no norte da África, havia uma versão marítima da bandeira tunisiana que ostentava a tricolor francesa no cantão superior (1883-1956), embora seu uso fosse restrito, geralmente figurando em navios comerciais. O campo vermelho com o crescente e estrela já era usado

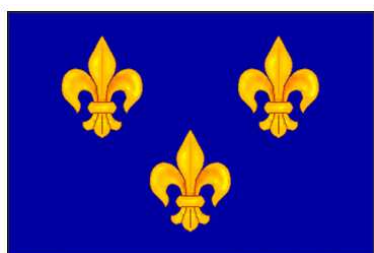
pelos tunisianos desde 1835 [11.8] e o mesmo ocorreu no Marrocos (1923-1956), com a bandeira francesa no cantão e o campo vermelho contendo o pentagrama de Salomão [11.9].

Formada pelos territórios coloniais do Gabão, Médio Congo (República do Congo), Chade e Ubangui-Chari (República Centro-Africana), a África Equatorial Francesa foi fundada oficialmente em 15 de janeiro de 1910. Embora a bandeira francesa tenha sido usada como símbolo oficial nessas colônias, havia um pavilhão que trazia a *Tricolore* no cantão superior com a figura de um crescente e uma estrela branca sobre um fundo vermelho, provavelmente, pela influência da maior parte da população da região, que professava o islamismo (BRESCHI, 2012). A bandeira, usada apenas pelos órgãos oficiais de Brazzaville (Congo) era pouco conhecida até a dissolução da federação em 1958 [11.10].

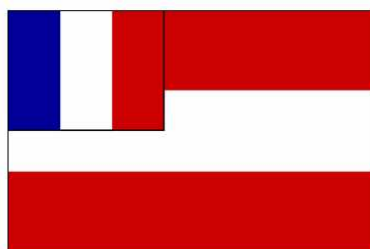
Com relação ao conjunto de colônias da África Ocidental Francesa, não é conhecida a existência de um pavilhão para uso local, mas houve tentativas tardias durante o período de transição das colônias francesas. No Togo, a concessão de autonomia (1956-1960) a bandeira seguia o modelo das demais, tendo no retângulo em verde duas estrelas representativas dos dois grupos étnicos principais: os *Tem* do norte e os *Ewe* do sul [11.11]. No Gabão, a versão usada entre 1958-1960 trazia uma estreita faixa amarela (representando a linha do Equador), entre o mar (azul) e a floresta (verde), traduzindo a situação de autonomia, mas ainda sob os auspícios do governo francês (a *Tricolore*) [11.12].

Outros impérios coloniais de menor expressão tiveram apenas algumas bandeiras de uso local (figura 12). O Marrocos espanhol ostentava como bandeira mercantil (1937-1957) o tradicional estandarte vermelho com um cantão verde e a estrela de Salomão toda branca [12.1]. O Congo Belga tinha por estandarte a versão usada desde 1877 pela *International African Association*, que havia realizado uma missão exploradora na bacia do Congo com uma estrela dourada sob um retângulo azul. Em 1908 ela foi confirmada como símbolo pelo rei Leopoldo da Bélgica e permaneceu como emblema até sua independência em 1960 [12.3]. Nas colônias italianas (Líbia, Eritreia e Somália), não havia bandeiras locais, embora os italianos tenham introduzido alguns brasões a partir de um decreto de 3 de abril de 1919 (VRIES, 2012) que foram utilizados de forma restrita e sem relação com uma bandeira colonial. Por vezes era usada a bandeira do governador das colônias, composta de um retângulo branco onde se inseria o brasão italiano com a coroa real; quando da ocupação da Etiópia (1936-1941), esta bandeira ganhou uma borda azul (SMITH, 1975) [12.4].

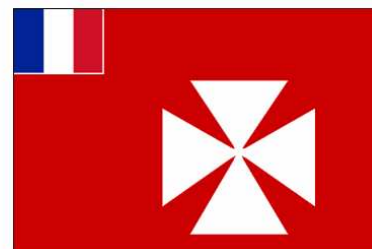
Figura 11: Bandeiras coloniais do Império Francês (séculos XIX-XX)



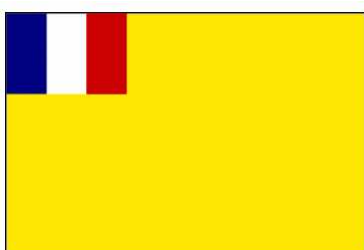
11.1: Bandeira colonial (séc. XVI-XVIII)



11.2: Taiti (1842-1880)



11.3: Wallis e Futuna (1886-1985)



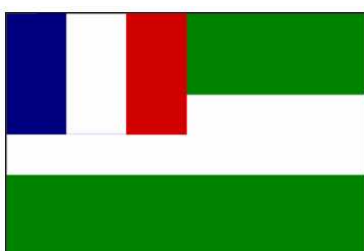
11.4: Indochina (1923-1945)



11.5: Laos (1893-1952)



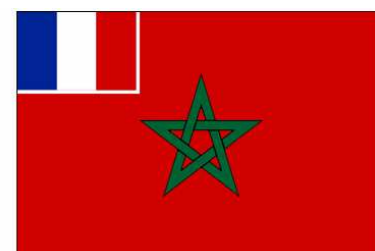
11.6: Líbano (1920-1943)



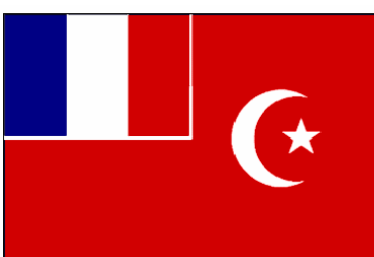
11.7: Síria (1924-1930)



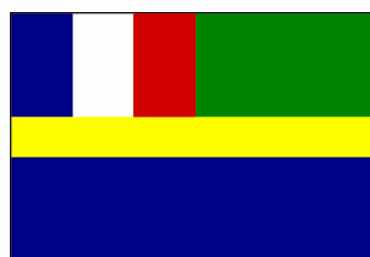
11.8: Tunísia (1881-1956)



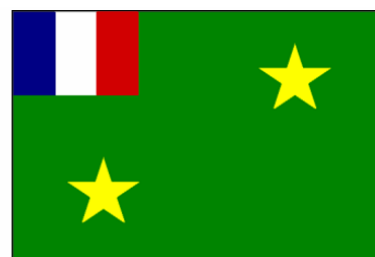
11.9: Marrocos (1919-1946)



11.10: África Equatorial (1910-1958)

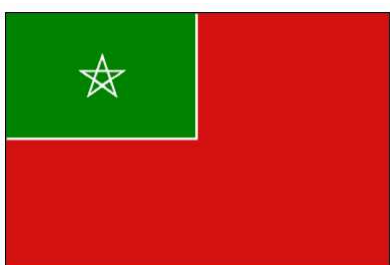


11.11: Gabão (1959-1960)



11.12: Togo (1957-1958)

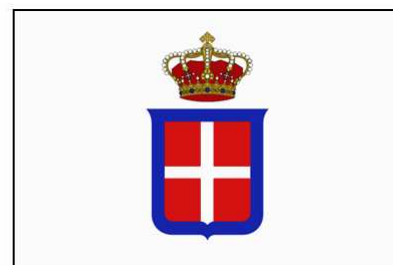
Figura 12: Bandeiras coloniais de outros Impérios (séculos XIX-XX)



12.1: Marrocos Espanhol (1937-1957)



12.2: Congo Belga (1877-1960)



12.3: Colônias da Itália (1891-1945)

3.5.3 Os projetos de brasão e bandeira para as colônias alemãs

Os alemães também tentaram... Dos chamados impérios tardios por Andrade (1999), a Alemanha, não chegou a ser um clássico poder imperial, vindo a fundar oficialmente suas primeiras colônias apenas em 1884 (HERZFELD, 2005). Conforme os acordos do Congresso de Berlim, elas estavam localizadas em seis áreas que compreendiam a África de Sudoeste Alemão (atual Namíbia), a África Oriental Alemã (atuais Tanzânia, Ruanda e Burundi), o Togo, a costa de Camarões; completavam a lista a ilha de Samoa e parte nordeste da Nova Guiné, ambas no Pacífico.⁵⁵ Das bandeiras conhecidas usadas nesse período, constam, além das bandeiras das “Companhias de Comércio” (que duraram até 1882) o uso da bandeira imperial de guerra da marinha alemã (substituída em 1892 pelo modelo da bandeira nacional com a águia imperial). A partir de 1893 foi esboçado o primeiro modelo de bandeira colonial, com as cores bases da bandeira nacional contendo um disco branco onde havia uma águia com a coroa imperial alemã (HERZFELD, 2005; KARASCHEWSKI, 2011), que foi apenas usado de fato na África Oriental Alemã.

Entre 1912-1913, Whilelm Solf, então Secretário do Estado do Gabinete Imperial Colonial (*Reichskolonialamt*), fez uma viagem à África, visitando não só as colônias alemãs, mas também as vizinhas sob domínio britânico, fato este que o deixou impressionado quanto ao sistema de emblemas usados nos pavilhões daquelas colônias. Quando voltou à Alemanha, ele enviou um memorando ao imperador Guilherme II, destacando a impressão positiva que havia tido com os emblemas coloniais: “Há algo de muito particular para as bandeiras da Grã-Bretanha, que reside em uma força de publicidade ainda mais poderosa. Elas são o símbolo de poder britânico, do qual falamos todos os marinheiros e do qual a Inglaterra (sic) é a portadora do poder estatal. Elas individualmente atendem às pessoas da Grã-Bretanha com [devido] orgulho” (KARASCHEWSKI, 2011, p.12).

Tendo recebido a aprovação do *kaiser*, Solf fez uma ampla pesquisa sobre as áreas conquistadas e em 5 de janeiro de 1914 apresentou desenhos dos brasões para as seis colônias sob os cuidados do Bureau Alemão de Heráldica (*Heroltsamt*) com a aprovação do Duque de Mecklemburgo, Johann Albrecht. Segundo Herzfeld (2005) e Karaschewski (2011) os brasões de armas seriam formados por um escudo dividido em duas partes, com a posição superior composta de um campo dourado onde havia uma águia imperial negra; na base ficavam as

⁵⁵ Foi no final do século XIX, que os alemães controlaram algumas ilhas do Pacífico para expandir seu império colonial. Uma dessas tentativas se deu no atol de Ralik, nas Ilhas Marshall, onde alçaram uma bandeira criada para aquele protetorado entre 1878 e 1885, com as mesmas cores da bandeira alemã na época. Havia também uma concessão colonial feita aos alemães na Baía de Jiaozhou (Kiauchau), na China, em 1897.

figuras que caracterizavam cada uma das colônias. Eles eram, ainda, encimados por uma coroa imperial, toda dourada. A bandeira foi planejada usando-se o modelo da bandeira nacional alemã; sobre a faixa branca seria colocada a parte do escudo característico de cada colônia, sem a águia e a coroa (figura 13).

Na África Oriental Alemã, o brasão seria composto de um escudo todo vermelho com uma cabeça de leão toda branca com sombras em cinza [13.1]. Por sua vez, na África de Sudoeste Alemã, a base do escudo em azul teria uma cabeça de gado branca, com sombras em cinza e, acima desta, a figura de um diamante resplandecente [13.2]. Em Camarões, sob um fundo vermelho, haveria uma cabeça de elefante branca com detalhes acinzentados [13.2]. Na área próxima, que compreendia o atual Togo, o escudo seria todo prateado, com uma palmeira ladeada por duas serpentes, ambas prateadas com detalhes em verde e marrom [13.3]. Na Oceania, a Nova Guiné Alemã ostentaria um escudo com a base toda verde tendo a figura da ave-do-paraíso (*Paradisea apoda*) em posição de acasalamento, com as penas douradas, patas negras e detalhes em verde [13.5]. Segundo Karaschewski (2011), ela era tão significativa para os povos da região que ainda está presente na atual bandeira da Papua Nova Guiné, adotada em 1971. Para a Samoa, sob um fundo em vermelho, haveria três palmeiras prateadas (dispostas sobre três montes) com cocos dourados, acima de duas ondas prateadas e vermelhas, representado o mar [13.6]. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o projeto teve que ser abandonado e caiu no esquecimento; somente há pouco tempo é que surgiram provas documentais concisas de sua existência, mesmo entre os alemães (KARASCHEWSKI, 2011). Em 1918, com derrota da Alemanha na Primeira Guerra, todas as suas colônias foram perdidas e ambos os símbolos nunca chegaram a ser usados (HERZFELD, 2005).

3.5.4 Os projetos de bandeira e os brasões para as colônias portuguesas

Do que restou do império colonial português no século XIX até 1975, as colônias (chamadas de províncias ultramarinas após 1951 por conta da política de Salazar) de Angola e Moçambique eram governadas por um Governador Geral e tinham uma bandeira específica formada por um campo branco com duas faixas verdes horizontais, tendo ao centro a Cruz da Ordem do Império, que era o escudo da República Portuguesa com a esfera armilar em ouro sobre a cruz da Ordem de Cristo. Cabo Verde, Guiné Portuguesa, São Tomé e Príncipe, Índia Portuguesa (até 1961), Timor Leste (até 1975) e Macau (até 1999) eram governados por Governadores e sua bandeira apresentava duas faixas verdes dispostas na vertical.

Figura 13: Projetos de brasões do Império Alemão (1914)

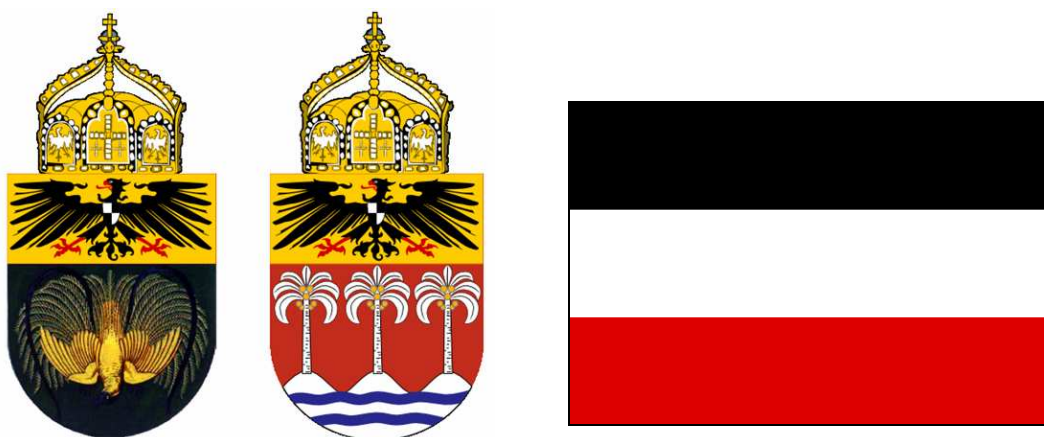


13.1: África Oriental

13.2: África de Sudoeste

13.3: Camarões

13.4: Togo

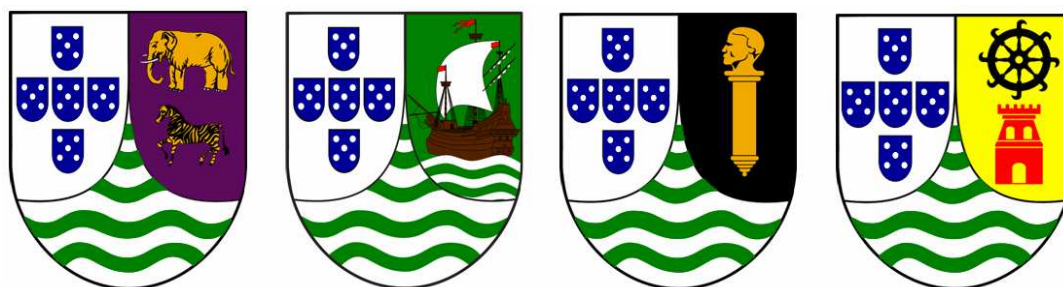


13.5: Nova Guiné

13.6: Samoa

Bandeira da Alemanha (1871-1918/1933-1935)

Figura 14: Brasões do Império Português (1935-1975)

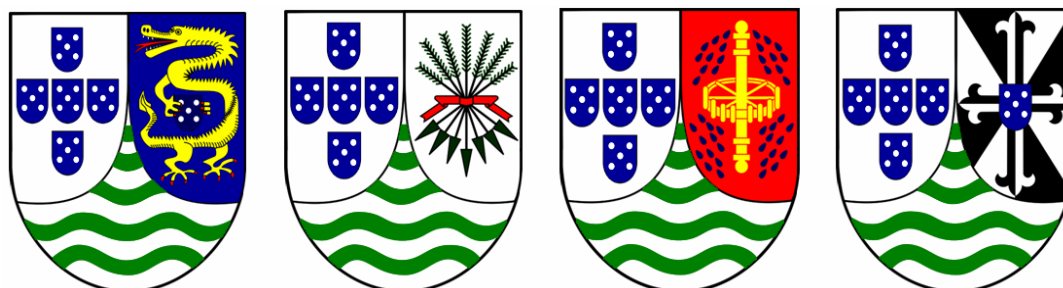


14.1: Angola

14.2: Cabo Verde

14.3: Guiné

14.4: Estado da Índia



14.5: Macau

14.6: Moçambique

14.7: São Tomé e Príncipe

14.8: Timor Leste

Fontes: SMITH, 1975; KARASCHEWSKI, 2011; PREUSS, 2012; VRIES, 2012.

Em 1935, cada um dos oito territórios ultramarinos sob o domínio português ganhou seu próprio brasão de armas com elementos característicos locais e que também recordavam sua ligação com a metrópole. Todos os brasões tinham o escudo com peças características, uma coroa mural com cinco torres e a esfera armilar (ambas em ouro) em sua versão maior. A versão menor, era apenas composta apenas pelo escudo, dividido em três partes: a primeira, no flanco direito do mesmo, apresentava um fundo prateado (branco) os cinco escudetes com os besantes de prata (quinas), emblema tradicional de Portugal que simbolizava a Metrópole; na base havia cinco ondas alternadas em verde e prata (branco) – aludindo ao domínio ultramar. No seu flanco esquerdo encontravam-se os elementos de cada uma das províncias.

Para Angola, sob um fundo de púrpura, havia um elefante (*Loxodonta africana*) e uma zebra (*Equus grevyi*) pintados de ouro [14.1]. Para Cabo Verde, havia um fundo verde com a imagem típica de uma caravela portuguesa, com mastros em negro, velas brancas e o casco dourado, sob um mar em verde e branco, aludindo às primeiras conquistas marítimas de Portugal [14.2]. A Guiné-Bissau ostentava, sob um fundo negro, um bastão dourado com uma cabeça de negro, cujo emblema é atribuído à época de Dom Afonso V (1438-1481) [14.3] em memória ao ato de ter anexado esta parte da África sob seu reinado (VRIES, 2012). Já as partes da Índia Portuguesa apareciam sob um fundo dourado um castelo vermelho (aludindo às primeiras feitorias na região) e, acima deste, uma roda d'água negra, que Vries (2012) descreve como uma versão do *chakra* indiano [14.4].

Macau ostentava o mesmo escudo das quinas com a figura do tradicional dragão chinês dourado sob um fundo azul [14.5]. Em Moçambique, se encontrava um conjunto de sete flechas verdes atadas por um laço vermelho, que Vries (2012) descreve como sendo em homenagem a São Sebastião – santo martirizado pelas flechas e nome da primeira capital da colônia: “São Sebastião de Moçambique” [14.6]. O emblema pessoal de Dom Afonso V estava estampado no escudo de São Tomé e Príncipe – um fundo vermelho uma roda de moenda com gotas d'água saindo – relembrando a época da descoberta das ilhas [14.7]. Nas províncias ultramarinas da Ásia, Timor Leste tinha por emblema a figura de um escudete azul com os cinco besantes à frente de uma cruz em estilo florenciado e gironada (dividida em oito partes), em negro e prata (branco) [14.8].

Foi essa a base para que em 1965 o heraldista português Franz-Paul de Almeida Langhans apresentasse sua proposta para a criação das bandeiras das províncias ultramarinas. Elas consistiam da bandeira portuguesa com o escudo (em versão menor) de cada uma das possessões colocado na região do batente. Como aconteceria com os alemães, as bandeiras apresentadas por Langhans nunca chegaram a ser usadas com seus emblemas distintivos para

cada uma das províncias ultramarinas até a dissolução do Império Português, permanecendo apenas a bandeira nacional como símbolo das mesmas. Isso se deve principalmente porque as colônias do império eram vistas como componentes permanentes da pátria e não como bens exteriores (PREUSS, 2012) do ponto de vista territorial. Mesmo com o afã da década de 1960, as independências nacionais liquidaram com qualquer proposta ou continuidade dos símbolos metropolitanos.

Assim, este subcapítulo procurou abordar, dentro da continuidade temporal que envolve a origem e evolução dos símbolos nacionais, as diferenças significativas na concessão de símbolos coloniais entre as potências imperialistas européias. Nota-se que os emblemas usados pelas bandeiras do Império Britânico, a partir da iniciativa dos governadores locais sob o consentimento de Londres e sob a ótica de seus dispositivos práticos e legais, criaram uma série representações que penetrou profundamente no imaginário popular dos colonizadores e colonizados, mesmo que paisagens imaginadas, animais elegidos e figuras exóticas humanas não condissessem à realidade local e dos locais. Seu sistema simbólico, entretanto, imbuído pela tradição e convenção, serviu para inspirar de uma forma ou outra as demais potências colonizadoras, como a tentativa frustrada dos alemães e o esforço incipiente de franceses, portugueses e italianos. Além disso, a retomada destes documentos mostra que eles portam-se como um importante registro que merece um estudo mais detalhado *a posteriori* dentro da perspectiva lançada pela geografia cultural e histórica.

4. SÍMBOLOS NACIONAIS E SUA REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA

Qualquer nação pode escolher distintivas características geográficas particulares para a representação em seu brasão de armas ou sua bandeira. Notavelmente, poucos países o fazem, talvez porque as tradicionais regras da heráldica na Europa Ocidental desaprovaram a representação de características topográficas; além disso, tais características, quando estilizadas, têm a tendência de perder os aspectos distintivos que as tornam aceitáveis como símbolos. No entanto, o simbolismo do estado moderno tem desenvolvido uma série de exemplos onde um rio ou montanha ou litoral servem para recordar um país ou uma subdivisão [regional] (SMITH, 1975, p.336).

O questionamento colocado por Smith (1975) sobre a representação das características geográficas nos símbolos nacionais parece uma pergunta trivial. Entretanto, ela mostra que as respostas devem passar por um caminho que envolve a formação do Estado-nação moderno e o aditivo proporcionado pelo nacionalismo, unindo sentimentos, simbolismos e territórios como uma tríade analítica para se entender o apelo a uma “geografia” específica. Parte da resposta foi dada: na Europa Ocidental as representações não evocaram as características geográficas no sentido visual por uma série de circunstâncias históricas que envolveram as revoluções, a centralidade histórica que ocupavam os antigos impérios marítimos e o princípio de nacionalidade cultural de base étnico-linguística que dominava o pensamento político.

Nas Américas, na África, em partes da Ásia e da Oceania, e mesmo no que foi a esfera socialista do globo no século XX, ao contrário, a evocação das características geográficas nas mais diversas formas e estilizações demonstra a preponderância de seu papel na representação patriótica e, mesmo nas bordas do mundo europeu do século XIX, o caráter poético-musical dos hinos revelará as dimensões de fundo geográfico associadas à construção da identidade nacional. Entender tais contradições e representações nos símbolos por meio da construção geopolítica é o objetivo deste capítulo.

Conforme recorda Cerulo (1993), o contraste metodológico das estruturas semânticas e sintáticas permite analisar e decodificar os sentidos e valores que estão por detrás de um determinado símbolo e sua “temática geográfica”. Paasi (1997) lembra que a estratégia de maior importância para a sobrevivência de um Estado encontra-se justamente na promoção interminável de práticas sociais e discursos em torno da nação e da identidade nacional. Uma vez que os Estados têm papel importante nessa construção e na naturalização das relações entre territórios e pessoas (MORAES, 1988; ESCOLAR, 1996) como forma de manter a unidade nacional e sua organização política (COSTA, 2010), é preciso impregnar os símbolos com elementos da iconografia nacional para legitimar (ou ocultar) uma ordem social e torná-

la comum no sentido de nacionalizar tanto centros e periferias, mascarar as diferenças e pôr em relevo a comunidade imaginada.

Assim, a análise deste capítulo pauta-se no fato de que os símbolos nacionais possuem aspectos representativos que evocam diversos temas da geografia, envolvendo as noções de paisagem, lugar, região e território em suas mais variadas escalas e como eles são usados pelos Estados para evocar construções geopolíticas dentro do contexto político mundial. As etapas de análise partem do nacionalismo romântico europeu do século XIX na Escandinávia, mostrando como a paisagem e sua descrição eloqüente se ajustou à conformação política da região. Ainda no século XIX, investigam-se como os processos de construção da nação nas Américas, onde foram precisos outros esquemas simbólicos para que a imagem da nação pudesse ser propagada e penetrasse no imaginário popular. A descolonização nas regiões do Caribe e da África nas décadas de 1950-1960 revela um novo aspecto das representações geográficas, muito mais associadas ao papel da natureza e abarcadas na continuidade e rompimento com os antigos impérios coloniais em Estados com territórios reduzidos ou traçados de forma artificial. A ascensão da União Soviética (1917-1991) e dos regimes comunistas ligados à esfera de Moscou teve que lidar tanto com nacionalidades, quanto com esquemas simbólicos já existentes e foi preciso ressignificar sua história e evocar os aspectos do comunismo, dos elementos culturais estatais, dos territórios como fonte de recursos, bem como das virtudes regionais através da eleição de paisagens (por vezes utópicas) em sua temática. Finalmente, analisam-se as bandeiras e seu caráter visual em diversas regiões do globo em duas temporalidades e expressões que convergem para a temática da *paisagem* e do *mapa*, reunindo os mini-Estados surgidos nas décadas de 1950-1960 (HOBSBAWM, 1995) de um lado e aqueles que tiveram que lidar com o retorno de um nacionalismo de base étnico-religiosa (sobretudo no pós-1990) após a queda do comunismo, investigando-se a eficácia de seus discursos de unidade e identidade e como estas questões se desdobram no século XXI.

4.1 Cantando a nação nas paisagens nórdicas

Este capítulo inicia-se com a representação simbólica do espaço através das letras dos hinos nacionais da região norte da Europa, conhecida por Escandinávia ou “Norden”, por meio da análise de sua narrativa e que envolve fortemente em sua temática a noção de paisagem e identidade nacional. Jones e Olwig (2008) mostram que a região nórdica, desde a fronteira com a Rússia e os países do Báltico a leste e com a América do Norte a oeste, é particularmente um local fértil para o exame do significado e evolução da paisagem, ao passo

que as fronteiras naturais ao longo do século XIX acabaram por se tornar também fronteiras políticas (OLWIG, 2008a). Sendo o hino também uma obra poética, seu método de análise deve ser o tratamento desse texto não como objeto, mas como sujeito com o qual o geógrafo deve dialogar (BROSSEAU, 2007).

Sporrong (2008a) atenta que importantes fontes históricas que descrevem a paisagem estão presentes na literatura, na arte e na música. A geografia aborda a temática que envolve a dimensão literária e musical de maneiras variadas, através do ponto de vista humanista, da história, da crítica social, da linguagem e pela análise do discurso.⁵⁶ Neste sentido, no que compete à investigação entre realidade e ficcionalidade, “uma obra literária não se expõe ao julgamento do verdadeiro e do falso. Então, não é tanto a busca da realidade que deve prevalecer, e sim o seu modo de apresentação” (BROSSEAU, 2007, p. 113), sobretudo em uma região cujos hinos nacionais derivam fortemente de obras poéticas, baladas populares e canções folclóricas que tempos mais tarde foram absorvidas pelos Estados nacionais como representações legítimas.

Além disso, durante o século XIX, a música desempenhou um papel catalisador na construção das nações, expressou sentimentos nacionais através de temas folclóricos e foi apropriada com o propósito de motivá-la, o que a torna um ponto de partida interessante para entender as determinadas características dos lugares (CARNEY, 2007). Como a característica intrínseca dos símbolos é projetar uma mensagem construída como objeto de exaltação cívica, assumindo uma intencionalidade que deve ter um sentido “emotivo” (CARVALHO, 1990) através de pontos de referência da experiência humana para criar uma “identidade” nacional (CERULO, 1993; GUIBERNAU, 1997; PAASI, 1997, 2008; HALL, 2005), o hino nacional, assim como uma música ou canção, atinge diversas escalas no que Carney (2007) denomina de “a hierarquia dos lugares”,⁵⁷ cujo último posto é ocupado pela escala nacional.

Assim, para uma análise em sua dimensão cultural e histórica dentro da geografia, foram tomadas como referência na região dos países nórdicos⁵⁸ as letras dos hinos nacionais

⁵⁶ Em uma posição humanista, busca-se a interpretação que o indivíduo faz do mundo, do ponto de vista da percepção; desta difere-se a análise radical, na qual se estuda a posição do indivíduo na sociedade e sua “situação” no sistema de classes, como também seu contexto biográfico. Há também a perspectiva da história paralela, na qual a conexão entre geografia e literatura se faz em analisar o quanto o romancista “porta-se como bom geógrafo”, uma comparação entre o mundo objeto e a subjetividade humana (BROSSEAU, 2007).

⁵⁷ Nas palavras de Carney (2007, p.131-132) “Lugar pode referir-se a uma variedade de escalas, em cada uma das quais, em termos de experiência, há uma característica ligada à estrutura interna e à identidade. Assim, os seres humanos habitam uma hierarquia de lugares [...]” no tocante que a análise da música pode contribuir para compreender suas recordações e experiências, pois o relacionamento entre pessoa e lugar é recíproco, pois este incorpora significados e depende da história pessoal e coletiva. É através das interações que se desenvolve uma profunda associação psicológica com um lugar em específico, uma região ou mesmo uma nação.

⁵⁸ Não incluímos nesta seção o hino nacional da Islândia por ser uma canção cuja temática é sobretudo religiosa.

da Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e o território dinamarquês das Ilhas Faroe, cuja estrutura poética revela as várias tentativas de construir identidades em torno da paisagem (e suas mais diversas escalas) em uma relação que envolve o nacionalismo romântico do século XIX, caracterizado por um movimento cultural identificado com as mais diversas expressões artísticas e cujo desenvolvimento foi paralelo ao nacionalismo político (OLWIG, 2008b).

É nesse contexto que o poema *Der er et Yndigt Land* (É um Belo País) ilustra muito bem a era romântica nacional da primeira metade do século XIX. A letra foi escrita em 1819 pelo poeta e dramaturgo Adam Gottlob Oehlenschläger (1779-1850) e recebeu melodia de Hans Ernst Krøyer (1798-1879) no ano de 1835. A canção ganhou popularidade entre os dinamarqueses e foi adotada como hino nacional durante uma cerimônia pública realizada em 4 de julho de 1844 em Copenhague. A letra do hino, na versão traduzida por Paula Johns, é a seguinte:

<i>Der er et yndigt land,</i>	É um belo país
<i>Det står med brede bøge</i>	Com extensas faias
<i>Nær salten Østerstrand:</i>	Junto às salgadas praias do Leste.
<i>Det bugter sig i bakke, dal,</i>	Ondula em colinas e vales,
<i>Det hedder gamle Danmark,</i>	Esta é a velha Dinamarca,
<i>Og det er Frejas Sal.</i>	E é a sala de Freja.
<i>Der sad i fordums tid</i>	Aqui assentaram-se nos tempos idos
<i>De harniskklædte kæmper,</i>	Gigantes de armadura,
<i>Udhvilede fra strid:</i>	Descansados do combate
<i>Så drog de frem til fjenders men;</i>	Ao encontro dos inimigos marcharam;
<i>Nu hvile deres bene</i>	Agora descansam das canseiras
<i>Bag højens bavgasten.</i>	Atrás das pedras dos túmulos nas colinas.
<i>Det land endnu er skønt;</i>	Este país continua belo
<i>Thi blå sig søen bælder,</i>	Porque os mares azuis o circundam
<i>Og løvet står så grønt,</i>	E as folhas se mostram tão verdes,
<i>Og ædle kvinder, skønne møer</i>	E nobres mulheres, lindas virgens
<i>Og mænd og raske svende</i>	E homens e rapazes viris
<i>Debo de danskes øer.</i>	Habitam as ilhas dinamarquesas.

Hil drot og fædreland!

Hil hver en danneborger,

Som virker, hvad han kan!

Og gamle Danmark skal bestaa,

Så længe bøgen spejler

Sin top i bølgen blaa.

Honra teu rei e tua pátria!

Honra a cada dinamarquês,

Que contribui com o que pode!

E a velha Dinamarca deve continuar,

Enquanto a faia espelhar

Seu cume na onda azul.

A letra do hino nacional da Dinamarca revela um período do progresso romântico nacional na primeira metade do século XIX em que a noção de paisagem está ligada não apenas aos aspectos naturais, mas também envolvendo os aspectos políticos em torno da região do Báltico, da península da Jutlândia e das ilhas que constituíram o loco da identidade nacional dinamarquesa. Olwig (2008a) mostra que a definição da “paisagem política” na Dinamarca nos últimos quatro séculos foi de uma área consistentemente pequena, pois o cenário de ação política dinamarquês envolvia até o século XVII a região da Escânia (*Skania*), e do século XIV ao XVI toda a Escandinávia (União de Kalmar). Ao anexar as áreas do sul da península escandinava, que eram ligadas juridicamente e culturalmente à Dinamarca, o estado sueco alargou seus limites ao longo da fronteira natural de terra/água da península. Quando a Suécia anexou depois a Noruega (1814), completou esse processo, criando um império cercado de água que se estendia naturalmente da costa norueguesa à fronteira com a Rússia.

Além disso, o poema de Oehlenschläger revela uma série de intervalos de tempo em sua estrutura, como uma sucessão de paisagens pictóricas e seus elementos. A primeira estrofe fala justamente da paisagem natural, com a descrição da península Jutlândia⁵⁹ como uma área florestada pela faia européia (*Fagus sylvatica*) entre colinas e vales; seu caminho em direção às praias “salgadas” do Leste, muito mais como um recurso poético às regiões insulares do país e como uma metáfora para a evocação dos antigos territórios de domínio dinamarquês na região leste do Báltico. A deusa Freja, que na mitologia nórdica era associada à fertilidade e o amor, ainda habita a Dinamarca, mas seu poder foi agora “domesticado” e colocado a serviço de uma sociedade moderna e progressista (OLWIG, 2008b).

A segunda estrofe esforça-se em reconstruir a identidade nacional através dos túmulos do passado, com suas lápides demarcando a paisagem como espaço sagrado de memória,

⁵⁹ A Jutlândia possui áreas de florestas, dunas agrestes na sua porção ocidental e charnecas. Estas charnecas formavam uma paisagem característica que cobria cerca de 1,2 milhões de hectares em 1800, ou cerca de 40% do território da península. As bacias hidrográficas resultantes das geleiras criaram uma vasta planície flúvio-sedimentar de areia que foi interrompida aqui e ali por ilhas de depósitos de argila dispostos em montes resultantes de períodos anteriores à glaciação. Para leste, os depósitos das morenas das geleiras deixaram o terreno colinoso, com solos mais pesados e férteis que suportam a agricultura e a silvicultura (OLWIG, 2008b).

respeito e afeição, principalmente “em uma era romântica, na qual a história, a arte gótica e as ruínas antigas tiveram [...] um papel da maior importância para o surgimento de uma identidade nacional” (KLINGE, 2000, p.74). Ela se pauta em uma referência à imagem passada pelas famosas pedras rúnicas de Jelling, a antiga capital viking da Dinamarca, erigida pelo rei Harald Bluetooth (Harald I da Dinamarca) em 980, cuja inscrição é conhecida como “batismo da Dinamarca”, dado ser a primeira sepultura que menciona o nome do país (OTERO, 2006).⁶⁰ A terceira e quarta estrofes demarcam a nação como uma terra definida por sua costa e por sua identidade insular caracterizada por fronteiras naturais, descrevendo os dinamarqueses como laboriosos e modernos, época em que romantismo nacional dinamarquês procurava, em grande parte, consolidar sua identidade na área core do antigo Reino da Dinamarca, a meio caminho entre a Alemanha e a Noruega (OLWIG, 2008b).

Por sua vez, a letra de *Du gamla, du fria* (Ó velho, ó livre) escrita pelo folclorista e autor de baladas Richard Dybeck (1811-1877) em 1844, cuja estrutura revela a paisagem política da Suécia e sua situação geográfica com forte descrição física. Após uma temporada na província vizinha de Darlana, do qual é creditada a inspiração para a letra do hino, Dybeck adaptou uma melodia popular de sua província natal (Västmanland) como música. No final do século XIX ela começou a ser cantada mais frequentemente e, com o decorrer do tempo, passou a ser considerada o hino nacional da Suécia:⁶¹

<i>Du gamla, du fria, du fjällhoga Nord,</i>	Ó velho, ó livre, ó montanhoso Norte,
<i>Du tysta, du glädjerika sköna!</i>	Ó beleza silenciosa, cheia de alegria!
<i>Jag halsar dig, vänaste land uppå jord,</i>	Eu te saúdo, ó mais adorável país sobre a Terra,
<i>Din sol, din himmel, dina ängder gröna.</i>	O teu sol, o teu céu, os teus prados verdejantes.
<i>Du tronar på minnen från fornstora dar,</i>	O teu trono repousa sobre as memórias de outrora,
<i>Då ärat ditt namn flög över jorden.</i>	Quando o teu nome glorioso voou pelo Mundo.
<i>Jag vet att Du är och du blir vad Du var.</i>	Eu sei o que tu és e serás o que tu foste.
<i>Ja, jag vill leva, jag vill dö i Norden.</i>	Eu quero viver, eu quero morrer na terra nórdica!

⁶⁰ “O Rei Harald ordenou construir este monumento em honra a Gorm, seu pai, e a Thyra, sua mãe; o mesmo Harald que para si conquistou toda Dinamarca e Noruega, e aos dinamarqueses fez cristãos” (OLWIG, 2008b, p.19). O nome deriva do legendário rei Dan da mitologia nórdica, que se tornou o primeiro monarca do país, chamado de Dinamarca ou *Danmark* (terras de Dan) em reconhecimento a sua autoridade (OTERO, 2006).

⁶¹ Tradução: Svenska institutet/Instituto Sueco (1998). A canção é usada até hoje como hino, inclusive em festas cívicas e eventos esportivos, embora nunca tenha sido declarada como símbolo oficial pelo Reino da Suécia.

A letra do hino sueco revela uma exaltação ao território físico formado pela península escandinava, que, embora não apresente o nome do país (*Sverige*),⁶² faz uma clara referência à expressão “terra nórdica” (*Norden*), que na época ajustava-se à paisagem política da Suécia (OLWIG, 2008a) na primeira metade do século XIX. Embora as fronteiras permanecessem inalteradas por quase 200 anos, os ajustes de limite com outros países nórdicos eram bastante comuns anteriormente (SPORRONG, 2008a) e a extensão geográfica da Suécia, por exemplo, foi maior após 1660, depois de ter conquistado as províncias do sul da Dinamarca (Scania, Halland e Blekinge), assim como Bohuslän e Jämtland, que outrora pertenciam à Noruega. A Finlândia também fazia parte do reino (até o começo do século XIX), assim como a Estônia, a Letônia, e certas áreas em volta do Golfo da Finlândia, no que hoje é a atual Rússia. Quando se converteu em um grande poder após a Renascença, a Suécia também governou áreas no norte da Alemanha. O país posteriormente decresceu em tamanho e a partir do século XX só as antigas províncias dinamarquesas e norueguesas permaneceram dentro de suas fronteiras políticas, mas preservou imaginativamente o orgulho de sua “fama” como potência regional conforme evoca a segunda estrofe do hino.

A descrição de uma terra antiga, virgem e adorável no norte da Europa, com seus terrenos montanhosos, com bosques, rios e prados que configuram sua “beleza silenciosa, [e] cheia de alegria” mostra a concepção popular da percepção de um espaço físico cuja paisagem romantizada ainda caracteriza a geografia física da Suécia em sua essência:

Se começarmos com a paisagem física, encontramos uma ou duas características que são quase únicas para a Suécia e Finlândia. Uma delas é o alicerce rochoso que consiste basicamente de gnaiss e granito; a outra é o fato de que o país estava coberto de gelo até cerca de dez mil anos atrás. [...] Além disso, a terra foi pressionada para baixo por uma capa de gelo de quilômetros de espessura e que ainda está em processo de emersão [...]. No extremo sul da Suécia, por outro lado, a terra está afundando no mar. Os efeitos mais visíveis do gelo sobre a superfície são as terras que lhe deram origem. A base, que é ácida e resistente às intempéries, eventualmente, se divide em grosseiros tilitos com grandes blocos de pedras e grandes depósitos de cascalho e areia. A porcentagem de terra sob cultivo é, portanto, baixa em todo o país, cerca de 7-8%, embora varie consideravelmente de região para região. No entanto, a terra é eminentemente adequada para as florestas, principalmente de coníferas, embora existam florestas decíduas naturais nas regiões do sul do país. Pouco mais de 55 % do país é coberto por florestas e outros 35 % consistem de terra inutilizável com tilitos de granulação grossa, turfeiras, lagos e mananciais. Apenas uma pequena porcentagem é coberta por assentamentos [...]. Se olharmos para o território como um todo, vemos o cultivo ao longo das costas e nas regiões que estão abaixo da linha de costa mais alta, particularmente em um cinturão em todo o país de leste a oeste [...]. No sul encontram-se as terras altas setentrionais da Suécia, onde as áreas cultivadas alternam-se com extensas florestas para formar uma “sorridente” e variada paisagem cujas casas

⁶² O nome “Suécia” deriva de “Svitjod”, que significa “povo de Svear”, em que “Svear” ou “Suiones” é o povo que foi mencionado no ano de 98 de nossa era pelo historiador romano Tácito. O antigo nome do país era Svithiot. Em sueco, o nome da nação é Sverige, composto de “Svear”, o povo já mencionado, e “rige”, que significa “reino”, isto é, “o reino do povo de Svear” (OTERO, 2006, p.396).

de madeira pintadas de vermelho com quinas brancas [*falurödfrög*] são consideradas típicas da Suécia. No norte, os planaltos são cobertos de florestas, que, ao se aproximar da Noruega, tornam-se cadeias de montanhas com um caráter alpino. É em Norrland [uma de suas três regiões históricas] que a Suécia é mais rica de florestas e é aqui que encontramos floresta intacta e as regiões montanhosas que são únicas na Europa Ocidental. Aqui, também, existem turfeiras extensas e terrenos pantanosos, assim como lagos e cursos d'água que dão a esta região o seu indomável sentimento. Vários dos poderosos rios da Suécia correm de noroeste para sudeste passando por esta área erma [...] (SPORRONG, 2008a, p.141-143).

Sporrong (2008a) nota que a história da paisagem sueca encontra-se profundamente enraizada no cidadão comum devido ao fato de que a Suécia foi um país de agricultores até o século XX e, para os padrões europeus, de industrialização tardia. Além disso, a inspiração de Dybeck para compor o hino se deu após sua passagem pela província de Darlana (Dalecarlia):

[...] não é exagero dizer que a província significou e ainda significa muito para a imagem da Suécia. Na verdade, Dalecarlia foi por tempos e ainda tem sido representada como um ideal sueco [de região cultural]. [...] Durante séculos, Dalecarlia tem sido o centro das atenções, em primeiro lugar pelo papel que desempenhou na criação do Estado nacional, e, em seguida, como um destino turístico. [...] Outros fatores são a própria zona rural, o modo empresarial dinâmico, e, acima de tudo, a vida social e econômica que ali se desenvolveu (SPORRONG, 2008b, p.192).

Na Suécia o termo para “província” (*landskap*) preserva os traços históricos, culturais e geográficos ligados à paisagem, diferente da paisagem apenas como ponto de vista ou objeto de pura contemplação, como visto nas pinturas (*landskapbild*). Bladh (2008) ressalta que o conceito de *landskap*⁶³ como um território vivido ou província histórica também possui uma longa tradição na Suécia e propagou-se apenas como uma noção de “cenário” por influência do romantismo do século XIX, quando foi especificamente praticado pela alta classe ao estilo de uma *voyage pittoresque*, em que descrições das províncias foram publicadas em detalhe e as sociedades históricas passaram a olhar para o passado dos mitos e das memórias dos tempos antigos que se encontravam nessas diferentes regiões. Artistas e escritores também desempenharam sua parte nesse “romantismo naturalista”, muitas vezes relacionando os aspectos da *landskap* com a típica natureza e a cultura histórica sueca em diferentes áreas geográficas (BLADH, 2008), na qual se encaixou bem o poema de Dybeck.

⁶³ Quando geógrafos alemães adotaram o conceito de *landschaft*, no século XIX, este passou a representar uma parcela do tangível, a base física estudada como uma paisagem física ou cultural. No norte da Europa, a partir da Idade Média, pelo menos, *landskap* passou a significar a província histórica, que geralmente foi culturalmente e geograficamente homogênea. Com a influência do *landschap* dos pintores holandeses, o termo “paisagem” passou a representar uma visão das cenas interioranas. Primeiramente, o objeto de estudo foi a parte visível da superfície da Terra, de acordo com o ponto de vista morfológico predominante, em que o papel das pessoas que muitas vezes era obscuro e, no fundo, essas relações invisíveis para a paisagem como um objeto de estudo eram frequentemente silenciosas. Com o uso científico do termo, seguiram-se conotações que afetaram suas relações, muitas vezes tidas como certas, para conceitos como o de região, natureza, cultura e nação (BLADH, 2008).

Mais a oeste, a versão original do hino norueguês, chamada *Ja, vi elsker* (Sim, nós amamos) foi escrita pelo poeta Bjørnstjerne Bjørnson (1832-1910) em 1859. Dado à sua popularidade, seu primo Rikard Nordraak (1842-1866) comporia a música para aqueles versos em 1863. A canção se tornaria o hino nacional da Noruega em 17 de maio de 1864, quando foi apresentada no parlamento do país durante a cerimônia de aniversário dos cinquenta anos da adoção da Constituição norueguesa. A primeira estrofe a mais cantada:

Ja, vi elsker dette landet

Som det stiger frem

Furet, værbitt over vannet

Med de tusen hjem.

Elsker, elsker det og tenker

På vår far og mor

Og den saganatt som senker

Drømme på vår jord.

Sim, nós amamos esta terra,

Que assim se levanta

Áspera e erodida, sobre o mar,

Com estes milhares de lares.

Amamos, amamos e pensamos

Em nossos pais e mães,

E a saga ancestral ao anoitecer

Sonha com nossa terra.

Norske mann i hus og hytte

Takk din store Gud.

Landet ville han beskytte

Skjønt det mørkt så ut.

Alt hva fedrene har kjempet,

Mødrene har grett,

Har den Herre stille lempet

Så vi vant vår rett.

Norueguês, em casa e cabana,

Agradeça a teu grande Deus.

Ele protegerá vosso país,

Apesar do desespero e aflição.

Enquanto nossos pais lutavam,

E nossas mães choravam,

O Senhor calmamente nos guiava,

Até obtermos nossos direitos.

Ja, vi elsker dette landet

Som det stiger frem

Furet, værbitt over vannet

Med de tusen hjem.

Og som fedres kamp har hevet

Det av nød til seir

Også vi når det blir krevet

For dets fred slår leir.

Sim, nós amamos esta terra,

Que assim se levanta

Áspera e erodida, sobre o mar,

Com estes milhares de lares.

E como no altivo empenho paterno

Do infortúnio à vitória

Nós também, quando chamados,

Resistiremos por sua paz.

O hino nacional da Noruega apresenta em sua descrição inicial a natureza do país, aludindo à dureza do clima e à aspereza do solo arrasado pelo tempo (metaforicamente como a face de uma pessoa) que formam a paisagem de um fiorde – *ffjordscape* –, caracterizado por uma topografia vertical, com uma longa e estreita entrada de um braço de mar no continente e cujo entorno é cercado por montanhas. Os grandes gradientes de clima e de vegetação são típicos, tanto da costa para os vales internos, quanto do nível do mar ao topo das montanhas mais altas. Ao longo da costa, nas montanhas, nos vales e perto das geleiras, as populações que se instalaram ao longo do tempo e exploraram os recursos naturais, formando paisagens culturais, por vezes dramáticas devido às suas árduas condições físicas na história, integradas por um sistema de produção agrícola de pequena-escala, com padrões topográficos distintivos de uso da terra e variados tipos vegetação semi-natural (AUSTAD; HAGE, 2008). Atualmente, os fiordes continuam economicamente importantes como um meio de transporte, pesca e pesca industrial.

Essas condições naturais que envolvem as variações da geologia, topografia e do clima (sobretudo da umidade e das baixas temperaturas) se encaixam com a expressão *tusen hjem* na letra do hino, que literalmente significa “milhares de países”,⁶⁴ para designar a paisagem agrícola das pequenas fazendas que se encontram distribuídas ao longo dos fiordes, cujo sistema produtivo se adapta e se distribui conforme as variáveis verticais do relevo, bem como um apelo à unidade nacional dos noruegueses. Jones (2008) mostra que muito do pensamento a cerca da paisagem cultural na Noruega está associado ainda hoje com as áreas cultivadas, particularmente no contexto que envolve a relação ambiental das paisagens agrícolas; entretanto, deve-se considerar também o papel que as paisagens de memória assumem nesse contexto, principalmente nas práticas que envolvem a pesca com os espaços físicos e ambientais, baseadas na experiência e nas relações com a costa marítima, na qual, inclusive, deriva o nome da Noruega (*Norge*).⁶⁵ Ao mesmo tempo, essa paisagem vai ser apropriada pelo nacionalismo romântico nas suas mais variadas formas e expressões durante o século XIX, pelo fato de que:

⁶⁴ Traduzi a expressão como “milhares de lares” para dar um sentido didático à letra do hino. Deve-se atentar que Bjørnson escreveu esses versos para justificar, dentro do nacionalismo romântico do século XIX, que o país era habitado distintivamente por “noruegueses”, pois se encontrava unido juridicamente à coroa da Suécia.

⁶⁵ O nome “Noruega”, “Norge” ou “Noreg”, [...] significa “o caminho do norte” (em inglês Noruega se diz justamente Nor[th]way). Os vikings usavam esse termo, mais de mil anos atrás, para designar a rota marítima ao longo da costa oeste da Noruega. Essa era a rota que usavam quando iam pescar no oceano Ártico. Os noruegueses foram navegantes desde o início de sua história, e faz todo sentido imaginar que o nome de seu país está relacionado a um termo náutico (OTERO, 2006, p.368). [grifo nosso]

Os artistas noruegueses estavam ansiosos para criar uma identidade nacional para o renascido estado da Noruega depois de quinhentos anos em união com a Dinamarca, procurando vestígios e símbolos anteriores à união. A cultura urbana não tinha nenhuma destas heranças, tendo sido dominada e afetada por influências continentais [suecas] por um longo tempo. A paisagem do fiorde era ‘original e verdadeira’. Entre os seus habitantes, podiam-se encontrar as tradições que tinham sobrevivido ao longo das centenas de anos de dominação estrangeira. Além disso, a paisagem do fiorde era extremamente rica no que talvez fosse o símbolo mais especial dos tempos de outrora – as igrejas de madeira. Aqui também houve uma profusão de evidências históricas que vieram se tornar clássicas no âmbito popular dos motivos para os amantes do romantismo. As lápides de pedra e os túmulos monumentais da Era Viking, os heróis mitológicos e a cultura camponesa foram elementos centrais na sua arte. A história deu a vida e caráter à natureza; a paisagem do fiorde tornou-se gradualmente a paisagem de romantismo patriótico na Noruega (AUSTAD; HAGE, 2008, p.392).

Esse renascimento cultural da Noruega entra em confluência com a segunda parte do hino, que vai tratar justamente de aludir ao passado viking do país que, como que caindo no sono da noite, volta a sonhar com os dias gloriosos de outrora, a lembrar dos antepassados e a recriar uma identidade nacional em um tempo “linear o homogêneo” conforme argumenta Anderson (2005). Na segunda estrofe, o hino apela à religião dos noruegueses, procurando rememorar o passado mítico das lutas e a busca pela felicidade enquanto nação que aspirava a independência completa. Na estrofe final, a paisagem do fiorde (*fjordscape*) é retomada em sua primeira parte, como elemento original e singular de nacionalidade dentro da paisagem política da península escandinava, mostrando que seu papel no imaginário geográfico da nação foi primordial na busca da identidade e nacionalidade norueguesa.

O hino nacional da Finlândia, cujo título é chamado de *Vårt land* (*Maamme*), significa “Nossa Terra”. Sua letra foi escrita em sueco pelo poeta Johan Ludvig Runeberg (1804-1877) e cantada pela primeira vez por estudantes da Universidade de Helsinque em 13 de maio de 1848, no “Dia da Flor”. A melodia foi composta pelo alemão Fredrik Pacius (1809-1891), que atuava como professor de música na mesma instituição. A versão em finlandês para o hino foi redigida em 1889 pelo poeta e tradutor Paavo Eemil Cajander (1846-1913), sendo a seguinte:

*Oi maamme, Suomi, synnyinmaa,
Soi, sana kultainen!
Ei laaksoa, ei kukkulaa,
Ei vettä rantaa rakkaampaa,
Kuin kotimaa tää pohjoinen,
Maa kallis isien!*

Nossa terra, a Finlândia, nossa pátria,
Ecoa alto o teu nome valoroso!
Nenhum monte além do horizonte,
Nenhum vale escondido ou lago iluminado
É tão amado quanto o nosso Norte,
O país de nossos antepassados!

<i>Sun kukoistukses kuorestaan</i>	Tua flor, do botão adormecido,
<i>Kerrankin puhkeaa,</i>	Uma vez rompido, há de crescer.
<i>Viel lempemme saa nousemaan</i>	Veja! O nosso amor mais uma vez irá florescer,
<i>Sun toivos, riemus loistossaan,</i>	Na tua luz e alegria, no teu brilho e esperança!
<i>Ja kerran, laulus synnyinmaa</i>	E ainda mais um dia ressoará
<i>Korkeemman kaiun saa.</i>	A canção que nossa terra entoará.

Apesar de a Finlândia ter sido conquistada pela Rússia em 1809, esta se converteu num Grão-Ducado autônomo com suas próprias instituições políticas e financeiras, o que propiciou o surgimento de uma geração de escritores cuja obra buscava criar um sentimento de unidade nacional no país, destacando-se os escritos de Runeberg, que criou uma imagem idealizada do povo⁶⁶ e da paisagem finlandesa como um “panorama de verão de uma terra inabitada, evocando associações morais e religiosas” (KLINGE, 2000, p.71), bem como “uma terra dominada por lagos” (PAASI, 1997, p.45) e um conjunto de florestas, águas, rochas e pântanos para o olhar dos visitantes do século XIX (MEAD, 2008), mas também um ideal de beleza cênica da Finlândia (HÄYRYNEN, 2008). A paisagem decantada surge como objeto de amor ao torrão natal que ainda não encontrava uma delimitação territorial precisa (como na expressão “nosso Norte”). Embora existissem sentimentos regionais durante o domínio sueco e nas primeiras décadas de autonomia sob czar russo, havia apenas a compreensão das pessoas que viviam em uma área geográfica conhecida como “Finlândia” (PAASI, 1997).

Até a primeira metade do século XIX, o sueco era o principal idioma falado pelas elites e amplamente usado nas universidades e demais instituições; é de se notar que o poema escrito em sueco por Runeberg trazia em seus versos a expressão *Vårt land, vårt land, vårt fosterland* (Nossa terra, nossa terra, nossa pátria). A versão em finlandês, por sua vez, redigida no final do século XIX por Paavo Cajander (em uma época de aumento das políticas de russificação por parte do regime czarista), já apresentava o nome do país (*Suomi*), expressando a força de uma consciência nacional crescente que agora encontrava na difusão cultural da língua nativa, no crescimento industrial e no nome do país um símbolo pela busca de identidade. O nacionalismo na Finlândia não era uma força libertadora de forma típica ao que ocorreu em outras áreas européias. Em vez disso, ele exibia fortes elementos de uma

⁶⁶ Em obras como *Hirvenhiitäjät* (Caçadores de alce com esqui) e *Vänrikki Stoolin tarinat* (Contos do alferes Ståhl), Runeberg idealizou a imagem de um povo finlandês pobre, mas trabalhador e vivendo em harmonia e contentamento. O folclore finlandês foi recolhido e apresentado de forma poética por Elias Lönnhöt em sua obra – *Kalevala* – que em muito contribuiu para divulgar a Finlândia. As citadas obras constituem uma descrição muito eloqüente, mas também benévola e quase sempre jocosa do povo finlandês (KLINGE, 2000).

religião civil, base burocrática e organização territorial como um constructo político que fazia do país um típico “Estado” (tampão da Rússia) décadas antes da existência de qualquer nacionalismo mais “sério” com fortes sentimentos culturais (PAASI, 1997).

A letra do hino mostra que a natureza atuou de forma importante na determinação de como a Finlândia e as suas paisagens foram representadas, estando presentes tanto como um fator que explica o “caráter nacional”, tanto quanto elemento nas representações da própria identidade nacional por sua prática (PAASI, 2008) através do ritual e da vivência. A paisagem natural, coberta de lagos e florestas constituiu um imaginário cuja expressão territorial ia muito além de sua área core no século XIV, no atual sudoeste do país, a qual o nome *Suomi* designava originalmente.⁶⁷ Sob a influência dos conceitos da geografia alemã, havia, inclusive, a impressão até o primeiro quarto do século XX de que o país estava dividido em dois, com uma paisagem cultural (*Kulturlandschaft*) a sul e a oeste e uma paisagem natural (*Naturlandschaft*) ao norte a leste (MEAD, 2008). Além disso:

O imaginário da paisagem finlandesa, gradualmente estabelecido durante o século XIX e se tornando um padrão ao longo do século XX, tem sido um elemento fundamental no condicionamento da comunidade finlandesa para perceber o território nacional, além de seus limites, divisões internas e as diferenças sociais, como um todo orgânico e racional. Ele desempenhou ainda um papel crucial na inculcação de valores e emoções nacionais: amor pelo país, sentimento de pertença, reverência ao passado, e expectativas sobre o futuro. Forneceu aos cidadãos um pacote ideológico e um mapa emocional da pátria (HÄYRYNEN, 2008, p.486).

A Finlândia acabou vivenciando mudanças dramáticas em suas fronteiras até o estabelecimento da independência (1917), fato que não cessou até o final da Segunda Guerra Mundial, quando o país disputou com União Soviética a região da Carélia, cujo imaginário em torno dos lagos, pântanos e rios de correnteza também estava presente em sua iconografia oficial e acabou sendo removido da galeria de paisagens nacionais à medida que sua área a sudeste da região acabou sendo cedida ao domínio soviético (PAASI, 2008), vindo a se concentrar em Koli, na parte norte da Carélia, como um símbolo de resistência cultural contra as tentativas de russificação de toda a região (HÄYRYNEN, 2008).

É nas Ilhas Faroé – arquipélago sob soberania do Reino da Dinamarca – localizadas no Oceano Atlântico, a meio caminho entre o norte da Escócia, o oeste da Noruega e o sul da

⁶⁷ Finlândia significa “terra dos finlandeses” [...]. O nome “finlandês” deriva de “fenni”, denominação dada pelos autores romanos do primeiro século da era cristã às tribos do extremo oriental do mar Báltico. Estes chamavam essas terras de Fennia, vocábulo de origem germânica que significa “povo dos países pantanosos”. O nome do país em idioma nativo é Süomi-Maa ou Suomi, em que “Maa” significa “terra” ou “país” e “Süomi” deriva da palavra “Suoma” (pântano). Por isso, antigamente o país era conhecido também como Suomalaiset, isto é, “país dos pântanos” (OTERO, 2006, p.323).

Islândia, que as representações da nacionalidade se confluem com a paisagem e os modos de vida, com a letra de *Tú alfagra land mítt* (Oh minha terra tão bela). Composta em 1906 pelo poeta, político e professor Símun av Skarði (1872-1942), recebendo mais tarde a melodia do violinista e compositor Peter Alberg (1885-1940). Converteu-se em canção popular quando foi publicada pela primeira vez em 8 de janeiro de 1908, com a seguinte letra:

Tú alfagra land mítt,

Mín dýrasta orn!

Á vetri so randhvítt,

Á sumri við logn,

Tú tekur meg at tær

So tætt í tín favn.

Tit oyggjar so mætar,

Gud signi tað navn,

Sum menn tykkum góvu,

Tá teir tykkum sóu.

Ja, Gud signi

Føroyar, mítt land!

Oh minha terra tão bela,

A possessão mais amada!

Contigo me envolvo,

Num forte abraço.

No verão tão plácida,

No inverno nevada,

Magníficas ilhas,

Do Senhor as queridas!

O nome que lhe foi dado

Pelos antepassados,

Que Deus vos abençoe,

Faroe, minha terra!

Hin roðin, sum skínur

Á sumri í líð,

Hin ódnin, sum týnir

Mangt lív vetrartíð,

Og myrkrið, sum fjalir

Mær bjartasta mál,

Og ljósið, sum spælir

Mær sigur í sál:

Alt streingir, ið tóna,

Sum vága og vóna,

At eg verji

Føroyar, mítt land.

A aurora brilhante do verão

Faz teus cumes tão belos;

Os fortes ventos do inverno

Desesperam teus homens.

Ó vida a tomar tempestades,

Ó conquista da alma,

Fazendo a doce música,

Que a todos une:

Cada dia esperando,

E a todos inspirando

A vos guardar,

Faroe, minha terra!

<i>Eg nígi tí niður</i>	E assim eu me ajoelho,
<i>Í bøn til tín, Gud:</i>	Para vos louvar, meu Deus.
<i>Hin heilagi friður</i>	Que pacífico eu seja,
<i>Mær falli í lut!</i>	E tu hás de me poupar!
<i>Lat sál mína tváa</i>	A minha pura alma,
<i>Sær í tíni dýrd!</i>	Em glória, peço que abençoes!
<i>So torir hon vága</i>	Quando elevo minha bandeira
<i>Av Gudi væl skírd</i>	E me aventuro no infinito.
<i>At bera tað merkið,</i>	O sinal de meu trabalho,
<i>Sum eyðkennir verkið,</i>	Possa ser erguido,
<i>Ið varðveitir</i>	Para vos guardar
<i>Føroyar, mítt land!</i>	Faroe, minha terra!

A letra do hino traz em suas estrofes a caracterização da sociedade faroesa como uma sociedade pescadora no início do século XX cuja identidade encontra-se paralela à guarda constitucional do Reino da Dinamarca, no orgulho ser “a possessão mais querida”.⁶⁸ Ao descrevê-la, revela também os traços de uma geografia física de molde popular que envolve a sua localização, clima e economia. O arquipélago compõe-se de dezoito ilhas principais que são restos fissurados e erodidos de um extensivo platô basáltico que foi formado por uma série de erupções vulcânicas entre 55 e 60 milhões de anos atrás, com vales glaciais erodidos que se tornaram estreitos canais e fiordes esculpidos no interior das ilhas. Suas faces cobertas com gramíneas, interrompidas por altos penhascos, estendem-se até as montanhas de ambos os lados, chegando a 900 metros acima do nível do mar. Ao oeste e ao norte, as ilhas foram erodidas pela ação do mar, formando penhascos íngremes que são ricos em avifauna. O clima Atlântico caracteriza-se pelas altas precipitações e por causa da Corrente do Golfo, o clima é moderado durante boa parte do ano (THORSTEINSSON, 2008).

Quando a letra do hino ressalta o nome do arquipélago, está por se referir ao passado de colonização viking, com a influência do modo de vida, a organização e as divisões de terras dos imigrantes da Noruega ocidental, bem como os modos de criação, com a introdução de ovelhas por imigrantes irlandeses. As Ilhas Faroe são verdadeiramente, por seu nome, as “ilhas das ovelhas” (OTERO, 2006; THORSTEINSSON, 2008): os rebanhos que pastam nas

⁶⁸ Embora conectadas com a Dinamarca desde o século XIV, as Ilhas Faroe tornaram-se parte política integrante do reino dinamarquês a partir da sua primeira constituição, em 1849. Os habitantes das ilhas foram a partir daí representados no Parlamento Dinamarquês e os direitos cívicos da Constituição diretamente aplicáveis nas ilhas; as principais decisões eram tomadas em Copenhague (ACKRÉN, 2006). O auto-governo foi concedido em 1948.

pastagens extensivas das colinas imediatamente dão na vista dos visitantes e grande parte da paisagem traz a marca das ovelhas, sendo a criação de ovinos está profundamente enraizada na identidade faroesa, fornecendo por séculos as exportações mais importantes das ilhas.

Thorsteinsson (2008) nota que até um século e meio atrás os faroeses eram uma sociedade agrária, pois o arquipélago encontrava-se no limite climático para o crescimento de grãos. A produção, entretanto, não se limitava apenas à criação e ao cultivo, mas de atividades complementares como a caça às baleias e a pesca. Uma considerável demanda por pescado, junto com os baixos preços dos grãos importados exerceu grande ênfase nas atividades pesqueiras e o conseqüente abandono do cultivo intensivo nos campos abertos. Ainda, de acordo com o autor (2008), a pesca foi a mais importante suplementação da comunidade agrária, pois ela era uma ocupação que podia ser praticada livremente e independentemente dos proprietários de terra. No que confere às estações do ano na letra do hino, deve-se levar em conta que os barcos menores eram usados próximos da faixa de costa e dos fiordes e no verão navegavam além-mar, enquanto que no inverno apenas os barcos grandes eram usados.

Nacionalidade, língua e religião convergem para no final da letra do hino. Conforme atenta Ackrén (2006), os faroeses se consideram escandinavos, mas sua língua, história e economia são diferentes da metrópole continental. Foi na década de 1880 que o movimento nacionalista das Ilhas Faroe surgiu, caracterizando-se por ser um movimento romântico que enfatizava a história, a cultura e a língua do arquipélago. Além disso, esse movimento ganhou expressão em uma época que a sociedade agrária tradicional estava se desintegrando, enquanto uma classe especializada de pescadores estava em plena ascensão (ACKRÉN, 2006) no caráter econômico, o que ajuda a explicar sua relevância na temática na letra do hino, ressaltando o estilo de vida, imposto pelo desafio ao árduo ambiente físico, a proteção da fé e a caracterização da sociedade faroesa – orgulhosa e livre constitucionalmente, mas sob a proteção da Dinamarca – na consonância do poema criado por Símun av Skarði. Diferente das manifestações do nacionalismo literário e romântico que ocorreram no mundo europeu, nas Américas do século XIX, foram precisos outros esquemas simbólicos para que a imagem da nação pudesse ser propagada e penetrasse no imaginário popular.

4.2 O imaginário dos Andes e do Istmo

O objetivo deste subcapítulo é entender como a representação simbólica sob a ótica do discurso em torno dos temas geográficos ocorreu nas nações dos Andes e do Istmo, de forma a ilustrar uma pergunta que ficou em voga durante boa parte do século XIX: como construir

identidades ditas “nacionais” nos países latino-americanos? König (2009) mostra que em virtude de a maioria das pesquisas acadêmicas ter se concentrado no processo de formação dos Estados nacionais relacionados com o período posterior à Revolução Industrial e Revolução Francesa, além de suas transformações políticas e sociais no âmbito europeu, compreender inicialmente o papel do nacionalismo – e sua produção simbólica – sob o ponto de vista das Américas é importante pelo fato de que elas fizeram os primeiros esforços para estabelecer Estados-nações em face da queda dos impérios europeus, ao mesmo tempo em que tem uma longa história no processo de *nation building*, de “forjar a pátria”, de “forjar a nação”, isto é, de modelar cidadãos patrióticos, obedientes e leais ao Estado.

De fato, estas eram unidades políticas muitas vezes se configuravam em Estados de caráter multi-étnico, cujo controle estava nas mãos das elites crioulas (que se consideravam brancas e, num primeiro momento, negligenciaram o seu passado espanhol), ao passo que maioria de seus habitantes era formada por uma massa iletrada e mestiça. Soma-se a isso o fato de que as fronteiras administrativas do Império Espanhol e os intimidantes desafios geográficos enfrentados pelas comunicações e transportes tinham começado a criar diferenças intracontinentais e o mesmo acontecia com as diversas populações de americanos nativos e a distribuição irregular dos escravos africanos, lado a lado com a variedade de formação dos imigrantes europeus. Assim, não havia uma comunidade claramente nacional no paradigma europeu de nação, sendo que a maioria das nações americanas não se qualificaria nesse padrão e o modelo latino-americano admitiu a pluralidade de suas populações de imigrantes, além de não fingir ter como base uma descendência étnica coerente (PAMPLONA; DOYLE, 2008).

Por meio da criação, estímulo e difusão do uso de símbolos patrióticos, era possível chegar a uma solução aceitável para promover o discurso nacional unificador em muitos casos, pois “o ritual cívico era acessível aos analfabetos, que podiam ver e ouvir as comemorações e assim participar delas” (KRAAY, 2008, p.384). Além disso, ao promover uma série de estratégias discursivas que poderiam condensar através da imagem os variados aspectos físicos, regionais e políticos, foi possível criar um mosaico capaz de forjar um caráter coletivo da nação através de suas referências geográficas visuais. Olsen (2008) mostra que na heráldica, por exemplo, as figuras são sinais da natureza ou da cultura e podem ser interpretadas como transmissores de informações sobre contextos culturais, diversidade ecológica e periferias fisiográficas. Além disso, elas podem simbolizar qualidades importantes de uma área político-administrativa local ou regional e da população dentro desta área.

Da mesma forma, foi possível criar uma “naturalização do território” (ESCOLAR, 1996), pois a diversidade étnica e cultural (caráter central nos nacionalismos etnolingüísticos,

sobretudo europeus) foi, em muitos casos, negligenciada pelas elites locais. Acrescenta-se o fato técnico que de “muitos dos brasões latino-americanos foram criados em uma época com pouco senso sobre heráldica, no qual os símbolos republicanos suplantaram seu antigo simbolismo. Por esta razão, quase todos os emblemas dos Estados americanos não se apresentam em conformidade com suas regras [clássicas]” (HESMER, 2008, p.87). Por outro lado, ao serem mais alegóricos que simbólicos, os emblemas heráldicos propiciam um grau maior de representações que envolveram a eleição da paisagem como elemento de unidade nacional (figura 15).

No caso da Bolívia [15.1], onde havia uma profunda divisão da sociedade baseada na etnicidade e na classe, era preciso buscar fórmulas que permitissem aos diferentes grupos a coexistência sob o comando das mesmas instituições políticas, como uma forma de transcender e amenizar essas divisões. Foi durante o governo de Manuel Isidoro Belzú (1848-1855) que a Bolívia adotou uma bandeira, hino e brasão,⁶⁹ trazendo imagens ligadas ao ambiente e aos recursos naturais, ainda mais “num país em que a grande maioria da população tinha uma profunda ligação com a terra e onde a sobrevivência dependia da adaptação ao ambiente inóspito, essas imagens transmitiam mensagens fortes” (THIESSEN-REILY, 2008, p.358). Ele é formado por um escudo oval onde estão inseridos os seguintes elementos paisagísticos em seu interior: a figura de um sol nascente – simbolizando o nascimento e esplendor do país, mas também um símbolo inca (SMITH, 1975; 1980) – aparecendo por detrás do Cerro Rico de Potosí e do Cerro Menor, constituindo-se como uma espécie de altar da montanha, onde aparece sobre este último a capela do Sagrado Coração de Jesus. É também no Cerro Rico de Potosí, simbolizando as riquezas minerais, sendo “uma das mais ricas minas de prata do mundo” (HESMER, 2008, p.37). Na parte inferior do escudo encontra-se uma lhama (*Lama glama*) de cor branca, um feixe de trigo e uma palmeira pasopaya (*Parajubaea torallyi*), representando, respectivamente, a riqueza animal, agrícola e vegetal do país. O escudo contém ainda uma borda em azul onde se escreve o nome do país em letras douradas; na parte inferior aparecem dez estrelas de ouro, representando seus nove departamentos (Beni, Chuquisaca, Cochabamba, La Paz, Oruro, Pando, Potosí, Santa Cruz e Tarija) com a décima estrela aludindo ao departamento do Litoral, que foi perdido para o Chile durante a Guerra do Pacífico (1879-1883).

⁶⁹ O primeiro brasão de armas da Bolívia foi adotado em 17 de agosto de 1825, durante o governo de Simón Bolívar, onde já apareciam a figura do barrete frígio, as cinco estrelas representando os departamentos, a alpaca, a árvore da fruta pão e o Cerro Potosí. Em 26 de julho de 1826 adotou-se o segundo brasão de armas da Bolívia, correspondente ao governo de Manuel Belzú.

Completam o brasão de armas os ornamentos exteriores, com a figura de um condor andino (*Vultur gryphus*) – ave nacional que simboliza a busca dos horizontes sem limites do país – à frente de uma guirlanda de folhas de louro e oliva, representando o triunfo após a independência; também aparecem cruzados dois canhões, dois fuzis com baionetas, um machado de guerra à esquerda do escudo e um barrete frígio à sua direita, como símbolos da força militar, da autoridade e da liberdade bolivianas. As seis bandeiras tricolores, cujas hastes terminam em pontas de lança, representam o símbolo nacional máximo do Estado Plurinacional da Bolívia. O brasão de armas da Bolívia recebeu alterações em 14 de julho de 1888, durante a presidência de Gregorio Pacheco Leyes, chegando a sua atual versão em 19 de julho de 2004, com novas modificações em seus elementos.⁷⁰ Em 2009, houve a adoção do novo nome oficial do país: Estado Plurinacional da Bolívia.⁷¹

Elementos semelhantes encontram-se presentes no brasão de armas do Equador [15.2], formado por um escudo oval, onde aparece, no plano superior, a figura de um sol dourado, representado no centro da linha branca do zodíaco na qual se escrevem os signos (Gêmeos, Câncer, Áries e Touro), simbolizando os meses de março, abril, maio e junho de 1845, como datas importantes na independência equatoriana (GUZMÁN, 2007; HESMER, 2008). Em destaque está o monte Chimborazo, cujas neves perpétuas formam a nascente do rio Guayas, que ocupa a parte inferior do escudo, onde se vê uma exuberante vegetação, como expressão da agricultura nacional. Navegando sobre o rio está o exemplar de um barco a vapor, conforme o modelo construído em 1841 nos estaleiros de Guayaquil, pintado nas cores nacionais, com a figura de um caduceu, como símbolos da navegação e do comércio (SMITH, 1975; GUZMÁN, 2007).

O escudo está ornado por quatro bandeiras nacionais sustentadas por lanças, que lembram as lutas pela independência e, entre elas, aparecem um laurel à destra (direita do escudo) e uma palma à sinistra (sua esquerda), que representam, respectivamente, a glória e a paz da nação. Todo este conjunto está assentado sobre um machado de guerra (hacha de armas) atado a uma série de varas amarradas por cordas, que formam o *fasces consular* – símbolo da autoridade e da dignidade dos cônsules de Roma que foi adotado pelos franceses e se difundiu como um símbolo republicano. Pousado sobre o escudo, aparece a figura de um

⁷⁰ Entre as mudanças do novo brasão estão: a substituição da alpaca (*Vicugna pacos*) pela lhama e da árvore-do-pão ou fruta pão (*Artocarpus incisa*) foi trocada pela palmeira *pasopaya*; foi agregado o Cerro Menor e a capela do Sagrado Coração de Jesus à frente do Cerro Rico.

⁷¹ Como parte das reformas promovidas pelo governo de Evo Morales, em cumprimento ao estabelecido pela Nova Constituição Política do Estado, deverá ser utilizada em todos os atos públicos e privados, nas relações diplomáticas internacionais, assim como a correspondência oficial a nível nacional e internacional, a denominação “Estado Plurinacional de Bolívia” (Decreto supremo nº 48, de 18 de março de 2009). A ONU reconheceu a nova denominação oficial do estado boliviano em 7 de abril de 2009.

condor andino (*Vultur gryphus*), de asas abertas, representando o poder, a grandeza e a altivez da pátria. O brasão foi regulamentado em 31 de outubro de 1900, mas a sua primeira versão data de 6 de novembro de 1845 (HESMER, 2008).

Da mesma forma, foi durante o período conhecido como *La Regeneración* (1884-1900) na Colômbia, que pela primeira vez foram adotados como símbolo da nação um hino nacional e um brasão (FROYSLAND, 2008) após um longo período de fragmentação espacial e diferenciação cultural. Entretanto, cabe ressaltar que o modelo heráldico do brasão de armas da Colômbia tem por base a versão aprovada em 9 de maio de 1834, usada pela República de Nova Granada, sendo que a partir dela diferem apenas os ornamentos exteriores, cujo desenho básico apresenta três divisões horizontais [15.3].

Na primeira, sobre um fundo azul, aparece a figura central de uma romã (*Punica granatum*) com grãos vermelhos (em espanhol *granada* – alusão ao antigo nome do país: Nova Granada), acompanhada à sua direita por uma cornucópia vertendo moedas de ouro e à sua esquerda outra cornucópia, com frutas tropicais, como símbolos da riqueza e da abundância do solo colombiano. A faixa central apresenta a figura de um barrete frígio (em vermelho) sustentado por uma lança dourada, recordando o espírito republicano e o desejo universal por liberdade. Na base do escudo, está representado o istmo do atual Panamá, em verde, sobre o qual se localizam dois navios mercantes com suas velas abertas (simbolizando o comércio), um para cada Oceano – o Atlântico e o Pacífico – como símbolo de que a Colômbia é o único país sulamericano banhado por dois mares. Completam o brasão a figura de um condor andino (*Vultur gryphus*) – ave nacional e símbolo da liberdade –, de asas abertas, olhando para a direita, tendo no bico uma coroa de louros e na altura das garras uma faixa dourada com a inscrição “Liberdade e Ordem” (*Libertad y Orden*) – lema nacional. O escudo também repousa sobre quatro bandeiras nacionais (SMITH, 1975; HESMER, 2008).

O brasão de armas do Panamá [15.4], por sua vez, é formado por um escudo com três partições, onde aparece, na posição superior, em seu flanco direito, todo branco (prata), a figura de um fuzil e um sable cruzados, que representam a luta pela independência no passado (SMITH, 1975); no flanco esquerdo, em vermelho, figuram uma picareta e uma pá, também cruzados, como símbolos do trabalho. Na faixa central, aparece em posição de destaque a figura do istmo, com seus dois mares (Atlântico e Pacífico), sob um céu de cores naturais com a figura da lua elevando-se sobre as ondas do mar (direta do observador) e o sol escondendo-se em um monte a oeste (esquerda do observador). Ele representa precisamente a data de 3 de novembro de 1903, às dezoito horas e trinta minutos, quando o Panamá conquistou sua independência da Colômbia; deve-se notar que o istmo é representado sem a divisão. A base

do escudo também está dividida em duas metades; no flanco direito aparece sobre um fundo de cor azul uma cornucópia com moedas de ouro, representando a riqueza, enquanto no flanco esquerdo, em branco (prata), há uma roda alada, símbolo do progresso e do comércio.

Completam o brasão a figura de uma águia, ao estilo da harpia (*Harpia harpyja*), que segura em seu bico uma faixa branca com os dizeres em latim *Pro mundi beneficio* (Para o benefício do mundo), traduzindo os anseios da independência conquistada; sobre a águia há um arco com nove estrelas douradas, representando as províncias de: Bocas del Toro, Coclé, Colón, Chiriquí, Darién, Herrera, Los Santos, Panamá e Veraguas. Por detrás do escudo aparecem dois pares de bandeiras nacionais, cujas hastes terminam em formato de lança, que estão cruzadas, como símbolo da nação. O brasão de armas do Panamá foi criado em 4 de junho de 1904 e de acordo com a lei, ele deve estar sobre um fundo verde, representando a exuberante vegetação do país (HESMER, 2008).

Uma simplificação do território nacional⁷² aparece no brasão de armas da Costa Rica [15.5]. O interior do escudo apresenta uma paisagem em que aparecem os três cumes que representam os principais vulcões do país (Arenal, Poás e Irazú), sobre uma vegetação de verde exuberante da floresta tropical. Entre o istmo continental figuram, respectivamente, no primeiro plano o Oceano Pacífico e ao fundo o Mar do Caribe, com a presença de duas embarcações mercantes, ao estilo de meados do século XIX, representando a importância do comércio marítimo (ESPINOSA, 2001). Aparece, ao fundo, a figura do sol nascente. Também aparecem sete estrelas de prata, dispostas em arco, representando as províncias do país (San José, Alajuela, Cartago, Heredia, Guanacaste, Puntarenas e Limón). O corpo do escudo está adornado ainda com pequenos grãos dourados de café, conhecido localmente como *el grano de oro* (o grão de ouro), como o principal produto agrícola. Na faixa branca aparece o nome do país “República da Costa Rica” e sua localização é denominada na faixa azul superior: América Central. A primeira versão deste brasão apareceu em 29 de setembro de 1848 e a última modificação expressiva ocorreu em 27 de novembro de 1906.

No brasão de armas de El Salvador, adotado em 17 de maio de 1912, aparecem as referências aos Estados membros da antiga Federação Centro-Americana [15.6].⁷³ Ele é formado por um triângulo equilátero, um tradicional símbolo maçônico referente à liberdade,

⁷² O termo simplificação refere-se à questão da representação territorial em uma escala não-cartográfica vista de forma oblíqua, pois “[...] a escala é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida; é uma forma de dar-lhe uma figuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza deste espaço, e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado” (CASTRO, 1995, p.136).

⁷³ As cores azul e branco presentes nas bandeiras de El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Costa Rica rememoram o antigo pavilhão da Federação. Na bandeira de Honduras as cinco estrelas representam os antigos Estados membros. O triângulo equilátero e os cinco vulcões aparecem no brasão e bandeira da Nicarágua.

igualdade e fraternidade (SMITH, 1975; FIREFLY, 2003), onde cada um de seus ângulos representa os três poderes do governo (executivo, legislativo e judiciário) e a igualdade de todos os habitantes sob a lei (HESMER, 2008). Dentro dele há uma cordilheira formada por cinco vulcões em verde colocada em um terreno cercado por dois mares, que representam “a natureza vulcânica de nosso solo” (ESPINOSA, 2001, p.59), além de aludir às cinco nações Centro-Americanas que se tornaram independentes entre os oceanos Atlântico e Pacífico. A data da independência, conquistada em 15 de setembro de 1821, está escrita abaixo do arco-íris (símbolo da paz), rodeando a figura de um barrete frígio (símbolo da liberdade conquistada) que se eleva da cordilheira, completando os elementos presentes no triângulo.

O escudo encontra-se adornado por cinco bandeiras em azul e branco, que compõe o pavilhão civil de El Salvador e recordam o estandarte das cinco nações que formavam a República Federal da América Central. O conjunto está adornado por dois ramos de folhas de louros, amarrados por uma fita em azul e branco, cujos quatorze maços representam os atuais departamentos em que se encontra dividido administrativamente o país (SMITH, 1975; HESMER, 2008). Completam o desenho do brasão, duas legendas: a primeira, na base do triângulo, apresenta os dizeres “Deus, União, Liberdade” e a segunda, envolvendo todo o conjunto, traz o nome “República de El Salvador na América Central”.

Na América Central, também se ressalta o brasão de armas de Honduras [15.7], composto de símbolos alusivos ao seu território, história e variedade de recursos naturais que o país possui. Sua primeira versão data de 1825, mas o desenho final foi adotado por lei em 16 de fevereiro de 1866. Nela, aparece dentro de um escudo oval a figura de um triângulo equilátero – que Kinsderley (2005) e Hesmer (2008) descrevem como uma antiga pirâmide Maia – colocado em um terreno banhado por dois mares; em sua base aparece um vulcão entre dois castelos (ou fortalezas) sobre os quais se levanta um arco-íris, tendo ao fundo um sol com raios brilhantes.

Enquanto o triângulo indica que todos os hondurenhos são iguais perante a lei, em direitos e deveres, a imagem do vulcão alude a um dos cinco Estados – o de Honduras – que figuravam no escudo da Federação da América Central. O arco-íris simboliza a paz, enquanto o sol representa a força, o vigor e a nova nação nascente. Os dois mares aludem aos oceanos Atlântico (Mar do Caribe) e Pacífico (Golfo de Fonseca), caracterizando-se como as “amplas rotas onde os hondurenhos se comunicam com os países civilizados” (ESPINOSA, 2001, p.99). Os dois castelos são uma imagem figurativa da resistência indígena contra o ímpeto do conquistador, que também está representada por um feixe de flechas, como o “entusiasmo guerreiro dos naturais do país” (ESPINOSA, 2001, p.99), em que se amarram duas

cornucópias com flores e frutos, alusivas à riqueza vegetal do país. Completam o desenho do escudo oval os dizeres com letras douradas: “República de Honduras, livre, soberana e independente” e a data “15 de Setembro [de] 1821”.

Todo o conjunto está assentado sobre uma cordilheira, para indicar que o território do país é montanhoso e que existe grande variabilidade de climas (HESMER, 2008), no qual se sobressaem três carvalhos (*Quercus hondurensis*) à direita e três pinheiros da espécie *Pinus caribaea* à esquerda de quem contempla a paisagem, como representantes das selvas de Honduras e da abundância de madeiras preciosas. Abaixo, figuram a entrada de duas minas e as típicas ferramentas de mineiro, indicando a riqueza de seu subsolo e a independência econômica gerada pelo trabalho (ESPINOSA, 2001; HESMER, 2008).

Na região do Caribe, como uma extensão das perdas do Império Espanhol no final do século XIX – destaca-se a representação do brasão de armas de Cuba [15.8], criado pela primeira vez em 1849. Seu escudo apresenta três partições, sendo que a primeira delas disposta em sentido horizontal na posição superior (chefe), apresenta uma paisagem onde se destacam o mar do Caribe e o sol nascente, espalhando seus raios sobre o céu, no qual se vêem duas pontas de terra (que representam as penínsulas da Flórida e de Yucatán) com uma chave dourada em destaque. Esta figura simboliza a posição de Cuba entre as duas Américas e o seu lugar como a “chave do Novo Mundo”, por ligar (historicamente) a América à Europa e o Norte e o Sul da América. O sol simboliza o surgimento da nova nação (BAÉZ, 1975 apud VRIES, 2012).

As partições inferiores do escudo são as seguintes: no seu flanco direito (destro) há cinco faixas de igual tamanho, duas brancas e três em azul-turquesa, que representam os cinco departamentos no qual estava dividida a ilha no tempo do domínio espanhol. À esquerda do mesmo (sinistra), aparece a figura de uma palmeira real cubana (*Roystonea regia*), com a imagem de um campo e dois pequenos montes ao fundo, caracterizando uma típica paisagem rural, um ambiente simples e natural, cuja altivez da palmeira simboliza o forte caráter do povo cubano (BAÉZ, 1975 apud VRIES, 2012). Completam o brasão seus ornamentos exteriores, formados por um feixe de varas (fascas) que ostenta um barrete frígio em vermelho com uma estrela branca de cinco pontas, representando o regime republicano. Há também um ramo de carvalho, à sua direita, e outro de louro, à sua esquerda, que se cruzam atrás dos fascas consular, aludindo às virtudes cívicas do povo cubano (SMITH, 1980; HESMER, 2008).

Figura 15: Brasões de armas – o imaginário dos Andes e do Istmo



15.1: Brasão de armas da Bolívia



15.2: Brasão de armas do Equador



15.3: Brasão de armas da Colômbia



15.4: Brasão de armas do Panamá



15.5: Brasão de armas da Costa Rica



15.6: Brasão de armas de El Salvador



15.7: Brasão de armas de Honduras



15.8: Brasão de armas de Cuba

4.3 Uma lição de biogeografia: do Caribe à África

Se o século XIX converteu-se na primeira experiência de representações do geográfico nos brasões das Américas, esta seção concentra-se sobre as formas regionais pelas quais as nações do Caribe e da África se utilizaram dos referenciais simbólicos criados pelas potências imperialistas e como estes foram forjados após as independências nacionais na segunda metade do século XX, demonstrando tanto continuidade e contradição na confecção da nacionalidade e da identidade cultural. Sua temática encontra foco nas nações herdadas da colonização britânica, pois, como lembra Smith (1980, p.89) “é uma tradição na Comunidade Britânica o soberano conceder uma bandeira ou brasão de armas para uma colônia [...] mediante a sua independência. Uma pintura oficial deste [símbolo] é preparada pelo Colégio de Armas em Londres e assinada pelo monarca britânico”.

Como a concessão de tais símbolos tornava-se efetiva na data da independência, eles passaram por um processo gradual de adaptação e reformulação muito mais atenta às regras da heráldica europeia do que as demais ex-colônias, sejam elas francesas (que apenas se inspiraram na bandeira *Tricolore*), portuguesas, espanholas ou holandesas do Terceiro Mundo (cujo rompimento foi total e/ou obteve o advento das ideologias marxistas de seus partidários nacionais). Os britânicos já haviam percebido que após os primeiros surtos de violência dos movimentos de libertação nacional no pós-guerra (HOBSBAWM 1995; FERRO, 1996; FERGUSON, 2010) seria preciso soltar as rédeas de forma gradual para as colônias não-brancas ainda em seus domínios, através de atos de concessão de independência gradual ou de um auto-governo nominal (como aconteceu no Caribe) ou, ainda, tolerando os atos unilaterais de independência (a exemplo da Rodésia do Sul). Mohammed (2002) ressalta que os brasões tornaram-se marcos dominantes na nacionalidade do Caribe, pois nesta relação de continuidade e rompimento com o império eles foram extremamente eloquentes sobre o processo político e nas maneiras pelas quais as idéias de uma cultura oficial nacional são formadas. Além disso:

A idéia de homenagear os povos indígenas e culturas, a noção de inventar novas nações dos estragos da exploração colonial e a criação simbólica da unidade na diversidade surgiu em um novo tipo de nacionalismo na região do Caribe e em outros lugares do mundo durante o século XX. Artefatos culturais considerados indígenas tornaram-se associados ao patrimônio nacional e anunciam a imaginação de uma [nova] cultura nacional (MOHAMMED, 2002, p.54).

Assim, esse *continuum* criou uma série de exemplos em que torna interessante a análise dos brasões de boa parte das antigas colônias britânicas no Caribe e na África, sendo

que suas influências não se estendem apenas nas ilhas, mas nos rebordos do continente Americano, mostrando que o endemismo, a ancestralidade e a fé portam-se como importantes elementos junto ao imaginário geográfico e na modelagem de uma comunidade nacional, bem como na apresentação da vida pública dos nacionalismos (figura 16).

Reminiscência das antigas possessões coloniais nas bordas do Mar do Caribe, Belize – outrora conhecida como Honduras Britânicas – conquistou sua independência em 1981. Diferente da maioria dos símbolos continentais americanos, o brasão de armas do país preservou certas características do antigo emblema concedido pelo colonizador no processo de transição para a independência, como também traz em seu desenho a representação de duas figuras humanas – um crioulo e um mestiço –, caracterizando os dois principais grupos étnicos do país (FIREFLY, 2003)⁷⁴ e as variadas origens de sua população (SMITH, 1980; COSTANTINO, 2005, HESMER, 2008). A primeira versão do brasão, concedida pelos britânicos em 1907 trazia a imagem de dois negros, além do desenho da *Union Jack* no cantão direito do escudo e foi usada como emblema para a bandeira colonial. Embora este símbolo seja um caso *sui generis* na região do Caribe, Mohammed (2002) ressalta que a definição de uma identidade nacional surge justamente de um ponto de mediação que cria um mosaico de pós-imigrantes e seus descendentes [16.1].

Sobre uma base gramada, o crioulo segura em suas mãos um machado, enquanto o mestiço porta um porrete em forma de pá, ambas ferramentas típicas que evocam a indústria predominante no país, a exploração madeireira, também representada nas peças do escudo (marreta e porrete e machado e serra cruzados), além da figura de um veleiro, a simbolizar o comércio. Kindersley (2005) mostra que a extração madeireira foi a primeira a atrair a colonização britânica para a região, segundo Costantino (2005) com lenhadores vindos da Jamaica a partir do século XVII. Atrás de todo o conjunto se ergue a árvore nacional e principal recurso econômico, o mogno (*Swietenia macrophylla*), que se traduz por debaixo do escudo com uma faixa contendo o lema em latim *Sub umbra floreo*, significando “Eu floresço à sombra [do mogno]”. Esta frase pode ser interpretada como um ato de que o território estava sob “proteção britânica” durante o período colonial (SMITH, 1980). Todo o conjunto está envolvido por uma coroa de cinquenta folhas de louro, que recordam o ano de 1950, quando o Partido Unido do Povo (PUP) chegou ao poder, dando início ao processo de libertação nacional, um traço característico dos movimentos nacionalistas da segunda metade do século XX, que foram conduzidos por um partido político pró-independência (HOBSBAWM, 1990).

⁷⁴ Os mestiços compõem 48,7% e os crioulos 24,9% da população total de Belize (CIA, 2012).

Outra extensão da esfera de influência britânica sobre as bordas do Caribe é a Guiana, no norte da América do Sul, que conquistou sua independência em 1966. Sob a consultoria do *Royal College of Arms* de Londres (VRIES, 2012), o brasão de armas do país foi criado a partir de um escudo todo prateado onde aparecem três elementos principais: no plano superior há a representação de uma vitória-régia (*Victoria amazonica*) na época da floração, emergindo sobre três faixas onduladas em azul que representam os principais rios do país (HESMER, 2008); na base do escudo, há um exemplar de jacu-cigano (*Opisthocomus hoazin*) – ave nacional cujo habitat compreende as zonas pantanosas e alagadas das bacias hidrográficas do Amazonas e Orenoco. O simbolismo do escudo, segundo Costantino (2005) advém da origem do nome “Guiana”, que significa “terra das águas”.⁷⁵ Sustentam o escudo dois jaguares (*Panthera onca*), que trazem consigo uma picareta (à direita do escudo), uma haste de cana-de-açúcar e um ramo de arroz (à sua esquerda), simbolizando a mineração e as principais atividades agrícolas. A tradição europeia do elmo de ouro (símbolo do monarca) encontra-se envolvida pelo cocar indígena (símbolo do cacique), composto de uma vistosa plumagem e adornado por dois diamantes (alusivos à riqueza mineral), como uma metáfora da soberania britânica que foi concedida à Guiana no mundo Americano após a independência. A necessidade de unidade nacional é expressa pelo lema “Um povo, uma nação, um destino”; uma forma discursiva de amortizar a complexa composição étnica do país [16.2].⁷⁶

Da mesma forma, as ilhas do Caribe mostram uma forte conexão com os emblemas concedidos pela administração colonial britânica. Smith (1975) ressalta que muitos brasões do Novo Mundo traziam representações do litoral com a chegada do colonizador. Nas Bahamas, a chegada de Cristóvão Colombo à América em 1492 foi reinventada no brasão de armas do país a partir de 1971, onde o veleiro britânico e o lema presente no emblema colonial desde o século XVIII acabaram sendo substituídos pela imagem da nau de Santa Maria (HESMER, 2008), sobre a beleza de suas águas (SMITH, 1980) como uma forma de reescrever o mito fundacional da nação. O escudo é sustentado por um marlin-azul (*Makaira nigricans*) e por um flamingo americano (*Phoenicopterus ruber*), cada um deles apoiado sobre seu respectivo habitat, representando a fauna nativa das ilhas (VRIES, 2012). Acima do mesmo, há um capacete (símbolo heráldico europeu) que guarda a imagem de uma concha-rainha (*Strombus gigas*), junto com as folhas de palmeira, representando os recursos marinhos e a vegetação

⁷⁵ “Guyana” é uma corruptela de “Guayana” e, da mesma forma que sua vizinha Guiana Francesa, deriva da palavra “Guiana”, usada pelos aborígenes para denominar o lugar onde viviam. Ela significa “terra das águas” ou “terra rodeada de águas”, nome adequado, considerando-se que a região possui inúmeros rios e riachos (OTERO, 2006, p.32).

⁷⁶ Conforme o censo de 2002 (CIA, 2012), a população total da Guiana era composta por: indianos (43,5%), negros (30,2%), mestiços (16,7%), ameríndios (9,1%) e outros grupos étnicos (0,5%).

típica das Bahamas. O sol nascente na parte superior do escudo ressalta o futuro da nação (no lema “Para frente, adiante e além, todos juntos”) e o clima aprazível (SMITH, 1980) [16.3].

Em Trinidad e Tobago, por sua vez, as três naus que Cristóvão Colombo usou em sua jornada ao Novo Mundo (Santa Maria, Pinta e Nina) aparecem representadas sobre a base do escudo, que possui as mesmas cores da bandeira nacional. Sobre o campo negro, encontram-se dois exemplares do beija-flor-de-bico-curvo (*Polytmus guainumbi*) em dourado, pelo fato de que as ilhas eram conhecidas antes da chegada dos espanhóis como “a terra dos beija-flores” (SMITH, 1980). À esquerda de quem vê o brasão, aparece um exemplar de íbis-escarlata (*Eudocimus ruber*) e à direita há uma ave chachalaca, conhecida como cocorico (*Ortalis ruficauda*). Estas aves estão apoiadas sobre duas ilhas rodeadas pelas águas do Mar do Caribe e representam, respectivamente, a fauna típica de cada uma delas (HESMER, 2008), embora ambas as espécies também habitem o norte da América do Sul. Sobre a ilha que representa Trinidad (vista no sentido sul-norte), os três picos recordam a origem de seu nome, dado por Cristóvão Colombo em 1498, assim como é atribuído à vizinha Tobago.⁷⁷ Há, ainda, sobre o elmo, a imagem de uma palmeira, representando a vegetação das ilhas e um leme, que simboliza a importância geopolítica das ilhas para a navegação na região (HESMER, 2008). Por fim, o símbolo apresenta uma fita com o lema que recorda a independência e a busca pela unidade nacional: “Juntos aspiramos, juntos alcançamos” [16.4].

Esta relação entre simbolismo e toponímia ocorre com maior expressão no brasão de armas de Barbados, adotado em 1966, que, ao contrário de outras ilhas do Caribe, não foi nomeada por Colombo (MOHAMMED, 2002). Sobre um escudo dourado, há o exemplar de uma figueira que, segundo Hesmer (2008) e Vries (2012) foi responsável pela origem do nome da ilha, quando “no século XVI chegaram os primeiros exploradores espanhóis, eles viram que na ilha havia grande quantidade de *Ficus barbata*. Por isso lhe deram o nome de *Isla de las Higueras Barbadas*, logo reduzido para Barbados” (OTERO, 2006, p.71)⁷⁸ em virtude das raízes e fibras vegetais que cobriam sua costa. O nome foi mantido quando a posse pela ilha a favor dos britânicos se definiu, em 1627.

⁷⁷ Trinidad foi descoberta por Cristóvão Colombo em sua terceira viagem, numa terça-feira, 31 de julho de 1498. [...] Alguns afirmam que o nome “Trinidad” (Trindade) se deve ao fato de que Colombo considerou um milagre ter avistado a ilha, uma vez que esta era sua salvação, e que as três colinas, vistas do mar, surgindo no horizonte, fizeram-no lembrar a Santíssima Trindade. [...] No que tange à ilha de Tobago, acredita-se que também foi descoberta por Colombo, em 1498, quando era ocupada pelos caribes. Diz-se que ele a chamou de Bella Forma porque sua geografia lhe parecia bela. O nome “Tobago” é uma deformação fonética de “tobacco” ou “tabago”, como alguns ainda chamavam a ilha, que é uma corruptela de “tabaga”, nome de uma planta que os caribes queimavam para afugentar, com a fumaça, os insetos (OTERO, 2006, p.99-100).

⁷⁸ Costantino (2005), Hesmer (2008) e Vries (2012) sustentam que o nome foi dado pelos portugueses. Mohammed (2002) ressalta que o nome de Barbados (“barbudos”) também foi dado pelos portugueses em virtude das figueiras barbadas (*Ficus citrifolia*) ou por homens de barba na ilha.

O escudo ainda apresenta um par de flores de flamboyant-mirim (*Caesalpinia pulcherrima*), flor nacional conhecida localmente por *Red Pride of Barbados* (SMITH, 1980; VRIES, 2012), que assinala o clima tropical e a localização da ilha, próximo da linha do Equador (HESMER, 2008). Com referência à fauna, o escudo é sustentado por um exemplar do peixe-delfim (*Coryphaena hippurus*) à esquerda de quem o contempla, enquanto à direita observa-se um pelicano-pardo (*Pelecanus occidentalis*), simbolizando, respectivamente, a pesca comercial e a base para o estabelecimento da zona portuária às vistas da Ilha Pelicano (HESMER, 2008), bem como o bairro de Cheapside, nos arredores da capital Bridgetown, onde se concentram as atividades industriais (VRIES, 2012).

Acima do escudo, além do capacete – símbolo heráldico de tradição monárquica europeia –, aparece a figura de um braço que segura duas hastes de cana, representando a agricultura, com seus principais produtos: rum e açúcar. Kindersley (2005) também ressalta que as hastes de cana formam a chamada Cruz de Santo André, como um ato comemorativo da independência nacional, alcançada em 1966 no dia deste santo: 30 de novembro. Completa o brasão a fita com o lema “Orgulho e Indústria”. A cana-de-açúcar, o flamboyant-mirim, o peixe-delfim e o pelicano sugerem a separação do passado, bem como um afastamento de certas imagens coloniais e, ao mesmo tempo, estas imagens refletem a retenção de uma forma e conteúdo que é simbolicamente relevante para a apresentação da história do país em particular (MOHAMMED, 2002). [16.5]

Na ilha de Granada, a representação se fez não apenas com a evocação da toponímia e das características biogeográficas, mas também através da imagem icônica da paisagem ao redor do lago Grand Etang (KINDERSLEY, 2005; VRIES, 2012) e sua exuberante vegetação, localizado na paróquia de Santo André, com o monte Saint Catherine ao fundo, o mais alto do país (HESMER, 2008), visto de sul para o norte, que serve de base para o escudo e os demais elementos do brasão (adotado em 1974). O escudo é dividido em quatro partes por uma cruz dourada, que traz ao centro a imagem da nau de Santa Maria usada por Cristóvão Colombo. Na primeira e quarta partes do escudo, sobre um fundo vermelho, há um leão dourado passante e guardante que é o tradicional símbolo britânico e sinal de determinação, aludindo aos laços do país com a Comunidade Britânica. Na segunda e terceira partição, sobre um fundo verde, há um crescente com um lírio dourado – símbolo da Imaculada Conceição da Virgem Maria, em memória ao nome *Concepción*, dado por Colombo à ilha em 1498.⁷⁹ Smith

⁷⁹ O navegante genovês a batizou de Concepción, mas os marinheiros espanhóis que chegaram depois encontraram em suas montanhas um verde exuberante, parecido com o da Andaluzia, e por isso mudaram-lhe o

(1980) nota que tanto a nau, quanto o símbolo da Imaculada Conceição recordam que Granada permaneceu católica⁸⁰ durante os séculos de colonização britânica.

Os animais que sustentam o escudo compõem-se de um exemplar de tatu (*Dasyopus novemcinctus*) e da endêmica pomba (ou rola) de Granada (*Leptotila wellsi*) como símbolos nacionais, tendo por detrás de cada um, respectivamente, um pé de milho e uma bananeira, representando a agricultura da ilha. Hesmer (2008) nota que a base do escudo também guarda um exemplar de noz-moscada, principal produto de exportação do país. Sobre o elmo, acima do escudo, há uma guirlanda das chamadas “flores de primavera”, conhecida por buganvílea (*Bougainvillea spectabilis*), decorada com sete rosas que simbolizam as paróquias de Granada como divisão administrativa. Por sua vez, o lema escrito na fita converte-se no apelo da unidade nacional: “Conscientes de Deus, aspiramos e avançamos como um só povo” [16.6].

No caso de Dominica, o brasão de armas foi conferido ao país em 1961 e permaneceu inalterado após a independência completa (1978), rompendo com o primeiro modelo colonial (1955) que trazia a representação da baía de Roseau (BRESCHI, 2012; VRIES, 2012). Seu escudo é dividido em quatro partes iguais, que formam uma cruz em referência à fé cristã (HESMER, 2008), em especial a fé católica⁸¹ (SMITH, 1980; MOHAMMED, 2002). Em cada deles há elementos característicos da ilha: o primeiro e o quarto quadrante trazem, respectivamente, um coqueiro e uma bananeira sobre um fundo dourado, representando a riqueza da terra, sua flora e seus típicos produtos agrícolas; o segundo quadrante mostra um exemplar da rã de Dominica (*Eleutherodactylus amplinympha*) – que é endêmica da ilha e cujo habitat são as áreas úmidas tropicais e os bosques subtropicais de montanha –, enquanto o terceiro quarto mostra um barco velejando, em estilo ao usado pelos índios caribes, que ressalta o caráter insular do país e comemora sua descoberta por Cristóvão Colombo em 1493 (HESMER, 2008). O escudo é sustentado por dois exemplares de outra espécie endêmica: o papagaio de Sisserou (*Amazona imperialis*) – ave nacional que se destaca na bandeira e habita suas florestas montanhosas. Acima do escudo, a figura do leão recorda o antigo domínio colonial e os laços do país com a Comunidade Britânica. Sobre uma fita dourada a inscrição em idioma crioulo: *Après Bondie c'est la ter* (Primeiro Deus, depois a terra) [16.7].

nome para Granada, cidade daquela região da Espanha. Os franceses adaptaram esse nome, transformando-a em Grenade; os britânicos, por sua vez, transformaram-no em Grenada (OTERO, 2006, p.79).

⁸⁰ Conforme dados da Cia (2012), os principais grupos religiosos compõem-se de: católicos romanos (53%), anglicanos (13,8%) e outras denominações protestantes (33,2%).

⁸¹ Conforme dados da CIA (2012), os principais grupos religiosos de Dominica são: católicos romanos (61,4%), diversas denominações protestantes (20,6%), testemunhas de Jeová (1,2%), outros cristãos (7,7%), rastafarianos (1,3%), outras denominações religiosas (1,6%) e ateus (6,1%).

Figura 16: Brasões de armas – uma lição de biogeografia – do Caribe à África



16.1: Brasão de armas de Belize



16.2: Brasão de armas da Guiana



16.3: Brasão de armas das Bahamas



16.4: Brasão de armas de Trinidad e Tobago



16.5: Brasão de armas de Barbados



16.6: Brasão de armas de Granada



16.7: Brasão de armas de Dominica



16.8: Brasão de armas de Seicheles

4.3.1 Na África o papel das águas e dos grandes animais

Seguindo fielmente a receita das nações emancipadas no Caribe, embora seja uma de suas raras exceções à regra, o brasão de armas das ilhas Seicheles, na costa da África Oriental, manteve em seu escudo os elementos da paisagem local usados desde o emblema concedido com a emancipação colonial britânica em 1903: uma praia onde há uma palmeira da espécie *Lodoicea seychellarum* cuja sombra descansa um jabuti gigante de Aldabra (*Geochelone gigantea*) às margens do Oceano Índico. O emblema foi embelezado em 1961, adicionando-se uma segunda ilha para simbolizar as outras 114 ilhas do arquipélago junto com a figura de uma escuna, aludindo ao tráfego marítimo (VRIES, 2012). Este modelo manteve-se inalterado após a independência (1976), quando o escudo ganhou por ornamento exterior um capacete de aço cuja crista apresenta ondulações em azul e branco de forma representar habitat oceânico da rabo-de-palha-de-bico-laranja (*Phaethon lepturus*). A relação com o Índico aparece na representação de dois agulhões-vela (*Istiophorus platypterus*), espécie de peixe-espada que também ocorre no Pacífico. Finalmente, há uma faixa com a frase herdada do período colonial (KINDERSLEY, 2008), onde se lê *Finis coronat opus* (A realização coroa o trabalho) [16.8].

Se há um exemplar ao estilo do século XIX entre os brasões de armas na África, este pertence à Libéria – o único Estado independente àquela época ao lado da Etiópia –, adotado em 1847 e, apesar de ter sofrido pequenas modificações ao longo da história (VRIES, 2012), permaneceu com a mesma estrutura simbólica (figura 17). Formado por um escudo em estilo barroco com adornos em dourado, vê-se a silhueta do litoral do país com destaque para a imagem de um veleiro que Vries (2012) descreve como sendo o *USS Aligator*, que trouxe os primeiros escravos libertos dos Estados Unidos que se assentaram na Libéria em 1822.⁸² Ao fundo, há também a imagem do sol nascente, representando a nação livre e no primeiro plano uma pomba branca que segura no bico um memorando de paz às nações de todo o mundo. Sobre a costa, aparecem um arado e uma pá simbolizando o trato com a terra em prol da prosperidade da nação (SMITH, 1980); há também um exemplar da chamada palmeira-de-óleo-africana, conhecida popularmente como dendezeiro (*Elaeis guineensis*) – a principal fonte de alimento e símbolo da prosperidade, sendo que Hesmer (2008) argumenta que ela representa o ideal dos povos negros libertos de regressar “à terra das palmeiras”. Assim como nas nações da América Latina, a representação da paisagem também aparece em seu desenho

⁸² A República mais antiga do continente africano é contemporânea à fundação da *American Colonization Society*, criada em 16 de janeiro de 1816, quando o Congresso dos Estados Unidos autorizou a referida sociedade a trasladar para a África Ocidental os escravos negros que, previamente libertados, desejassem voltar a sua terra de origem. O nome adotado pela nova nação foi “Libéria”, pelo fato de seus habitantes serem homens “livres” da escravidão (OTERO, 2006, p.154), palavra de origem latina para “terra dos livres”.

de forma marcante. O brasão descreve a história do nascimento da República (HESMER, 2008; PREUSS, 2012) e cumpre o que Chauí (2000) descreve como mito fundacional da nação ao ser adornado por uma faixa com os dizeres “O amor pela liberdade trouxe-nos aqui” e outra com o nome oficial do país: “República da Libéria” [17.1].

Na vizinha Serra Leoa, por sua vez, tentou-se repetir a experiência da Libéria, ainda em finais do século XVIII. Freetown foi fundada em 1787 pela Companhia de Serra Leoa com o objetivo de “repatriar a pequena população de ex-escravos que vivia em Londres” (FERGUSON, 2010, p.136) ou que caía nas mãos dos britânicos. Em 1808, ela tornou-se colônia da Coroa Britânica e em 1896, o interior do país converteu-se um protetorado de seu Império até a independência, em 27 de abril de 1961. O brasão de armas fora concedido um ano antes e elaborado pelo *College of Arms* de Londres, sendo composto por um escudo onde aparece a figura de um leão dourado em sentido passante sobre um fundo verde com um serrilhado em ziguezague (tradicional sinal gráfico para assinalar os terrenos acidentados) que o separa do campo prateado superior, onde estão dispostas três tochas negras com o fogo aceso em suas intersecções. A base do escudo é formada por ondas que se revezam nas cores azul e branco para representar a sua posição no Oceano Atlântico (HESMER, 2008).

Conforme Smith (1980, p.196), “Serra Leoa possui uma das poucas áreas montanhosas na costa da África Ocidental, por isso, as montanhas em verde foram incorporadas em seu brasão de armas”, enquanto a figura do leão em seu interior recorda que “o território foi descoberto em 1462 pelo português Pedro da Cintra, que lhe deu o nome de Serra Leoa porque a forma das montanhas lembrava uma leoa deitada” (OTERO, 2006, p.177) embora Vries (2012) e Preuss (2012) argumentem que o topônimo original era “Serra de Leão”, depois compilado pelos cartógrafos italianos como *Sierra Leone*, nome pelo qual passou a ser conhecida a região. Smith (1980) e Preuss (2012) atentam, ainda, que a imagem do leão refere-se domínio do antigo colonizador: a Grã-Bretanha.

A base ondulada em azul e branco alude ao Oceano Atlântico e “relembra que a capital, Freetown, tem um dos melhores portos naturais da costa africana [e] representa a esperança de que a nação seja capaz de fazer uma contribuição pacífica ao mundo no desenvolvimento do comércio através deste porto” (SMITH, 1980, p.196). As três tochas negras simbolizam a população africana e sua ambição pela liberdade e conhecimento (VRIES, 2012). O escudo é ainda sustentado por dois leões (que guardam o mesmo simbolismo da figura central) apoiados em uma base gramada, segurando dois exemplares da palmeira-de-óleo-africana (*Elaeis guineensis*) como o principal produto agrícola do país, importado, inclusive, pelos comerciantes britânicos no século XIX (FERGUSON, 2010). O

apelo à unidade nacional em torno de um Estado constituído desde a sua formação pela diversidade étnica⁸³ aparece na fita com o lema: Unidade, Liberdade, Justiça [17.2].

Se há um brasão cujo simbolismo procura desviar de foco o conflito étnico gerado pela criação de um Estado artificial com base nas rotas comerciais e ambições territoriais, este é o símbolo nacional da Nigéria. Seu escudo é formado por um fundo negro onde se destaca uma divisão “em pala” (semelhante a letra Y) toda ondulada, na cor branca. Ela representa a confluência dos rios Níger e Benue em seu território, dividindo o país nas regiões Oeste, Norte e Leste (VRIES, 2012), enquanto a cor negra expressa o rico solo irrigado às margens desses dois rios (SMITH, 1980), sendo também uma alusão à palavra “Nigéria”⁸⁴ (PREUSS, 2012). Ele assume, assim, metaforicamente, o papel de representativo do território nacional, o “corpo da pátria”. Possuindo um sentido mais alegórico, o escudo encontra-se sustentado por dois cavalos, que simbolizam a dignidade do povo e o papel do Estado, tendo como emblema superior uma águia toda vermelha pousada sobre um virol com as cores nacionais (verde e branco), simbolizando o poder e a determinação (HESMER, 2008). Todo o conjunto repousa sobre uma base gramada onde aparecem flores selvagens da espécie *Costus spectabilis* – flor nacional encontrada em diversas partes do país – e simboliza também o território da Nigéria (VRIES, 2012). Como apelo à unidade nacional, há uma fita amarela com a divisa: Unidade e Fé, Paz e Progresso [17.3].

Representante da antiga África Equatorial Francesa, o brasão de armas adotado pela República do Congo (Congo-Brazzaville) após sua independência (1960), segue os mesmos princípios e, embora não houvesse qualquer seqüência no que diz respeito a uma “consultoria heráldica”, o estilo europeu foi mantido por seu artífice, o suíço Louis Mühlemann, usando as cores pan-africanas com a imagem de um leão, que é uma figura significativa no simbolismo africano, tanto no passado, como no presente (MOHAMMED, 2002). Formado por um escudo em campo dourado – uma alusão ao seu rico território –, há uma faixa ondulada em verde que representa o rio Congo, que deu nome ao país,⁸⁵ em sua fronteira a sudeste, com a

⁸³ Os assentamentos em Freetown eram nações em miniatura, como ainda são hoje: os congolese na cidade do Congo, os fulani em Wilberforce, os ashanti em Kissy (FERGUSON, 2010, p.136).

⁸⁴ Em 1890 a jornalista britânica Flora Shaw [...] sugeriu o nome “Nigéria” para denominar esse protetorado britânico, em alusão ao grande rio Níger. [...] Para alguns, a palavra “Níger” significa “Nilo dos negros”. Para outros o termo deriva da palavra “nigir”, que em língua cananita significa “água que se perde na areia”. Há quem afirme que a palavra foi tomada de empréstimo ao rio do mesmo nome, cuja origem estaria na palavra tuaregue “N’Eghirren”, que significa “água flutuante”. Já se disse também que a palavra deriva da frase em língua tamashek “Gher N-Gheren”, que significa “rio entre rios” (OTERO, 2006, p.167-168).

⁸⁵ Segundo alguns historiadores, a palavra “Congo”, que é [...] o nome do rio, deriva de “kongo”, que em língua nativa banto significa “montanha”. Outros estudiosos afirmam que o nome foi dado a toda a região pelo capitão português Diogo Cão, que navegou o largo do rio na costa ocidental da África em 1482. Batizou o rio Congo por causa do povo bacongô que vivia na região. [...] Segundo alguns pesquisadores, os bacongôs tinham um deus,

vizinha República Democrática do Congo. Sobre elas destaca-se um leão todo vermelho, em estilo heráldico (em posição rampante, com as unhas e a língua toda em verde) que carrega a tocha da liberdade, simbolizando a nação congoleza. O escudo encontra-se guardado por dois elefantes da floresta africanos, representados em negro (provavelmente da espécie *Loxodonta africana cyclotis*, que habita a bacia do Congo); ambos simbolizam o poder, a dignidade e a resistência e se apóiam sobre um tronco vermelho, que representa a importância da indústria madeireira (HESMER, 2008). Diferente de outros brasões ao estilo europeu, há uma “coroa de selva”, estilizada com troncos e copas, especialmente projetada pelo autor para recordar as florestas tropicais do país, como um importante fator econômico (PREUSS, 2012). Em sua versão original, a tiara que a envolve foi desenhada com um motivo em arte indígena (VRIES, 2012), substituída depois pelo governo com o nome do país: República do Congo. Abaixo, desce uma fita dourada com o lema nacional: Unidade, Trabalho, Progresso [17.4].

Na África Oriental, destacam-se ainda mais a influência dos cursos d’água nos brasões dos países da região, como no Malauí, cujo símbolo heráldico foi adotado em 30 de junho de 1967. Baseado no antigo emblema do Protetorado Britânico da Niassalândia (SMITH, 1980; PREUSS, 2012; VRIES, 2012), o escudo é formado por uma divisão em três partes principais. Na primeira, superior, aparecem linhas onduladas em azul e branco, que representam as águas do lago Niassa. A segunda, na posição central, traz sobre um fundo vermelho a imagem de um leão heráldico, representando o antigo domínio colonial britânico. A terceira, inferior, mostra sobre um fundo negro a imagem do sol radiante, simbolizando a esperança e o futuro da África (SMITH, 1980), bem como a vida nova do Malauí independente (HESMER, 2008).

Acima do escudo encontra-se um elmo (adornado com um virol e um lambrequim em amarelo e vermelho) em que as ondas e o sol aparecem com a mesma temática do escudo para simbolizar a origem do nome do país em língua nativa,⁸⁶ com destaque para a figura da águia-pescadora-africana (*Haliaeetus vocifer*), simbolizando a tenacidade do povo (VRIES, 2012), assinalando o novo Estado independente (HESMER, 2008). Ele tem por suportes a figura de um leão (*Panthera leo*) à sua direita (destra), junto com um leopardo (*Panthera pardus*) à sua

cujo nome era Kongo, o qual, segundo a tradição, era “o deus do amor e da sabedoria”, que mantinha as coisas visíveis e invisíveis do Universo (OTERO, 2006, p.137). Para Preuss (2012), o nome vem da palavra “Cong”, que significa “montanha”, dado pelos nativos locais para todo o rio, cuja fonte “encontra-se nas montanhas”.

⁸⁶ Esse país foi explorado pelo missionário escocês David Livingstone em 1859. Foi ele quem batizou o grande lago da região de Niassa, palavra derivada de “nyanja”, que significa “lago” na língua dos aborígenes cheva. [...] Em 1891 a Companhia Britânica da África do Sul (BSA), pertencente a Cecil Rhodes, estabeleceu o protetorado sobre o que passou a chamar-se Niassalândia, isto é, “terra de Niassa”, em alusão ao grande lago. [...] Quando Niassalândia conseguiu sua independência, em 6 de julho de 1964, mudou o nome para Malauí, palavra derivada de “Malavi”, que significa “luz refletida” ou “neblina brilhante”, em alusão ao sol que se eleva do lago Niassa, iluminando o novo país (OTERO, 2006, p.159). Smith (1980) e Hesmer (2008) acrescentam que o nome também significa “águas flamejantes”, enquanto Vries (2012) argumenta que o nome Niassa significa “grande água”.

esquerda (sinistra), simbolizando, respectivamente, o status do país como membro na Comunidade Britânica e a herança de seu passado colonial (VRIES, 2012). A águia pescadora, o leão e o leopardo também recordam a abundante vida selvagem do Malauí (SMITH, 1980). Todo o conjunto está apoiado em uma base que representa o maciço do Monte Mulanje (com seus 3.000 m), a montanha mais alta, situada no sul do país. Estes elementos estão envolvidos por uma faixa dourada com o lema: Unidade e Liberdade [17.5].

O papel das águas também é preponderante no simbolismo do brasão de Uganda, que foi adotado em 1962. Formado por um escudo de guerra em estilo Bantu (PREUSS, 2012), muito comum no simbolismo do Leste e Sul da África (VRIES, 2012); ele representa, junto com as duas lanças cruzadas, a disposição do povo ugandês de defender o seu país. No topo do escudo encontram-se estilizadas as águas que formam os rios e lagos de Uganda, em especial o lago Vitória e o lago Alberto (HESMER, 2008; VRIES, 2012). Ao centro, sobre um fundo negro, aparece a figura do sol radiante, que representa a posição geográfica de Uganda sobre a linha do Equador (PREUSS, 2012) e nos tempos coloniais simbolizava a missão britânica de trazer a “civilização” para os povos do leste africano (VRIES, 2012). O tambor está representado em sua base, sendo um importante símbolo político (SMITH, 1980) associado aos tradicionais reinos de Uganda (Ankoro, Buganda, Bunyoro e Toro) [17.6].

Sustentam o escudo a figura de um antílope macho da espécie cobo-ugandês (*Kobus kob thomasi*) à sua direita (destra), alusivo à fauna do país (HESMER, 2008) e um grou coroadado africano (*Balearica pavonina*) à sua esquerda (sinistra), que, segundo Smith (1980, p. 222), “nunca havia sido empregado como emblema de nenhum dos reinos ou tribos de Uganda, servindo, portanto, como um símbolo nacional neutro”, embora tenha aparecido pela primeira vez como emblema durante a época do domínio colonial britânico. Todo o conjunto encontra-se apoiado sobre uma colina coberta por um gramado (representando o planalto de Uganda) em que flui diretamente de seu centro um curso d’água, simbolizando a nascente do rio Nilo (Nilo Azul); em cada um de seus flancos um exemplar de ramos de café (destra) e um galho de algodão (sinistra), como as principais culturas agrícolas. Completa o brasão uma fita dourada com o lema nacional: “Por Deus e por meu país”. O escudo cumpre assim a função de representar metaforicamente o corpo da pátria por meio da cabeceira do rio, vista no sentido norte-sul (cuja nascente são as águas do lago Vitória), na zona do Equador e dentro de um território político que precisa ser defendido dado à importância de seus recursos naturais.

Os aspectos naturais também estão presentes no brasão de armas da Zâmbia, adotado em 24 de outubro de 1964, cujo desenho original deriva do emblema colonial concedido ao protetorado britânico da Rodésia do Norte em 1939 (HESMER, 2008; PREUSS, 2012). O

escudo “é uma representação heráldica das Cataratas de Vitória, com suas águas claras correndo sobre a rocha negra [basalto]. O escudo negro, sugerindo a população africana do país, é uma conexão com o rio Zambeze, do qual o nome Zâmbia é derivado” (SMITH, 1980, p.173), cujo significado, na língua da tribo Tonga é “grande rio” (OTERO, 2006). Ele é sustentado por um homem que veste um uniforme verde e uma mulher com um tradicional vestido vermelho, representando a população comum da nação (SMITH, 1980); é um dos poucos emblemas nacionais africanos que trazem a representação da figura humana, junto com a Tanzânia. A águia-pescadora-africana (*Haliaeetus vocifer*), chamada de *Nkwazi* e vulgar na zona do rio Zambeze (COSTANTINO, 2005), simboliza a independência, refletindo a aspiração da nação de alcançar objetivos maiores e a capacidade de superar os problemas, pois, abaixo dela, aparecem uma enxada e uma picareta cruzadas, que simbolizam respectivamente a agricultura e a mineração. Todo o conjunto repousa sobre uma base gramada, onde aparecem, ainda, a representação de uma zebra-da-planície (*Equus burchelli*), aludindo à vida selvagem do país, além de uma espiga de milho, para a agricultura, e uma mina, para os recursos minerais. O lema expressa a busca pela unidade, com os dizeres: “Uma Zâmbia, uma nação” [17.7].

No vizinho Zimbábue, o papel do brasão de armas (adotado em 1981) tem por objetivo recriar as origens míticas de uma era pré-nacional a partir da reestruturação do simbolismo do emblema nacional da Rodésia (1964-1979) como um espaço de memória. Seu escudo compõe-se, na posição superior, de quinze linhas onduladas em azul e branco, que aludem às Cataratas de Vitória, formadas pelo rio Zambeze, bem como uma fonte vital de água para o país (PREUSS, 2012). Sobre um fundo verde, que é alusivo à fertilidade do solo, aparece em destaque um monumento que recorda o “Grande Zimbábue” – a antiga cidade de pedra do século XIV que deu origem ao nome do país⁸⁷ e representa sua história patrimonial (VRIES, 2012). Acima do escudo, repousa sobre um virol a figura do pássaro de pedra sabão em dourado, tal como se encontra esculpido em suas ruínas (SMITH, 1980) no sudeste do país, representando a “identidade nacional” [17.8].

A estrela vermelha é um sinal de esperança de um futuro melhor ante o sofrimento de seu povo no passado (VRIES, 2012), mas também um sinal de visão internacional do país (COSTANTINO, 2005; KINDERSLEY, 2005), do papel político do povo (HESMER, 2008) e

⁸⁷ Ao conseguir sua independência, para apagar o passado colonial, o país mudou de nome, passando a chamar-se Zimbábue, palavra que deriva de “Dzumba dza mabwe”, que em idioma chona significa (dependendo da fonte que se consulte) “casa de pedra”, “casa real”, “lugar ritual do rei” [...]. De todas as traduções possíveis, a mais difundida é “casa de pedra”, e se refere à forma como os habitantes construía suas casas, amontoando pedras sem nada que as cimentasse (OTERO, 2006, p.188). Costantino (2005) também admite o termo “casa de pedra”, embora ressalte que sua origem venha da língua banto.

da orientação marxista (FIREFLY, 2003; BAKER, 2005) do ZANU-PF (União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica), partido político liderado por Robert Mugabe, no poder desde 1980. Por detrás do escudo, a enxada e o rifle cruzados simbolizam a transição da guerra para a paz (HESMER, 2008; VRIES, 2012) resultante do conflito armado em prol da independência do país (1969-1979). Sustentam o escudo dois kudus (*Tragelaphus strepsiceros*) como elementos da fauna, embora Hesmer (2008) e Vries (2012) notem que a cor de sua pelagem (preta, branca e marrom) evoque a idéia de unidade em torno da população multirracial do país. Todo o conjunto encontra-se apoiado sobre o chão da savana, onde aparecem hastes de trigo, ramos de algodão e uma espiga de milho para representar os principais produtos agrícolas. O lema nacional traz a frase: “Unidade, Liberdade, Trabalho”.

O papel desempenhado pelos brasões na região do Caribe mostra que as espécies endêmicas assumiram forte papel como símbolos *singulares* da nação em sua vida cívica, portando-se como uma trama importante em seu discurso político de unidade nacional numa região cujo espaço geográfico é reduzido devido ao seu caráter insular. A construção de uma identidade nacional com símbolos que evocam as origens étnicas (sobretudo de origem européia, africana e indígena) e com elementos da fé popular (católicos, protestantes, religiões de origem africana e indígena) em seu pano de fundo completa o simbolismo desses brasões. Na África, ao contrário das áreas insulares do Caribe, o controle sócio-político instável, os conflitos étnico-religiosos, as fronteiras territoriais arbitrárias e legadas em seu *status quo* pelas potências imperialistas, são elementos que prevaleceram de forma persistente para tornar as águas dos rios, as paisagens litorâneas, os aspectos da toponímia e claro, os grandes animais, como ícones para os mitos de fundação e símbolos de força, nobreza e vigilância para os apelos de unidade nacional em torno dos limites físicos.

Assim, conforme lembra Mohammed (2002), embora tenha existido uma clara divisão entre Império e Estado-nação depois da década de 1960, houve, ao mesmo tempo, esquemas simbólicos e tradições heráldicas residuais, perpetuadas e selecionadas em diferentes graus, em que o status da antiga colônia fora mantido de alguma forma, mesmo quando seu conteúdo tinha sido completamente mudado. Entretanto, como será visto agora, onde tais símbolos já existiam em conjunto com um Estado-nação (ou uma consciência/movimento nacional) que deixou de existir, foram precisos outros esquemas simbólicos para que o discurso em torno da identidade nacional pudesse ser alterado de forma a ressignificar as antigas relações com o passado e celebrar a nova perspectiva de futuro, algo que foi tentado no século XX pela heráldica comunista.

Figura 17: Brasões de armas – uma lição de biogeografia –África



17.1: Brasão de armas da Libéria



17.2: Brasão de armas de Serra Leoa



17.3: Brasão de armas da Nigéria



17.4: Brasão de armas do Congo (República)



17.5: Brasão de armas do Malauí



17.6: Brasão de armas de Uganda



17.7: Brasão de armas da Zâmbia



17.8: Brasão de armas do Zimbábue

4.4 O legado da heráldica comunista

Os símbolos abordados no que era conhecido como grande parte do Terceiro Mundo evidenciaram a forte relação que a paisagem e a biogeografia exerceram enquanto discurso geográfico, portando-se como elementos singulares e diferenciadores na construção de um imaginário associado aos Estados nacionais surgidos nos séculos XIX-XX. A pergunta a ser respondida agora é como tais representações se portaram na parte socialista do globo no período entre 1917 e 1991, em especial, como elas ajudaram não apenas a construir, mas também a mascarar e desviar de foco as identidades nacionais ressentidas através das tradições heráldicas já existentes. Neste, como em outros aspectos do comunismo, a Rússia revolucionária acabou liderando o caminho, com um estilo próprio de representação que Slater (2007) chama de “heráldica comunista”.

Apesar de tudo o que podia representar em termos de classe, por ser um símbolo ligado à burguesia, “[...] o comunismo ainda viu a necessidade da heráldica e compreendeu seu potencial. Portanto, os brasões de armas poderiam ser tolerados, desde que seu conteúdo não apresentasse símbolos que fossem contra a causa [dos bolcheviques]” (SLATER, 2007, p.464). Além de abolir qualquer referência à monarquia imperial, isso significava em grande parte a proibição de motivos religiosos ou nacionalistas, substituídos na heráldica cívica por figuras que representavam o heroísmo ou mesmo o patriotismo.

Após a Segunda Guerra Mundial, nas nações com tradições heráldicas seculares que ficaram sob o controle e influência da União Soviética, a maioria dos símbolos associados com a velha ordem foram logo proibidos, sendo que a estrela vermelha do comunismo teve grande importância na retórica dessa nova ordem. No entanto, certos símbolos individuais eram de natureza tão emotiva que até mesmo os burocratas do partido detestaram modificá-los. Outras nações (que não tinham razões para esquecer o seu passado recente) acabaram vendo seus próprios chefes comunistas aprovarem as mais curiosas alianças heráldicas entre o passado e o período do pós-guerra, mesmo que esse passado estivesse profundamente ligado à realidade (SLATER, 2007).

Ao banir as referências que estivessem contra a sua causa, destituindo o simbolismo dos antigos brasões (vide anexo A), o debate em torno da heráldica comunista se concentrou nas formas de se criar uma aliança com a nova realidade. Se nos novos Estados surgidos no pós-Segunda Guerra essa aliança se fez com brasões ao puro estilo soviético, naqueles onde o simbolismo era secular, o desafio estava no rearranjo de seus elementos. A solução atrativa para lidar com a recente transformação política era a seguinte: a seleção de símbolos que

teriam elementos de caráter “geográfico” em suas representações, através da paisagem, das representações cartográficas, dos recursos naturais e dos espaços (utópicos) planejados como forma de projetar o presente e avançar no futuro. Isso não significou que o passado histórico fosse negado, mas que ele deveria se tornar “passivo” quanto às causas do Estado a fim de mobilizar o orgulho da população civil. Quem forneceria esse caráter passivo seria a natureza, vista como fonte de recursos e plano de fundo para uma base territorial onde se inseriam a agricultura e a indústria pesada (figura 18).

O brasão de armas da União Soviética, adotado em 6 de junho de 1923, inaugurou toda esta base representativa. Ele era formado por uma foice e um martelo cruzados, na cor dourada, que representavam a aliança valorosa entre os camponeses e proletários, à frente de um globo com destaque para os continentes, imagem que expressava a idéia de solidariedade internacional dos povos da URSS e dos trabalhadores de todos os países do mundo, sendo que a foice e o martelo foram os símbolos preferidos durante as coletivas de trabalhadores entre março e abril de 1918 (SLATER, 2007). Não por acaso, vários artistas trabalharam na concepção do brasão de armas soviético, sendo creditado ao artista e cartógrafo Vladimir Adrianov (1875-1938) a sugestão para a inclusão do globo terrestre de forma a expressar graficamente que o mundo fosse abraçado pelo comunismo (PREUSS, 2012). Esta tentativa simbólica, conforme lembra Hobsbawm (1995), se deve ao fato de que os revolucionários esperavam que a causa dos trabalhadores fosse aderida gradualmente por todo o mundo, e, como ela não aconteceu, a União Soviética acabou isolada naquela porção do globo como o baluarte do socialismo [18.1].

O sol nascente representava o futuro brilhante e a luz das idéias comunistas, enquanto a estrela vermelha de cinco pontas bordada de ouro aludia à união dos povos dos cinco continentes (SMITH, 1980). Todo o conjunto estava envolvido por uma grinalda formada por espigas de trigo, que consistiam historicamente principal riqueza e a base da agricultura – ocupando, ainda no começo da década de 1980, um terço da superfície de plantio da ex-URSS (SOLOVIOV et al, 1983) –; ela estava circundada por uma fita vermelha que apresentava o lema estatal: “Proletários de todo o mundo, uni-vos!” – escrito em russo e em cada uma das línguas nacionais (que foram fixadas em quinze a partir da versão do brasão publicada em 1956). As Repúblicas Socialistas Soviéticas (R. S. S.) acabaram seguindo este modelo heráldico, e, embora seus brasões fossem desprovidos de qualquer caráter “nacional”, algumas delas conseguiram conservar algum caráter localizado (SLATER, 2007).

A R. S. S. da Bielorrússia projetava em seu brasão de armas [18.2] a imagem da porção setentrional do globo, com destaque para a silhueta da União Soviética e da Europa

Oriental, onde aparecia a figura do sol nascente, todo dourado, assim como a foice e o martelo cruzados, guardados pela estrela vermelha do comunismo. A guirlanda do brasão era formada por espigas de trigo, flores de trevo (gênero *Trifolium*) à direita do escudo e ramos de linho (*Linum usitatissimum*) à sua esquerda, cujo cultivo era favorável graças aos solos argilosos e o clima úmido da região (SOLOVIOV et al, 1983). O desenho de uma fita vermelha que envolvia a guirlanda com o lema estatal, escrito em idioma bielorrusso e russo, além da sigla *B.C.C.P.* (República Socialista Soviética da Bielorrússia) completavam esta réplica.

A projeção da silhueta geográfica da Europa Oriental fornecia um forte apelo em sua imagem ao avanço das causas do comunismo na região e desde o surgimento da primeira versão do brasão (1927), o objetivo central era ressignificar qualquer herança simbólica que fosse associada ao período em que o país esteve sob o domínio do Grão-ducadado da Lituânia (séculos XIV-XVIII) e do Império Russo (1795-1917), quando ostentava como emblema a *Pahonia* (anexo A) – figura de um cavaleiro medieval portando uma espada e sustentando um escudo com a imagem de uma cruz patriarcal dourada (cuja iconografia é comum às igrejas ortodoxas do Leste da Europa). Cabe ressaltar, ainda, que após o colapso do comunismo, as autoridades mudaram o nome do país para “Belarus”⁸⁸ na tentativa de reinventar uma toponímia *pura* que cumprisse em sua reivindicação territorial com o objetivo de criar um passado linear e homogêneo destituído do domínio russo-soviético.

O mesmo processo de representação foi utilizado na R. S. S. do Uzbequistão, onde o brasão mostrava a figura do sol radiante surgindo sobre o Nordeste do globo, com destaque para o mapa da Ásia Central, simbolizando o futuro da região sob o comando do comunismo, imbuído na imagem da foice na sua versão local (a *urak*) e do martelo cruzados na cor dourada. Completavam o desenho uma estrela vermelha entre uma guirlanda representativa da agricultura, formada por espigas de trigo maduras à sua esquerda do escudo e ramos de algodão à sua direita. Para Soloviov et al. (1983), esta república proporcionava a maior parte do algodão que se recolhia na ex-URSS, adquirido alto desenvolvimento nos ramos industriais ligados ao mesmo, sendo o clima da Ásia Central favorável ao seu cultivo. Os ramos vegetais estavam ornados por uma fita vermelha com a inscrição do lema estatal em idioma uzbeque e russo, além da sigla *Ўз.С.С.Р.* (República Socialista Soviética do Uzbequistão) [18.3].

⁸⁸ Segundo Otero (2006, p.298), o governo da Bielo-Rússia (sic) prefere a denominação de Belarus, que tende a generalizar-se, principalmente em documentos oficiais e protocolares, para atender ao pedido das autoridades dessa república. “Bielo-Rússia” deriva de Belarus, e alguns historiadores afirmam que a palavra significa “Rus branca”, nome dado à parte ocidental de Rus [Rússia], pelo fato de que essa região nunca esteve sob o jugo tártaro-mongol, ao contrário do que aconteceu com o resto do território [russo]. Na antiga língua eslava do leste, a palavra “branca” era sinônimo de “limpo”, portanto “não conquistado”. Outros acreditam que o termo “Rus branca” é dado por oposição aos russos de Kiev, que habitavam o território conhecido como “Rus negra”.

A representação cartográfica mostrava claramente a preocupação das autoridades de Moscou com o território na Ásia Central soviética, herdada da região do antigo Turquestão Russo, cujas fronteiras foram arquitetadas nos moldes stalinistas nas décadas de 1920 e 1930, alguns anos antes da adoção deste emblema heráldico. Hooson (1994, p.136) comenta que estas nacionalidades e novas repúblicas foram praticamente “inventadas e criadas por fusão arbitrária”; isso mostrava que região deveria ser vista como um “bloco” socialista em vez de uma única fronteira “nacional” individual, cujos limites não eram significativos e cristalizados ainda no imaginário popular. Vries (2012) ressalta que, inclusive, a primeira versão do brasão, além do idioma russo e uzbeque, trazia a inscrição em língua tajique, o que evidencia a complexidade de um caso não resolvido na demarcação fixa das etnias nacionais. Após a independência do país (1991), a estrutura do brasão de armas permaneceu a mesma dos tempos soviéticos, sendo que seus elementos foram forjados de forma a reconstruir, agora, o discurso em torno da paisagem pré-montanhosa do Vale de Fergana, junto com elementos mitológicos e religiosos da nova nação (anexo A).

A relação com a paisagem começa a aparecer como foco central na representação das cadeias montanhosas presentes nas fronteiras do domínio soviético. Na R. S. S. Quirguiz (ou Quirguistão) o tema central é o sol nascente, elevando-se das montanhas de Tian Shan, que formam uma linha ao longo da atual fronteira do país com a República Popular da China. Dentro dos limites da ex-URSS, encontravam-se sua parte ocidental, cujas cordilheiras geralmente oferecem bruscos contornos, com numerosos cumes pontiagudos em forma de picos, onde o relevo montanhoso ocupa 60% da superfície desta república (SOLOVIOV et al., 1983). A paisagem é envolvida por uma moldura em azul toda decorada com ornamentos dourados que são “típicos da arte folclórica quirguiz” (VRIES, 2012), enfeitando a esfera com a foice e o martelo; eles também aparecem no topo da fita vermelha que envolve um ramo de algodão (à direita do escudo) e uma espiga de trigo (à sua esquerda), como os principais produtos agrícolas da região. Abaixo da fita, há a inscrição “Proletários de todo o mundo – uni-vos!” em idioma quirguiz e russo, além da sigla *КЫРГЫЗ С.С.Р.* para a “República Socialista Soviética Quirguiz” [18.4]. Assim como no caso do atual brasão de armas uzbeque (anexo A), a paisagem das montanhas de Tian Shan é usada no presente brasão do país como uma reafirmação de sua identidade nacional (HESMER, 2008; VRIES, 2012).

Nas proximidades, a região do Mar Cáspio estava representada no brasão de armas da R. S. S. do Azerbaijão. Adotado em 1937, ele era formado por um escudo onde aparecia o como tema principal o desenho de uma plataforma de petróleo sobre um mar prateado, representado o desenvolvimento adquirido com as ricas reservas petrolíferas e o papel

exercido pela indústria pesada com suas construções mecânicas presentes na região de Baku-Suimgat, local “cujo petróleo é muito limpo e não contém mesclas nocivas”, sendo quase transparente (SOLOVIOV et al., 1983, p.255). Hobsbawm (1995) lembra que as ricas reservas de petróleo do Azerbaijão, já haviam promovido um embate geopolítico entre o império Britânico (que ansiava preservar o país como um Estado independente) e a União Soviética (que acabou anexado definitivamente a região à sua esfera de domínio) no Pós-Primeira Guerra Mundial. Além disso, do ponto de vista etimológico, o petróleo representa origem do nome do país,⁸⁹ cuja herança pós-soviética se faz presente com a imagem de chama acesa no atual brasão de armas do Azerbaijão (anexo A). No emblema soviético, o sol nascente aludia ao futuro brilhante do país, enquanto a estrela vermelha, o martelo e foice em dourado denotavam o triunfo do comunismo. Como símbolos da agricultura, havia ramos de algodão e espigas de trigo, envolvidos por uma fita vermelha que apresenta o lema estatal e o nome “República Socialista Soviética do Azerbaijão” em russo e azeri [18.5].

No brasão da R. S. S. Turcomena (Turcomenistão), usado após 1937, os elementos da agricultura (espigas de trigo, hastes de algodão e cachos de uva) aparecem ornando uma paisagem que mostra como tema principal os objetos característicos da indústria pesada (uma plataforma de petróleo e um oleoduto), com destaque para o símbolo de profundo significado e identidade do povo turcomeno: o tapete.⁹⁰ Tenora (1995, p.71) cita que “embora o brasão de armas contivesse itens da heráldica soviética [...], os comunistas locais não abandonaram este importante símbolo nacional”, pois constituía-se em um elemento simbólico crucial para caracterizar a cartilha da política de nacionalidades vinda do Kremlin conforme relembra Ferro (1996; 1998). Por detrás da paisagem formada pela estepe, erguia-se o sol, alusivo ao futuro da nação, enquanto a foice e o martelo cruzados, além da estrela vermelha destacavam o triunfo do comunismo sobre a região.

De fato, o brasão traduz em sua paisagem o relevo do país, caracterizado por planícies com uma parte considerável do deserto desprovido de água do Kara Kum e as cordilheiras de mediana altura de Kopet-Dag, em cuja fralda se encontram as zonas povoadas entre as quais

⁸⁹ “[...] a palavra deriva do termo persa ‘azar’, que significa ‘fogo’: Azerbaijão significaria então ‘a terra do fogo’, nome que teria sido motivado pelos templos zoroastrianos, com suas chamas alimentadas por azeite” (OTERO, 2006, p.200), embora as chamas dos templos zoroastrianos provinham dos gases subterrâneos e das poças de petróleo que afloravam em superfície e que acabavam se incendiando, na Península de Absheron (Baku), fazendo a região ser conhecida como “terra do fogo”.

⁹⁰ Os tapetes tradicionais feitos no Turcomenistão caracterizam-se por uma composição de desenhos de padrão geométrico, em geral, com um tom predominantemente vermelho, que apresenta uma figura central em forma de medalhão (chamados de *guls*). Seu desenho é baseado em formas florais ou elementos dos *tamghi* – antigos sinais tribais que incluem a representação de aves de rapina protetoras da tribo. No passado, cada tribo tinha o seu próprio emblema distintivo ou *gul*. No caso do brasão da R. S. S. Turcomena, o tapete apresentado continha o *gul* chamado *Yomal*, que não se referia a uma tribo específica, mas ao seu padrão de beleza (TENORA, 1995).

se localizava a capital Ashgabat (SOLOVIOV et al., 1983); as reservas de petróleo, a leste do país, com as áreas de extração e refino, conferem uma paisagem imaginada que é vista no sentido oeste-leste. Finalmente, o emblema trazia uma fita encarnada com o lema estatal em russo e turcomeno [18.6]. O atual brasão de armas apenas preservou a representação do tapete e dos elementos agrícolas da versão soviética (anexo A).

Em outros casos, para dissolver a nacionalidade ressentida pelo domínio soviético, a sensibilidade com a paisagem e o uso de símbolos de identidade cultural nos brasões se deu através da iniciativa do pintor armênio Martiros Saryan (1880-1972), cuja proposta foi adotada como emblema da R. S. S. da Armênia a partir de 1922. Em um escudo redondo, aparece em destaque a representação do monte Ararat (formado por dois picos: o Grande Ararat e o Pequeno Ararat), que está localizado no atual território da Turquia, mas visto a partir da capital Ierevan (em território armênio) no sentido nordeste-sudoeste. Considerado símbolo nacional da Armênia (HESMER, 2008) e presente em seu atual brasão de armas (anexo A), o monte trazia acima do topo no período soviético a imagem de uma estrela vermelha radiante, sobreposta pela foice e martelo cruzados, como sinal do triunfo do comunismo na região; logo abaixo aparece um cacho de uvas com folhas, cercado por duas espigas de trigo, simbolizando os produtos agrícolas e os recursos naturais. Segundo Soloviov et al. (1983), a viticultura e a fruticultura se encontram tradicionalmente nas terras irrigadas do vale do Ararat e nas áreas montanhosas se cultiva a agricultura de sequeiro, com a cevada e trigo. Circundavam a figura o nome “República Socialista Soviética da Armênia” e a faixa vermelha, com o lema “Proletários de todo o mundo, uni-vos!” em armênio e russo [18.7].

Na R. S. S. da Geórgia o esquema foi semelhante: o modelo adotado em 1937 era composto por um escudo em formato circular que mostrava uma estrela vermelha brilhando sobre uma silhueta branca (neve) e azul (relevo) – uma referência às montanhas do Cáucaso [18.8]. Em destaque apareciam a foice e o martelo cruzados em ouro, como sinais da vitória do comunismo, enquanto a estrela radiante aludia ao futuro da nação georgiana. Os símbolos da agricultura: um cacho e folhas de uva, além das espigas de trigo, completavam a parte central do escudo, que era circundado pelo lema estatal: “Proletários de todo o mundo – uni-vos!” escrito em georgiano (metade superior) e russo (metade inferior). O conjunto era ainda circundado por uma bordadura ornamental típica da cultura georgiana (HERALDICUM, 2012). Como atentou Slater (2007), a substituição das figuras de santos por outros símbolos da heráldica comunista foi aplicada à risca na Geórgia Soviética, onde a imagem de São Jorge como patrono da nação esteve arraigada aos símbolos do período pré e pós-soviético; mesmo o nome do país é creditado à figura do santo em uma de suas origens (OTERO, 2006).

Figura 18: Brasões de armas – o legado da heráldica comunista



18.1: Brasão de armas da União Soviética



18.2: Brasão de armas da R. S. S. da Bielorrússia



18.3: Brasão de armas da R. S. S. do Uzbequistão



18.4: Brasão de armas da R. S. S. do Quirguistão



18.5: Brasão de armas da R. S. S. do Azerbaijão



18.6: Brasão de armas da R. S. S. do Turcomenistão



18.7: Brasão de armas da R. S. S. da Armênia



18.8: Brasão de armas da R. S. S. da Geórgia

Figura 18: Brasões de armas – o legado da heráldica comunista [continuação]



18.9: Brasão de armas da R. S. S. da Transcaucásia (1930-1936)



18.10: Brasão de armas da R. S. S. da Carélia (1940-1956)



18.11: Brasão de armas da R. S. S. da Letônia



18.12: Brasão de armas da R. S. S. da Estônia



18.13: Brasão de armas da Romênia (1965-1991)



18.14: Brasão de armas da Coreia do Norte



18.15: Brasão de armas do Camboja (1975-1979)



18.16: Brasão de armas da Mongólia (1960-1992)

O formato redondo presente nestes brasões teve como predecessor o antigo emblema usado pela então República Federativa Socialista Soviética da Transcaucásia (1922-1936) [18.9]. A primeira versão do brasão (1923-1924) trazia por emblema, além da tradicional foice e martelo, a imagem do Monte Ararat e a figura do quarto crescente, ambas dentro de uma estrela ornamentada de cinco pontas, que representavam, respectivamente, as Repúblicas constituintes da Federação: Armênia, Azerbaijão e Geórgia. Nas versões de 1924-1930 e 1930-1936 aparecem a mesma temática: a imagem da cadeia de montanhas do Cáucaso sob as luzes do sol nascente com destaque para a foice o martelo cruzados e a estrela vermelha. Na base das montanhas há três vértices: na direita (de quem o observa) há um oleoduto e na esquerda uma fábrica com suas chaminés ativas; ao centro vêm-se os elementos da produção agrícola, com um cacho de uvas, um ramo de algodão, além de espigas de milho, arroz e trigo. O escudo estava cercado por uma fita vermelha com a sigla desta República escrita em armênio, russo, georgiano e azeri, além do lema estatal soviético.

Soloviov et al. (1983) mostram que a natureza da Transcaucásia é extraordinariamente variada e exerce forte influência na atividade econômica, onde o relevo montanhoso, que ocupa parte considerável de seu território, cria uma série de dificuldades para se trabalhar a terra, assim como a instalação de unidades industriais e vias de circulação. A projeção da indústria e da agricultura pujante deve ser considerada no simbolismo da heráldica comunista como o seu ícone mais característico e, a despeito das frustradas tentativas de se representar qualquer figura religiosa ou étnica em uma região de população multinacional por uma série de razões históricas, a representação das montanhas do Cáucaso acabou assumindo o pano de fundo necessário para expressar uma paisagem neutra e mítica.

Conforme recorda Ferro (1996), a prática soviética de criar um movimento “nacional” leal ao Estado na região da Carélia (russa) tinha por objetivo absorver a Carélia (finlandesa). Quando foi estabelecida a R. S. S. da Carélia (1940-1956),⁹¹ na fronteira com a Finlândia, o foco do brasão estava justamente na representação de uma típica paisagem da região: um rio em correnteza tendo ao fundo a silhueta da taiga e o sol nascente, que aludiam ao futuro da nação carelo-finlandesa. De acordo com Soloviov et al. (1983), na região estendem-se espessos bosques de abetos cuja massa verde obscura aparece interrompida por clareiras pantanosas com pequenos lagos; as águas dos lagos finlandeses deságuam via corredeiras no lago Ladoga e de lá, por meio do rio Neva, no mar em São Petersburgo (KLINGE, 2000). A paisagem ainda continha a estrela vermelha, além do martelo e foice cruzados, representando

⁹¹ Integrada à R. F. S. S. da Rússia como República Autônoma Socialista Soviética da Carélia entre 1956-1991.

a vitória do comunismo. Diferente dos emblemas das outras Repúblicas Soviéticas (em que o trigo era o elemento agrícola principal), o brasão de armas era adornado à sua direita com galhos de pinheiro (*Pinus sylvestris*) e à sua esquerda por espigas de centeio (*Secale cereale*) para representar as riquezas florestais e agrícolas; ambas estavam envolvidas por uma fita vermelha que trazia o lema estatal, assim como a sigla “R. S. S. Carelo-Finlandesa” escrita em finlandês e russo. Esta fita ainda era adornada por um bordado branco com desenhos típicos das roupas usadas pela etnia carelo-finlandesa [18.10].

Mas a estratégia de representar a paisagem foi mais além: ela destituiu o simbolismo que procurava criar um passado homogêneo e linear, sobretudo no caso dos Estados Bálticos, ocupados pelo exército vermelho após o pacto de Molotov-Ribbentrop, em 1940. Quando foi estabelecida a R. S. S. da Letônia, o brasão usado pelo país durante sua breve independência (1918-1940), com referências aos emblemas das regiões históricas de Vidzeme, Latgale e Kurzeme-Zemgale no século XVI (HESMER, 2008) junto com uma guirlanda de folhas de carvalho – tradicional símbolo das áreas rurais e ícone de resistência e durabilidade para o povo letão – (anexo A), foi logo substituído por uma versão ao estilo soviético que trazia (além da foice e do martelo dourado, da estrela vermelha e da tradicional guirlanda de espigas de trigo) a imagem do Mar Báltico. Diferente de outras Repúblicas Soviéticas, a localização da Letônia teria que mostrar obrigatoriamente o sol radiante em sentido poente, ao mesmo tempo em que destacava a importância marítima e geopolítica do Báltico como ponto estratégico e comercial na região do golfo de Riga. Os símbolos da vitória comunista sobre a região se completavam neste domínio com uma fita vermelha que envolvia a guirlanda, junto com o lema estatal em russo e letão, além da inscrição *Latvijas PSR* (em letão) para indicar a “República Socialista Soviética da Letônia” [18.11].

A história se repetiu quando da anexação da Estônia pelos soviéticos, onde o escudo dourado com a figura de três leões azuis e adornado com folhas de carvalho – presente desde o domínio dinamarquês no século XIII e perpetuado como símbolo sob a Ordem Teutônica (1346-1561) e as conquistas do reino da Suécia (1561-1710) e do império russo (1710-1918) – acabou substituído pelo modelo projetado ao estilo soviético, adotado em 1º de outubro de 1940. O sol nascente, a estrela vermelha, a foice e o martelo dourados que anunciavam o triunfo do regime comunista na região estavam acompanhados por uma grinalda de galhos de coníferas (à direita do brasão) e espigas de centeio (à sua esquerda) como símbolos da agricultura e dos recursos naturais, atados por uma fita vermelha que apresentava nas bordas o lema estatal soviético em russo e estoniano, presente na escrita *Eesti NSV* – República

Socialista Soviética da Estônia [18.12]. O atual brasão de armas da Estônia (anexo A) já havia sido usado pelo país em sua primeira fase de independência (1918-1940).

Mesmo na Europa, embora alguns países tivessem alterado seus antigos brasões após o avanço da esfera soviética no pós-Segunda Guerra (SLATER, 2007), a mudança mais drástica ocorreu com o brasão de armas usado pela República Socialista da Romênia (1947-1989) [18.13], aproveitando-se a destituição dos símbolos da realeza para usar da mesma receita: o foco na paisagem e nos recursos naturais. O brasão era formado por uma grinalda de espigas de trigo envolvidas por uma fita com as cores da bandeira nacional que continha, em seu centro, a imagem de um rio, tendo ao fundo as florestas de pinheiros, a representação de uma plataforma de petróleo e uma cadeia de montanhas, assinalando os “importantes recursos naturais da Romênia” (SMITH, 1980, p.185). O sol nascente no horizonte e a estrela vermelha expressavam essa promessa de uma nova era sob o comunismo. Nela estava um recurso para romper com o padrão simbólico do antigo brasão real, que prezava uma herança territorial oriunda das antigas regiões medievais da Valáquia, Moldávia e Transilvânia (HESMER, 2008), agregadas à “Grande Romênia” (1919-1940) – a maior extensão geográfica que o país havia alcançado em tempos de paz – e que não mais existia, dado às parcelas do território terem sido redistribuídas entre a União Soviética e a Bulgária mediante tratado.⁹² Quando brasão foi restaurado como símbolo nacional em 1992 (anexo A), houve apenas pequenas modificações “cuja combinação de motivos parece remontar ao passado da Romênia como um poderoso estado medieval” (KINDERSLEY, 2005, p.164).

Mas a heráldica comunista não ficou restrita à esfera do Leste Europeu, ela se estendeu com a mesma escala de reprodução a outras zonas do mundo socialista. No caso da República Democrática Popular da Coreia, a criação do brasão de armas – símbolo ainda sobrevivente nos dias de hoje – envolveu não apenas o discurso em torno da modernização da nação, mas se converteu no desejo de criar ali um espaço planejado no seu porvir, indicando claramente as relações entre a ideologia comunista e a fundação do país no início da Guerra Fria. Vries (2012) mostra que o projeto de criação do brasão de armas é atribuído à Kim Il-Sung, líder e fundador da Coreia do Norte, datado de janeiro de 1948, ao passo que o símbolo foi adotado meses depois (9 de setembro), quando a independência foi reconhecida [18.14].

O centro do brasão ostenta “uma paisagem que reflete a determinação do país a se industrializar” (SMITH, 1980, p.118) com a proeminente imagem da planta hidroelétrica e da

⁹² No contexto geopolítico da Segunda Guerra Mundial, após o pacto de Molotov-Ribbentrop (1939), a União Soviética anexou da Romênia a porção norte da Bucovina, a região de Hertza e a Bessarábia. Pelo Tratado de Craiova (1940), a parte sul da Dobruja foi cedida à Bulgária.

barragem de Sup'ung, no noroeste do rio Yalu, na fronteira entre a China e a Coréia do Norte.⁹³ Construída pelos japoneses entre 1937-1941, ela simboliza no brasão “a poderosa e moderna indústria pesada, além da classe trabalhadora” (VRIES, 2012), enquanto a torre de transmissão mostra que a prioridade do país naquele momento era a sua eletrificação. Atrás da represa, está a imagem da cadeira de montanhas de Paektusan (embora ela esteja localizada na fronteira nordeste do país, sendo uma paisagem fictícia se vista no plano real), que representa “a sagrada montanha da revolução [e da resistência contra os japoneses], onde o movimento de libertação nacional de Kim Il-Sung teve seu início” (HESMER, 2008, p.127).

A estrela vermelha evoca a glória desta tradição revolucionária e o futuro brilhante do povo (norte) coreano, bem como a liderança do Partido dos Trabalhadores da Coréia em criar uma nova estrutura econômica, social e política no país após a Segunda Guerra Mundial (SMITH, 1980). O escudo está ainda envolvido por uma grinalda de espigas de arroz que representam não apenas a base agrícola do país, mas a unidade entre a classe camponesa e proletária. O símbolo é adornado por uma fita vermelha com o nome oficial do país escrito em dourado. A sobrevivência do brasão nos dias atuais expressa contraditoriamente o discurso de um Estado que anseia projetar um programa nuclear pacífico no cenário internacional.

O desejo de planificar o espaço nos moldes socialistas sob a ótica do simbolismo foi exportado para outros Estados no período da Guerra Fria e, onde eles eram fracos e instáveis demais para manter qualquer controle político-militar, como foi o caso do Camboja ao cair sob o controle do Khmer Vermelho de Pol Pot (1975-1979), floresceu um emblema adaptado às ideologias do espaço utópico do regime. O brasão do país nesse período era composto da representação de um campo de arroz com uma série de sistemas de irrigação, com seus diques e canais em xadrez, tendo ao fundo uma fábrica, ressaltando o ideal da agricultura e da indústria. Uma coroa com espigas de arroz, envolvida com uma faixa vermelha que trazia o nome novo nome do país em idioma khmer (República Democrática do Kampuchea),⁹⁴ completando sua imagem idealizada [18.15]. Até então, a referência histórico-espacial no simbolismo da pátria cambojana havia se dado com as diferentes formas de representação do

⁹³ Conforme Smith (1975, p.118) e Hesmer (2008, p.127): Lênin estava ciente de que o sucesso de sua empresa não estaria completo até que ele afetasse as vidas cotidianas e as convicções dos cidadãos. Sua afirmação de que “o comunismo é o poder soviético mais a eletrificação de todo o país” também se reflete no projeto do brasão da República Popular Democrática da Coréia.

⁹⁴ O país, outrora chamado de Cambódia [...] Camboye ou Kamboy [...] e pelos europeus de Camboya, nome do povo (Kampuchea ou Khmer) que vivia em sua foz quando os portugueses chegaram aos mares do Oriente. [...] Alguns escritores [...] derivam a palavra “Kambuj” e o nome do povo “Khmer” da união mítica do sábio Kambu com a ninfa Mera. Isto é, unindo “Kambo” com “Jas”, onde “Jas” significa “filhos” ou “descendentes”. Assim, “Kambujas” significaria “filhos do rei Kambu”. Ao passo que a união de Kambu e Mera deriva o nome Khmer, povo que vivia nessas terras [...]. Os khmers chamam o território onde viviam Kampuchea ou Kambuja, desde o século XVI. [...] O nome “Kampuchea” foi o primeiro que teve o Camboja, no século X (OTERO, 2006, p.207).

templo de Angkor Wat, pois este era “uma das mais impressionantes estruturas arquitetônicas do mundo [...] construída no século XIV pelo Império Khmer, predecessor do moderno Kampuchea” (SMITH, 1980, p.115), atuando como uma espécie de ícone (ou totem) que reforçava o mito de fundação da nação moderna.

Esse rompimento criado no período do Khmer Vermelho deixava clara a intenção de reorganizar o espaço e a produção, ocultando qualquer referência individual no viés histórico, cultural e religioso, sobretudo ao fechar escolas e hospitais, abolir o sistema monetário, confiscar a propriedade privada e, talvez, sua prática mais atroz: expulsar as pessoas de áreas urbanas, que foram obrigadas a trabalhar em campos de arroz e projetos de irrigação por todo o país (BULTMANN, 2012).⁹⁵ Aqui, o simbolismo tentou antecipar a prática:

O objetivo do Khmer Vermelho era construir um espaço socialista perfeito [...]. Este espaço ideal tinha que ser coletivo, um ambiente socialista uniforme livre das características individuais que poderiam seduzir a população. O emblema nacional, com seus diques axadrezados, canais e uma fábrica acima, visualiza claramente a idéia utópica do regime e a “ausência de um lugar [específico]”. A idéia era construir um sistema de irrigação em todo o país com um tabuleiro de xadrez de campos de arroz de 1 por 1 hectare padronizados em grandes de canais e diques de 1 por 1 quilômetro. O terreno foi dividido em parcelas estritamente uniformes de terra, livres de quaisquer padrões “individualistas”. A diversidade existente das estruturas de irrigação de longa duração devia ser desmantelada e substituída por esta grade funcional. Entretanto, não apenas o espaço foi normalizado, mas também a produção, que teve de emanar da nova estrutura coletiva [...]. O objetivo era construir um sistema de irrigação que seria semelhante, mas maior e mais avançado que o sistema *angkoriano* antigo [século XIII]. O regime acreditava que a fonte de riqueza *angkoriana* residia no seu sistema de irrigação superior (BULTMANN, 2012, p.45-46).

Na Mongólia socialista (1924-1992), essa política ganhou corpo em virtude de sua nova constituição em 1960 [18.16]. O brasão desse período apresentava uma paisagem que incluía, de forma estilizada, o deserto, através da estepe e as regiões florestais da Mongólia (SMITH, 1980), além de uma montanha e do sol nascente. O cavaleiro, que em versões anteriores do desenho era representado em cores vivas, estava estilizado em um padrão monocromático e, no seu ato de correr em direção ao sol – cujos raios dourados indicam a prosperidade –, assinalava para o avanço da nação rumo ao comunismo (SMITH, 1980). O conjunto estava adornado por uma grinalda de espigas de trigo, indicando a principal produção agrícola e as aspirações camponesas, enquanto uma engrenagem representava a indústria e a classe proletária. A fita com as cores da bandeira nacional (azul e vermelho) que

⁹⁵ A maioria das medidas de terror de Estado impostas pelo Khmer Vermelho pode ser entendida como uma tentativa de obter controle sobre o seu próprio movimento e a população para transformá-los em “socialistas fiéis”. A tentativa de construir um espaço disciplinar e padronizado, além disso, resultou em perdas de colheitas e o agravamento da miséria. Cerca de 1,7 milhões de pessoas não sobreviveram a esta grande transformação da sociedade e do espaço devido à fome, cansaço, doença ou execução (BULTMANN, 2012).

envolvia a grinalda apresentava a sigla dourada em cirílico *BHMAV* (República Popular da Mongólia). Acima, a estrela vermelha trazia dentro de sua silhueta o símbolo cultural do povo mongol adaptado ao discurso político – o *soyonbo*.⁹⁶ Com o fim da República Popular da Mongólia (1992), o novo brasão de armas do país aproveitou para restaurar os elementos culturais e religiosos do povo mongol, em que a paisagem, antes representada no espaço físico em seu discurso, no plano concreto, agora tornou-se mística, no plano celestial (anexo A).

Após a queda dos regimes comunistas, a ascensão dos novos Estados independentes se estendeu além da perspectiva do retorno nostálgico de antigas bandeiras, brasões e hinos para muitos deles. Mais do que a invenção de tradições como dizem Hobsbawm e Ranger (1997), era preciso promover através do simbólico uma idéia de unidade acompanhada de uma nova identidade nacional nos antigos países comunistas, cujas fronteiras foram em grande parte construções artificiais e arbitrárias dos tempos da Rússia imperial e do stalinismo e abrandar os nacionalismos de base étnica que surgiram com força dentro de Estados multi-étnicos a partir da década de 1990. Por outro lado, questões de representação e unidade nacional já haviam aparecido anteriormente e em outro contexto nos mini-Estados que alcançaram a independência a partir da segunda metade do século XX e que viram como alternativa viável para tal a projeção de sua geografia. É a partir das bandeiras que a dimensão comunicativa da nacionalidade que se aproxima da *paisagem* e do *mapa* nesse momento específico.

4.5 Bandeiras como “paisagem” e como “mapa”

Este subcapítulo esforça-se em analisar o papel que as bandeiras nacionais tiveram a partir da segunda metade do século XX em diferentes regiões do mundo, cujo simbolismo criou uma ordem gráfica que apresenta um sentido geográfico em duas expressões principais: a *paisagem* e o *mapa* – imagens que são duas palavras-chave geográficas como aponta Cosgrove (2008). Ambas atuaram de forma semelhante no processo de criação de uma iconografia do discurso nacional que buscava a homogeneização e unidade dentro de entidades políticas heterogêneas e, onde tais territórios eram pequenos e dispersos, como em muitos dos arquipélagos colonizados, os apelos dos líderes de tais Estados foram para vencer

⁹⁶ Interpretações místicas foram dadas ao *soyonbo* ao longo da história da Mongólia. Atualmente a chama no topo é vista como uma promessa de prosperidade e progresso e suas três línguas de fogo indicam o passado, o presente e o futuro. O sol e a lua simbolizam a nação mongol e sua vida perpétua. Os triângulos em posição para baixo indicam as pontas de flechas indicam a queda dos inimigos. As duas barras horizontais representam a honestidade e a retidão, enquanto as duas em posição vertical simbolizam a proteção, a independência e a força, como as muralhas de um forte. O símbolo do yin-yang (*arga-bilge*) representa o universo na filosofia oriental, seu ideal de contraposição e complementação, assim como o homem e a mulher (ZNAMIEROWSKI, 2004; HESMER, 2008). No período socialista, ele era interpretado como o sinal de dois peixes, representando a vigilância, enquanto a estrela dourada aludia ao comunismo (SMITH, 1975).

os sentimentos locais e formar um corpo de cidadãos patrióticos (HOBSBAWM, 1990) onde tais símbolos se encaixaram (figura 19).

No caso idéia de paisagem, deve-se notar que a estrutura sintática da bandeira cria uma ordem associada aos seus valores semânticos, cuja interpretação leva à idéia de um cenário ideal que se traduz em vários graus de estilização. A criação e manutenção de tais discursos ocupa uma posição crucial na identidade nacional, pois “uma grande região, tal como a do Estado-nação, está além da experiência da maioria das pessoas, mas pode ser transformada em lugar – uma localização de lealdade apaixonada – através do meio simbólico da arte, da educação e da política” (TUAN, 1985, p.149) em que a paisagem assume “[...] um corpo de prática cultural, econômica, política ou administrativa que é crucial no fazer da história tanto no ambiente real e no representado” (PAASI, 2008, p.513). A bandeira, como símbolo, tem o poder de evocar tais lembranças ou sentimentos particulares, e é a partir da “leitura” dos objetos gráficos que a compõe, que se cria uma conexão em diferentes graus com a realidade espacial a sua relação com a paisagem real ou idealizada pelo símbolo.

Já nas bandeiras cuja expressão gráfica revela elementos cartográficos, existem duas vias de representação: aquelas que possuem em seu desenho o mapa de um determinado território e, em segundo lugar, as bandeiras cujo grau de estilização fazem lembrar (ou assumem) a função de um mapa, servindo como uma variação semiótica desta temática (KNOWLTON, 2012). Na primeira via, Kaye (2001) chama estas bandeiras de *mappy flags* (bandeiras com mapas), reportando-se apenas ao uso de mapas que apresentam um território específico como um elemento gráfico identificável. Embora Kaye (2001) desconsidere os mapas altamente estilizados é possível fazer uma análise da estrutura representativa dessas bandeiras através do contexto de seu desenho, desconstruindo seus elementos para entender como a sua estrutura recorda a “função de um mapa”, que envolvem aspectos de localização, quanto de diferenciação dos lugares e territórios a fim de estabelecer uma semelhança entre os elementos de uma bandeira e as partes constituintes de uma entidade política (KNOWLTON, 2012), algo que pode ser feito por faixas e estrelas, por exemplo. Para esse tipo específico de representação, aplica-se a terminologia “bandeiras como mapa”.

Ainda, conforme relembra Knowlton (2012), os mapas são a taquigrafias visuais para características geográficas que existem apenas como convenções da cultura humana. Eles são topologicamente compatíveis às entidades que representam no sentido que demonstram o arranjo das partes constituintes de uma entidade política, pois indicam quais áreas devem ser incluídas em determinada entidade e quais não, sendo uma representação abstrata adequada para mostrar o que se deve ou não ver. Além disso, os mapas participam na fixação das

relações temporais no espaço euclidiano, decretam construções homogêneas do cultural, do social e da política, e, assim, dão lugar ao “geo-corpo” de uma nação, ao mesmo tempo em que obscurecem as relações de poder envolvidas na sua produção (CAMPBELL, 1999).

A bandeira bicolor da Ucrânia projeta uma “paisagem imaginada”, como um quadro simplificado para o espectador de forma a revelar a iconografia de uma nação em busca da unidade [19.1]. A versão bicolor desta bandeira surgiu em 1848, após o Congresso de Lvov (HESMER, 2008), baseada nas cores usadas na antiga região austro-húngara da Rutênia (FIREFLY, 2003), cuja origem está no Estado medieval da Rus de Kiev, que surgiu no século IX (COSTANTINO, 2005) e no escudo azul com o leão dourado usado pelo principado da Galícia-Volynia na região entre os séculos XIII-XIV (BRESCHI, 2012; PREUSS, 2012). Foi com essas cores – amarela superior e azul inferior – que a primeira bandeira nacional surgiu em 1918, quando o país obteve uma breve independência do esfacelado Império Russo, até ser novamente cooptado pelos bolcheviques (1921). Ela foi adotada novamente em 1991, após o fim do regime soviético, quando a ordem das cores foi alterada de posição.

Na tradição popular, o azul representa o céu, enquanto a faixa amarela alude aos vastos campos de grãos, em especial o trigo, que crescem em seu território e compõem a típica paisagem agrícola do país (ZNAMIEROWSKI, 2004; BAKER, 2005; KINDERSLEY, 2005, PREUSS, 2012). Como uma forma de rememorar a tradição romântica associada aos campos agrícolas, à natureza e à vida rural secular de seus habitantes, marca impressa desde a formação do povo proto-ucraniano (STEBELSKY, 1994), a paisagem agrícola [19.2] é também uma forma de criar uma unidade em torno da disparidade cultural existente entre russos e ucranianos (bem como as minorias húngaras e polonesas), cujas clivagens econômicas e étnico-regionais, reforçadas durante as etapas da formação territorial do país nos séculos XIX-XX, ainda hoje se mostram presentes, conferindo um desafio à unidade e identidade nacional do país.

Stebelsky (1994), Shulman (2006) e Kuzio (2010) mostram que no século XIX os territórios etnográficos ucranianos estavam divididos entre os Impérios Russo e Austro-Húngaro e as condições para o desenvolvimento político também diferiram entre os dois impérios. A Áustria – uma monarquia constitucional com parlamentos federais e provinciais – tolerava a representação de diferentes nacionalidades, permitindo a formação de uma *intelligentsia* que desenvolveu uma consciência patriótica ucraniana local. A Rússia, em contraste – uma autocracia com uma burocracia centralizada – tornou obrigatório o ensino da língua russa, proibindo qualquer forma de manifestação de língua ucraniana. Com a Primeira Guerra Mundial, os territórios de fala ucraniana foram divididos entre a União Soviética

(leste) e a Polônia, Romênia e Tchecoslováquia (oeste), promovendo diferentes caminhos para o desenvolvimento de uma consciência nacional ucraniana. Após a Segunda Guerra Mundial a maioria destes territórios acabou recuperada com a formação da R. S. S. da Ucrânia, que, com a independência (1991), transformou-se em um país bi-étnico e bi-lingüístico como resultado da política de russificação e, de um modo geral, as regiões ocidentais são ocupadas mais fortemente pelos ucranianos étnicos de fala ucraniana, cuja economia é predominantemente agrícola, enquanto que as regiões leste e sul do país são compostas em sua maioria por ucranianos de fala russa e russos étnicos, sendo amplamente caracterizadas por uma economia fortemente industrializada (SHULMAN, 2006).

No Báltico, a bandeira tricolor usada pela Estônia [19.3], apresenta nas cores azul, preto e branco uma associação com os aspectos naturalísticos (BRESCHI, 2012), pois estas cores estão presentes em outros dois símbolos nacionais: a flor centáurea ou escovinha (*Centaurea cyanus*) e a andorinha-das-chaminés (*Hirundo rustica*). Introduzida em 1881 na época do domínio imperial russo por estudantes estonianos (HESMER, 2008), a bandeira foi adotada em 1920, depois da primeira independência do país e foi restaurada como símbolo nacional após o período sob domínio soviético (1945-1990). O azul representa o céu, a água e a fidelidade, o preto é associado não apenas à cor do solo, mas também ao passado de sofrimento e opressão dos estonianos, seus antepassados e os dias lúgubres de servidão (PREUSS, 2012) como elemento humano na paisagem, pois Znamierowski (2004) e Hesmer (2008) mencionam que o preto também representava o povo estoniano em virtude do casaco negro que usavam os camponeses; Hobsbawm (1990) atenta que a palavra “estoniano” foi usada apenas na década de 1860, pois, antes disso, os camponeses não se viam como um grupo etnolingüístico específico e chamavam-se a si mesmos de *maarahvas*, isto é, “povo do campo”. O branco é a cor da neve e expressa o desejo de liberdade (FIRELFY, 2003; ZNAMIEROWSKI, 2004; BAKER, 2005; KINDERSLEY, 2005).

Todos estes elementos atuam em conjunto para criar a metáfora de uma paisagem comum durante o inverno, pois a faixa negra é associada semanticamente a um “momento obscuro na história do país”, portanto, ela evoca um aspecto crucial na sintaxe ao ser comparada com o interior escuro de uma floresta, como uma associação topofóbica. Ao rememorar os espaços naturais, a estilização de suas faixas horizontais proporciona um elemento semiótico que converte a paisagem imaginada a um discurso romântico e bucólico que permite rememorar a pátria como solo natal [19.4].

A bandeira da Groenlândia – país autônomo que faz parte do Reino da Dinamarca, obtendo seu auto-governo em 1979 – mostra a representação estilizada da esfera solar nas

cores vermelha e branca, reforça a idéia de uma paisagem que “serve como metáfora para a distinção cultural e as práticas identitárias” (SØRENSEN, 2008, p.114) de seus habitantes [19.5]. Adotada em 1985, após a concessão de maior autonomia política, a bandeira expressa, com sua faixa branca, a extensa camada de gelo que cobre 83% da ilha (ZNAMIEROWSKI, 2004); o meio-círculo em branco representa os icebergs e as calotas glaciais que flutuam sobre o oceano (PREUSS, 2012), que fica avermelhado em virtude do movimento realizado pelo sol (meio-círculo em vermelho) na linha do horizonte durante os curtos meses do verão no círculo polar ártico (BAKER, 2005).

As cores branca e vermelha também recordam a *Dannebrog* (bandeira dinamarquesa) e os laços políticos que o país ainda mantém com a Dinamarca (BRESCHI, 2012). O fato de a Groenlândia não usar a cruz nórdica como símbolo nacional ressalta sua autonomia política⁹⁷ na dualidade existente entre os groenlandeses formados pelos dinamarqueses residentes, cuja vida é sazonal e ligada às escassas áreas urbanas, e o povo *inuit*, cujo habitat caracteriza-se pelos assentamentos coletivos e o contato com o vasto ambiente físico. Assim, ela recorda a influência do mar e do gelo como parte de uma paisagem em torno do círculo polar Ártico nos meses de verão e sua representatividade consubstancia-se aos atos de caça e pesca do povo *inuit* em seu típico ambiente de vivência e identidade, cuja vida é permeada pelas adaptações à natureza e às condições climáticas e ambientais dos amplos espaços abertos (SØRENSEN, 2008). O discurso nacional em torno da autonomia e dependência política assume no caso da Groenlândia uma relação com as cores, cuja diferenciação é a ausência da tradicional cruz nórdica. Soma-se a isso o fato de que:

Os groenlandeses [*inuit*] destacam-se como parte de uma paisagem particularmente severa e impressionante em um grau muito mais elevado do que os europeus [...]. A fusão metafórica de groenlandeses, mar, gelo e montanhas tende a ser muito mais forte e mais contemporânea do que os dinamarqueses, os campos de aveia e as faias (SØRENSEN, 2008, p.110).

Na Oceania, por sua vez, a bandeira do arquipélago do Kiribati, adotada em 1979, simboliza uma paisagem avistada de cada uma de suas ilhas [19.6]. Fruto de uma competição local, seu desenho se baseou no antigo brasão de armas colonial, usado pelos britânicos desde 1937 (HESMER, 2008; VRIES, 2012; PREUSS, 2012). No símbolo, as ondas em branco e azul representam a vastidão do Oceano Pacífico, abrangendo 5 milhões de quilômetros quadrados ao longo do Kiribati. Sobre ele, aparece a figura do sol à frente de um horizonte

⁹⁷ Fonte: **Greenland's Flag**. The Nordic Council, 2012. Disponível em: <<http://www.norden.org/en/the-nordic-region/the-nordic-flags/greenlands-flag>>. Acesso: 15 dez. 2012.

avermelhado que representa o amanhecer, a renovação dos dias e o despertar da nova nação, como também a linha do Equador, que corta as ilhas por cerca de 4 mil quilômetros. A fragata (*Fregata ariel*) é o símbolo da autoridade, da liberdade e da soberania sobre as águas do oceano (FIREFLY, 2003; KINDERSLEY, 2005, PREUSS, 2012), por ser usada nas cerimônias tradicionais, conferindo status aos líderes locais (ZNAMIEROWSKI, 2004).

Na paisagem projetada pela bandeira, a fragata destaca-se como ave culturalmente significativa (totêmica) para a população local e que foi abarcada no discurso do país como um elemento de soberania em relação à amplitude do arquipélago. Ela também assume a metáfora de “nascimento da nação”, encarnada pelo sol e pelas águas, cuja imagem da fragata assume o papel da soberania, como uma forma de resgatar a cultura local e transformá-la em um discurso de unidade nacional em uma área fortemente internacionalizada pelo domínio franco-britânico-norte-americano que criou uma miscelânea de Estados dependentes/independentes. Deve-se levar em conta que os fatores étnicos, religiosos, culturais e lingüísticos são ainda complexos, sobretudo em virtude da alta taxa mobilidade da população entre as nações do Pacífico, cujo movimento migratório inter-ilhas é maior do que qualquer outra região do mundo, o que torna complexa a formação de uma identidade nacional, algo que ainda é recente, limitado e frágil (CROCOMBE, 1994).

É no Caribe, com outra ex-colônia britânica, que a paisagem vai assumir seu viés, desta vez, não com espécies animais, mas através das cores como evocação da herança ancestral como no exemplo da bandeira de Antígua e Barbuda [19.7]. Adotada em 1967, ainda como “Estado Associado” à Grã-Bretanha e confirmada com a independência (1981), ela é formada por um desenho peculiar, com dois triângulos exteriores que compõem uma divisão em “V”, aludindo à vitória, onde aparece um sol radiante que assinala o nascimento de uma nova era sobre um horizonte de cor negra, que simboliza a ancestralidade africana; abaixo deste encontra-se uma faixa azul, que representa o mar do Caribe, enquanto a faixa branca é associada às claras areias de suas praias e a esperança (BAKER, 2005; COSTANTINO, 2005; KINDERSLEY, 2005). A cor vermelha representa o dinamismo do povo. De fato, a imagem da bandeira evoca uma paisagem vista do oeste para o leste, onde a cor negra na linha do horizonte simboliza o olhar com direção ao continente africano, origem da maioria de sua população (vermelho, preto e amarelo são cores pan-africanas). Smith (1980), Firefly (2003), Znamierowski (2004), Hesmer (2008) e Preuss (2012) relatam também que as cores em amarelo, azul e branco indicam as principais atrações turísticas da ilha: sol, mar e areia.

As cores pan-africanas vão servir de base para outra bandeira criar uma ordem com sentido de paisagem: o Malauí [19.8]. Ocupando um território às margens do lago Niassa, a

ex-colônia britânica adotou sua bandeira em 1964, junto com a independência, baseando-se nas cores do Partido Congressista do Malauí (SMITH, 1980). A faixa verde representa a terra cultivada, bem como suas florestas, campos (PREUSS, 2012), recursos naturais (BAKER, 2005) e paisagens (HESMER, 2008) ao longo da fronteira ocidental do país. Sobre o horizonte negro, representando a ancestralidade africana, o sol vermelho da independência se levanta para assinalar uma nova era, como símbolo de esperança e liberdade para toda a África (ZNAMIEROWSKI, 2004), cujo simbolismo da faixa central vermelha está associado à *kwacha* (sol da aurora) e refere-se à origem do nome do país em língua nativa (FIREFLY, 2003; COSTANTINO, 2005), que significa “luz refletida”, “neblina brilhante” (OTERO, 2006), “águas flamejantes” (SMITH, 1980; HESMER, 2008) ou “grande água” (VRIES, 2012) em alusão ao sol que se eleva sobre o lago Niassa – mostrando uma paisagem avistada que é expressa graficamente pela bandeira no sentido oeste-leste se esta estiver orientada na posição norte-sul.⁹⁸

Em uma época caracterizada pelo nacionalismo liderado pelos partidos políticos na vanguarda estudantil da segunda metade do século XX, a primeira bandeira de Bangladesh mostra a importância que o mapa assumiu como elemento do discurso separatista. Desde a independência da Índia Britânica e a fragmentação do país entre os islâmicos Paquistão Ocidental (1947) e Paquistão Oriental (1955), a chamada “Liga Awami” assumiu o comando como principal partido político de orientação comunista em Bangladesh. Desde a década de 1960, as dissidências dentro do partido, sobretudo pela “Liga dos Estudantes” que defendiam um programa socialista independente para Bangladesh e a luta armada contra o Paquistão Ocidental alentaram o desejo de separação. Nesse contexto, foi Abdur Rab quem primeiro hasteou a bandeira do Bangladesh independente sob uma figueira no campus da Universidade de Dacca em 2 de março de 1971 (MANIRUZZAMAN, 1975).

Formada por um campo de cor verde – uma associação ao islamismo que mais tarde passou a representar as florestas do país (SMITH, 1980; BAKER, 2005; PREUSS, 2012), a exuberante paisagem que forma (FIREFLY, 2003) e a jovialidade (ZNAMIEROWSKI, 2004; HESMER, 2008) –, a bandeira continha um disco vermelho que representava o sol da liberdade, tingido de vermelho pelo sangue derramado na luta armada pela independência.

⁹⁸ Entre 2010 e 2012, o símbolo foi alterado pelo presidente Bingu wa Mutharika sem nenhuma razão [política] em particular (PREUSS, 2012), alegando que o país “já havia se desenvolvido desde o seu processo de independência” e que o sol, agora branco, não deveria ser mais nascente, mas figurar no centro da bandeira, adotada conforme a tricolor original de Marcus Garvey (BRESCHI, 2012). Entretanto, em meio aos protestos populares, a bandeira imposta foi revertida pelo Parlamento após a morte de Mutharika, mostrando que em seu processo de cristalização, o símbolo (e sua dimensão de paisagem) está mais próximo do povo do que as justificativas da nação (ESTÉVEZ, 2004).

Nele, havia ainda um mapa dourado – inspirado no texto do hino nacional “Minha Bengala Dourada”, escrito por Rabindranath Tagore (BRESCHI, 2012) – que mostrava o perfil geográfico de Bangladesh como uma entidade política separada territorialmente do Paquistão Ocidental [19.9].

O que este exemplo mostra é que o mapa enquanto logotipo (ANDERSON, 2005) deveria ser reconhecido de imediato e visível em toda parte para penetrar profundamente na imaginação popular de forma a converter-se em um emblema poderoso do nacionalismo de base estudantil. Entretanto, seu insucesso enquanto instrumento de mobilização das massas mostra que a necessidade por um símbolo poderoso deve emanar não apenas das elites, mas dos apelos de base popular para se criar um imaginário de nação. Assim, o mapa acabou omitido em dezembro de 1971 pela dificuldade técnica de se reproduzir o desenho na bandeira em ambos os lados (SMITH, 1980; HESMER, 2008; PREUSS, 2012) e por ser uma “reminiscência desagradável da partilha de Bengala” (COSTANTINO, 2005, p.42).

No Camboja, a representatividade da nação encontra-se no passado linear criado pela imagem do templo de Angkor Wat (construído no século XII), aparecendo pela primeira vez na bandeira do país em 1863, época em que era protetorado francês (BRESCHI, 2012). O templo tornou-se um símbolo e orgulho da nação (SMITH, 1975), figurando em todas as bandeiras que o Camboja adotou durante a sua história, nas cores branca, azul e vermelha; durante o período de influência do comunismo (1975-1989), a cor vermelha passou a figurar por completo e a imagem do templo passou a ser estilizada em amarelo (HESMER, 2008; PREUSS, 2012), mesmo nos anos de domínio do Khmer Vermelho – uma clara cópia e alusão da influência do estandarte dos comunistas no século XX (ZNAMIEROWSKI, 2004).

Arrasado pela extensão da Guerra do Vietnã em curso desde a segunda metade da década de 1970, a intervenção das Nações Unidas em outubro de 1991 impôs um cessar-fogo através da Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC). Os partidos políticos envolvidos no conflito, apesar da incompatibilidade de ideologias, chegaram a um acordo sobre o padrão para a bandeira que representou o país sob o comando da UNTAC (1991-1993) enquanto se aguardava o fim da guerra civil. Ela trazia a silhueta geográfica do Camboja com a inscrição em khmer do nome do país (Kampuchea) sobre um fundo azul, cores estas as mesmas da bandeira da ONU, demonstrando o papel exercido pelo mapa como e por um agente neutro através da representação do território nacional [19.10]. Porém, a restauração da monarquia a partir de 1993 ressuscitou Angkor Wat como ícone da nação. Como esclarece Knowlton (2012, p.64), em ambos os casos, “a bandeira foi adotada em circunstâncias de guerra civil, quando o uso de bandeiras para significar quaisquer ideais

particulares poderia ter sido considerada imprudente”, sendo que o mapa surgiu como um símbolo máximo sem qualquer propensão (KAYE, 2001).

Dentre as bandeiras nacionais, a única que atualmente apresenta um mapa é a do Chipre, localizado no Mediterrâneo, já que a República Kosovo ainda não é reconhecida integralmente como um Estado nacional soberano.⁹⁹ A ilha cipriota, historicamente habitada por grego-ortodoxos e turco-muçulmanos e revela a fragilidade destas duas comunidades na formação da unidade nacional. Colonizada por fenícios, gregos, romanos e bizantinos, o Chipre caiu nas posses do Império Otomano, até ser conquistado pelos britânicos como base estratégica em 1878 (BRESCHI, 2012). Com a independência da Grã-Bretanha (1960), a ilha adotou como símbolo uma bandeira que procurava refletir a totalidade de seu território, com um estandarte que não contivesse nenhum simbolismo grego ou turco para o “novo Chipre” (FIREFLY, 2003; PREUSS, 2012). Para esta solução foi criada uma competição, na qual se sagrou como vencedor o desenho feito pelo pintor Ísmet Güney (HESMER, 2008) [19.11].

Dessa maneira, o campo branco representa o ideal de paz que deve permanecer na ilha, sendo que os dois ramos verdes de oliveira representam a convivência pacífica entre cipriotas gregos e turcos naquela nação (ZNAMIEROWSKI, 2004; KINDERSLEY, 2005) como ideal de paz e prosperidade (SMITH, 1980). Em amarelo-ouro, está estampado o mapa da ilha, para representar a unidade total do país, ao passo que esta cor representa o cobre, que, conforme descreve Otero (2009, p.369), “[...] Dada a importância que esse mineral teve para a ilha, os gregos puseram-lhe o nome de *Kypros*, que em grego significa ‘cobre’, e dessa palavra derivou ‘Chipre’”. Apesar do apelo à unidade da bandeira cipriota, realidade geográfica mostra que após a invasão da Turquia, em 1974, (sob o pretexto de proteger os cipriotas turcos) contra o governo pró-Grécia, 40% da ilha passaram a fazer parte da República Turca do Norte do Chipre – nação fundada em 1983 e reconhecida apenas pelo governo turco que usa sua própria bandeira,¹⁰⁰ embora seja a bandeira de toda a ilha e a única reconhecida internacionalmente, só é utilizada pela comunidade grega (COSTANTINO, 2005).

Outro esforço em prol da exaltação da figura do território como forma de desviar o foco dos conflitos étnicos ocorre justamente com a bandeira da República do Kosovo, adotada em 18 de fevereiro de 2008 pela Assembléia Nacional, após uma competição supervisionada

⁹⁹ A República de Kosovo declarou sua independência da Sérvia em 17 de fevereiro de 2008. Atualmente (2012), apenas 93 das 195 dos membros das Nações Unidas reconhecem o país como Estado soberano.

¹⁰⁰ A bandeira da República Turca do Norte do Chipre, adotada em 1984, prega em seu simbolismo uma relação étnico-religiosa com a Turquia, utilizando as cores reversas às da bandeira daquele país – um campo retangular branco onde se insere um crescente e estrela em vermelho – simbolizando o islã (ZNAMIEROWSKI, 2004; BAKER, 2005) como caráter de unidade nacional; a “cor reversa” é usada para assinalar a bandeira como “cipriota”, porque a bandeira “oficial” do Chipre também é toda branca (PREUSS, 2012).

pelas Nações Unidas [19.12]. Anteriormente, os albaneses do Kosovo usavam a águia negra bicéfala da República da Albânia como símbolo étnico e os grupos étnicos pró-Sérvia, usavam a bandeira tricolor daquele país, o que motivou a escolha de uma bandeira neutra (PREUSS, 2012). Como uma forma de promover a tolerância étnica, a proposta vencedora mostra sobre um campo azul, cor associada à idéia de União Européia (KINDERSLEY, 2008; ELGENIUS, 2011), o mapa do país em amarelo-ouro, representando a totalidade de seu território. Acima da silhueta geográfica encontram-se seis estrelas brancas em forma de arco (simbolizando a paz) para representar os seis principais grupos étnicos do país: albaneses, sérvios, turcos, goranis, roms (ciganos) e bósnios.¹⁰¹ Ao colocar o território em evidência, a bandeira procura exprimir o espírito de respeito e tolerância sobre todos os grupos étnicos (BRESCHI, 2012), adotando o mapa como um símbolo único e neutro (KAYE, 2001), pois suas cores e símbolos foram meticulosamente articulados para não fazer qualquer referência aos albaneses (vermelho e águia negra) e sérvios (tricolor em vermelho, azul e branco).

De forma semelhante, embora mais “abstrata”, a ex-colônia britânica de Gâmbia, na costa da África Ocidental, ao conseguir sua independência nacional em 18 de fevereiro de 1965, adotou sua bandeira com a consultoria do *Royal College of Arms* de Londres (ZNAMIEROWSKI, 2004). As cores de suas faixas, na horizontal, representam os aspectos físicos do país, bem como sua localização e sua paisagem (FIREFLY, 2003) na orientação norte-sul. O azul representa o rio Gâmbia, que flui por todo o centro do país no sentido leste-oeste e “cujas margens acompanham as fronteiras do Estado a uma largura de até 35 quilômetros” (HESMER, 2008, p.74). O vermelho é uma alusão ao calor do sol africano (PREUSS, 2012) e as savanas ao norte (BAKER, 2005; KINDERSLEY, 2005), enquanto o verde é uma associação feita à frescura das densas florestas tropicais ao sul do país, às margens do rio Gâmbia, com seus exemplares de “mangue, palma oleaginosa, cedro e mogno” (COSTANTINO, 2005, p.96), bem como a importância da agricultura (SMITH, 1980). As faixas brancas reportam a harmonia e paz entre os elementos “naturais” [19.13].

Tanto pela técnica artística utilizada do ponto de vista heráldico, quanto pela disposição dos elementos semânticos, essa bandeira é uma representação da percepção ambiental que o povo de Gâmbia tem de seu espaço vivido, cuja função é semelhante a de um mapa, mesmo que essa noção no símbolo extrapole o espaço político delimitado por sua fronteira com o Senegal e as nações vizinhas na costa da África Ocidental [19.14]. De fato, ao se escolher as cores da bandeira, estas procuram objetivamente não expressar os partidos

¹⁰¹ Os albaneses somam 92% da população total do Kosovo, enquanto os outros grupos étnicos compõem os 8%, devendo-se levar em conta o número expressivo de sérvios (CIA, 2012).

políticos que lideraram o processo de independência, nem os ideais do pan-africanismo (que regeram seus vizinhos francófonos) na região, mas sim a concepção dos recursos naturais e suas potencialidades em um país extremamente limitado em seu espaço físico, sendo o rio a grande veia cujas águas assumem a metáfora da pátria-mãe que nutre seus filhos.

A bandeira da pequena República de Nauru, adotada em 31 de janeiro de 1968, porta-se como um claro exemplo gráfico de um mapa de localização para a sua posição geográfica (FIREFLY, 2003; ZNAMIEROWSKI, 2004; BAKER, 2005; COSTANTINO, 2005; KINDERSLEY, 2005; HESMER, 2008; BRESCHI, 2012; PREUSS, 2012). O azul representa a imensidão do Oceano Pacífico, bem como a influência da bandeira da Austrália (SMITH, 1980) que havia administrado a ilha a partir de 1920 sob o mandato da Liga das Nações (e mais tarde pelas Nações Unidas), enquanto a faixa amarela retrata a linha do Equador, no qual a ilha se situa geograficamente ao sul ($0^{\circ} 32' S$ e $166^{\circ} 54' L$). Abaixo dela encontra-se uma estrela branca de doze pontas, representando as tribos que originalmente habitavam a ilha. Sua posição geográfica denota que a expressão gráfica desta bandeira atua como um “mapa simbólico” do país – com uma área de pouco mais de 21 km² e uma população de pouco mais de 11.000 habitantes –, que visto por uma imagem de satélite, permite comparar essa noção de escala que tenta aproximar seu modelo da realidade [19.15].

Em Tuvalu – com área de 26 km² – a representação gráfica em sua bandeira também assume um forte sentido de precisão cartográfica. A *Union Jack* presente no cantão da bandeira simboliza os fortes laços que marcaram o domínio colonial britânico do arquipélago (SMITH, 1980), bem como seu papel como membro da Comunidade Britânica (KINDERSLEY, 2005), enquanto o campo em azul claro alude à água do mar; nele estão inseridas nove estrelas de cinco pontas para representar as ilhas que formam o arquipélago, dispostas em sua posição geográfica (ZNAMIEROWSKI, 2004) se esta se encontra hasteada com a zona de tralha (próxima ao mastro) e a área do batente (parte que esvoaça ao vento) estiverem no sentido norte-sul (BAKER, 2005), ou seja, com o topo da bandeira orientado para o oeste (PREUSS, 2012) [19.16]. O nome Tuvalu, entretanto, significa em língua nativa “oito ilhas”, “cacho de oito” ou “grupo de oito” (FIREFLY, 2003; COSTANTINO, 2005; OTERO, 2006) e foi escolhido para assinalar os atóis de coral habitados (Nanumea, Nanumanga, Niutao, Nui, Vaitupu, Nukufetau, Funafuti e Nukulaelae) na época da independência, em 1978, englobando na bandeira o simbolismo ilha desabitada de Niulakita (HESMER, 2008). O ressentimento em virtude da colonização fizeram com que as autoridades do país substituíssem esta bandeira por uma versão desprovida da *Union Jack* e com apenas oito estrelas (1995-1997) para se ajustar à nova realidade, o que acabou esbarrando na resistência

popular (PREUSS, 2012). Esse fato mostra que a cristalização do imaginário (geo)gráfico da bandeira e a tradição britânica associada à monarquia e a Comunidade Britânica (representada pela Rainha Elisabeth II como chefe de Estado) ainda permanecem arraigadas no discurso de unidade nacional. Vale lembrar que enquanto objeto, a bandeira está mais próxima ao povo do que todas as justificações políticas da nação (ESTÉVEZ, 2004) e suas referências espaciais servem de base em uma região caracterizada por uma crescente gama de identidades, cada vez mais complexa e diferenciada entre seus grupos e indivíduos dentro dos próprios grupos (CROCOMBE, 1994).

Por outro lado, a bandeira da Bósnia-Herzegovina fornece o exemplo de um símbolo que tem procurado se ajustar ao longo do tempo para amenizar as tensões étnicas existentes entre bósnios, sérvios e croatas naquela nação, cujo governo central ainda continua fraco e onde os processos de reforma esbarram na forte divisão etno-política e o fantasma da fragmentação territorial ainda está presente, apesar dos progressos consideráveis em direção à reconciliação e integração durante a primeira década do pós-guerra (TOAL; MAKSIĆ, 2011). Logo após a independência da ex-Iugoslávia, o país adotou por bandeira em 4 de maio de 1992 um retângulo branco com o brasão usado pelo rei Estevão Tvrtko (HESMER, 2008; BRESCHI, 2012), referente à dinastia Kotromanic – os últimos governantes independentes da região, no século XIV – como uma forma de preencher homoganeamente o seu passado histórico como nação independente. Os croatas e sérvios tiveram muita resistência àquela bandeira e pediram a mudança para um desenho neutro após o acordo de paz de Dayton¹⁰² (KINDERSLEY, 2005), pois o brasão evocava um símbolo étnico puramente “bósnio” (PREUSS, 2012) dentro da nova idéia de federação. Em 4 de fevereiro de 1998 o desenho vencedor foi adotado, embora a idéia do mapa como elemento neutro tivesse até então prevalecido nas propostas anteriores.

A nova bandeira [19.17] procura simbolizar a neutralidade do país perante seus três grupos étnicos. Assim, o triângulo amarelo representa a trindade formada por bósnios, croatas e sérvios que habitam o país e que possuem direitos iguais (FIREFLY, 2003), como também lembra, por seu desenho, o formato estilizado do território da Bósnia-Herzegovina (BAKER, 2005; COSTANTINO, 2005; KINDERSLEY, 2005; HESMER, 2008). O campo azul escuro é

¹⁰² O Acordo de Dayton (1995) afirmou o étnico-territorialismo, dividindo internamente o país em duas entidades autônomas administrativas – a Federação [bósnio-croata] da Bósnia-Herzegovina e a República [sérvia] de Srpska. Elas se juntaram a um governo central fraco, que poderia tomar decisões apenas com o apoio e colaboração de representantes de ambas as entidades. O novo estado de Dayton da Bósnia-Herzegovina (que substituiu a República da Bósnia-Herzegovina de 1992) tinha sua soberania reconhecida internacionalmente e integridade territorial, mas o sistema histórico de governo e a “vida comum” de sua geografia multi-cultural foram em grande parte destruídas. Assim, os defensores de um Estado bósnio unificado foram forçados a aceitar a divisão interna do país em mini-estados étnicos (TOAL; MAKSIĆ, 2011).

derivado da bandeira da União Européia e a faixa de estrelas brancas (em sentido oblíquo e infinito) relembra que o país é parte integrante da “Europa” (ZNAMIEROWSKI, 2004; ELGENIUS, 2011) na tentativa de representar simbolicamente a unidade em um território que busca superar o *apartheid* cartográfico (CAMPBELL, 1999)¹⁰³ cujo fantasma das divisões étnico-territoriais estão ainda postas em prática (TOAL; MAKSIC, 2011) [19.18].

O problema do conflito étnico e do discurso em prol do território “nacional” encontra-se mais estilizado no pavilhão da auto-proclamada República Nagorno-Karabakh (Artsakh)¹⁰⁴ – um enclave regional autônomo de população armênio-cristã no território pertencente à República do Azerbaijão, país majoritariamente muçulmano. Este conflito regional persiste desde a independência de ambos os países da ex-URSS, mas cujas raízes vêm da política de nacionalidades implantada na esfera soviética (FERRO, 1996), reforçadas pela ausência de demarcação imediata das fronteiras entre as Repúblicas do Azerbaijão, Armênia e Geórgia na época de incorporação da Transcaucásia (1920-1921), cujo status das regiões de Nagorno-Karabakh e Nakhichevan só foi resolvido em 1922 (CORNELL, 1997), quando as autoridades soviéticas determinaram que Karabakh passaria para o território da República Socialista Soviética do Azerbaijão.

A bandeira de Nagorno-Karabakh exhibe as cores da vizinha Armênia, possuindo um sentido simbólico semelhante a esta: a faixa vermelha representa o sangue derramado de forma preservar a independência da nação; o azul alude ao amplo céu e o amor pela liberdade e o laranja a ligação com o solo pátrio (ZNAMIEROWSKI, 2004). A faixa branca rendilhada (<), voltada para a zona do batente (oeste se colocarmos na orientação de um mapa), além de ser um elemento decorativo semelhante aos tapetes locais (BRESCHI, 2012), é uma representação gráfica para explicar o desejo de separação da região e o retorno ao território da Armênia, na esperança de uma futura união dos armênio-cristãos com sua pátria natal [19.19]. Assim, este pavilhão configura-se como um discurso, semelhante ao que se observa no plano cartográfico, que evoca em seu imaginário simbólico o espaço territorial da auto-proclamada República de Nagorno-Karabakh em relação ao território do Azerbaijão, na busca por unidade e identidade das comunidades que se consideram armênias [19.20].

¹⁰³ O argumento aqui é que a diplomacia internacional e a sua cartografia (mapeando espaços “particulares” com povos “específicos”) desempenhou um papel importante, embora não sozinho, ao excluir a possibilidade de concepções não-nacionalistas para a comunidade política da Bósnia. É importante ressaltar que essas práticas performativas de representação simplesmente não “imaginam” um conjunto de identidades, mas também “não-pensam” um outro. Assim, as práticas de representação a cerca da dissolução da ex-Iugoslávia tem, portanto, uma dupla função: elas trazem uma concepção de ser, eliminando simultaneamente outras (CAMPBELL, 1999).

¹⁰⁴ Estado-nação declarado e estabelecido unilateralmente como soberano em 1991, sendo que não é reconhecido por nenhum outro governo como independente, tendo apenas relações diplomáticas com o governo da Armênia.

Figura 19: Bandeiras como “mapas” e bandeiras como “paisagens”



19.1: Bandeira da Ucrânia



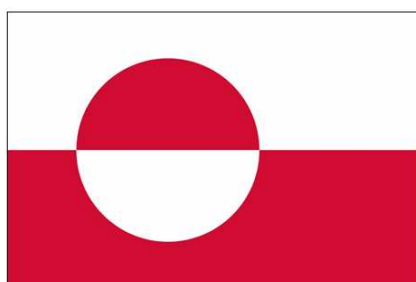
19.2: Campo de trigo



19.3: Bandeira da Estônia



19.4: Paisagem durante o inverno



19.5: Bandeira da Groenlândia



19.6: Bandeira do Kiribati



19.7: Bandeira de Antígua e Barbuda



19.8: Bandeira do Malauí



19.9: Bandeira de Bangladesh (1971-1972)



19.10: Bandeira do Camboja (1992-1993)

Figura 19: Bandeiras como “mapas” e bandeiras como “paisagens” [continuação]



19.11: Bandeira do Chipre



19.12: Bandeira de Kosovo



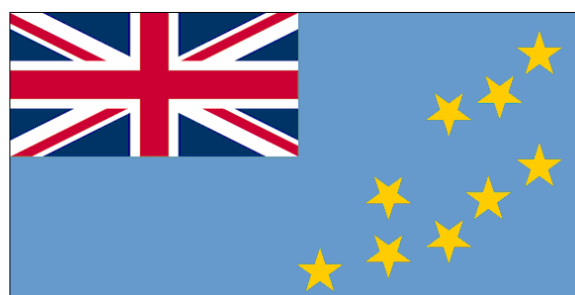
19.13: Bandeira de Gâmbia



19.14: Imagem de satélite da costa da África Ocidental



19.15: Bandeira de Nauru



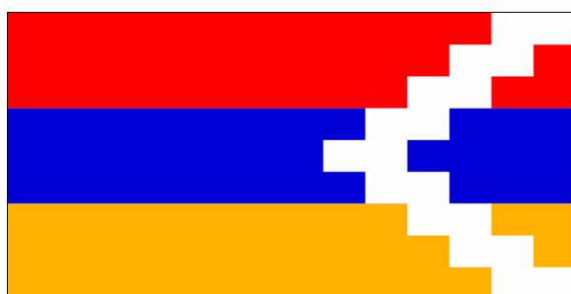
19.16: Bandeira de Tuvalu



19.17: Bandeira da Bósnia-Herzegovina



19.18: Mapa da Bósnia-Herzegovina



19.19: Bandeira de Nagorno-Karabakh



19.20: Mapa de Nargono-Karabakh

CONCLUSÃO

A nação, usando uma série particular de símbolos, oculta as divergências dentro de si mesma, transformando a realidade da diferença na aparência da similaridade, permitindo às pessoas se revestirem de uma “comunidade”, mesmo que imaginada, cujo relevo e integridade ideológica faz com que esta adquira uma unidade, um sentido de grupo. Conforme recorda Guibernau (1997, p.91) “a consciência de formar uma comunidade é criada através do uso de símbolos e da repetição de ritos que dão força aos membros individuais da nação”. O advento do Estado-nação moderno, com seu caráter institucional, bem como do nacionalismo, apoiado em sua base psicológica e ideológica, mostraram a capacidade que se tem de se criar e recriar velhos símbolos para fomentar e aumentar a coesão da nação. Além disso, para manter sua vitalidade, o discurso patriótico deve constantemente readaptar e reinterpretar tais símbolos dentro de novos contextos, aos quais incluem o papel exercido pela geografia, que acabam por se converter, ao rearranjar e substituir o povo e a sociedade pelas temáticas do território, região, lugar, paisagem e natureza, em uma construção geopolítica.

A formação dos Estados nacionais soberanos no mundo moderno se deu em virtude da evolução e predominância do modelo europeu, criando e legando uma série de novas entidades territoriais que enxamearam o globo, sobretudo nos últimos cinquenta anos, dentro de um sistema de reconhecimento mútuo internacional. A crescente competição das potências imperialistas por novas áreas de expansão se fez através dos impérios ultramarinos a partir do século XV, mas que atuou de forma catalisada pela expansão capitalista no final do século XIX, fragmentando o espaço em um conjunto de zonas de interesse econômico e geopolítico que mais tarde deram ao mundo uma nova série de entidades que jamais haviam possuído um precedente histórico. Como uma via de mão dupla, por sua vez, a adoção do modelo de Estado-nação europeu nos últimos dois séculos também alimentou as reivindicações dos povos e entidades regionais na busca por independência, sendo que o papel do nacionalismo se mostrou preponderante à medida que este passou a ser reproduzido e copiado nas mais diversas sociedades, acolhendo suas mais diversas ideologias e adicionando cada vez mais novas entidades dentro do quebra-cabeça do cenário político internacional.

Como a bandeira, o brasão e o hino são os símbolos oficiais desse modelo de Estados e têm o poder de evocar lembranças ou sentimentos particulares em seu processo ritual, é a partir da leitura sintática e semântica dos objetos gráficos que os compõem, que se cria uma conexão em diferentes graus com a realidade espacial a sua relação com a representação do

geográfico que envolve seus temas-chave, como a paisagem, o mapa, o lugar e a região. Além disso, os símbolos têm a função de exercer um papel conservador dentro desse discurso patriótico, pois mesmo que eles sirvam para expressar às vezes certa oposição e propagar a revolução, também podem contribuir para garantir a legitimidade do poder constituído e a adesão à ordem estabelecida pelo próprio Estado, desviando de foco os conflitos sociais e as concepções que sejam antagônicas à nação.

A classificação utilizada na análise inicial dos símbolos nacionais a partir de uma perspectiva geral evidenciou que as bandeiras, como o principal ícone visual da nação, converteram-se em símbolos de identidade ligados à solidariedade regional, política e cultural (daí o grande número de países que portam, por exemplo, as cores pan-eslavas, pan-africanas, pan-árabes ou tricolores revolucionárias em arranjos simples). A variedade de representações nos brasões de armas mostrou-se propícia à análise dos temas da geografia, em virtude do conjunto de imagens que suas estruturas simbólicas geram para compor as mais variadas esferas da nação. Os hinos nacionais, por sua vez, apresentaram ampla variedade de temáticas dentro do quadro histórico de símbolos analisados; como grande parte dos Estados nacionais é recente dentro da esfera política internacional, a temática da luta pela vitória e a conquista da independência, além da perspectiva de futuro e prosperidade da nação, acabou sendo selecionada para compor ou completar o imaginário dessas comunidades.

A partir dessas perspectivas traçadas, a análise das letras dos hinos nacionais da Escandinávia mostrou que sua estrutura narrativa revela as várias tentativas de se construir identidades nacionais em torno da paisagem e suas diversas escalas e contextos, recordando um passado mítico associado com as características regionais e históricas, buscando associar o relevo costeiro e continental ao modo de vida de comunidades ainda rurais, bem como criou o imaginário de países dominados por lagos, montanhas, fiordes e florestas de forma a inspirar a memória e afeição na posição norte da Europa. Tal processo envolveu o nacionalismo romântico do século XIX, que atuou em paralelo ao processo de constituição das fronteiras desses países nos últimos séculos para tornar poemas e canções populares em símbolos políticos desses Estados.

Nas Américas do século XIX, no que se refere ao processo de construção da nação e de seu nacionalismo *sui generis*, onde o caráter de diferenciação nacional possuía a mesma língua, religião e etnia que os Estados metropolitanos, os líderes políticos locais tiveram que lidar com uma sociedade agrária, de cultura geralmente iletrada e dispersa geograficamente, prevalecendo outros esquemas simbólicos para criar um processo de unidade e identificação em relação ao nacionalismo de esfera eurocêntrica. Nos novos Estados latino-americanos, a

bandeira e o brasão atuaram como símbolos visuais em paisagens idealizadas que mostravam as características da terra, os acidentes geográficos, os lugares de memória, as potencialidades agrícolas e os recursos naturais, além de ícones do regime republicano. Foi através da ação política legitimadora do Estado e da promoção dos rituais cívicos que os elementos da vida cotidiana poderiam ser associados com o simbólico, fazendo com que as pessoas pudessem construir certos vínculos identitários e visualizassem a nação como um todo.

No século XX, a função desempenhada pelos brasões na região do Caribe mostra que as espécies endêmicas da fauna e da flora assumiram forte papel como símbolos singulares da nação em sua vida cívica, portando-se como uma trama importante em seu discurso político de unidade nacional, sobretudo em uma região cujo espaço geográfico é reduzido devido ao seu caráter insular. A construção de uma identidade nacional com símbolos que evocam as origens étnicas (sobretudo de origem europeia, africana e indígena) e a fé popular (católicos, protestantes, religiões de origem africana e indígena) em seu pano de fundo completa o simbolismo desses brasões, onde houve esquemas simbólicos e tradições heráldicas residuais em que o status da antiga colônia fora mantido de alguma forma, mesmo quando seu conteúdo tinha sido completamente mudado como lembra Mohammed (2002). Nos símbolos da África, por sua vez, evidencia-se que o controle sócio-político instável, os conflitos étnicos, além do *status quo* e fragmentário das fronteiras territoriais delimitadas pelas potências imperialistas, são elementos que prevaleceram de forma persistente para tornar metaforicamente as águas dos rios, as paisagens litorâneas, os aspectos da toponímia e os grandes animais como ícones para os mitos de fundação e os apelos de unidade nacional em torno dos limites físicos em uma série de Estados com histórico de conflitos multi-étnicos.

A ascensão do Estado soviético (1917-1991) – onde os anseios de uma Revolução mundial que não aconteceu entraram em confronto com a esfera de poder e a velha prática da expansão territorial dos tempos imperiais –, teve que lidar tanto com nacionalidades, quanto com esquemas simbólicos já existentes. Tanto nas Repúblicas Socialistas Soviéticas, como nos regimes comunistas aliados à Moscou, foi preciso ressignificar a história, colocando em foco qualquer item que servisse à causa dos trabalhadores, em que a foice, o martelo e a estrela vermelha anunciavam os novos tempos do comunismo e sua perspectiva de um futuro brilhante, calcado nas potencialidades das paisagens selecionadas que traziam consigo os territórios como fonte de recursos, os elementos culturais estatais e regionais, as virtudes agrícolas e industriais, além dos espaços utópicos em sua temática.

De forma semelhante no processo de criação de uma iconografia do discurso nacional, a representação gráfica das bandeiras mostrou-se em duas temporalidades e expressões que

convergem para a temática da *paisagem* e do *mapa* nos símbolos nacionais modernos. Estas expressões vão aparecer em diversas regiões do globo, sobretudo como resultado da política internacional da segunda metade do século XX, atuando com mais força na esfera dos mini-Estados surgidos nas décadas de 1950-1960, cujo território reduzido tornou sua geografia um discurso ideal para mobilizar a unidade e identidade nacional. Por outro lado, aqueles Estados que tiveram de lidar com o retorno de um nacionalismo de base étnico-religiosa após a queda dos regimes comunistas (pós-1990), também passaram a utilizar das mesmas expressões gráficas na tentativa de manter a eficácia simbólica, cujas questões nacionais e seus discursos geopolíticos em busca de unidade e identidade ainda se desdobram no limiar do século XXI.

Nas bandeiras analisadas, a temática da paisagem serviu para tais nações como recurso para criar uma metáfora de unidade e neutralidade, pois seus elementos são percebidos, vivenciados e mais facilmente aceitos. Nos pavilhões cuja expressão gráfica revela elementos cartográficos, identificaram-se duas vias de representação: aquelas que possuem em seu desenho o mapa de um determinado território e, em segundo lugar, as bandeiras cujo grau de estilização fazem lembrar (ou assumem) a função semiótica de um mapa, portando-se como símbolos *singulares*. Dessa forma, os mapas demonstraram uma representação abstrata do arranjo das partes constituintes de uma entidade política, como a forma mais adequada para mostrar o que se deve ou não ver, além de atuarem como construções homogeneizadas do cultural, do social e da política no corpo da nação.

Esta tese, assim, procurou contribuir na perspectiva da ciência geográfica ao mostrar que a temática dos símbolos nacionais pode ser analisada dentro da dimensão espaço-tempo, ressaltando em suas argumentações que a representação simbólica do espaço torna-se um recurso válido para se compreender a construção geopolítica feita pelos Estados nacionais. Embora a eficácia simbólica de bandeiras, brasões e hinos seja questionável por conta de não conseguir resolver as contradições internas e externas dos Estados soberanos e territoriais dentro do atual contexto político mundial, ela ainda mostra-se uma estratégia válida por diluir o antagonismo gerado na busca pela identidade nacional, afinal, como recorda Estévez (2004, p.363), “a pátria está mais próxima, é mais acessível, através de seus símbolos (o hino, a bandeira, o escudo) que através de seus pretextos (a nação e suas justificações)”.

REFERÊNCIAS

- ACKRÉN, M. The Faroe Islands: options for independence. **Island Studies Journal**, Ottawa, v.1, n.2, p. 223-238, 2006.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Porto: Edições 70, 2005.
- ANDRADE, M. C. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo: Contexto, 1999.
- AUSTAD, I.; HAGE, L. The “fjordscape” of inner Sogn, Western Norway. In: JONES, M.; OLWIG, K. R. (Org.). **Nordic landscapes**: region and belonging on the northern edge of Europe. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2008.
- BARKER, B. J. **Pocket guide to the flags of the world**. Londres: New Holland, 2005.
- BARTRAM, G. **British flags & emblems**. Londres: Flag Institute/Tuckwell Press, 2004.
- BERG, T. J. **Hinos de todos os países do mundo**. São Paulo: Panda Books, 2008.
- BERTONHA, J. F. **Rússia**: ascensão e queda de um império. Curitiba: Juruá Editora, 2009.
- BLADH, G. Selma Lagerlöf’s Värmland: a Swedish landskap in thought and practice. In: JONES, M.; OLWIG, K. R. (Org.). **Nordic landscapes**: region and belonging on the northern edge of Europe. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2008.
- BLAINEY, G. **Uma breve história do século XX**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BREEN, T. H. Interpretando o nacionalismo no Novo Mundo. In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE D. H. (Org.) **Nacionalismo no Novo Mundo**: a formação dos Estados-nação no século XIX. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- BRESCHI, R. **Bandiere**. Disponível em: <<http://www.rbvex.it/index.html>> Acesso em: 20 nov. 2012.
- BROSSEAU, M. O romance: o outro sujeito para a geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- BULTMANN, D. Irrigating a socialist utopia: disciplinary space and population control under the Khmer Rouge (1975-1979). **Transcience**, Berlim, v.3, n.1, p.40-52, 2012.
- BUTLIN, R. A. **Historical geography**: through the gates of space and time. New York: Edward Arnold, 1993.

CALHOUN, C. O nacionalismo importa. In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE D. H. (Org.). **Nacionalismo no Novo Mundo: a formação dos Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPBELL, D. Apartheid cartography: the political anthropology and spatial effects of international diplomacy in Bosnia. **Political Geography**, Amsterdam, v.18, p. 395–435, 1999.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed. 2001.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CARNEY, G. O. Música e lugar. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2007.

CERULO, K. A. Sociopolitical Control and the Structure of National Symbols: An Empirical Analysis of National Anthems. **Social Forces**, Chapel Hill, v. 68, n. 1, p. 76-99, 1989.

_____. Symbols and the World System: National Anthems and Flags. **Sociological Forum**, Oxford, v. 8, n.2, p. 243-271, 1993.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador da sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CIA. **The world factbook**. Disponível em:

<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>> Acesso em: 30 nov. 2012.

CLAVAL, P. A volta do cultural na geografia. **Mercator**, Fortaleza, v.1, n.1, p.19-28, 2002.

CORNELL, S. E. Undeclared war: the Nagorno-Karabakh conflict reconsidered. **Journal of South Asian and Middle Eastern Studies**, Villanova, v.20, n.4, p.1-24, 1997.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2007.

COSGROVE, D. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004.

_____. **Geography and vision: seeing, imagining and representing the world**. Londres: I. B. Tauris & Co Ltd., 2008.

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e poder**. São Paulo: EdUSP, 2010.

COSTANTINO, M. **Guia ilustrado das bandeiras**. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

CROCOMBE, R. The continuing creation of identities in the Pacific islands: blood, behavior, boundaries and belief. In: HOOSON, D. **Geography and national identity**. Oxford: Blackwell Publishers/The Institute of British Geographers, 1994.

CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. **Revista de Conferências Loubat**. Paris, Collège de France, 4-11 de abril, 1996.

DIJKINK, G. Geopolitics and religion. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, p.242–247, 2009.

DUARTE, M. **Almanaque das bandeiras**. São Paulo: Moderna, 2001.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004.

EDENSOR, T. National spatialities. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, p.242–247, 2009.

ELGENIUS, G. **Symbols of nations and nationalism: celebrating nationhood**. Londres: Palgrave Macmillan, 2011.

ESCOLAR, M. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

ESPINOSA, F. **Símbolos patrios de las naciones de Centroamérica**. San Salvador: Dirección de Publicaciones e Impresos, 2ª ed., 2001.

ESTÉVEZ, M. G. El amor a la patria y a la tribu: las retóricas de la memoria incómoda. **Revista de Antropología**, São Paulo: USP, v.47, n.2, p. 345-377, 2004.

FERGUSON, N. **Império: como os britânicos fizeram o mundo moderno**. São Paulo: Editora Planeta, 2010.

FERRO, M. **História das colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII a XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. A política das nacionalidades do regime soviético. In: CORDELIER, S. (Org.). **Nações e nacionalismos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

FIRTH, R. **Symbols: public and private**. Londres: George Allen & Unwin, 1973.

FONTANA, D. **A linguagem dos símbolos: a história e os significados ocultos em um guia completo e ilustrado**. São Paulo: Publifolha, 2012.

FROYSLAND, H. A regeneración de la raza na Colômbia. In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE D. H. (Org.) **Nacionalismo no Novo Mundo: a formação dos Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

FYREFLY. **Firefly guide to the flags of the world**. Ontario-New York: Firefly Books, 2003.

GEARY, P. J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GELLNER, E. **Naciones y nacionalismo**. Madrid: Alianza Universidad, 1988.

GREENE, J. P. Identidades dos estados e identidade nacional à época da Revolução Americana. In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE D. H. (Org.) **Nacionalismo no Novo Mundo: a formação dos Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

GUIBERNAU, M. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GUZMÁN, E. J. E. **La bandera del íris (1801-2007): el tricolor de la republica del Ecuador**. Guayaquil: Instituto Ecuatoriano de la Propiedad Intelectual, 2007.

HAESBAERT, R. Território, cultura e des-territorialização. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HANG, X. **Encyclopedia of National Anthems**. Lanham, Maryland and Oxford: The Scarecrow Press, 2003.

HÄYRYNEN, M. A kaleidoscopic nation: the finnish national landscape imagery. In: JONES, M.; OLWIG, K. R. (Eds.). **Nordic landscapes: region and belonging on the northern edge of Europe**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2008.

HERALDICUM. **Русский Центр флаговедения и геральдики**. Disponível em: <<http://www.heraldicum.ru/index.htm>> (Centro Russo de Vexilologia e Heráldica). Acesso em: 25 nov. 2012.

HERZFELD, A. Flag use in German colonies. **Proceedings of the XXI International Congress of Vexillology**. Buenos Aires, v.1, p.1-18, 2005.

HESMER, K. H. **Flaggen und Wappen der Welt**. Munique: Chronik Verlag, 2008.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22ª ed., 1977.

_____. **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 9ª ed., 1988.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **A era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A era do capital: 1848-1875.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 12ª ed., 1996.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1997.

JANCSÓ, I. A construção dos Estados Nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como projeto. In: SMRECSÁNYI, T; LAPA, J. R. A. (org). **História Econômica da Independência e do Império.** São Paulo: EdUSP, 2002.

JONES, M. The “two landscapes” of North Norway and the “cultural landscape” of the South. In: JONES, M.; OLWIG, K. R. (Org.). **Nordic landscapes: region and belonging on the northern edge of Europe.** Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2008.

JONES, M.; OLWIG, K. R. (Org.). **Nordic landscapes: region and belonging on the northern edge of Europe.** Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2008.

KAPLAN, D. H. Nationalism. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography.** Oxford: Elsevier, p.248–254, 2009.

KARNAL, L (org.). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.** São Paulo: Contexto, 2008.

KARASCHEWSKI, J. M. **Wappen und Flaggen in den deutschen Kolonien.** Wolfenbüttel: Melchior Verlag, 2011.

KAYE, M. Maps on Flags. **Proceedings of the XIX International Congress of Vexillology.** Flag Institute: York, v.1, p.89-106, 23-27 de julho de 2001.

KINDERSLEY, D. **Complete flags of the world.** Londres: Dorling Kindersley, 2005.

KLINGE, M. **Breve história da Finlândia.** Helsinque: Editorial Otava, 2000.

KNOWLTON, S. A. Applying Sebok’s typology of signs to the study of flags. **Raven - a journal of vexillology.** New Jersey: North American Vexillological Association, v. 19, n.1, p.57-98, 2012.

KÖNIG, H. J. Independência e nacionalismos em Nova Granada/Colômbia. In: PAMPLONA, M. A.; MÄDER, M. E. (Org.) **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba.** São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KRAAY, H. Nação, Estado e política popular no Rio de Janeiro: rituais cívicos depois da Independência. In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE D. H. (Org.) **Nacionalismo no Novo Mundo: a formação dos Estados-nação no século XIX.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

KUZIO, T. Nationalism, identity and civil society in Ukraine: understanding the Orange Revolution. Dordrecht: **Communist and Post-Communist Studies**, v.43, p.285-296, 2010.

LEACH, E. **Cultura e comunicação**: a lógica pela qual os símbolos estão ligados. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

LOWENTHAL, D. European and English landscapes as national symbols. In: HOOSON, D. **Geography and national identity**. Oxford: Blackwell Publishers/The Institute of British Geographers, 1994.

LUZ, M. **A história dos símbolos nacionais**: a bandeira, o brasão, o selo, o hino. Brasília: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1999.

MAINS, S. P. Cultural imperialism. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, p.248–254, 2009.

MANIRUZZAMAN, T. Bangladesh: An Unfinished Revolution? **The Journal of Asian Studies**, Cambridge, v.34, n.4, p.891-911, August, 1975.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTÍNEZ, M. A. A. (Org.) **El himno como símbolo político**. León: Secretaria de Publicaciones/Universidad de León, 2008.

McEWAN, C. Postcolonialism/Postcolonial Geographies. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, p.248–254, 2009.

MEAD, W. R. Reflections on the historical landscapes of Finland. In: JONES, M.; OLWIG, K. R. (Org.). **Nordic landscapes: region and belonging on the northern edge of Europe**. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2008.

MEDAGLIA, J. **Música maestro**: do canto gregoriano ao sintetizador. São Paulo: Editora Globo, 2008.

MENUHIN, Y.; DAVIS, C. W. **A música do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MODAMMED, P. Taking possession: symbols of empire and nationhood. Baltimore: **Small Axe**, Durham, v.6, n.11, March, 2002.

MONDADA, L.; SÖDERSTRÖM, O. Do texto à interação: percurso através da geografia cultural contemporânea. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

MYERS, J. Língua, história e política na identidade argentina (1840-1880). In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE D. H. (Org.) **Nacionalismo no Novo Mundo: a formação dos Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

OLSEN, V. Å. The landscape in the sign, the sign in the landscape: periphery and plurality as aspects of North Norwegian regional identity. In: JONES, M.; OLWIG, K. R. (Eds.). **Nordic landscapes: region and belonging on the northern edge of Europe**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2008.

OLWIG, K. R. Danish landscapes. In: JONES, M.; OLWIG, K. R. (Org.). **Nordic landscapes: region and belonging on the northern edge of Europe**. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2008a.

_____. The Jutland cipher: unlocking the meaning and power of a contested landscape. In: JONES, M.; OLWIG, K. R. (Org.). **Nordic landscapes: region and belonging on the northern edge of Europe**. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2008b.

OTERO, E. D. **A origem dos nomes dos países**. São Paulo: Panda Books, 2006.

PAASI, A. Geographical perspectives on Finnish national identity. **GeoJournal**, Dordrecht: v.43, p.41–50, September, 1997.

_____. Region and place: regional identity in question. **Progress in Human Geography**. Thousand Oaks/London, v.27, n.4, p.475–485, 2003.

_____. Finnish landscape as social practice: mapping identity and scale. In: JONES, M.; OLWIG, K. R. (Eds.). **Nordic landscapes: region and belonging on the northern edge of Europe**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2008.

PAGDEN, A. **Povos e impérios**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002.

PAMPLONA, M. A.; DOYLE D. H. (Org.) **Nacionalismo no Novo Mundo: a formação dos Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

PENROSE, J. Nation. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, p. 223-228, 2009.

PEREYRA, A. A. **Heráldica**. Barcelona-Madrid: Editorial Labor, 1947.

POWER, M. Empire. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, p.248-254, 2009.

PREUSS, V. **Flaggenlexikon**. Disponível em: <<http://www.flaggenlexikon.de/>> Acessos em: 27 nov. 2012.

REED, W. L; BRISTOW, M. J. **National anthems of the world**. Londres: Cassell Publishers Limited, 10ª ed., 2002.

REINO UNIDO. **Flags, badges, and arms of the British dominions beyond the seas.** Londres: His Majesty's Stationery Office, 1910. (Vols. 1 e 2).

_____. **O hino nacional britânico.** Brasília: Serviço Britânico de Informação/ Embaixada do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, p.1-8, 2000.

REUBER, P. Geopolitics. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography.** Oxford: Elsevier, p.441-452, 2009.

ROSENDAHL, Z. Espaço, política e religião. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Religião, Identidade e Território.** Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001.

SANTOS, W. B. **Tratado de Heráldica.** São Paulo: ed. autor, 1978.

SEYSSEL, R. **Um estudo histórico perceptual: a bandeira brasileira sem Brasil.** Dissertação (Mestrado em Artes, Área de Concentração em Artes Visuais) Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo-SP, 2006.

SHULMAN, S. Cultural comparisons and their consequences for nationhood in Ukraine. Dordrecht: **Communist and Post-Communist Studies**, v.39, p.247-263, 2006.

SLATER, S. The complete book of heraldry: an international history of heraldry and its contemporary uses. In: SLATER, S.; ZNAMIEROWSKI, A. **The world encyclopedia of flags & heraldry.** Londres: Lorenz Books, 2007.

SMITH, A. D. **Nacionalismo: teoria, ideologia, história.** Lisboa: Editorial Teorema, 2001.

SMITH, W. **Flags though the ages and across the world.** Londres: McGraw Hill Book Company, 1975.

_____. **Flags and arms across the world.** Londres: McGraw Hill Book Company, 1980.

SOLOVIOV, A. et al. **Geografía de la URSS.** Moscou: Editorial Progreso, 1983.

SPORRONG, U. The Swedish landscape: the regional identity of historical Sweden. In: JONES, M.; OLWIG, K. R. (Org.). **Nordic landscapes: region and belonging on the northern edge of Europe.** Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2008a.

_____. The province of Dalecarlia (Darlana): heartland or anomaly? In: JONES, M.; OLWIG, K. R. (Org.). **Nordic landscapes: region and belonging on the northern edge of Europe.** Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2008b.

STEBELSKY, I. National identity of Ukraine. In: HOOSON, D. **Geography and national identity.** Oxford: Blackwell Publishers/The Institute of British Geographers, 1994.

SØRENSEN, B. W. Perceiving landscapes in Greenland. In: JONES, M.; OLWIG, K. R. (Org.). **Nordic landscapes: region and belonging on the northern edge of Europe.** Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2008.

SZAMÓSI, G. **Tempo & espaço: as dimensões gêmeas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

TENORA, J. The national flag of Turkmenistan of 1992. **Raven - a journal of vexillology**. New Jersey: North American Vexillological Association, v.2, p.65-78, 1995.

TERLOUW, K. World-System. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, p. 269-278, 2009.

THIESSEN-REILY, H. O nacionalismo caudilhista na Bolívia. In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE D. H. (Org.) **Nacionalismo no Novo Mundo: a formação dos Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

THORSTEINSSON, A. Land divisions, land rights, and landownership in the Faroe Islands. In: JONES, M.; OLWIG, K. R. (Org.). **Nordic landscapes: region and belonging on the northern edge of Europe**. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2008.

TILLY, C. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: EdUSP, 1996.

TOAL, G.; MAKSIC, A. Is Bosnia-Herzegovina Unsustainable? Implications for the Balkans and European Union. Germantown: **Eurasian Geography and Economics**, v.52, n.2, p. 279-293. 2011.

TUAN, Y. F. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

WHITE, L. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

WINDER, G. M. **Historical geography**. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, p.248–254, 2009a.

_____. Imperialistic geographies. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, p.248–254, 2009b.

VRIES, H. **National Arms and Emblems: past and present**. Disponível em: <<http://hubert-herald.nl>> Acessos em: 28 nov. 2012.

ZNAMIEROWSKI, A. **The world encyclopedia of flags**. Londres: Lorenz Books, 2004.

ANEXO A: BRASÕES DE ARMAS DO MUNDO PÓS-SOVIÉTICO



A1: Rússia



A2: Belarus



A3: Uzbequistão



A4: Quirguistão



A5: Azerbaijão



A6: Turcomenistão



A7: Armênia



A8: Geórgia

ANEXO A: BRASÕES DE ARMAS DO MUNDO PÓS-SOVIÉTICO



A9: Letônia



A10: Estônia



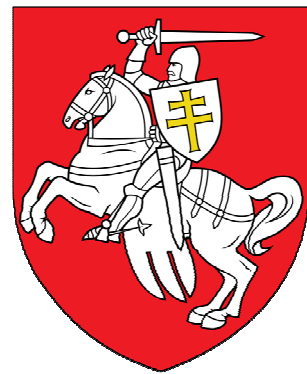
A11: Romênia



A12: Camboja



A13: Mongólia



A14: Belarus (1991-1995)



A15: Geórgia (1991-2004)



A16: Camboja (1971-1975)